THEREZA LEITÃO DE BARROS

ESCRITORAS DE PORTUGAL

VOLUME II

LISBOA

Escritoras de Portugal

Thereza Leitão de Barros

Escritoras de Portugal

Génio feminino revelado
na Literatura Portuguesa

VOLUME II

LISBOA
1924

SEGUNDA ÉPOCA

Seculos XVIII e XIX — O movimento contemporâneo

CAPÍTULO I

A feição portuguesa do século XVIII, no seu aspecto intelectual, político e social. Apontamento necessário para enquadrar o vulto literário da 4.ª marquesa de Alorna, que representa, nêsse século, o melhor da actividade mental feminina

«...É neste violento e perduravel abalo da sociedade europea «que decorreu a vida da Marquesa de Alorna, de 1750 a 1839, não «deixando de reflectir-se na sua existencia os effeitos de tantas per«turbações fundamentaes. Nada lhe alterou o caracter de suprema «bondade, nem o encanto das creações bellas do espirito. Como com«prehender esta personalidade aristocratica de uma superior femini«lidade sem se ter a visão clara do seculo XVIII?»

[*Duma carta-prefácio de Teófilo Braga, publicada na obra «A Marqueza de Alorna (sua influencia na sociedade portugueza)» de Olga Moraes Sarmento da Silveira*].

A representação, em esquema gráfico, do que tem sido a marcha evolutiva da Literatura Portuguesa, poderia reduzir-se a uma simples linha ondulada com dois pontos culminantes. Esses pontos marcariam os dois momentos em que se observou o fecundo "zenith" dum sol que ia então passando mais perto da Perfeição e que, ascendendo à custa de longos embates entre diferentes credos intelectuais, conseguiria testemunhar a sua potência criadora e, principalmente, conseguiria iluminar uma finalidade no sempre tumultuoso oceano das revoluções literárias, atabalhoadas geradoras de tantos novos e exigentes cânones estéticos.

A grande força das grandes correntes literárias provem mais da nítida e inteligente compreensão das suas razões de vida ou da formosura dos seus destinos, do que da acção conjunta ou individual dos mais ilustres obreiros do seu edifício doutrinário: A escola clássica poude durar três seculos porque nasceu numa intensa hora de clarividência e de consciente revolta: o Renascimento grego-romano foi a justa força de reacção que devia esperar a relativa apatia mental da idade medieva no seu momento de agonia, ao receber a extrema unção da supremacia teológica. ¿E a corrente do Romantismo que deu leis durante um século, um século cujo fim não

é lícito demarcar, porque êle soube ir espalhando inúmeros gérmens que ainda hoje podem desenvolver-se, florir e frutificar? ¿Porque surgiu na arena dos supremos conflitos animada de tão arrogante combatividade, porque conseguiu cingir na lírica alvura dos seus braços, duma ternura tão convencional, todo o mundo do pensamento e das idéas? Porque brotou duma convulsa onda de revolta contra regras e sistemas—contra a regra clássica da imitação dos Antigos, como contra as velhas fórmulas dos sistemas políticos, — porque viveu alentada por uma oculta sêde de espontaneidade e de frescura, sêde que só poderia ser aplacada na fonte ainda selada e virgem das tradições pátrias ou da arte, poesia e lendas medievas.

Circunscrevendo tais considerações á história da nossa literatura, parece lícito dizer-se que essas duas vigorosas correntes — a do Renascimento clássico e a do Romantismo, — por terem sido as únicas que percorreram, animadas duma clara inteligência da sua função e do seu poder, o longo leito dos seus séculos vitoriosos, foram as únicas que conseguiram atingir o ponto-acúmen da trajectória que «a priori» lhes poderiamos traçar, mesmo sem curarmos de saber se êsses vértices permaneceriam inacessiveis, lembrando apenas a insuficiência de quem os pretendera escalar.

Mas assim como entre a crista das maiores vagas e das mais ásperas serranias se encontram as curvaturas baixas de remansosas vertentes ou os vales de declive macio, assim tambem entre os dois séculos — o XVI e o XIX — que foram teatro do máximo altear de dois antagónicos ideais estéticos, se encontram as épocas mais apagadas que seriam o necessário e nebuloso pano de fundo onde se destacariam os monumentos da sua glória ou os vultos gigantes de alguns dos seus paladinos.

Em Portugal, o século XVII e parte do seguinte representam o suave declive das zonas de milagrosa altitude a que a literatura conseguira ascender no período anterior; a vertente ascensional que de novo se sucede pode bem representá-la a segunda metade do século XVIII, sacudido, junto do seu «terminus», pelo violento temporal revolucionário que agitou a Europa e cujo turbilhão reformador proclamou a liberdade intelectual, dando assim motivo à prescrição de velhos dogmas e vindo arrasar, dentro do campo literário, os preconceitos das escolas e géneros.

O século XVII foi o crepúsculo ainda luminoso dum dia de apoteose, sereno crepúsculo que, por vezes e sem custo, algumas vozes límpidas conseguiram aligeirar, aclarando-o e espiritualizando-o.

O século XVIII seria apenas a noite onde, inevitável e irremediavelmente, se afogaria a penumbra dessa hora indecisa, se não tivesse tido o melhor destino de nos seus últimos tempos ser tambem a nevoenta ante-manhã dum outro dia de redenção.

Foi na segunda metade dêsse século XVIII, ao impreciso dealbar da aurora do Romantismo, que floresceram a Marquesa de Alorna e mais duas ou três escritoras cujo suave perfil me proponho traçar com maior cuidado, utilizando as linhas do presente estudo.

Para enquadrar bem as gráceis figuras dessas portuguesas ilustres, e para favorecer, fazendo-a realçar, a harmónica compostura do grupo por elas formado sobre o primeiro plano do nosso tablado literário, é conveniente recordar, ainda que rápida e imperfeitamente, a sua época, que foi, com certeza, apesar do opressivo cunho de intolerância que em matéria política e religiosa a caracterizou, um período de transição nitidamente prenunciador duma forte instabilidade social, dum irreverente e mal repri-

mido espírito de combate e duma insofrida ânsia de beleza e de liberdade.

O século XVIII está para o século do Romantismo como a época medieval para a grande eclosão do Classicismo: como essa época, êle foi o cadinho em que referveram as energias e as idéas até adquirirem a força necessária para explodir. Foi o sub-solo onde rejuvenesceram e germinaram, amontoando e revigorando seivas quási exaustas, as raizes de inúmeros troncos possantes, inabaláveis, firmes como o sincero credo de que não podia morrer uma literatura que de tão exuberante vida dera provas. Augusto Comte chamou-lhe o «século excepcional»; Guizot chamou-lhe favorito da sua simpatia; Joseph de Maistre vê nêle a lógica continuação do século XVI, por estarem ambos sujeitos ao mesmo poder mental — o humanismo — e espiritual — o jesuitismo —. Com menos filosofia e maior bom humor, o nosso Castilho traça-lhe a caricatura, ao mesmo tempo que reconhece a sua função criadora: "este seculo giganteu, mirrado e altivo, de que somos particulas, do seculo XVIII proveiu: seculo anão, gordo e lascivo, sceptico e mofador."

"Excepcional" foi sem dúvida o século em cujos últimos anos se operou a mais assombrosa metamorfose política e em que a França, predestinado centro do novo fulcro social e sanguinária perseguidora da realeza e do arbítrio, empunhou — e o mais intolerantemente possivel — o scetro das idéas, servindo-se, para proclamar "urbi et orbi" a emancipação dos preconceitos religiosos e políticos, da poderosa arma que lhe fornecia o inveterado e universal preconceito da imitação.

A França — como a Itália e a Espanha nos dois séculos anteriores — sustenta então a hegemonia intelectual. O nosso país, como de resto outras nações com mais cons-

ciência das suas tradições étnicas, continua a não ter uma forte individualidade literária e, rapidamente, passa dum culto servil pelas boas praxes do gongorismo a uma admiração, de modo infeliz manifestada, pelo «pseudo-classicismo» francês do século de Voltaire.

Em França, os literatos imitam os da época áurea de Luís o «Grande», e de olhos ainda fitos na desvanecida auréola do Rei-Sol, o resto da Europa procura imitar, simultaneamente, a rigidez do seu absolutismo ou da sua pompa cortezã e o esplendor da literatura que imortalizou o seu reinado e que, sendo a condigna expressão estética duma grandeza verdadeiramente majestosa e elevando sobre todo o mundo culto o flamejante «panache» dum orgulhoso lema governativo — «l'État c'est moi» — parecia feita para triunfar de forma rápida e decisiva, perdurando como mentora de todos os tempos vindouros.

Voltaire e todos os enciclopedistas, pelo facto de irem minando os velhos alicerces sociais, não deixam de pulir carinhosamente a língua em que escrevem, submetendo-a ainda a tôdas as regras que Boileau ditara, inspirando-se nos mais inflexíveis cânones da Antiguidade.

Portugal, na primeira metade do século XVIII, ao mesmo tempo que aceitava gostosamente o predomínio do «pseudo-classicismo», abria os braços às «modas» e às «idéas» francesas. Os poetas e todos os homens de talento aceitavam os conselhos literários e políticos de Rousseau e d'Alembert; os poetastros e os peralvilhos aceitavam os figurinos de Versailles.

Simplesmente acontecia que, nêste pequeno canto do ocidente europeu, o terreno não era propício á frutificação da semente das novas tendências sociais ou mesmo da forte curiosidade scientífica que já caracterizava a época. Os ventos que sopravam lá das bandas de França não

conseguiram refrescar a nossa atmosfera carregada de indolência freirática, assombreada por tôdas as imponderáveis e fúteis preocupações com que a sociedade galante dos conventos ou a folgazã clientela dos confessionários distraia o rei e os súbditos.

Os peralvilhos continuam a usar «fivelas à maltesa» ou à moda de «la Chartre», os literatos reproduzem mal o que os franceses imitam dos grandes comtemporâneos de Corneille, mas a Mesa censória do Santo Ofício, os espiões do Marquês e os esbirros de Pina Manique encarregam-se, talvez com vantagem para o nosso equilíbrio intelectual e social, de matar à nascença quaisquer veleidades de expansão no tocante às «idéas francesas», que assim se chamava a tudo quanto lembrasse revolta e irreverência contra praxes estabelecidas, tudo o que aspirasse a imitar, mesmo em muito reduzida escala, o espírito de livre crítica que os «free-thinkers» ingleses espalharam pelo mundo, atravez da clara voz gaulesa universalmente escutada e entendida.

A primeira metade do século XVIII é ocupada pelo reinado de D. João V, durante o qual os jesuitas disfrutam de todos os poderes, segurando — oculta ou abertamente — não só as rédeas do govêrno como as da direcção pedagógica; D. João V procura deslumbrar o mundo e, com o ouro do Brasil, consegue deixar alguns perenes e monumentais testemunhos da sua megalomania talvez providencial e cuja responsabilidade, em todo o caso, pertence à época que o admirou. Tomando para modêlo a magnificência de Luís XIV, pretende proteger oficialmente as letras, fruto duma cultura mental cuja preparação e exercício êle próprio subordinara ao domínio da Companhia ou ao critério da erudição fradesca.

A construção da Biblioteca da Universidade de Coim-

bra, a dispendiosa compra de bons livros, a fundação da Academia de História Portuguesa, não bastaram para despertar a quebrantada vitalidade literária duma nação dentro de cujos horisontes intelectuais se avistavam, como sombrio pano de fundo, os atulhados cárceres da Inquisição e a chama dos autos de Fé, tragicomédias de grande espectáculo em que nunca escasseavam os figurantes, de que era comparsa um povo de indiferentes, de que era teatro um reino boquiaberto para tôdas as estravagâncias literárias, como para tôdas as innovações políticas que não sabia entender.

E' indiscutivel que em Portugal, durante quási todo o século, as condições sociais e políticas foram tudo quanto ha de menos propício á criação de novas concepções de arte ou à revelação de algum potente génio. A propósito e a despropósito de tudo, Portugal era amesquinhado, pela forma mais degradante, nos grandes e cultos centros da Europa. [1]

Não admira, portanto, que tôdas as tentativas de ressurgimento intelectual, mesmo sob a protecção régia, estivessem de antemão condenadas, e que, durante todo êsse periodo, a afectação, o mau gôsto e todos os últimos e artificiais recursos duma irremediável agonia fossem bem patentes no aspecto geral da literatura portuguesa.

O poeta, o profissional da poesia, era, na faustuosa era do nosso "rei-...soleil em ocaso", um miserável parasita de alguns Mecenas de poucos escrúpulos; comia o pão da esmola e quando tinha a mão cansada de redigir súplicas poéticas, estendia-a mais francamente, a pedir um óbulo que o não humilhava; era o novo bobo de senhores menos generosos que os dos solares medievos. No intervalo dos banquetes, scismando nas desconhecidas delícias que viriam aplacar-lhe a fome, os poetas recitavam

as suas odes, os seus sonetos ôcos de pensamento e completamente desprovidos de emoção; nos outeiros dos abadessados ou de outras festas religiosas, esperavam o mote das senhoras freiras, antevendo já a recompensa, paga em grossas fatias de pão de ló ou de manjar branco.

O género heroi-cómico teve então a sua idade luminosa, e êsses tantos poemas que foram a caricatura da sublimidade épica poderiam servir como símbolos dêsse período estéril e duma grandeza falhada e incolor, quando a pedagogia jesuítica monopolizava o ensino, quando as masmorras da Inquisição afugentavam já não só os falsos cristãos novos, mas todos os que não abdicassem do direito de pensar, isto é, todos os valores marcantes dum país onde uma população inteira — desde o mendigo anónimo até ao cortezão de heráldicas prosápias e ao próprio rei magnífico — alegremente se resignava a perecer, na inglória asfixia a que a inconsciência e o fanatismo a condenavam.

Dentro do campo literário, a própria e profunda apatia do meio devia provocar o aparecimento dos primeiros gérmens de reacção. Foi por mercê da iniciativa particular que, com o desenvolvimento das velhas arcádias seiscentistas e a criação de novas academias, tais gérmens se desenvolveram, dêles brotando a flôr de graça que viria a ser emblema da salvação e rejuvenescimento da nossa decrépita literatura.

O movimento renovador das academias portuguesas é o primeiro factor a que tem de se atender, para bem observar o vincado contraste que oferecem as duas metades do século XVIII. É êsse movimento que, no campo literário, caracteriza a segunda metade do «século excepcional», como é o facto capital da abolição da Companhia de Jesus que, política e socialmente, a domina.

Sabe-se como a Companhia foi profundamente ferida pela implacável mão do futuro conde de Oeiras, quando êste, convidado, por morte de D. João V e por instigação da rainha viuva, a vir iniciar a sua vida política junto do novo soberano, ensaiou a primeira atitude do seu papel histórico. Mas está bem longe das intenções do presente estudo seguir a marcha do conflito aberto entre Sebastião José de Carvalho e os díscipulos de Loyola, e muito mais falar da longa repercussão que o exílio dêstes viria a ter sobre as mais complexas facetas do problema político e social. Bastará recordar que a reforma da instrução publica, desde os estudos menores até aos universitários, foi o reflexo do violento acto de Pombal que maior interêsse ficou oferecendo para o problema literário.

Datam ainda do reinado de D. João V as duas primeiras Academias do século XVIII. A mais notável foi, sem dúvida, a" Academia das Conferências discretas e eruditas," de que foi alma o conde da Ericeira e que constituia uma das inúmeras instituições do género inauguradas ainda no século XVIII.

A Academia de História tornou-se mais um centro de estudos eruditos e filológicos do que propriamente uma agremiação de literatura artística, e os próprios intuitos que presidiram á sua formação não deixam margem a controvérsias sobre tal ponto.

A Sociedade, instituida por decreto de D. João V, de 8 de Dezembro de 1720, tinha por primacial fim permitir "que se escrevesse a Historia eclesiastica d'estes reinos, e depois tudo o que pertencesse á Historia d'este e das suas conquistas", purificando-as, ao mesmo tempo, da menor sombra de falsidades, para o que seria necessário investigar aquêles sucessos "que a negligencia tem sepul-

tado nos arquivos». Dela fizeram parte inúmeros eruditos que, como Diogo Barbosa Machado, D. António Caetano de Sousa, Rafael Bluteau e outros, deixaram obras ainda hoje utilissimas e preciosas.

Tambem ainda no reinado de D. João V (em 1745) fundou o conde de Vila Maior, Manuel Teles da Silva, a Academia ou Congresso dos Ocultos, precursora da afamada Arcádia Lusitana, a que foi criada por três bachareis recem-chegados de Coimbra e que vieram a ocupar, mormente um dêles, lugares predominantes dentro da chamada «escola francesa ou arcádica». [2]

Para se compreender o fim a que visavam os fundadores da Arcádia — partidários confessos do pseudo-classicismo francês, se bem que zombeteiros críticos da galomania e da infiltração das modas parisienses, torna-se útil recordar o estado em que então se encontrava a poesia, na qual ainda imperava o mais retrógrado culteranismo.

Para definir tal estado ainda parecem suaves os causticantes períodos que o enciclopédico Luiz Antonio Verney — o perseguidor da rotina literária — lhe dedica no «Verdadeiro Methodo de Estudar», que foi um dos maiores libelos acusatórios que contra o critério jesuítico e a favor do livre exame a Europa ouviu, durante o século em que a Bastilha e os cárceres do Santo Ofício ainda estiveram cheios. [3]

A Arcádia Lusitana não tinha qualquer objectivo modesto; o seu confessado fito era o aperfeiçoamento da Poesia, Eloqùencia e Lingua Portuguesa, e a primacial preocupação dos seus sócios era poder levar de vencida, duma forma completa, as correntes do gôsto seiscentista, profundamente eivado pelos mesmos vícios que imperavam na literatura castelhana, a cujo contágio imediato as nossas letras nunca puderam escapar.

Refugiados nos arredores de Lisboa, por ocasião do calamitoso acontecimento de 1 de Novembro de 1755, os três árcades fundadores escolhem os nomes pastoris que hoje os recordam e organizam os estatutos da sua agremiação, que foram mais ou menos moldados sobre os da Academia de História, talvez porque — como Teófilo Braga julga — pressentissem «a necessidade da unificação das Academias literarias com as scientificas, que tarde se estabeleceu.»

A Arcádia Lusitana e as obras dos seus sócios bastam para ilustrar e redimir até certo ponto a obscurecida fisionomia da segunda metade do século, e, apezar do extremo caracter de futilidade que se observa na escolha dos assuntos ou motivos de inspiração de tantos idílios, éclogas, odes e ditirambos, é visivel em todos os vestígios da sua actividade, principalmente na produção de intuitos críticos, o firme desejo de recordar os intangiveis modêlos das velhas literaturas clássicas e de protestar, pela exemplificação das boas normas, contra as metáforas retóricas da ultima fase seiscentista. Na Arcádia ingressaram muitos membros da Sociedade dos Ocultos, primeira propugnadora do «bom gôsto», e da qual fizera parte Corrêa Garção, sem dúvida o mais equilibrado talento literário de tão instável época de germinação.

Na lista dos sócios desta academia e doutras agremiações congéneres — como a Academia Ulissiponense e a Nova Arcádia, que tiveram aspirações semelhantes — figuram quasi todos os grandes nomes que ilustraram êsse instante de ansioso mas desorientado rejuvenescimento mental.

Nota-se, porém, a ausência de dois nomes honestos e simpáticos, que a crítica moderna conseguiu destacar do grande amálgama das escolas arcádicas, dando-lhes o

título honroso de iniciadores e de renovadores: o de Filinto Elysio e o da Marquesa de Alorna, animosa vanguarda da escassa falange que viria a representar o proto-romantismo português.

Filinto, vencido por uma existência de privações e de desgostos, assiste, em Paris, nos últimos anos de vida, ao impetuoso rompante da maré romântica, e toma parte activa, ainda que forçadamente apagada, nos primeiros embates da idéa nova contra o espírito de rotina.

A Marquesa de Alorna é, quanto à sua vida social, uma condigna representante do século em que a sujestão feminina, tendo por campo de domínio os salões das últimas "preciosas", exerceu uma acção decisiva na literatura, na arte e na política.

Literariamente, a sua influência não foi sobremodo fecunda, e a sua acção, ainda que muito digna de interêsse e de estudo, não teve um decidido alcance sobre a organisação doutrinária da escola romântica. No entanto, a Marquesa de Alorna — tantas vezes designada pelo epíteto de "Stael portuguesa" — poude, como a gloriosa filha de Necker, ser incluida no número dos precursores românticos, e isto por rara mercê do seu forte instinto de arte que, mesmo inconscientemente, a levaria a admirar os novos moldes em que se vasava o cándido lirismo dos poetas germânicos—atravez das obras de Klopstock, Wieland e Voss — e a chamar sobre êstes a atenção dos contemporâneos jovens e talentosos.

E aludindo, por agora, apenas à consciente e benéfica acção exercida por D. Leonor de Almeida em favor da "vocação incipiente" de Alexandre Herculano e até sôbre o gôsto de Bocage (— que, para lhe ser agradável, traduziu uma canção de Lessing —), já se recorda que, como precursora, alguns serviços prestou às letras.

*

* *

D. Leonor de Almeida veiu ao mundo em plenos meados do século XVIII, e o ano do seu nascimento marca o límite extremo duma prolongada agonia literária.

Os seus olhos que, dentro dos horisontes literários, se abriram na primeira alva duma madrugada tímida, fecharam-se — noventa anos depois — sob um sol orgulhoso e forte, tão claro e tão límpido que conseguiria afugentar todos os espectros e visões de horror, marchando triunfalmente para um ignoto e lindo destino.

Sigamos êsses noventa anos de desgraça, de ternura, de apoteose e de resignação; acordemos os ecos mortos dessa voz que ainda se ouvia quando, ha menos dum século, se firmaram definitivamente as tréguas entre um amesquinhado mundo de convencionalismos gastos e a aguerrida falange dos que lutavam pelo direito de serem, intelectualmente, dignos filhos do seu século político, de terem direito a serem senhores do seu espírito e a defenderem a pureza dos seus ideais de arte com as mesmas garantias de liberdade com que já podiam defender a justiça de qualquer crença.

Em tôrno da Marquesa de Alorna, encantador vulto de requintada feminilidade que na miséria dourada do seu meio pequenino, desmazelado e intriguista, se destaca como uma doce clareira de grandeza e de desdenhosa elegância, agrupar-se-hão duas ou três figuras das suas mais admiradas contemporâneas, que tambem foram suas amigas e discípulas.

Depois de termos avistado, entre as paredes sumptuosas do velho paço de Santos, o severo grupo da Infanta-

Minerva e das suas eruditas mestras e "tangedoras", depois de termos escutado o bulício da "grade", no convento da Rosa, quando a "décima musa" suspirava de amor, depois de termos evocado o fecundo e luminoso martírio de que foi teatro a cela humilde duma freira de Beja, chegou a vez de se ouvir o mesureiro e pretencioso tiroteio de odes, sonetos, motes e glosas que entre si se jogavam as freiras, sécias, poetas e poetastros que fizeram côrte à graciosa reclusa de Chelas, a êsse "bel astro encantatore" brilhando com luz esplêndida sôbre um mundo de dois palmos, o buliçoso mundo das cabeleiras empoadas e das véstias de setim.

Depois das golas de canudos e do véu de pano liso, os toucados á moda de Versailles, os polvilhos e «sinaisinhos á francesa».

O século da Bastilha e dos fortes da Junqueira, apezar da nota tétrica dos capuzes inquisitoriais e da mancha sangrenta do ano do Terror, sobressai ainda, na história social e literária, como um instante sorridente e fútil, menineiro e saltitante.

Truão dos grandes séculos literários, bobo chocarreiro na côrte grave das potentes eras soberanas, êle ficou, apezar de tudo, o século que sorri, o século do manjar branco e da marmelada, com três "ponderosos" motivos de inspiração a travarem toda a fúria poética: a inauguração da estátua equestre, a estada em Lisboa da célebre Zamperini e a amarga farça da «Viradeira», quando os dardos poéticos se voltaram conta o Marquês de Pombal, ainda hontem adulado e temido.

Mais que nenhuma época social ou literária, é dificil de definir essa desiquilibrada hora de inverosimilhanças e de contrastes, momento em que a ferocidade das instituições políticas e religiosas se antepunha à extrema

liberdade dos costumes, época das Nises e das Nerinas e da fome de Bocage, das guerras do Alecrim e da Mangerona e do suplício do «Judeu», da bonomia do casmurro Lara e da austera rigidez de Antonio Denís no drama judiciário da revolta de Minas.

Procuro agora somente destacar uma figura equilibrada e linda de toda a heterógenea multidão — mística e galhofeira — que, atordoada pelas notas do cantochão e dos psalmos de penitência, depois de ajoelhar e chorar nas ruas diante dos andores, corria a ouvir, nas funções das assembléas mais freqùentadas, as modinhas brazileiras, ou a jogar ás prendas e aos abraços, em salas de fácil ingresso.

Não é, nem podia ser, meu intento pintar com justas cores e tom verdadeiro o quadro geral dêsse século que foi intermédio cómico e momento trágico do grande drama do Tempo, em que os conflitos e a acção nunca chegam a resolver-se e a serenar. Só para conseguir entrar num caminho amplo, que se percorre sem hesitações nem rodeios, fui forçada a atravessar rapidamente a cerração de tão convulsa e instável quadra da vida portuguesa. Recordando a alta individualidade da 4.ª marquesa de Alorna, compete-me apenas contemplar uma vida que foi serena no meio da sua agitação, que foi «ritmicamente» agitada, «cadenciadamente» dispersa.

Apropriando uma tirada enfática de Bocage ao dirigir-se á majestosa Alcipe — invejando-lhe o destino que em longes e livres terras a detinha, — confesso que tambem, «com pejo de existir cá onde ha morte», sinto que me chamam, com apressada insistência, umas «plagas imensas onde tudo é vida....»

CAPÍTULO II

D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre — Marquesa de Alorna, Condessa de Assumar e de Oeynhausen-Groewemburg.
A acidentada vida duma preciosa orquídea fidalga que murchou, velhinha, na ante-manhã do Romantismo. — O vulto grandioso de Leonor de Almeida, sob a luz da sua própria auréola de graça e sob a luz da crítica sincera.

D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre
4.ª Marquesa de Alorna

Quadro pertencente ao Excelentíssimo Senhor Conde da Torre.

«Qual Sappho Lusa, ou Távora Corinna,
«A despedir luzeiros, désce de altas
«Penedîas do Pindo?
«Em seu regaço, as do matiz máis vivo,
«Flôres colheo que spárge a dextra pródiga,
«Enfeite, e aromas dando á Terra, ás gentes.

«Appolo a mão lhe dá. Clio, Calliope
«Lhe vem mil doces vozes murmurando.
«Camões divino, ao lado,
«C'rôa immortal, que as Musas hão tecido
«Para glória de Alcippe ás Nações mostra,
«Ufano das lições, que á Alumna dera.

[«*Ode a Alcippe*» — *tomo III das* «*Obras Completas de Filinto Elysio*» — *ed. Paris 1817.*]

Quem seguisse. minuto a minuto, os oitenta e nove anos de vida da marquesa de Alorna, iria encontrar ensejo e a-propósito não só para tocar em capitais problemas que interessam ao estudo da sociedade, política e literatura portuguesas, durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro quartel do XIX, como tambem para aludir ao quadro geral das grandes côrtes europeias, durante o período que precedeu e imediatamente seguiu a longa convulsão revolucionária de 1789.

A sanguinária luta entre Pombal e a aristocracia, com seu cortejo de mortes e de perseguições, forma o pano de fundo onde se destaca o doloroso alvorecer da infância e primeira mocidade de D. Leonor de Almeida.

Ao passar sobre os dezóito anos de clausura da primogénita dos Alornas — que se prolongaram de 1759 a 1787, seria oportuno descrever o negrume dos cárceres da Junqueira, onde foi enterrada a esplêndida juventude de seu pai, D. João de Almeida, e para retratar a desoladora e beatífica fisionomia dêsses conventos onde as iguarias e os doces serviram de anzol aos arroubos líricos dos vates freqùentadores de "outeiros" e, dum modo geral, quási conseguiram lançar sobre tôda a literatura do tempo um sabor assuçarado e piegas.

Ao folhear a curiosissima correspondência que se trocou entre o 3.º marquês de Alorna e a jovem Alcipe, [4] haveria pretexto para um rápido relance sobre todo o coevo movimento intelectual europeu, cujos corifeus são nela freqùentemente nomeados.

Passando de largo sobre o triste quadro de degradação moral e literária de que foram teatro os primeiros mêses que se seguiram á queda do domínio de Sebastião José de Carvalho, mereceria um pouco de atenção o governo da fanática D. Maria I, quando—parece um amargo paradoxo! — os cárceres políticos se abriram, deixando talvez que melhor se espalhasse sobre todo o reino a opressiva atmosfera que nêles se respirava.

O casamento de D. Leonor de Almeida com o hanoveriano conde de Oeynhausen, que veiu para Portugal acompanhando seu primo co-irmão o Conde reinante de Schaumbourg-Lippe, forneceria talvez ensejo para uma apressada referência à importante acção militar desenvolvida entre nós por alguns notáveis estrátegos estranjeiros.

Ao relatar-se a imponente cerimónia religiosa necessária para a conversão católico-romana do nubente, não seria descabido pôr em foco o ambiente pragmático da côrte que a ela assistiu, côrte falha de autêntica majestade, estigmatizada por flagrante pontinha de ridículo, na qual figurava uma pobre soberana que morreu louca e que, no dizer dum impiedoso irlandês do seu tempo, [5] foi «a decent fresh looking woman», casada com um rei quási imbecil e com o ar embrutecido de qualquer «stupid old guzzling englishman».

Teriamos depois a condessa de Oeynhausen atravessando, apoiada no lial e modesto braço de seu marido, e a caminho de Viena de Austria — onde o conde vai desempenhar as funções de enviado extraordinário—a côrte

feliz de Carlos III, os salões das Tulherias, onde contempla o periclitante trono de Luiz XVI e as salas de Mme. Necker—onde vai encontrar, pela primeira vez, a futura baroneza de Stael, a futura e ciosa apaixonada de Benjamim Constant, então ainda menina.

Seguia-se a longa permanência na côrte de Viena, sujeita ao brando domínio do imperador-filósofo, o velho amigo do duque de Lafões, que acolheu de braços abertos a formosa embaixadora da intelectualidade portuguesa.

E como D. Leonor de Almeida não só escutou, nêsse «seat imperial of music», a voz divina de Luiza Todi e o violino mágico do Padre António da Costa, como tambem os conselhos poéticos do velho Metastasio, as prelengas de grandes estadistas e diplomatas e os ditos dos maiores espirituosos do tempo, oferecia-se ocasião propícia para se discretear sobre os representantes da arte portuguesa na Europa do século XVIII, e para lançar uma rápida vista de olhos sobre um grupo em que figurariam alguns dos mais cotados vultos de compatriotas nossos que, espalhados pelo mundo, contribuiram, tanto no campo literário como no político e mundano, para ilustrar essa época de tão imprecisa fisionomia.

Após o regresso a Portugal de D. Leonor, haveria de apontar-se, como dominante nota biográfica, o seu primeiro e ainda voluntário exílio, provocado principalmente pela presciência dos perigos que ameaçavam as famílias aristocráticas, nos anos em que Paris sucumbia sob a visão da guilhotina, nos meses em que o Terror se saciava. Ver-se hia a condessa de Oeynhausen—então já viuva—recebendo em sua casa, em Portugal, as famílias de refugiados francêses, e, quando o ambiente era de suprema hostilidade contra as «idéas filosóficas» e de feroz e fanática intolerância, ver-se-hia a sua fuga do reino, a ca-

minho da Alemanha, levando nos braços o pequenino herdeiro da sua grande casa.

Assustada pelas vitórias francesas nos campos de além Rheno, ei-la que opta pelo abrigo da protectora Inglaterra, onde se demora sete anos, onde estreita relações com Mme. de Stael e oferece o seu "cottage" elegante ao conde da Provença, ao futuro Luís XVIII, que então se resolvia a esperar na Grã-Bretanha o momento oportuno para a escalada do trono.

Muito perto dessa vida que então iriamos seguindo, passaram estranhas e tumultuosas cavalgadas de horror e de burlesco: passam as horas intensas em que numa praça de Paris tombaram duas cabeças régias e as horas mansas em que um príncipe bonacheirão segreda galanteios às sécias de Queluz: avistam-se as figuras alucinadas dos foragidos políticos e a quieta preciosidade da Stael e de Alcipe, discreteando sobre modas e sobre letras, ambas fugidas ao mesmo vendaval, se bem que animadas de antagónico espírito de resistência: uma, aristocrática até á medula, colocando a majestade do poder real sobranceira a toda a crítica; a outra, dum republicanismo "sui-generis", adversa à causa de Luís XVIII, repelida por Bonaparte, apregoando sempre a beleza ingénua dos primeiros ideais democráticos.

Viriam depois as invasões francesas e surgiria a figura de D. Pedro de Almeida, general marquês de Alorna, irmão de Alcipe, que se une aos exércitos napoleónicos, marchando para um fim inglório, à frente dos legionários portugueses, à frente dos bisonhos filhos dêste desclassificado "centro da ignorância", que souberam morrer como quaisquer outros, soltando sem calor o seu «vive l'Empereur», no sotaque pátrio das suas Beiras e terras de Alentejo.

Convulsionou-se mais a existência febril da fecunda poetisa e conhece-se o curioso pormenor da sua partida para Inglaterra, dias depois do seu regresso à pátria, por imposição da Intendência de Polícia, que só nela considerava agora a irmã dum reu de alta traição e a mãe da fascinante condessa da Ega, decantada vencedora do opressor francês.

Na vida de Alcipe — então já Marquesa de Alorna, já desempenhando o seu papel de reabilitadora da infamada memória fraterna — deixou marcada a sua passagem êsse decisivo e tenebroso momento que a consciência portuguesa viveu, desde o sacrifício de Gomes Freire, imolado em holocausto ao ódio inglês pelo impune crime dos «senhores do Rocio», até à interminável série de vitórias e retrocessos que assinala os primeiros passos da idéa liberal.

Serena e pálida, Leonor de Almeida ouviu, trazidas pela revolução de 20, as mágicas palavras de «Soberania Nacional»; assistiu à reacção absolutista de 23, e alguns anos depois, ouviu, a seu lado, a regente jurar a «carta outorgada».

A apostasia de D. Miguel, sem a sujeitar a novo exílio, obrigou-a ainda a assistir, arrepiada e confrangida, aos espectáculos cruentos dos combates e dos cêrcos.

Na histórica tarde de 24 de Julho de 1833, seu neto, o marquês de Fronteira D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, e o marechal-duque da Terceira, foram ao palácio de Bemfica beijar-lhe a trémula mão que a pena ainda não cansara e que ainda teria forças para apontar a Herculano e a Garrett, soldados liberais de mais obscura glória militar — que então tambem regressavam à pátria — a nova senda iluminada pelo farol romântico.

Indiferente às revoluções palacianas e às intrigas dos

partidos, Alcipe adormeceu no sono da morte, ao completar o octagéssimo ano de existência. Mas se os seus olhos, cansados de ver tanto, voluntariamente se fecharam, sorridentes e tranqùilos, o seu espírito ficou decerto a comtemplar a ascensão do novo sol que primeiro que outrem ela viu nascer, sobre êste canto ocidental de que ninguem se lembrava.

Como um estudo demorado e minucioso sobre a sua vida poderia ser um fio condutor que levasse a tocar em tôdas as malhas da grande meada social que o século XVIII veiu estabelecer, a sua memória poderia ser o símbolo venerável duma elegância moral que quási desapareceu, um modêlo académico de nobres atitudes intelectuais, que, pela complexidade da movimentada e teatral acção que recorda, constituiria um motivo de arte com superiores qualidades de emoção.

*

* *

D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre — conhecida na História da Literatura Portuguesa pelo nome arcádico de «Alcipe» — nasceu em Lisboa, aos 13 de Outubro de 175o, e foi 4.ª marquesa de Alorna, 7.ª condesssa de Assumar, condessa de Oeynhausen, dama da ordem estrelada da Alemanha, dama de honor da rainha de Portugal e dama da real ordem portuguesa de Santa Izabel.

A sua genealogia vai confundir-se com troncos régios, anteriormente aos primeiros alvores da monarquia, mas com mais verosimilhança se pode afirmar que principia com D. Pedro de Almeida, um dos herois de Diu, companheiro de D. João de Mascarenhas.[6]

O título dos Marqueses de Alorna data apenas dos meados do século XVIII e foi conquistado por outro D. Pedro de Almeida, o avô paterno de Alcipe, que durante as guerras da sucessão comandou vários corpos de tropas, sob as ordens superiores do marquês das Minas, sendo um dos poucos generais mestres de campo que conseguiram despertar a avara admiração do marechal Staremberg.

As provas de valor que ilustraram a mocidade de Pedro de Almeida fizeram-no lembrado para o cargo de governador da Índia, quando, em 1747, essa longinqua possessão atravessou um momento crítico, sob o perigo da feroz e selvática invasão dos «maratas». O jovem general, então marquês de Castelo Novo, conseguiu reerguer o enfraquecido domínio português, tomando várias fortalezas que, na data da sua chegada à Índia, já se encontravam nas mãos dos invasores, entre elas a praça de Alorna que veiu a dar nome ao título com que, por hon roso decreto de 9 de Novembro de 1750, D. João V quís galardoar a decisão e o arrojo daquêle a quem chamaram um dos salvadores do nosso domínio no Oriente.

Pelo lado materno, o ascendente mais próximo de Alcipe foi o marquês de Tavora D. Francisco de Assis que tambem exerceu o cargo de vice-rei da Índia, para o qual foi nomeado no próprio ano em que nasceu a futura e celebrada herdeira do marquesado de Alorna. Êsse Tavora, que foi vice-rei da Índia, teve por esposa uma desdenhosa e esbelta flor de altivez cuja estonteante formosura iluminou a côrte fanática e sensual do rei «magnanimo» e cùja orgulhosa cabeça encanecida rolou, juntamente com a do marido e as de dois filhos, pelos degraus do cadafalso de Belem.

Foi do matrimónio de D. João de Almeida Portugal, primogénito do 1.º marquês de Alorna, com D. Leono

de Lorena. filha dos supliciados 3.^{os} marqueses de Tavora, que nasceu a fecunda escritora portuguesa da escola arcádica.

Tinha Leonor de Almeida oito anos de idade quando a tentativa de regicídio, em Setembro de 1758, veiu depor nas mãos de Sebastião José de Carvalho a poderosa arma que lhe garantiria a vitória final na incansável lúta em que se empenhara contra a Companhia de Jesus e contra a nobreza da côrte. Teem-se gasto milhares de páginas de história séria e anedótica para explicar ou interpretar mais ou menos romanticamente qual o verdadeiro papel que representou na emboscada contra o rei—da qual era indigitado organisador o soberbo duque de Aveiro—a família dos Tavoras, fidalgos senhores de altas prosápias, mas lhanos representantes da velha e patriarcal nobreza do reino.

Não é facil apurar quais os pretextos que, em obediência a ordens supremas, entre si concertaram os criminosos e subservientes julgadores encarregados de perder a desventurada família de Leonor de Tavora, cujo único «crime» foi talvez ter querido velar pela honra e pela dignidade de seu filho, atacadas pela própria mão régia, ou — hipótese mais crivel e mais acabrunhante para os seus algozes—o ter irritado a melindrada e plebeia vaidade de Sebastião José, com a desdenhosa superioridade do seu espírito elegante.

Mas se é quási impossivel—graças à propositada «clareza» da documentação existente — iluminar as trevas do macabro mistério que foi abafado entre as negras figuras de toga e de capa e volta, mais dificil ainda é apontar o motivo preciso e definido que conduziu para os fortes da Junqueira os despreocupados vinte e cinco anos de D. João de Almeida, 2.º marquês de Alorna, que uns diziam

"culpado" de ter cedido, no próprio dia do crime, uma arma caçadeira ao filho do duque de Aveiro, e outros julgavam ter expiado apenas o honroso "delicto" de ser genro e cunhado dos Tavoras condenados.

O que se pode avançar com mais garantia de plausibilidade, é que o inteligente marquês de Alorna, por ser um dos mais audazes e ilustrados fidalgos [7] e gosar entre a sua casta dum justo prestígio, estava, "ipso-facto", condenado por aquêle que com o abatimento da nobreza julgava obedecer ao seu alto destino de político.

O atentado contra D. José—que já tem sido considerado como a lamentável consequência dum equívoco, pois era talvez ao primeiro ministro que os ódios acirrados haviam condenado — não teve, durante três mêses, a menor repercussão judiciária. Sebastião José de Carvalho escolhia devagar as vítimas necessárias para o feroz sacrifício.

Mas não demorou mais o golpe decisivo: na madrugada de 13 de Dezembro de 1758, eram cercados os palácios de alguns dos grandes do reino, e sobre os vultos de Francisco de Assis, marquês de Tavora e antigo vice-rei da Índia, de sua mulher e de seus dois filhos — Luís Bernardo e José Maria de Tavora,—de seu genro D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, do duque de Aveiro, do conde de Obidos, do 2.º marquês de Alorna, de sua esposa e de suas duas filhas – D. Leonor e D. Maria —abriram-se as portas dos cárceres e dos conventos, que para alguns dos perseguidos seriam tambem as portas do túmulo ou a lúgubre antecâmara duma morte iminente, infamante e inevitável.

D. João de Almeida poude ainda considerar se feliz, por ter sido dos raros presos de Estado da sua categoria que não sofreu a pena última. Aos vinte e cinco anos,

nas vésperas de partir para França como embaixador na côrte de Luís XV, viu-se violentamente separado da mulher e dos filhos, mas apezar de ter jazido dezóito anos nos horriveis cárceres da Junqueira, cuja história êle próprio escreveu, [8] poude ainda gosar as alegrias da liberdade e a ternura duma família extremosa.

A 2.ª marquesa de Alorna, levando pela mão duas pequeninas prisioneiras de Estado—uma das quais estava predestinada para trilhar dourados caminhos — depoz um beijo apressado na fronte do seu único filho varão, que ficou entregue a alguns familiares e à amiga dedicação do conde de Arcos, e entrou para o convento de Chelas, um dos mais vetustos mosteiros de Lisboa, de cuja situação topográfica e tradições históricas Frei Luís de Sousa nos dá curiosa notícia.

D. Leonor de Almeida entrou para o mosteiro de Chelas aos oito anos de idade e saiu aos vinte e sete; é essa a quadra da sua existência que tem maior interêsse para a história da literatura portuguesa e dela datam as suas produções mais dignas de análise, quando não sejam as mais dignas da alta nomeada da autora.

Na atmosfera do mosteiro, que não foi opressora, D. Leonor respirou a longos haustos revoadas de sonho e de inspiração, e, utilizando nobre e inteligentemente o benefício da relaxada disciplina conventual, poude entregar-se à sua missão auto-didáctica, poude ler, scismar, espreitar o mundo sem lhe correr os perigos, ouvir os conselhos morais e literários de Fr. Alexandre da Silva—o futuro bispo de Malaca, tio de Garrett e seu primeiro mentor,—poude reflectir sobre as páginas de Voltaire, emquanto sua irmã, a loura Maria de Almeida—a doce Daphne de Filinto—se dedicava ao estudo das linguas, do desenho e, sobretudo, da música.

Oferecia o maior interêsse apurar quais as relações literárias e porventura vagamente amorosas que se estabeleceram entre as duas jovens Alornas e dois fieis «habitués» da grade do seu mosteiro: Filinto Elysio — que da sua bolsa, então um pouco próspera, tirou auxílios que respeitosamente depôs nas mãos vazias das reclusas de Chelas [9] — e o apagado Albano (o Dr. Sebastião José Ferreira Barroco) que cedo as deixou, obrigado a partir para a Baïa, no cargo de Desembargador [10].

Nas célebres cartas [11] que D. Leonor trocou com seu pai durante o longo cativeiro—cartas cujos passos mais notáveis se podem ler, esplendidamente comentados, na deliciosa «agua-forte» que, sob o título «Scenas do século XVIII,» nos deixou o talento genial de Maria Amália Vaz de Carvalho — recolhem-se os mais preciosos dados para a sua biografia intelectual. Aí se apontam os nomes dos que ela julgava, e foram realmente, seus mentores espirituais: Francisco Manuel do Nascimento, o amigo de todos os instantes, aquêle cuja generosidade foi tão mal recompensada pelo cativo da Junqueira, [12] e que numa hora inspirada a baptizou de «Alcipe», à maneira arcádica; depois, o já citado Fr. Alexandre da Silva — que, poeticamente, tambem se chamou «Silvio», e o Dr. Inácio Tamagnini, o confessor e o médico, ambos empenhados em tornar sólida a reputação da jovem poetisa a quem, nos dias de festa, os peralvilhos que corriam á grade não se cansavam de admirar e de escutar.

Fr. Alexandre obriga-a a pôr de parte o seu intento de receber o veu preto, o qual nascera da alucinada perturbação em que a deixou a perda duma das imprudentes e perigosas cartas que trocava com seu pai; o Dr. Tamagnini aconselha-a a estudar «lógica», sciência que ela — não escapando ao ambiente de preciosismo em que

vivia — passou a achar absolutamente indispensável para um completo domínio e uma inteira posse da própria inteligência, pois que — como doutoralmente argumenta, em carta a seu pai, — «não basta a lógica natural» e só a arte póde revelar à natureza o que seja «proposição lógica, idéa da imaginação ou do entendimento», e só ela faz conhecer «quais são os erros que nos veem dos sentidos e quais os da autoridade, que cousa é crítica, o que são as idéas simples ou completas», etc.

Ao passo que se dedica com afinco ao estudo do latim, francês, italiano, inglês, alemão — e até do arabe! — D. Leonor cultiva a música, toca no orgão do côro, toma parte, cantando, na aparatosa liturgia das cerimónias conventuais, e, principalmente, entrega-se a devaneios poéticos. Apesar da escassez de motivos de inspiração, apesar da futilidade dos assuntos e da incorrecção natural em quem começa quási exclusivamente entregue ao seu próprio gôsto, apesar das exigências da corrente poética que, mais tarde, quando a sua fama ultrapassou os muros do convento, veiu submetê-la a todos os seus caprichos, é ainda nos versos de Leonor de Almeida atribuidos a essa época de Chelas que poderá vislumbrar-se um vago resquício de emoção sincera. [13]

Como preclara e típica representante do seu século, Alcipe, durante os dezóito anos de reclusão, mostra-se atacada duma grande ânsia de acumular erudição e de tentar percorrer, num golpe de vista fatalmente superficial, o imenso quadro de todo o saber humano.

Emquanto procura esquecer, no convívio das musas, o pesadelo do cadafalso de Belem e a perspectiva dum futuro oprimido pelo mesmo braço que a separara do pai e que ainda tão vigoroso se mostrava, a jovem reclusa de Chelhas vai, inconscientemente, talhando o seu

caminho para a imortalidade, caminho que para ela se mostrou tão fácil de trilhar. Mas o seu espírito precisava de mais variado entretenimento, como as suas maguas necessitavam de mais forte anestésico: vimo-la pôr de parte as tempestuosas tragédias de Corneille e de Racine, para folhear as páginas serenas de Boileau e de Pope, o são humorismo de Cervantes; vimo-la depor o seu Horácio e o seu Vergílio para pegar nos livros proibidos do senhor de Voltaire, de Diderot e de outros «filósofos das idéas francesas», livros onde sua mãe «só encontrava uma blasfémia de cada vez que os abria», e onde ela achava uma pontinha de sabor acre, que tinha a vantagem de lhe couraçar de desdem e de ironia a alma com que era obrigada a ver sofrer a velha Marquesa, presa a um leito de martírio pela impiedosa mão dum déspota.

Essa mocinha que, quando tinha dez para onze anos e mal sabia escrever, se lembrara de «fazer um plano de educação para as donzelas portuguezas,» a tudo se sujeitava menos a vêr-se privada dos livros, únicas vozes que não lhe deixavam ouvir o eco sinistro dos gritos que sua avó e sua mãe, duas Leonores de Tavora, quiseram sufocar na trágica mudez do seu orgulho. Que assim como lhe era francamente permitido ler, tôdas as manhãs, o seu grave Bourdaloue ou o seu sentimental Fenelon, assim fizessem «vista grossa» ao seu scismar sobre aquelas páginas de Voltaire que o senhor seu pai quási tôdas achava só dignas do fogo; em troca, ela prestava-se a desempenhar os serviços conventuais para que a achassem digna, saberia não descurar o seu papel de filha extremosa e, junto ao fulgor da sua auréola literária, deixar ao mundo um tocante exemplo de ternura e de dedicação filial. [11]

Nas festas pelas eleições das abadessas, Leonor de Almeida era o maior «chamariz» dos poetas do tempo, com cuja coorte mais brilhante travou conhecimento, por intermédio de «Silvio», o seu rendido admirador, padre mestre e poeta, traductor de Alceu e Anacreonte: veiu Garção — «Corydon», que ao dia dos seus desasseis anos dedicou uma ode apurada e graciosa [15]; veiu o resmungão Elpino Duriense (Dr. Antonio Ribeiro dos Santos); veiu Almeno (Fr. José do Coração de Jesus) e Alceste (Dr. Inácio Tamagnini), e nunca faltaram os enamorados Filinto e Albano [16].

O estudo da época dos outeiros de Chelas merece suma atenção, não só dentro da biografia da marquesa de Alorna mas tambem como subsídio para a história da poesia portuguesa; pelas odes e epístolas que se trocaram entre os que vinham disputar motes nos certâmens conventuais, entre os que constituiram a côrte de amor duma das mais encantadoras vítimas do conde de Oeiras, não seria talvez difícil recompor êsse movimentado quadro pastoril cujo scenário era uma grade de convento e em que os zagais figurantes eram, mais ou menos, perseguidos políticos. Foi por essa época que Leonor de Almeida deleitadamente se imbuiu no gosto «precioso» da escola arcádica, donde derivaria para a subserviência às formas empoladas da poesia didáctica francesa, abrindo depois caminho ao proto-romantismo em Portugal. Como a leitora de Voltaire e dos enciclopedistas veiu a ser uma aristocrata de rígidos e intransigentes princípios monárquicos e religiosos, assim tambem, por singular contradição, a disciplinada musa dos príncipes da Arcádia passou a ser uma renovadora e, ainda que involuntária, libertadora da inspiração retocadinha. [17]

E' de tal período que, como ficou dito, datam as curio-

sissimas cartas que escreveu a seu pai, as quais veem repletas de opiniões literárias e críticas sobre os grandes vultos do tempo, [18] e historiam pormenores episódicos notáveis para o estudo psico-biográfico dessa mulher extraordinária que, pela sua decidida influência sobre tantos talentos másculos, conseguiu ser entre nós a inconfundivel representante da «haute gomme» feminina dos salões em que brilharam as figuras insinuantes da duquesa de Chatelet, de Carlota von Stein, da gran-duquesa de Saxe Weimar, de tantas outras aristocratas pelo sangue ou pelo espírito.

E' curioso, no entanto, frisar, como acentua M. Amália Vaz de Carvalho, que Leonor de Almeida, apezar de viver entã em permanente conflito com o meio fradesco e apesar de se mover no scenário ridiculamente acanhado do seu mosteiro suburbano, conseguiu não ser uma caricatura grotesca das grandes damas do seu século, fazendo verdadeiros «tours de force» de boa vontade e de graça, como o de representar, numa das salas do convento, autênticas tragédias racineanas, em que tambem entravam a irmã e as amigas, tôdas »vestidas de donaire», com uma «especie de veludilho que se usa agora». Na penosa mocidade de Leonor de Almeida ha, por vezes, roseos clarões de madrugada: são os instantes em que os olhos param de chorar e os lábios param de repetir regras de gramática ou de rezar versos; são os momentos em que a disciplina propositadamente rude a que a jovem Alorna sujeitou o seu espírito alucinado por tantas provações, por tão indefinidos anseios, afrouxou, para deixar irromper a graça altiva dos seus dezóito anos fidalgos, insolentes de beleza, esfusiantes de scentelha e de «verve»...

São os instantes dos lendários episódios anedóticos

que os biógrafos deturparam, mas que, mesmo reconhecendo a sua falta de autenticidade, valem como síntese típica da sua justa reputação de mulher audaz e espirituosa, como amostra do desdem inteligente com que prodigalizava a sua graça natural e sobranceira: é o seu decantado ardil de ter feito entrar no quarto de sua mãe doente seu estremecido irmão D. Pedro de Almeida, nobre herdeiro da sua nobre casa, que para infringir as regras conventuais só rígidas para as vítimas de Pombal, foi forçado a disfarçar-se de aguadeiro e a sujeitar-se aos «pesados» ossos do ofício; é a arrogante resposta dos dois versos de Corneille dirigidos ao Vigário Geral, arcebispo da Lacedemónia, o qual, pretendendo castigá-la por essa transgressão da regra, a condenou a rapar o cabelo e a vestir-se de «côres honestas», e que, não se vendo obedecido, a ameaçou com queixar-se ao «Marquês», ao perseguidor dos Alornas, mas não ao prisioneiro da Junqueira, único «Marquês» a quem Leonor de Almeida devia obediência, visto que

> «Le coeur d'Eleonore est trop noble et trop franc
> Pour craindre ou respecter le bourreau de son sang.» [19]

A partir dos fins de 1776, e com os ataques de paralisia parcial que foram aniquilando o rei, começou a almejar no peito de todos os prisioneiros de Estado, o primeiro clarão de justificada esperança.

E' com ansiada expectativa, que noutras condições seria indigna da sua emotiva feminilidade, que Leonor de Almeida espera as notícias da marcha da morte a caminho do leito régio.

Finalmente, a 24 de Fevereiro, falece o soberano que teve as honras de reformador das finanças e dos estudos,

e que nos dictames morais e políticos que deixou escritos para a filha—vendo-se já livre da influência do Marquês, proibido, desde 4 de Dezembro, de penetrar na câmara real—incluiu o perdão dos presos de Estado. A 25 de Fevereiro abrem-se os cárceres, e à uma hora da madrugada do dia seguinte, a 2.ª Marquesa de Alorna e as duas esbeltas musas arcádicas, rodeadas dos parentes e amigos, reunidos à pressa, voltam a apertar nos braços o esposo e o pai, o desventurado cavaleiro que, dezanove anos antes, fôra enterrar nos fortes do Tejo a sua garbosa e viril mocidade.

Numa renovada e agridoce lua de mel, que envolvia agora tôda a sua perseguida família, o marquês de Alorna parte para Vale de Nabais, próximo de Almeirim, onde se demora pouco, regressando em breve à côrte, para abrir as salas do seu palácio e envolver-se nos conflitos da reacção contra a ditadura pombalina, reacção que, assim como foi desprovida de qualquer cunho de inteligente moderação política, tambem não ofereceu, no que respeita a «viradeira» dos literatos, qualquer apesto de nobre generosidade, mas só duma revoltante e desenfreada violência.

O prolongado cativeiro azedara um pouco o caracter afável D. João de Almeida, e é natural que profundas divergências de opinião sobre assuntos de ordem filosófica (e até literária, possivelmente) entre êle e sua filha Leonor, cujos vinte e sete anos de permanente concentração espiritual já eram incapazes duma apostasia, impelissem esta a apressar o seu casamento com Carlos Augusto, conde de Oeynhausen-Groewemburg, o qual, segundo diz o Dr. Teofilo Braga, já fôra, em Chelas, um dos mais assíduos assistentes nas «leituras» da formosa Alcipe [20].

O casamento de Leonor de Almeida, em 1779, não marca o fim do período da sua vida cujo conhecimento relativamente minucioso é quási indispensável para formar um juízo literário sobre a sua curiosa individualidade. Acrescentarei, portanto, na parte biográfica, algumas referências, ainda qne só relativas a factos capitais, uma vez que, como já disse no rápido esboço que comecei por traçar, seria quási impossivel, pela complexa série de acontecimentos de interêsse político português e europeu a que essa individualidade está ligada, fazer, nestas páginas sem ambições, um apanhado completo do vasto quadro em que se destaca o seu glorioso e nítido perfil.

Mas ao terminar a primeira parte dêste bosquejo biográfico, parece-me bem transcrever um trecho extraído das «Scenas do século XVIII», o delicioso painel que tem por centro a figura singularmente bela de Leonor de Almeida e que o forte e pródigo poder evocador de Maria Amália Vaz de Carvalho quís legar às letras do seu país, como última dádiva generosa. [21] Com a devida vénia, ouçamos como a mais autorizada e sonora voz de mulher que se ouviu em tôda a literatura portuguesa do século XIX, explica as influências de caracter atávico ou filhas da desgraça e do meio, que se exerceram directamente sobre a mocidade e o talento da 4.ª Marquesa de Alorna, ou seja sobre outra clara voz de mulher que enriqueceu outro século:

«Neste nosso tempo de alta civilização intelectual em «que as noções mais complicadas da sciência humana «penetram, por meio da extrema vulgarisação das idéas, «até nos espiritos menos preparados por uma forte edu«cação técnica para as receberem; neste nosso tempo— «quem pode ignorar as influências poderosas que a here-

«ditariedade exerce na formação de um organismo? De «um lado a energia indomável do ânimo da Marquesa «de Távora, o seu amor pelas especulações da inteligên«cia ou pelas graças e encantos da literatura; o fino orgu«lho de raça que a exalta, a sua capacidade extraordinária «de sofrer, com altiva resignação, a injusta fortuna: por «outro lado a valentia heróica de D. Pedro de Almeida, «a sua superioridade de inteligência e de caracter mani«festada em acidentados lances, reflectir-se-hão, com as «mudanças inevitáveis de circunstâncias e de meio, na «fisionomia de Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna.

«Mas não sómente influências atàvicas tinham de actuar «eficazmente no seu espírito; outra força ainda mais «enérgica, ainda mais directa e positiva havia de exercer «a sua acção dominante nêsse temperamento delicado e «resistente, enérgico e flexivel, capaz de dobrar-se com «a graça pendida de uma flor, e de reagir com a inque«brantável coragem de uma alma de antiga têmpera.

«A infância de Leonor de Almeida foi obumbrada «pela tragédia histórica que, numa espécie de rubra nu«vem de sangue, envolveu tôda a sua bela, florescente e «poderosa família e a fulminou com raio sinistro.

«Não contariamos aqui essa catástrofe por demais co«nhecida, se não atribuissemos, tanto a ela em si como «às circunstâncias impressionadoras que a revestiram, «uma influência decisiva no espírito de Leonor de Al«meida.. As sombrias ramificações dêsse drama enlaça«ram estreitamente o destino da nossa heroína.

«Á sombra densissima que a cingiu desde a infância; «às lagrimas maternas que lhe regaram a cabeça infantil «e deliciosamente linda; ao horror mil vêzes lembrado «do suplício dos seus; à crudelissima e longa clausura «dêsse pai adorado, com quem ela viveu em íntima comu-

«nhão espiritual; às tristezas da sua adolescência, que «buscara na poesia um refúgio abençoado, um voluptu«oso anestesiante das torturas da alma; à disciplina fér«rea a que ela sujeitou o seu alto entendimento — a tôdas «estas circunstâncias romanescas e dolorosas deveu ela «de-certo parte do seu talento singular. As duas quali«dades predominantes desta inteligência de mulher são o «vigor quási viril do pensamento experimentado, e a ex«trema cultura adquirida em longos anos de prisão. Re«sistiu ao desespêro pelo trabalho e pelo estudo; resis«tiu ao tédio mortal pela curiosidade viva das cousas, que «a teve sempre em comunicação simpática com o mundo «exterior.

«Foi, portanto, a desgraça dos seus, o género espe«cial e trágico e grandioso dessa desgraça immerecida, «que fêz dela a mulher forte, desenganada e triste que a «vemos ser desde os quinze anos!

*

* *

Uma vez realizado o seu casamento, D. Leonor de Almeida, agora condessa de Oeynhausen, parte para o Porto, onde seu marido ia assumir o posto de coronel do 6.º regimento de infantaria.

Nessa cidade, nasce-lhe a primeira filha — D. Leonor Benedicta, futura marquesa de Fronteira. Pouco depois, vem a Salvaterra, onde estava a côrte e onde após uma estada de dois meses em que conviveu intimamente com a raínha, consegue para o conde de Oeynhausen o lugar de enviado extraordinário junto da faustuosa côrte vienense.

Faz uma rápida mas não despercebida passagem pe-

das côrtes de Madrid e Paris, e tendo já auscultado o ascendente que sôbre a sociedade e a cultura exerciam as intelectuais dos salões e do «preciosismo», chega a Viena, onde a imperatriz Maria Tereza ainda pode, nos últimos anos de vida, manifestar-lhe uma viva simpatia, que se transmitiu a seu filho, José II, o rei filósofo e amigo dos sábios.

A reservada aristocracia vienense, após o primeiro período de hesitação, recebe tambem de braços abertos a jovem condessa, a graciosa Alcipe, cuja fama já ultrapassara as fronteiras pátrias.

Conversando com o imperador sôbre assuntos que sobremaneira o prendiam, como fosse a iniciativa do amigo comum, o duque de Lafões, que então andava tratando da fundação da Academia das Sciências; acolhendo benevolamente um grande músico português, amigo de Glück, o original Padre António da Costa, que, numa das suas curiosissimas e valiosas cartas, alude ao seu agrado de portuguesa; ouvindo, deleitada, as árias de Luísa Todi, e escutando, sorridente, o canto de cisne do velho Metastásio; estabelecendo relações afáveis e amistosas com diplomatas e estadistas; atraindo a benévola atenção de Pio VI que, em 1781, visitou Viena, tendo ainda tempo para tratar das três filhas que aí lhe nasceram, e para se dedicar à pintura,[22] Leonor de Almeida, distribuindo aplausos, prodigalizando boas palavras e melhores sorrisos, tentando exercer a fácil sujestão do seu "charme" pessoal e da sua resplandecente formosura, consegue fazer-se estimada e quási indispensável.

Para comprovar como a condessa de Oeynhausen aceitou inteligentemente a brusca e desconcertante transplantação dum mosteiro dos arrabaldes de Lisboa para o requintado mundanismo da côrte vienense, e como soube

honrar, pelos seus talentos e graças, o nome que usava e o da pátria, basta que recordemos os testemunhos de simpatia e de afecto que lhe prestaram os grandes vultos com que conviveu, a começar no imperador, que lhe concede a insígnia e diploma da Cruz Estrelada, e a terminar no velho poeta cesáreo que, ainda galanteador aos oitenta e três anos de idade, se despede dela com requebrados conceitos poéticos. [23]

Por motivo de Alcipe se dar mal com o clima nórdico, seu marido, então já marechal de campo, obteve licença para regressar a Lisboa, onde chegaram em 1790, depois duma longa digressão por França e Espanha, com demoradas paragens. Em Avignon, nasce-lhes o seu primeiro filho varão[24]. Leonor, depois de passar em Toulon, onde deixa a sua presença assinalada pela santa obra de caridade de libertar um inocente, em Marselha, onde nasce sua filha Henriqueta[25], e em várias cidades espanholas, onde atravessou os perigos e as aventuras duma inundação e dum ataque de salteadores, entra finalmente no reino pela estrada de Elvas.

Ao passar por França, nessa viagem de regresso, Alcipe trava conhecimento com Delille, cujo poema dos «Jardins», com seu intenso sabor pastoril e bucólico, veiu reflectir-se um pouco na factura das suas «Recreações Botanicas», afastando-a até certo ponto da influência alemã, a que mais tarde gostosamente voltaria.

Em Lisboa, devia ter causado um leve rumor de escândalo, a entrada da famosa condessa, que sabia tão bem discretear sobre as adoradas e temiveis «idéas francesas».

Alcipe volta a ter, agora nas salas do seu palácio, uma pequena côrte poética, onde gosa de supremo favor a pura corrente «filintista», a qual, segundo parece, só

não tinha a simpatia duma das «habituées» dessas reuniões, a poetisa D. Catarina de Sousa, viscondessa de Balsemão.

O conde de Oeynhausen é nomeado governador do Algarve, Tenente General e Inspector Geral de infantaria, mas pouco tempo depois, após várias digressões pelas províncias, vem a falecer, em Março de 1793, deixando a memória dum modesto e honrado cavaleiro, que só temia a Deus e nada quís dever aos homens [26].

Como em Lisboa já lhe tinham nascido mais dois filhos, Luísa e João Ulrico [27], a condessa de Oeynhausen ficou viuva com seis crianças, nêsse convulso ano da revolução francesa. Já eram mortas a mãe e a irmã; a fortuna era pouca, e para viver numa relativa abastança, Alcipe, cuja dor pela morte do marido foi extrema e dilacerante [28], retira-se para a quinta de Almeirim, onde se entretem a organisar uma escola para as raparigas do campo, e a escrever, em verso, trechos da história de Portugal, para suas filhas lerem.

Regressando a Lisboa, é ouvida com respeito pela mocidade intelectual, e tem ocasião de ver o génio exuberante de Bocage, a quem chama a atenção para o conhecimento dos poetas alemães, sufocado no negrume das masmorras do Limoeiro.

Data dessa época o episódio jocosério de a ter o principe regente encarregado de traçar o plano para a decoração pictural do palácio da Ajuda, e de, pouco depois, e por mesquinhas intrigas palacianas, a ter dispensado de tal serviço, dando-lhe, como prémio de consolação, o título de dama de honor da princesa D. Carlota Joaquina.

Entrementes, a gigantesca mão do Terror alongara sôbre a Europa a sua sombra apavorante. Pina Manique

não poupava a suspeitas nem as fidalgas nem os sábios ; a condessa ouve murmurar que a Intendência a olha como a introdutora em Portugal da «maçonaria das Damas», e tendo já experimentado o duro pêso das perseguições, não espera que o perigo se torne iminente.

Logo após a morte de seu pai, sucedida em Junho de 1802, entrega aos cuidados de seu irmão as filhas mais novas, e tendo obtido licença da côrte, sob o pretexto de que necessitava tratar dos seus interêsses na Alemanha, parte com o filho, o pequeno conde de Oeynhausen, João Ulrico. Não fêz, porém, tão longa jornada, porque, sabendo das vitórias francesas de além Reno, prefere seguir para Inglaterra, embarcando em Corunha, numa das naus com que Lord Beauclerk andava vigiando as costas da Espanha [32].

Essa primeira permanência na Gran-Bretanha durou até á restauração da monarquia portuguesa, em 1809, e, durante ela, D. Leonor entrega-se com mais afinco às preocupações literárias, não se desinteressando do que se passava na pátria, a qual estava atravessando algumas espantosas convulsões políticas, que se iriam reflectir em vários membros da sua desventurada família.

Logo que teve conhecimento de que os reis de Portugal se haviam refugiado no Brasil, manda para lá seu filho, quási criança, para que cumpra os deveres de cortezão, que então competiam aos liais fidalgos ainda moços demais para combater.

Por essa mesma ocasião, ia Junot atravessando a Beira, onde chegara a 24 de Novembro de 1807, e preparava-se para a sua "brilhante" entrada em Lisboa, à frente de mil e quinhentos maltrapilhos, que, por arrastarem — presas aos rasgões dos uniformes—as insígnias de soldados napo-

leónicos, conseguiram estarrecer um povo embrutecido, mas menos aviltado do que o julgavam aquêles que, ao partirem para o Brasil, lhe recomendavam que recebesse como libertadoras e amigas as tropas do invasor.

Junot, arrogante e soberbo, manda o marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida, comandar a legião portuguesa que ia auxiliar Napoleão, e que deixou o país na primavera de 1808, [33] e começa a perturbar, com o arrogante garbo do seu porte marcial, a galante condessinha da Ega, cuja recordação de irónica e estouvada beleza ficou gravada na história anedótica das invasões francesas.

O marechal invasor, depois da infeliz convenção de Sintra—infeliz para nós, principalmente—, é forçado a abandonar o território português, levando consigo aquela pobre Mme. Junot, que foi condessa de Abrantes e inconfidente cronista das próprias misérias familiares.

É por essa época que os governadores do reino dão por traidor o Marquês de Alorna, e obrigam a condessa de Oeynhausen, recem-chegada de Inglaterra, a partir de novo para êsse país, visto que o facto de ser dama de honor da princesa D. Carlota Joaquina não a ilibou de considerarem suspeita a sua volta, atento o seu estreito parentesco com a condessa da Ega e com D. Pedro de Almeida.

Sem que lhe permitissem levar «os netos da casa de Fronteira», [34] sem que de nada lhe valesse a memória de honra e lialdade que seu marido deixára, Alcipe é forçada a regressar à Gran-Bretanha, onde permanece mais quatro anos, vivendo quásí sempre em Glocester, nas visinhanças do país de Gales. É então que, emquanto a pátria sofre ainda as invasões de Soult, de Massena e de Marmont, Leonor gasta os seus ócios fazendo correctas

traduções dum poema de Thompson, [35] de «An Essay of Criticism» de Pope, duma ode de Grey, etc. Foi então que compoz o seu poema didáctico das «Recreações Botanicas»; foi então que se esmerou na versão portuguesa da Poética de Horácio, trabalho que, como dádiva que ela bem sabia quanto seria apreciada, enviou a Filinto Elysio pela condessa da Ega, por ocasião desta visitar Paris.

Pela mesma época, o critério literário de Leonor de Almeida vai-se familiarizando com o vitorioso impulso do proto-romantismo inglês e alemão, graças sobretudo ao íntimo convívio com Mme. de Stael, com quem algumas vezes se encontrou em casa do duque de Palmela D. Pedro de Sousa Holstein, [36] estabelecendo-se entre ambas uma viva amizade que, atenta a vincada divergência de convicções políticas, só testemunha a comum superioridade dos seus hábitos de delicadeza mundana.

Mas estava escrito que a vida de Alcipe seria uma ininterrupta cadeia de trabalhos. Seu irmão, D. Pedro de Almeida, morre em Konigsberg, em 1813, sem ter tempo de destruir a injusta acusação de traidor à patria [37]. D. Leonor sente a necessidade de agir contra a fortuna adversa, e, pedindo vénia á côrte do Rio de Janeiro, consegue finalmente reentrar em Lisboa, decidida a reabilitar a memória do irmão e a reivindicar os bens da sua casa, que o fisco lhe extorquira.

Consegue ser bem sucedida nessa nobre missão em que gastou dez longos anos de vida [38], durante os quais residiu quási sempre no palácio de Bemfica, resumindo a sua actividade literária à tradução de «O rapto de Proserpina», poema latino de Claudiano, do «Ensaio sobre a indiferença religiosa» de Lamennais, à paráfrase do

psaltério, obra que Camilo julga superior a outra semelhante que deixou o padre Caldas.

Achando-se já senhora do título de Marquesa de Alorna, de que era herdeira e que quisera ver lavado de qualquer mancha, D. Leonor passou a residir periodicamente em Almeirim, e principalmente em Almada, onde a sua caridade lhe grangeou outro título não menos honroso, a popular designação de «mãe de Cacilhas».

Depois de ter assistido a scenas vergonhosas e tristes, e de ter vivido momentos libertadores, por ocasião do protectorado de Beresford, da chamada conspiração de Gomes Freire e da vitoriosa revolução de 1820, sofre ainda o crudelissimo golpe da perda de seu único filho varão, o conde João Ulrico de Oeynhausen, tenente coronel de cavalaria 4, morto em plena mocidade.

A Marquesa de Alorna vive ainda dezassete anos. Não sucumbiu à dor mas emudeceu, e como o seu prestígio na sociedade e no mundo literário ia sempre crescendo, razão tinha ela para dizer que «era um cadaver galvanizado que não podia com tanta gala», frase que um emigrado político seu protegido lhe ouviu pronunciar, quando o cônsul de França lhe entregava o diploma dum prémio ganho num certâmen de matemática promovido pela Academia de Paris.

Durante êsses dezassete anos, quási todo o seu labor espiritual se limitou à tradução — feita a instâncias de suas filhas, que a todo o transe a procuravam distrair — dos cantos quinto e sexto do poema «Oberon» de Wieland.

Até 1839, ano do seu falecimento, assistiu a tôdas as agitações políticas que se sucederam, podendo gabar-se de, apesar de ter parentes chegados entre as fileiras liberais, não ser vítima de qualquer perseguição por parte dos «caceteiros» do senhor D. Miguel, como já o fôra

por parte dos espiões de Pombal e dos esbirros de Manique. O rei absoluto respeitou sempre na Marquesa de Alorna a antiga dama de honor daquela cuja facciosa ternura materna tão grandes ilusões lhe fez criar.

D. Leonor ainda apareceu, na abertura das côrtes, em 1826, no séquito da senhora infanta regente, desempenhando tambem as funções de dama de honor; esteve presente na solenidade em que a regente entregou a D. Miguel o governo do reino e assistiu ao «Te-Deum» de graças por se reunirem em Lisboa D. Pedro IV e sua filha D. Maria II. Presenceou o primeiro casamento desta com o principe Augusto de Leuchtenberg, e se não figurou na cerimónia das segundas núpcias, não foi contudo esquecida pelos soberanos, que a condecoraram então com as insígnias da ordem de S.ta Isabel.

Quando Luís Mousinho de Albuquerque regeu a cadeira de física e química na Escola Politécnica, recentemente inaugurada, D. Leonor de Almeida foi com freqüência ouvir as suas doutas prelecções.

Depois de ter recebido as visitas dos principes reais e de ter recebido provas da maior consideração por parte dos seus mais ilustres comtemporâneos, a 4.a marquesa do Alorna terminou, a 13 de Outubro de 1839, uma longa existência, que, literariamente, tem para nós o grande interêsse de ser o mais visível marco miliário entre o último estertor do passado clássico e a suave primavera da primeira infância romântica.

Dos seus últimos anos os pormenores biográficos que maior atenção merecem a quem pretenda estudar a sua personalidade literária, são, sem dúvida, o da sua reluctância em travar conhecimento com Garrett, porque o famoso bardo romântico tratou mal, no poema «D. Branca», a uma infanta portuguesa, e o de ter tido en-

sejo de exercer uma benéfica acção sôbre os primeiros passos de Herculano na carreira das letras. Herculano nunca renegou a sua filiação espiritual, e decerto poderia responder com gratidão à pregunta que, numa das suas epístolas, a marquesa dirigiu ao conde de Sabugal, e que melhor aceitaria como endereçada à precoce scintilação do seu génio alvorescente e ainda indeciso sôbre o verdadeiro caminho para o templo de Minerva:

> Quem verteo na tua alma o amor das letras?
> Quem tuas idéas juvenis, sensatas,
> Aos templos de Minerva dirigiu..?

*

* *

Dou por terminado este incompleto bosquejo biográfico sobre a marquesa de Alorna, porque já é tempo de percorrer, ainda que apressadamente, os seis livros das suas «Obras Poeticas».

Parece-me ter dito quanto bastava para fazer compreender como a sua individualidade foi marcante na sua época e quási necessária para imprimir a êsse conturbado período um supremo cunho de espiritualidade graciosa.

Já sustentei que a história da sua vida poderia servir como um fácil e fortemente evocador motivo de arte. Insisto agora: vida agitada e linda como a sua, só a sua radiosa actividade a poderia ter vivido, e porque essa existência, luminosa e alva como um primeiro sorriso de amor, foi regrada por uma vontade forte e perfumada por uma graça frágil, é ela a sua melhor obra, obra que vale por um tumultuoso romance de mil páginas, acertado à rara e discreta cadência das prosas magistrais.

*
* *

Compulsando os seis volumes de aspecto pouco tranqùilizador para qualquer paciência, que constituem as «Obras Poeticas» da Marquesa de Alorna[39], a primeira impressão é sempre de surprêsa pela assombrosa fertilidade da autora. Seria quási inacreditável, se os factos não estivessem a comprová-lo, que essa mulher cuja vida aventurosa, cortada por tais desgostos e dourada por tais honrarias, acaba de ser inperfeitamente descrita, pudesse conciliar os encargos da sua situação mundana, as preocupações da sua grande casa, os cuidados pela sua numerosa descendência e os desgostos de tôda a ordem, com tão freqùentes divagações literárias e entretenimentos próprios dum requintado «snobismo» intelectual.

De modo algum quer isto dizer que, como sustentaram os críticos do século passado, como é ainda opinião muito corrente, o ócio duma vida remansosa e uma profunda tranqùilidade espiritual sejam factores de suma importância para a melhor «qualidade» de produção intelectual. Os exemplos de Camões e de Bocage são demasiado eloqùentes para que seja necessário argumentar contra ou a favor desta asserção.

No entanto, a Marquesa de Alorna não teve, como os grandes poetas aventureiros, o estímulo da solidão e de grandes desastres suportados longe de qualquer convivência inteligente, e, se alguma cousa explica a sua extrema fecundidade poética, é antes o estímulo nascido duma natural emulação ou duma pequenina e bem humana vaidade, que, uma vez que ela se encontrava arvorada em suprema intelectual feminina, não lhe permitiu emudecer a tempo ou esperar que um motivo de inspi-

ração sincera e emotiva tocasse a sua arte dum vincado e agradável cunho de expontaneidade.

Dessa febre de ostentação e do característico gôsto de «escrever e ir logo mostrar», o qual, de resto, parece comprovado por um explícito comentário de Elpino Duriense,[40] ressente-se quási todo o labor poético de D. Leonor do Almeida. Pondo já de parte as suas obras de tradução, que constituem o seu melhor pergaminho de honra literária e são, sem sombra de dúvida, de escrupulosa probidade, porque representam apenas um ensejo de, contrafazendo motivos de inspiração alheia, patentear alguns confessos e evidentes cuidados estilísticos, as poesias avulsas da Marquesa de Alorna carecem quási sempre dum bem claro sinal de irreprimida emoção, de arrebatamento mal contido e insofridamente exuberante.

É claro que ha algumas restrições a fazer a tão franco juízo, mas não são elas tantas que ponham em risco a sincera convicção de que a reclusa de Chelas deixou a sua musa banhar-se demoradamente na mais caudalosa fase da corrente filintista e que só com sacrifício afugentou, por vezes, as revoadas arcádico-mitológicas que lhe bailavam no cérebro.

Significa este comentário que deva negar-se razão de ser à fama literária de Alcipe, fama que tão abonada se encontra pelo rendido preito de tantos astros de primeira grandeza no nosso universo das letras? De forma alguma. Não será porque Castilho, o crítico do século passado que menos mereceu semelhante nome pela facciosa benignidade dos seus juízos, se recusou a falar abertamente dos méritos de Alcipe[41], que ousará negar-se ter sido a Marquesa de Alorna uma erudita completa e uma poetisa quási sempre graciosa e elegante,

expressando numa lingua pura os seus pensamentos curiosos e, por vezes, comedidamente originais, possuindo um estro fácil e cuja primeira característica é uma certa leveza, que nem por ter sido rebuscada deixa de agradar.

Se fossem estas as qualidades que bastam para ser um grande poeta, a Marquesa de Alorna seria uma grande poetisa.

Chegam, no entanto, para colocar a sua possuidora num lugar proemiente dentro da sua quadra literária, um pouco abaixo de Garção e de Filinto, muito abaixo de Bocage, num lugar que dificilmente passaria despercebido, mesmo se Alcipe não tivesse tido a aureolar-lhe a fronte, a coroa dum martírio injusto e espectaculoso. ¿Mas se a sua própria vida foi uma ode em que às estâncias de inútil desesperação se sucederam estrofes de orgulho e de grandeza, se tôda a sua vida foi um longo capítulo de literatura romanesca, como se manteria discreta a arroubada admiração dos poetas comtemporâneos, como não se alteraria um pouco a justa visão da crítica, como poderia a reclusa de Chelas deixar de ser a «Alcipe» de Filinto e de Bocage, a «Sappho-Alcipe», a «nobre Vate», a «Lusa Urania» cuja dulcissima voz saberia, meiga, fazer ressurgir o estro adormecido dos poetas cansados?

Ha figuras que no quadro geral do seu século parecem ser apenas um pormenor indispensável para lhe dar a última «nuance» que o envolva numa meia tinta de equilíbrio e de relativa harmonia entre o diverso espírito das suas partes componentes. As figuras de fundo das grandes telas de movimento, podem, junto aos vultos do primeiro plano, parecer mesquinhas ou fúteis, mas guardam em si um mágico segredo de graça, porque, sem elas,

tôda a intenção da factura, todo o conceito que acaso esta poderia provocar, tôda a sua força de emotividade, se dilue pelo aspecto independente das "partes", aspecto que distrai a vista mas não chega à alma.

Olhando, atravez da sua vida de tão instáveis momentos de negrume e de aleluia, a representativa e quási emblemática figura da Marquesa de Alorna, sente-se a impressão de que ela veiu completar a "desconexa unidade" do seu século, conturbada época de ousadias e de servilismos, momento em que «Os Lusíadas» foram parodiados e em que, esmagado sob o pêso duma miséria sem grandeza, o próprio génio de Elmano foi o "portrait-charge" do génio de Camões: século de contrastes desconcertantes e fortes; vida de tão diversas horas e de tão vária fortuna!

Percorrendo as "Obras Poeticas" da Marquesa de Alorna e as suas cartas em prosa, encontrar-se-hão quási todos os grandes nomes portugueses do "século excepcional", dormindo serenamente em cada uma dessas folhas que hoje raramente alguem desperta do seu inevitável esquecimento; tôda a vida literária da época deixou alí o seu cartão de visita, com gentilezas e mesuras, e quando das intactas folhas não soltasse vôo, de cada vez que alguem lhes toca, o bando alado das deidades, numes, quimeras, querubins, musas e ninfas, nem por isso se deixaria de sentir que era o vento tépido e molengão dos montes da Arcádia, o único que por ali soprava à vontade.

Só ao chegar aos últimos tômos das "Obras Poeticas", se encontrará qualquer cousa que recorde as zonas quietas e puras do renascimento clássico (como sejam as traduções de Horácio) ou a quadra imprecisa dos primeiros alvores românticos (como seja a tradução do "Oberon" de Wieland).

Vão ser folheadas essas páginas; vão ser acordados os numes adormecidos e as nifas encantadas.

*
* *

O primeiro tômo das «Obras Poeticas» é o que inclue as «poesias de Chelas», isto é, os versos em que vai passando o dia a dia duma mocidade curiosa e inteligente, que vê todos os seus horisontes delimitados às paredes dum convento, ao convívio de alguns raros amigos e às formosuras bucólicas do vale que já Frei Luís de Sousa achava «assaz deleitoso», por ter «copia de quintas e frescura de hortas e pomares».

È nas poesias datadas de Chelas e dirigidas aos parentes e amigos mais queridos — a Pierio (nome por que a poetisa designa não só seu irmão D. Pedro de Almeida como o poeta Pedro Caetano Pinto, amigo de Filinto e criticado por Garção), a Filinto, a Tirce (a poetisa D. Thereza de Melo Breyner) e a muitos mais — que se poderão acaso encontrar quaisquer passos vagamente sujeitos a uma inspiração sincera e deixando adivinhar o ritmo lânguido dum coração verdadeiramente desolado ante a única perspectiva que lhe era permitida: a dum futuro completado por dias sem qualquer vislumbre de interêsse, todos iguais entre si e iguais aquêles que se iam monotonamente gastando.

Não custa a crer que estando a linda e jovem reclusa a ver passar no espelho das aguas de algum rio, pertinho dalí, as imagens de horas felizes que já não esperava do Futuro, começasse a rezar os seus versos pobres e ingénuos, e sentisse que se lhe «despenhava do peito o gosto brando», no momento em que vinha despertá-la a sineta

do mosteiro tocando a vésperas ou a voz fresca da camponesa que lavava no rio, entregue à sua vida trabalhosa mas livre:

> Lá vão parar meus gostos no Oceano,
> Ficando inanimado o peito e frio,
> Que o receio buscou só por seu damno....
>
> Acabou-se o contente desvario,
> E meus olhos saudosos ao engano
> Quasi querem formar um novo rio.

A amargura e a beleza trágica da sua situação e da de tôda a sua perseguida família, são o grande motivo de Leonor de Almeida, justamente idólatra dessa própria dor que lhe forneceu os únicos assômos de indignada energia com que o seu estro foi comtemplado.

Tem uma certa grandeza audaz e linda o cartel de desafio que ela arremessa à Fortuna, quando mostra não lhe bastar «a apagada e vil tristeza» duma vida que já lhe decorre sem sobressaltos nem perigos iminentes: ou a morte ou uma felicidade inteira, triunfante e esplêndida. Em dia dos seus anos, ouvimo-la lançar ao Tempo o seu dilema decisivo:

> Dia cruel, no qual ao bem resiste
> A memoria de uns annos desgraçados,
> Ou brilha vencedor de injustos fados,
> Ou não tornes a vir como hoje triste...

Com vaga intuição, ela viu, e disse-o como discreta «aluna de Camões», na própria fonte da sua tristeza o reflexo da sua futura glória literária:

> Eu cantarei um dia da tristeza
> Por uns termos tão ternos e saudosos,
> Que deixem aos alegres invejosos
> De chorarem o mal que lhes não peza...

Entremeando êstes espontâneos queixumes, ha as inevitáveis futilidades, presas ao «rame-rame» da vida conventual, às modas e a alguns dos menos felizes artifícios poéticos então em voga: ha o soneto «agradecendo uma lata de chá» — «essas orientais gotas saudaveis» — e ha o soneto com falas «de trez», ou seja, por exemplo, de «Phyles — a minha discípula Mariana» —, [42] de «Lilia — eu» —, [43] e de «Marcia — minha irmã D. Maria d'Almeida—, que foi depois condessa da Ribeira» [44].

Ha quadras frias, definindo por uma forma muito «terra a terra», e até certo ponto sob uma lastimável faceta de egoismo, sentimentos que lhe não eram desconhecidos:

> A Amizade não é um fogo puro
> Que duas almas acordes alumia,
> São preocupações prudentes do futuro
> Envoltas em presente tyrannia.

Ha os grandes contrassensos, indicando o tal «snobismo» revelador de falsa e falha inspiração, a que já se fez referência e que tanto deve contribuir para nos abrir os olhos sobre os exagêros apologistas da Fama. Vimo-la, agora, definindo o Amor como sendo, não «um doce clamor da sabia natureza», mas um rapaz de flechas pendentes e «filho da liberdade e da vileza»; logo a seguir, ouvimo-la, já animada doutras idéas, erguer o seu hino à Fantasia: — «Nume que tens em tuas mãos um remédio santo, vê se consegues sossegar todos os meus males, mostrando-me

> . . . . a lindissima figura
> Com que de amor meus ternos olhos cegas...

E a mesma Fantasia que tais milagres opera e que assim merece ser cantada, é repelida, um pouco mais adiante, como maldita geradora de pensamentos vãos.

As Canções são, em regra, massudissimas e arcádicas em extrêmo, se bem que, por vezes, apresentem algumas «tornadas» finais menos infelizes e tragam algumas notas da autora que teem um relativo interêsse psicológico, como aquela em que declara que «a ternura desta canção não condiz com o meu genio agreste», declaração imprevista e que implica uma pretensa preocupação de sinceridade.

Desta mesma preocupação resulta, aqui e alí, uma rápida nota impressionista, um simples apontamento poético, que consegue principalmente mostrar-nos quanto levava em gôsto convencer os seus leitores de que tudo se passara como ela contava. Ñuma epístola em resposta a um idílio que Almeno lhe mandou, vem a nota seguinte: «Esta epistola tem o merecimento (talvez unico) de ser uma sincera relação do que passei com o idílio d'Almeno; tudo quanto digo teve lugar na cêrca, onde li o papel á vista de Marcia, debaixo de uma parreira, ao luar». E, com a serenidade duma observadora impassivel, descreve:

E fui ao campo ler o teu idylio.
Sentei-me ao pé de um tronco, que sobr'elle
Tinha enredado o filho de Semele
A planta que protege; doce abrigo
Achei; Marcia tambem, que era comigo.
Era já noite; em silencio estava
O quieto jardim, e só brincava
Co'as ondas de uma fonte prateada
De Cynthia a imagem tremula e quebrada..

As odes são em geral frias, quási gélidas, mas algumas apresentam a particularidade curiosa de serem dirigidas ou de nelas se encontrarem referências a muitos vultos notáveis da época, e de virem quási sempre

acompanhadas pelas respostas dos poetas a quem foram dedicadas ou pelas poesias que as provocaram.

As églogas e elegias, quási sempre muito extensas, não se recomendam por qualquer sombra de ardor ou de transparente e suave melancolia, e parece serem elas que melhor justificam, pelo ténue e insípido subjectivismo que aí ficou reflectido, o rápido e severo juízo de Maria Amália Vaz de Carvalho sob as decantadas poesias de Chelas: «Pelo modo de versejar, Leonor pertence inteira-«mente nesta primeira fase da sua vida à escola pseudo «classica do século XVIII, no que ela tem de mais falso «e de pior. Uma interminologia enfadonha, uma quanti-«dade incontável de nomes e de alusões mitológicas — não «da bela mitologia grega tão naturalista, tão profunda nos «seus símbolos, tão ladina nas suas encarnações humanas,— «mas de uma falsa mitologia, dentro da qual se não lobri-«gava uma idéa única, e que abonando em favor da eru-«dição de Leonor, diz muito pouco do seu coração e da «sua sensibilidade».

O segundo tômo das «Obras Poeticas» é tambem constituido por poesias soltas, mas que já evocam os tempos áureos de Leonor de Almeida: são os «Enthusiasmos poeticos», por ocasião do nascimento de príncipes; são as epístolas a princesas, a embaixadores, a açafatas da rainha, ao conde de Sabugal D. Manuel Mascarenhas [45], etc.

As odes imitadas de Horácio e oferecidas a pessoas de família, algumas elegias, églogas [46], sonetos [47], hinos [48], mais a paráfrase dos versos de Santa Teresa de Jesus, formam o grosso dêsse segundo e respeitável volume.

Ha ainda uma série de pequenas cantigas em quadras

escritas com uma propositada leveza, e que são talvez a parte de leitura mais agradável, em tôdas as «Obras Poeticas»; aí se encontra uma ou outra quadra de inspiração feliz, de versificação corrente e fácil:

Morrerei... menos se perde,
Da morte não tenho medo:
Feliz quem pode morrer
Sem que revele um segredo.

aí se lê a cantiga «Duvida», que traz o insistente estribilho—«Será isto acaso amor?»—e aquela outra em que agradece ao nume que a inspirou de forma a poder pintar, de cor, um retrato de seu falecido esposo:

Pincel, celeste pincel,
De Amor divina invenção!
Tu és certamente feito
Da felpa do coração!

A uma colecção de «sextinas»—entre as quais sobressaem as que compoz quando lhe penhoraram, injustamente, todos os seus bens—, seguem-se alguns apólogos, certamente a parte mais delicada da sua obra e a única que gosa duma relativa popularidade, talvez porque vários dêsses apólogos (como o de «A pena e o tinteiro») freqùentemente encerram bons conceitos dentro duma singela metrificação.

Tambem ha no mesmo volume umas odes de fraco valor e alguns epigramas em português e francês, que apezar de muito pouco conhecidos, não são mais nem menos engraçados do que muitos que tiveram a sua aura: ao acaso, citarei o que é dirigido «A um Prègador insipido»:

Este prègador famoso
Põe-nos em contradição:
Vigia—diz a Escritura,
E durma—diz o sermão...

e o que se subentende na maliciosa quadra:

> Se acaso a febre de amor
> Fosse como a das sezões,
> Que vergonha no intervallo
> Teriam os corações!

È tambem duma ironia risonha o epigrama que endereça «A un soi-disant médecin qui m'accusait d'être sçavante», e em que a liberdade sintáctica é perdoada pela graça que êle encerra:

> Tu m'accuses, Docteur, le crime est beau!
> J'ai du sçavoir, ce mal vaut bien un autre;
> Blâmez, criez, je garde mon défaut,
> Et fais serment que ce n'est pas le vôtre.

A «verve» satírica da Marquesa parece ter sido a última faceta do seu espírito a embaciar-se, perante os anos e a morte próxima. Ao passo que a sua amiga «Natércia», D. Catarina de Sousa, viscondessa de Balsemão, escreve, no seu leito de morte, o seu melhor soneto, D. Leonor de Almeida invoca pela última vez as musas, dezóito dias antes de falecer, para compor onze espirituosas e enternecidas quadras «á memoria de Pimperle... cão valido que pertenceo a Sua Majestade El Rei D. Fernando», quadras cuja inspiração é interrompida pela chegada dum criado a quem, com excelente humor, designa logo pelo «Enxota-Musas»:

> Mas chegou a Enxota Musas,
> Phebo desappareceo...

Tambem o tômo segundo é rico de alusões e de poesias oferecidas a importantes vultos literários da época, sobressaindo uma despretenciosa epístola em redondilhas, dirigida a D. Catarina de Sousa, numa ocasião em

que esta poetisa parecia ter olvidado a velha amizade que a unia a Alcipe, a qual sente um desgosto que seria «de morte» mas foi expresso por uma forma original e até bastante cómica:

> Se as Parcas me não acabam
> É que teem mais que fazer... [49]

Natércia é ainda contemplada com vários sonetos, mas entre as composições da Marquesa de Alorna uma ha que possivelmente envolve uma curiosa referência à Viscondessa de Balsemão, embora seja temerário, depois de comparar datas, fazer qualquer afirmação precisa. O apólogo «O Pintasilgo e o Rouxinol» traz a seguinte nota elucidativa: «Este apólogo foi feito em casa de uma senhora que tambem fazia versos, e tinha a vantagem de ser casada com um Ministro d'Estado». E, depois de se ler atentamente a poesia, será lícito pensar se não era semelhante à situação em que se encontrou Alcipe, por ocasião da sua longa demanda com o Estado, a dêsse pobre pintassilgo que, em dado momento, levado pela fome, entrou num bosque onde retenia o assobio dum rouxinol, ao qual foi pedir que repartisse com êle os grãos que tinha de sobejo; é lícito pensar se não seria uma simples imagem da amiga rica, bemquista viuva dum ministro de Estado, bem colocada poetisa de renome, êsse «musico das florestas», que «tendo pão e sabendo cantigas», respondeu ao faminto pintassilgo que lhe daria duma e doutra cousa, mas foi ficando só na promessa menos urgente, pois que:

> Começou logo a cantar;
> Cantou, té que amanheceo;
> E entretanto o Pintasilgo
> Foi definhando e morreu...

Adivinha-se um pequenino drama de ressentimento e de amarga desilusão na delicada censura que a amiga desventurada e ferida pelo desfavor da sorte dirige à que disfrutaria ainda do prestígio de tantas honrarias, e que iria entretendo, quem sabe se caridosamente, com vagas esperanças e com a leitura de versos que ambas entendiam, a ansiedade com que a outra trabalhava pela reconquista dos seus bens confiscados[50].

È tambem notável a epístola «A Elmano, em resposta à dedicatoria das suas obras», a qual é datada de Londres, tendo chegado a Lisboa, como se diz em nota, quando Bocage já era falecido. Essa epístola, em que se encontram algumas precisas referências à corrente revolucionária, não é menos entusiasta nos louvores do que a dedicatória do infeliz vate, e se não a excede na riqueza das metáforas, iguala-a na rendida admiração[51].

As relações literárias e amistosas que uniram Alcipe a Francília (D. Francisca de Paula Possolo da Costa), poetisa sua comtemporânea, ainda que muito mais nova, tambem teem a sua pequena história no tômo II das «Obras Poeticas».

Ficamos sabendo que tendo Alcipe feito um soneto laudatório dos méritos de Francília[52], esta se apressou a retorquir-lhe no mesmo tom, e, parafraseando os exagêros bocageanos[53], tambem ordenou ao seu estro que corresse a humilhar-se junto da famosa lira que acabava de tornar seu nome imortal e de intimidar os críticos mal intencionados:

> Adejai, versos meus, de Alcipe aos lares;
> De «Alcipe» cuja lyra magestosa,
> O nome de Francilia aos ceus mandando,
> Impõe silencio aos zoilos...
>
> . . . .
>
> D'Alcipe divinal a lyra eterna,
> Meu nome, os versos meus salvou do Lethes!

Uma vez composta a poética e arrebatada missiva, quís Francília enviá-la por mãos amigas, talvez para que Alcipe não deixasse de lhe responder. Escolhe para Mercúrio dêsse novo "ofício de leva e traz" o espirituoso Dr. Domingos Borges de Barros (futuro visconde da Pedra Branca), o qual não só gostosamente anuiu a desempenhar-se da incumbência, como entendeu que não lhe ficava mal enviar juntamente umas quadrazinhas assás felizes e que mereceram vir publicadas nas «Obras Poeticas», junto às epístolas das duas pastoras arcádicas. Teve alem disso a imediata recompensa de ver que Alcipe o compara a um «genio afavel», na sua réplica a Francília, réplica em que indica a esta alguns motivos de inspiração, que não se podem chamar novos nem originais — os Ceos, a Terra, a Ñatureza, a Pátria, as Artes—, e sustenta que as suas trémulas mãos já não se atrevem a pulsar a lira, para alternar sons com o novo astro que surge.

Por se referir a um importante vulto literário da época, é tambem digna de nota uma poesia dirigida "ao autor de uma ode portuguesa a lord Wellington", autor que é nem mais nem menos que o conflituoso padre Agostinho de Macedo[54].

O tômo terceiro é preenchido por obras de tradução ou de imitação.

Temos, em primeiro lugar, a versão referente à "Primavera", uma das partes do poema de Thompson intitulado «Estações». Essa versão, oferecida à princesa D. Maria Francisca Benedicta, é suficientemente livre para permitir à autora intercalar nos versos do poeta inglês freqùentes alusões à augusta personagem a quem

dedica a sua obra, a seu esposo o conde de Oeynhausen, a um filho que lhe morreu com quatro anos, a sua falecida irmã, aos estudos astronómicos de seu pai, e não sei se a mais alguns membros ou prendas da sua numerosa família.

Vem depois, em verso correcto e corrente, a tradução dos seis primeiros cantos do poema alemão «Oberon» de Wieland[55], obra que, na opinião do Dr. Teófilo Braga, teve a honra de ser, juntamente com uma tradução do mesmo poema feita por Filinto Elysio e com as versões dos romances de Walter Scott por André Joaquim Ramalho e Sousa, uma das primeiras portas que se abriram para o campo romântico, isto é, tem a honra de representar, no dizer do mesmo professor, «uma das primeiras disposições para o Romantismo»[56].

Segue-se a trágica e ingénua beleza que ressalta do pequeno poema «Darthula», traduzido ou imitado de Ossian, ou seja duma das obras com que Macpherson revolucionou o mundo literário, atribuindo ao bardo bretão Ossian alguns poemas em que introduzira uma enfática sonoridade de sabor bíblico e uma suave e cândida melancolia.

Fazem ainda parte do terceiro volume as cento e vinte estâncias portuguesas duma tradução da «Iliada», constituindo um fragmento do primeiro canto, que, apezar de ter algumas estrofes incompletas e outras «completas demais», porque ultrapassam os oito versos de boa praxe, foi incluido nas «Obras Poeticas», por apresentar tais formosuras, segundo a opinião de quem coligiu as produções da Marquesa de Alorna, que era lícito pensar que se porventura Alcipe levasse o cabo o seu empreendimento, teriamos então «a mais bela e original de todas as versões ou parafrases da Iliada de Homero».

O tômo quarto é, em grande parte, ocupado pelas "*Recreações Botanicas*, poema dedicado ás senhoras portuguezas por Alcipe». Ignoro se as senhoras do tempo de Alcipe se deleitaram com o poema, mas quási posso assegurar que dificil seria encontrar hoje alguma, que imitando o corajoso exemplo de qualquer antepassada, conseguisse seguir «de fio a pavio» essa obra poética para cuja inteligente leitura foi necessário acrescentar, entre dezenas de páginas com notas — em que colaborou um professor de medicina—, duas das tabelas das classificações botânicas de Linneu, organisadas pelo Dr. Felix de Avelar Brotero.

O primeiro canto do poema dedicou-o Alcipe a sua filha Henriqueta; o segundo é oferecido a sua filha Frederica, e é nêle que, a propósito da descrição das áleas do parque real de Schombrun, se encontra uma digressão onde se põe bem em foco a benignidade da imperatriz Maria Teresa, a qual, andando uma vez a passear pelos jardins, deparou com uma sentinela adormecida, e vendo que se avisinhava a guarda que vinha render o pobre soldado, quís evitar-lhe um tremendo castigo, recorrendo a um generoso ardil: Como os seus trémulos passos de velhinha não lhe permitiam chegar a tempo de acordar o soldado antes que a guarda passasse, atirou-lhe com um rôlo de papeis que trazia na mão; o dorminhoco, acordando imediatamente, apressou-se, satisfazendo um pedido da imperatriz, a apanhar do chão os papeis que esta fingia ter deixado cair.

A autora das «Recreações Botanicas» diz que só a instâncias de Mylord Glenberoie é que continuou o seu poema, compondo o canto terceiro, que é dedicado a sua

filha Juliana, quando a apaixonada de Junot já era condessa de Stroganoff.

Ha no canto terceiro uma alusão ao desgraçado autor das «Guerras do Alecrim e da Mangerona», sendo a própósito desta última planta que Alcipe recorda o perseguido vate:

A gentil Mangerona, que na Lysia
Em guerra c'o Alecrim foi celebrada
Por um Vate infeliz...

O canto quarto e principalmente o quinto e último teem curtos passos de leitura agradável e que bem compensa a aridez de longos e massudissimos trechos.

Filinto Elysio recebeu o poema das «Recreações» das mãos do conde de Palmela e agradeceu-o numa elogiosa carta [57], que é bem um vivo testemunho de quão profunda e rapidamente varia, atravez dos tempos, a instável visão do ideal estético, mesmo quando sobre êste se pronuncia um gôsto exigente e educado.

A parte restante do tômo quarto das «Obras Poeticas» é preenchida pela elegia de Thomaz Grey —«Cemiterio de Aldêa»—, pela balada «O Eremita», de Oliveiro Goldsmith, por uma ode dum poeta seiscentista e ultraclássico-- o conde Fulvio Testi— e por algumas «Meditações de Lamartine [58], tudo em inteligentes traduções ou imitações. [59].

No tômo quinto, vem «A Arte Poetica de Horacio, e o Ensaio sobre a Critica de Alexandre Pope, em portuguez. Dedicados á preciosa memória d'ElRei D. João IV por Uma Portugueza [60]».

A tradução da Poética de Horácio, apesar de ter sido feita durante o atribulado ano de 1812, é uma das mais

correctas obras de Alcipe e parece que a própria autora estava convencida disso, porquanto não só se apressou a mandá-la sujeitar ao juízo de Filinto, tão competente para a julgar, atento o caracter horaciano que imprimiu a tantos dos seus versos, como tambem permitiu a sua imediata publicação, dando como pretexto que «as regras de composição poetica que Horacio escreve com tanta perfeição, ficam ao alcance de muita gente sem o trabalho de estudar a lingua latina». Por alvitre do próprio Filinto, D. Leonor aproveitou uma ida a Paris de sua filha Juliana, nêsse tempo ainda condessa da Ega, e enviou ao glorioso exilado a sua versão portuguesa da «Epistola ad Pisones», trabalho que êle se apressou a agradecer numa bem regrada ode, em que se classifica de antigo adorador dos talentos de Alcipe, chamando «flor de engenho» à tradução do latim.

A versão de «An Essay on Criticism» de Pope— com as suas três partes sobre as regras para o Estudo da Arte da Crítica, as Causas do juízo errado, e a Moral do Crítico (que consiste na candura, modéstia e boa educação)—, é tambem obra digna de registo pela exemplar metrificação que nela foi usada e pelas especiais dificuldades que exigia o caracter essencialmente didáctico e filosófico da obra.

No tômo quinto vem ainda a tradução em verso sôlto do poema de Claudiano intitulado «Roubo de Proserpina», trabalho que apenas apresenta o interêsse de vir precedido por uma amabilidade escrita em latim e directamente endereçada à própria Alcipe[61].

Finalmente, no tômo sexto, merece uma citação especial, pela amenidade e singeleza do verso, a «Para-

phrase dos Psalmos em vulgar». Comparando essa obra com uma idêntica que nos deixou o padre Caldas — ou seja, Antonio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), a quem Ronald de Carvalho, na sua primorosa «Pequena Historia da Literatura Brasileira», chama o maior poeta do seu tempo—, Camilo Castelo Branco sustenta[62] que ela raras vezes lhe cede em «fidelidade, correcção e elegancia». Algumas das paráfrases pode dizer-se que quási merecem o nome de pequenas obras primas de unção e de serena e mística poesia[63]. Mas o receio de abusar das citações obriga-me a folhear mais rapidamente do que elas merecem as últimas folhas dum dos volumes que melhor respondem pela alta fama de Alcipe, cujo abundante labor poético acaba de ser esmiuçado, atravez dum ligeiro comentário, sem quaisquer pretensões a estudo crítico.

*

*　　*

Apenas duas palavras sobre a sua prosa.

As cartas de Leonor de Almeida, escritas do convento de Chelas e dirigidas a seu pai, mesmo só a avaliar pelas que já foram publicadas, parecem dignas de muito maior atenção do que os seus versos, não só como precioso subsídio para o estudo da sua psicologia e dos processos que empregou na sua educação espiritual e literária, como tambem para auxiliar a recompor certas feições da conturbada fisionomia social do seu século, quando uma densa atmosfera de preconceitos e de temores a envolvia e asfixiava.

Percorrer algumas dessas cartas, em boa hora vindas

a lume, é ler, com um sorriso de bom humor ou com uma lágrima de piedade, as páginas pueris e tocantes dum romance casto, que é a história duma vida de vinte anos, cheia de alvorôço e de ambição, enclausurada entre as garras dum mundo de paixões freiráticas, mesquinhas, pequeninas como êle. Percorrer essas páginas é ver desfilar os rostos seráficos ou gordalhudos de arcebispos e de cónegos, a palidez garrida das madres, a saltitante graça das sécias e noviças, a «grande linha» dos poetas esfomeados, as mesuras dos peraltas, as vénias dos Desembargadores, a ferocidade dos «esbirros», o pânico dos perseguidos.

É nelas que assistimos ao quadro angustiante do filho que se disfarça para conseguir ver a mãe, torturada e piedosa martir de saudade, que se vai mirrando dia a dia; é nelas que vimos êsse quadro redundar em entremez burlesco, quando as freiras intriguistas vão fazer queixas à Prelada, quando um arcebispo imponente, acompanhado por um inspector—«um conego que parece uma baleia de rebuço»,—ordena que se vistam de «cores honestas» às duas meninas prisioneiras de Estado, uma das quais lhe dá «resposta filosóficas» que o fazem sorrir, terminando tudo em bem e confirmando o próprio arcebispo que elas eram demasiado bonitas para carecerem de enfeites.

Nas cartas se encontra bem patente a desconsolada clarividência dessa mocinha fidalga, a quem o triste experimentar de injustas maguas ensinara a traçar, no esquisso das suas linhas mal pontuadas[61], um retrato fiel da sua época soturna, mas tambem irrequieta e folgazã, tão depressa mergulhada na sombra dos confessionários, como prestando ouvidos aos estribilhos irreverentes das modinhas políticas. Pintando a época, a própria Alcipe

comenta: «A utilidade publica e a justiça voaram, como diz a fábula, para os ceos, e os homens acham-se dispensados de as praticar, contanto que murmurem aos ouvidos do confessor quatro ridicularias insignificantes. Tudo se leva por o ceremonial e com isso se contentam» [65].

A febril ansiedade de respirar ar livre, de sair, ainda que por muito pouco tempo, da prisão que se fechou sobre a sua infância, é um dos mais dolorosos pormenores que essas cartas acentuam.

Ao mesmo tempo, pressente-se o desgosto de Leonor de Almeida por não poder conciliar uma respeitosa obediência filial com a sua secreta admiração pelas obras dos «filósofos franceses»— mormente pelas de Voltaire, cuja lição não lhe era permitida—, pelas obras dêsses pensadores que decerto tinham o seu «modo de falar» inteiramente diverso da excessiva devoção da pobre marquesa de Alorna, Leonor de Tavora.

Igualmente nelas se pressente uma pontinha de vaidosa superioridade, que leva a epistológrafa à curiosa afirmativa de que os livros de história natural do senhor de Buffon são «a cousa que mais lhe agrada», apesar de reconher «que para uma tola seria prejudicial o conhecimento de alguns segredos, de que tratam os naturalistas», caso que não pode dar-se com ela, visto bem saber que «todas as palavras na boca de uma pessoa honesta são honestas».

A extrema curiosidade do seu espírito, a querer evadir-se para além dos muros velhos e negros da cêrca de Chelas, a querer ir perscrutar as paixões políticas e tocar nos grandes problemas diplomáticos, transparece claramente naquêles estouvados e desconexos períodos em que a sua pena faz prodígios de acrobacia, saltando

da crítica à aliança dos políticos ingleses com os «papistas», para as negociações entre o rei da Prússia e a Santa Sé, tendentes a expulsar os jesuítas da Silésia, saltando de referências ao possivel casamento dum príncipe português com uma princesa de França, para uma análise muito sumária dos conflitos que se travaram em tôrno da fogueira onde ardeu o padre Malagrida.

Mas vê-se que, sobretudo, a prendem os assuntos de ordem literária, sendo freqùentes as alusões aos mesquinhos «potins» que sempre fervilham nos pequenos meios intelectuais.

Por vezes, mesmo, as cartas são apenas um apressado relatório das novidades políticas e literárias, que atravez das conversas dos visitantes e poetas que concorriam aos outeiros, ou atravez da tagarelice das freiras e noviças, rompiam mais facilmente os muros do convento do que as paredes dos cárceres da Junqueira; lá se encontra a alusão a «umas satiras que teem saído contra os nossos poetas»; lá se encontra a indicação de que tambem a Alcipe — como à sua amiga Teresa de Melo Breyner, autora da tragédia «Osmia» — lhe sorriu a idéa de fazer os seus dramas «com assunto tirado da Historia Romana», na qual achava «caracteres nas personagens muito analogos aos nossos».

Nas cartas abundam pormenores relativos à vida íntima das três prisioneiras, detalhes não raramente tocados de uma nota de emoção que enternece e que — pelo exemplo de três almas eleitas que sofrem, resignada e elegantemente, a sua cruz de trabalhos e de injustiças —, abre clareiras de beleza moral na turva e desorientada paisagem da época.

Não sei que espírito de requintada grandeza e de superior distinção se exala da referência ao dia dos anos

do pai encarcerado, dia que, apezar de tudo, é festejado nos modestos aposentos do mosteiro, havendo representações e jantar de gala — tudo preparado pelas fidalgas mãos de Alcipe —, fazendo-se convites aos amigos e parentes, que ocorrem à «grade», vindo entre êles o filho e irmão das reclusas, «o mano Pedro, vestido de côr de rosa, muito galante».

Mas se teem um particular interêsse os nadas do «dia a dia» conventual, a parte indiscutivelmente mais curiosa da correspondência de Alcipe é a que inclue as suas opiniões literárias sôbre os grandes nomes do século, opiniões que não podiam ser defendidas com desassombro perante um interlocutor a quem ela devia obediência e respeito, perante um pai que, apezar de querido, era quási um desconhecido a quem as praxes nobiliárquicas a obrigavam a dar o tratamento de «Excelência».

Os nomes de Voltaire e de Rousseau, de d'Alembert e de Diderot, aparecem a mêdo nas cartas de Alcipe, sempre habilmente precedidos dum panegírico em que as virtudes e o aspecto moral do escritor são postos em relêvo duma maneira muito favorável, para que a «censura» paterna autorise a leitura de «algumas» das respectivas obras.

Mesmo assim, o autor do «Século de Luís XIV» não se livrou dum anátema cruel lançado pelo perseguido de Pombal; nem lhe valeu ter a defendê-lo, intercedendo pelos seus escritos, a voz indignada e trémula daquela «jeune infortunée» que nascera num país onde «les prejugés sont trop puissants», daquela «petite fille des marquis de Tavora», que um dia lhe escrevera, num francês de colegial, uma longa e ingénua missiva onde pedia para sua desgraçada família a justiça dêle, Voltaire, homem

ilustre que sabia arrostar com os preconceitos, e era um verdadeiro «amigo do genero humano» [66].

Adivinha-se ressentimento nas palavras eloqùentes com que Leonor de Almeida defende o filósofo da maldição do marquês seu pai: «Sobre Voltaire não «acho que dizer, porque V. Ex.ª entende d'aquellas «materias melhor do que eu; sobre a controversia sou «prohibida de falar por todos os principios, e até devo a «S. Paulo a obrigação de me escusar o meu parecer abso- «lutamente. — Comtudo ele é reputado por um grande «philosopho e como o assombro d'este seculo. Eu me «lastimo dos seus erros, mas não posso deixar de con- «fessar a V. Ex.ª, que me vieram as lagrimas aos olhos, «quando vi que V. Ex.ª lhe dava sentença de queima. «De que servem homens queimados, meu querido pai? «Não é Deus só quem deve pôr o termo aos nossos dias»?

E com estas palavras de justiça, termino as referências à prosa de Leonor de Almeida.[67]

*

* *

A atividade literária de Marquesa de Alorna é demasiado prodigiosa em fecundidade para que seja possivel passar em revista, mesmo de fórma sucinta, todos os variados testemunhos que dela se conservam.

Mas se não é fácil seguir, passo a passo, tôdas as modalidades e «nuances» do seu labor intelectual, mais difícil seria conseguir, sem a forma de simples e massuda resenha, apresentar uma síntese de tôdas as opiniões críticas que sôbre êle se teem formulado.

A bibliografia Alorniana é hoje vasta e ainda nos últimos tempos foi sobremaneira enriquecida [68], mas

inútil é ir procurar dentro dela alguns vestígios de polémicas provenientes de divergências de opinião; os nomes — nacionais e estrangeiros — que nela figuram são ou demasiado grandes para que pareça fácil discutir juízos por êles firmados, ou assáz modestos para terem ousado subscrever apreciações que fossem de encontro ao que os mestres haviam estabelecido ou estava unanimemente aceite [69].

Em tais condições, quási tôda a bibliografia referente à figura de Alcipe — tem um caracter de serena concordância e oferece pouco interêsse.

Menção especial mèrecem-na apenas uma escassa meia dúzia de referências, na vanguarda das quais vem o célebre artigo do «Panorama», onde Alexandre Herculano reconhece como sua primeira e suprema mentora espiritual essa mulher de «engenho ao mesmo tempo solido, delicado e vivo». Mal ficaria não transcrever, num estudo desta natureza, ao menos um simples período duma das nobres páginas onde o nosso corifeu romântico confessa a alta mercê que recebeu — e com êle tôda a história da Literatura Portuguesa — das mãos patrícias da condessa de Oeynhausen: «Áquella mulher extraordinaria, «a quem só faltou outra patria, que não fosse esta pobre «e esquecida terra de Portugal, para ser uma das mais «brilhantes provas contra as vans pertenções de supe«rioridade excessiva do nosso sexo, é que eu devi incita«mentos e protecção literaria, quando ainda no verdor dos «annos dava os primeiros passos na estrada das lettras».

Depois de citar as palavras de Herculano, conviria recordar que Castilho — o poeta e homem mundano! — não lhe regateou gentilezas, e que o próprio Garrett, que apenas lhe devia um movimento de mau humor [70], ainda lhe faz uma honrosa alusão [71].

A seguir aos três poderes literários do século XIX, vem Camilo, com o seu pequeno, elogioso e faceto artigo das «Apreciações Literárias», e vem Pinheiro Chagas que a exalta incondicionalmente, colocando-a entre os bons poetas do seu tempo, considerando-a «o tipo mais «acabado em Portugal d'aquellas fidalgas do seculo «XVIII, que abriam os seus salões a todas as sumidades «literarias, a todos os espirituosos conversadores, e que «assim reuniam côrtes mil vezes mais brilhantes do que «as dos paços reais, e onde ellas eram rainhas pelo direito «da graça, do talento, do espirito culto, e do coração sen«sivel, como então se dizia».

O rosário de críticas e apreciações nunca mais acabaria; seria necessário citar ainda, entre tantos outros, Teixeira de Vasconcelos —, enfileirando a Marquesa de Alorna no número das suas «Glorias Portuguezas» e descrevendo carinhosamente a sua vida de auroras e de ocasos; Ferdinand Denis [72], pondo no «premier rang des dames qui jouissent d'une juste célébrité par leurs oeuvres» essa «qui a écrit dans tous les genres, et qui joint à la connaissance des langues un talent remarquable de versification»; Romero Ortiz, que, num estudo sôbre a literatura portuguesa no século XIX, gasta trinta e tantas páginas para chegar à conclusão, porventura falsa, de que Leonor de Almeida já se podia contar entre os poetas que «cantabam entonces como los ruiseñores en los bosques, sin artificio, sin vanidad, sin saber se era escuchada y sin adivinar la magia de su voz».

Parece-me escusado citar mais nomes ou transcrever mais encómios.

A luz da crítica sincera ainda não quís iluminar o suave e terno perfil intelectual da Marquesa de Alorna [73]. Honra lhe seja! Na rosácea complicada e berrante onde

êsse perfil se destaca como um apontamento rico de equilíbrio e de graça, ainda não bateu a luz crua do meio-dia, a luz perscrutante e curiosa que mergulha até ao âmago das cousas e das almas.

Leonor de Almeida foi demasiado experimentada pela Sorte e demasiado amiga das Letras para que tenha havido a coragem de assestar sobre a sua personalidade o foco impertinente duma fria e severa análise. Do seu vulto intelectual apenas se fixou — e ainda bem — a feição mais agradável.

Desde a donzelinha que, aos onze anos, escrevia planos de educação, se deliciava com o «Telemaco» e ia lendo «tudo quanto achava», até à anciã que à beira dos noventa anos, à beirinha da morte, compunha quadras humorísticas, ha uma longa via de intenso labor mental, marcando minutos de silêncio no alucinado turbilhão de honrarias e de movimentadas scenas de injustas perseguições. Esses minutos de silêncio fazem com que dessa existência só se aviste uma esteira luminosa e alta que faz evocar, pela policromia bizarra dos seus momentos, ora negros de martírio ora radiantes de glória, a agonia eterna do Sol, quando, à hora do Poente, desfaz a unidade loura dos seus raios coloridos.

Deixemos que o lindo sol do século XVIII — do grande século de sombra — repouse, imperturbado e feliz, nas ignotas zonas de morte onde o seu ocaso o levou; deixemo-lo rever-se tranqùilamente na merecida penumbra de boa fama e de bom nome que ficou a recordar os seus dias de apogeu e força.

CAPÍTULO III

FRANCÍLIA e NATÉRCIA

— Francisca de Paula Possolo da Costa —
Catarina Micaela de Sousa Cesar de Lencastre,
Viscondessa de Balsemão

Francisca de Paula Possolo da Costa (Francília)

Quadro pertencente ao Excelentíssimo Senhor Conde de Nova Gôa.

Vive feliz nas margens venturosas
Do nosso Tejo, que de ouvir te pasma.
Firas sempre contente a lira d'ouro
E á lira preso por festões de rozas
Conserves sempre Amor que ri, que folga,
Que mais se crê no captiveiro nume.
Gozes teu Jonio cujas graças cantas,
Honres sempre teu sexo, a patria adornes,
E pela estrada de gentis prazeres
Prosigas em marchar á Eternidade...

[*Antonio Feliciano de Castilho,— Duma «Epistola a Francilia», presumivelmente inédita, datada de Coimbra, 15 de Setembro de 1824*].

Como satélites do "bel astro encantatore", satélites modestos que quási se apagaram, perdidos no rasto luminoso da sua estrela-mãe, o século XVIII apresenta-nos ainda alguns curiosos perfis femininos de intelectuais.

São perfis muito semelhantes, desenhados sem preocupações de originalidade, sem convicção, sem gôsto de a si próprios se contemplarem.

Leonor de Almeida foi talvez a mais convicta admiradora do seu estro vitorioso; sente-se que o orgulho de cantar, a incansável vaidade de saber cantar, respira nas entrelinhas apertadas das suas abundantes produções. A Marquesa de Alorna foi uma espécie de "profissional" das letras, se admitirmos que tal expressão pode envolver o pensamento de que uma idéa de efectividade e de amor a prendeu ao seu "métier de poésie".

As escritoras suas contemporâneas foram simples "amadoras" das musas ou da espectaculosidade erudita, e, com excepção de Francília, fizeram versos por simples diletantismo, por luxo ou por graça, sem obedecerem a uma natural preferência da sua maneira emotiva.

É esta a diferença que essencialmentc as distingue de Alcipe, já que o conspecto geral do seu labor literário

poucos característicos particulares oferece a não ser no tocante à notável inferioridade quantitativa da matéria prima. É evidente que na vastissima produção de Alcipe ha mais ocasião de encontrar um pormenor feliz, e é suficiente o relativo desejo de sinceridade com que ela procurou transformar em apontamentos poéticos alguns dos seus episódicos estados de alma, para justificar o invejável posto que ocupa dentro da sua escola literária.

FRANCISCA DE PAULA POSSOLO DA COSTA

Num dos volumes dos «Vivos e Mortos» de A. Feliciano de Castilho[74] está arquivada uma extensa notícia que o autor escreveu sôbre a vida e obras de D. Francisca de Paula Possolo da Costa, dezassete meses depois de ter falecido esta senhora, que foi sua grande e desventurada amiga.

D. Francisca de Paula é a arcádica Francília, que, numa arrebatada epístola, mandou os seus versos «adejarem» junto aos lares de Alcipe, utilizando «as azas côr de neve» da gratidão. Como não deixa prever a citada missiva em estilo «rococo», Francília nem sempre foi tão infeliz na sua expressão poética como em alguns lances da sua biografia, que aliás se resumem em duas linhas tristes.

Filha de D. Maria do Carmo Correia de Magalhães e de Nicolau Possolo, Francisca de Paula — que nasceu a 4 de Outubro de 1783 — viveu sem cuidados os primeiros anos da sua existência e os últimos do seu século.

A mania poética, a tradicional luta persistente e sempre triunfante contra os arcáicos preconceitos duma família tipicamente burgueza, que colocava no Inferno as montanhas do Pindo e a fonte de Hipocrene, foram as primeiras preocupações de Francília, que para satisfazer

o rancor que a antipatia paterna dedicava às musas, foi levada a interessar-se pela música, o que resultou contraproducente, pois que, no dizer de Castilho, «o exercicio dessa arte — imperfeita ao pé da poesia — ajudou o desenvòlvimento vagaroso da prohibida arvore dos versos».

Lendo muito Camões, imitando mal — como todo o principiante que se presa — todo o bem a que nunca chegaria, Francília «bon gré, mal gré», tinha que ser poetisa. Aos catorze anos, compoz o primeiro soneto capaz de arrostar e desarmar as iras paternas. Durante cinco anos seguidos, cantou sucessos pouco inesperados, tais como a pontual chegada da primavera e dos aniversários natalícios de parentes e amigos.

Ém certa altura, porém, quando já tinha livre trânsito pelas ruas — tão concorridas e nem sempre bem freqùentadas de tôdas as Arcádias do seu século, quando já lhe era permitido parar defronte dos mesmos eternos e comuns motivos de arte, chegou finalmente ao seu El-Dorado, ou seja, a um manancial de emoção poética, onde não lhe faltaria a oportunidade de se distinguir, se a tanto a ajudasse o engenho e a arte...

Para os seus dezanove anos galantes, tambem não seria inesperado o novo motivo de inspiração: Francília estava apaixonada, decidida e insofismavelmente apaixonada por um Jónio, que, na vida prosáica, se chamou João Baptista Angelo da Costa, e com quem veiu a consorciar-se, no alvorecer duma primavera de amor, em plena primavera do ano de 1813.

Francília amou perdidamente o seu Jónio: amou-o com pueril e deleitado encanto, com exaltada violência, com orgulho e com ciume, quási com egoismo. Diante do seu ídolo, a poetisa prostrou-se, numa atitude de vo-

luntário e completo abandono, de cega adoração, de quási mórbido sacrifício. Cantou-lhe a alma e o rosto; acreditou em traições; quís acompanha-lo na morte, e, durante os primeiros tempos de viuvez, esqueceu-se de falar com Deus por não querer desviar do seu morto querido o pensamento que só a êle pertencera.

Francília não era um génio e nem mesmo teve um equilibrado temperamento artístico. Mas, amando como poucos, acertou, por vezes, a escrever de amor como os que dêle melhor sabem escrever.

Castilho fala da ausência de quaisquer estímulos ou dum benéfico convívio com uma crítica inteligente, para justificar algumas falhas de beleza nas produções de Francília, e não ter sido mais dilatado o renome literário por ela alcançado. A falta de interêsse de que os seus versos se ressentem, provocada pela natureza dos temas — arrufos de ciosa amizade e infantis peripécias duma serena história de amor — não eram de molde a atrair a curiosidade pública. Como em tôda a crítica de Castilho quem fala é o amigo de sempre [75], mas sincero nas suas exigências críticas, o confidente dos últimos desespêros e evangelista do último instante de regresso à Fé, conhecedor de todos os meandros da alma que auscultou, é forçoso reconhecer que as suas razões devem basear-se numa segura observação psicológica. Pena é que as condições de vida de Francília, o ambiente e a época, não permitissem que o «fogo sagrado» da sua vocação poética lavrasse á vontade, modificando a sua plácida existência, iluminando-a, desempoeirando-a, arrastando-a para claridades dolentes ou fortes, sob o evocador clarão dos círios de Dor ou sob o luzeiro dum fecundo sol de revolta.

Francília esteve casada durante dezasseis anos, que foram uma quási ininterrupta festa.

No seu palacete das Trinas de Mocambo[76], foi a adulada rainha duma côrte sem intrigas. A tradição perpetuou a bondade dos esposos Possolo; prontos a acolherem e mitigarem tôdas as misérias, Francília e Jónio foram padrinhos de inúmeras crianças pobres do seu bairro e isso explica — como observou o carinhoso biógrafo da poetisa — o grande gasto que nos arquivos paroquiais das Trinas tiveram, em determinada época, os nomes de Francisca e de João ou de Angelo. No pequeno teatro do seu palacete, Francília representou alguns dos bailetes e peças da sua lavra, auxiliada pelos mais foliões dos seus amigos e convidados — no número dos quais se contava a fina flor intelectual do tempo, desde a decantada Alcipe até aos irmãos Castilho, ao botânico José Maria Grande, ao poeta dos «Apólogos», João Vicente Pimentel Maldonado, e à irmã dêste, D. Mariana Antónia, tambem poetisa de fama[77].

Após certos revezes financeiros — que vieram interromper o curto período dos folguedos, após longas revoadas de ciume cuja razão de ser era mero producto da sua exaltada imaginação, chegou o dia em que a poetisa se encontrou frente a frente com a Desgraça. Abruptamente, numa noite de Novembro, Jónio abandonou-a por uma rival soberana e impiedosa: Jónio, adormecido nos braços de Francília, quís experimentar a doçura de outros braços, e sem uma palavra de despedida, sem um beijo de alento, entrou no sono da morte. O último suspiro da curta e quási imperceptivel agonia de Jónio, marca o início da longa e confrangedora agonia de Francília.

A poetisa regeitou tôdas as tentativas de confôrto; não quís ouvir discursos amigos nem contemplar com humildade o emblema da Fé e do stoicismo cristão[78].

Desvairada, a sua alma vagueou pelos hospedeiros salões, agora mudos, e o seu pensamento, escravo submisso de tantas recordações, entregou-se à esperança malograda de ver chegar a morte.

Castilho refere-se a umas onze epístolas que ela dirigiu ao esposo morto, e tem a misericórdia de só timidamente exprimir um juízo crítico sôbre essas produções, irresponsáveis filhas dum pensamento já gasto, que veiu morrer, tiritando ao frio duma saudade desamparada, sôbre uma avalanche de flores de retórica, dum artificialismo inconsciente. O grande amigo de Francília afirma que o merecimento dessas epístolas consiste precisamente em serem estranhas à Arte, ou seja a qualquer idéa de artifício. Mas o crítico acrescenta a desnecessária observação de que nem tôdas as grande máguas deixam ao paciente um alento que lhe permita espalha-las em verso, cantando-as perante ouvidos profanos [79].

Tendo abandonado a sua casa do bairro inglês de Buenos Aires, Francília passou, numa propriedade dos arredores de Lisboa, os seus últimos quatro anos de vida, os quais, no dizer do seu biógrafo — que, retirado na Serra do Caramulo, assiduamente se correspondia com ela — foram «mansos, resignados, espirituais, campestres e poeticos».

Reconciliada com a religião de que descrera por instantes, ungida pelos óleos divinos, entrou finalmente, no mês de Julho de 1838, no repouso da morte, que tanto lhe tardara e cuja presença, para ela benigna, já anos antes, na hora do supremo desêspero, julgara antever [80].

Por sua determinação, Castilho redigiu um despretencioso epitáfio que, sob o casto símbolo de duas mãos enlaçadas, pode ler-se sôbre uma pedra marmórea,

numa das áleas mais retiradas do cemitério de Nossa Senhora dos Prazeres, em Lisboa [81].

*

* *

Francília foi duma tradicional modéstia, que apenas a consciência do seu relativo valor literário poderia justificar, pois que devia considerar-se, com tôda a razão, invulgarmente culta e talentosa.

A sua delicadeza, a sua extrema e graciosa feminilidade, a sua inexgotável caridade, ficaram provadas pelo insuspeito testemunho dum dos mais notáveis escritores do século passado, que foi simultaneamente um dos mais virtuosos homens de letras de Portugal.

Da sua humildade e do seu horror pelas más paixões, por ódios, intrigas ou invejas [82], dão-nos tambem um límpido testemunho os seus versos, que, ao contrário da moda então corrente, a sátira pessoal não maculou.

Perdulária de ternura, grande amiga do seu amigo, confundindo mesmo todos os afectos sob a flâmula triunfante do Amor, Francília possuia o segrêdo de agradar; conhecendo a fundo a dificílima arte de bem conversar, «as melhores das suas obras (— diz ainda o seu biógrafo ilustre —), as inimitaveis, foram as que não escreveu nem podia escrever».

*
* *

Em prosa, Francília deixou duas novelas — uma das quais, em dois tômos, saíu a lume em 1818 e em 1828, sob o título de Henriqueta de Orleans ou «Heroísmo». Fez algumas pacientes e correctas traduções, como a das «Conversações sobre a pluralidade dos mundos» de Fontenelle, a de «Corinna» de M.^{me} de Staël, e a da célebre carta do Conde de Las Cases.

Como autora dramática, deixou inéditas duas peças já acentuadamente românticas e sem merecimento literário. Castilho aproveita o ensejo de lhes fazer referência, para dirigir uma violenta «catilinada» às mulheres que pretendam arrostar com a árdua empresa de escrever um drama, «a obra mais de costa-a-riba de toda a litteratura, a nau de linha da republica litteraria».

O tradutor de Ovídio tem a louvável pachorra de descrever, num português assombroso de serena casticidade, o tortuoso entrecho dos dramalhões de Francília, cuja confusa acção êle próprio não consegue aclarar com suas límpidas palavras.

«Ricardo ou a força do destino» e «O Duque de Clèves» são os títulos com que, muito caracteristicamente, a autora baptizou os seus quebra-cabeças de labiríntica contextura que, ao contrário do que presumia o comentador, nunca vieram a ser publicados.

Paternalmente benigno, Castilho evita comentários sinceros, desviando o assunto e aproveitando a ocasião para elogiar o talento de interpretação dramática que a poetisa revelou e para a louvar por ter escrito peças de teatro de tão inocente intriga que algumas damas da sociedade puderam impunemente, e arrostando com ve-

lhos preconceitos, figurar na sua representação. Mas ficam por aqui os encómios, pois que o tolerante crítico, constante e convicto paladino da vernaculidade de expressão, não perdôa a Francília o ter posto os seus personagens — que, nêsse ponto, eram bem filhos do século XVIII —, a pensarem, a sentirem e a falarem «á moda de França».

Como poetisa, é Francília digna duma atenção vagarosa, que a índole dêste trabalho não permite, mas que se justificaria até pela abundância de material sôbre que essa atenção pode exercer-se.

Á generosa complacência do sr. Conde de Nova Gôa, devo o prazer de ter convivido intimamente, durante horas, com o espírito gentil de Francília, que por intermédio dos seus manuscritos e de alguns dos seus pergaminhos de nobreza literária — uma colecção de elogiosas epístolas de seus categorizados admiradores — se revelou à minha respeitosa curiosidade, sob o seu tranqùilo aspecto de criador de novelas ingénuas e sob a sua «facies» sofredora.

D. Francisca de Paula deixou inúmeras produções inéditas, e é para desejar que delas se seleccionem algumas poesias, que, reunidas em volume, constituiriam não só uma obra de indiscutivel valor literário, como tambem mais um valioso elemento para a definitiva história crítica do pré-romantismo português.

D. António da Costa foi o único biógrafo da poetisa que, usando dos direitos pela família dela concedidos, quís enriquecer a sua obra, «A mulher em Portugal», com longas transcrições das epístolas dirigidas ao esposo morto, as quais diz que constituem um «livro de fogo». Com iguais direitos, eu poderia transcrever alguns dos oitenta e cinco sonetos que ela compoz sôbre o mesmo tema — a

sua angustiosa viuvez —; temi porém que êsse outro «livro de fogo» queimasse as mãos de quem sacrilegamente lhe arrancasse parte do seu corpo lacerado. Obra que um só pensamento gerou, constitue uma unidade que se desvalorizaria ao ser impiedosamente desfeita. Permito-me apenas transcrever o seguinte soneto tambem inédito e que constitue uma excepção dentro da uniformidade dos temas exclusivamente subjectivos que a poetisa adoptou;

> Em êrma praia dilatada, e fria,
> Do resto dos viventes separada,
> Sobre a humida areia reclinada,
> Á sombra que um saveiro ali fazia,
>
> Emquanto o mar, bramindo, ao ar erguia
> Huma onda, outra onda escapellada,
> E contra a altiva rocha levantada
> Cada vez mais, e mais s'embravecia.
>
> Das ideias mais negras combatida,
> Cuidando ver nas ondas agitadas
> O retrato fiel da minha vida,
>
> De amargo pranto as faces alagadas,
> Passei, em mil desgostos envolvida,
> De hum longo dia as horas desgraçadas...

Em 1816, saíu da impressão régia um diminuto número de exemplares da única colecção de versos que D. Francisca de Paula espalhou pelas mãos dos seus amigos, depondo-a, numa exaltada dedicatória, [83] aos pés da princesa do Brazil, D. Carlota Joaquina, futura rainha de Portugal, que teve por convicta admiradora das suas «virtudes e graças mais que humanas», essa honestissima senhora que, sob o disfarce de Pastora Francília, lhe deu parte, para o Brazil, de que o «Tejo undoso» mal podia já correr, de turbado que estava pelas saudades legadas pela Princeza. É provável que tais extremos de saudade

viessem a custar um forte arrependimento, tanto mais que a discutida princesa, já depois de rainha e de sectária colaboradora nas empresas políticas de seu filho D. Miguel, não continuaria a merecer a simpatia da poetisa cujos sonetos patrióticos foram recitados, após o juramento da Carta, em 1826, entre calorosas manifestações e em pleno palco do Real Teatro de S. Carlos.

O pequeno volume de «Francília, Pastora do Tejo» compõe-se, além de sonetos, canções, epístolas, elegias e quadras soltas, de algumas variedades poéticas então muito em voga: epicédios, odes, liras, cantatas, madrigais, baletes, cançonetas e epitalâmios. A psicologia de D. Francisca de Paula não se adivinha nas entrelinhas dos versos de Francília; não se adivinha, porque se lê tão claramente como num sincero livro de memórias.

Quem ler «Francília, Pastora do Tejo» pressente logo que aquelas poesias devem ser o espelho duma vida, mas não pode supor que a própria poetisa, num soneto que não fez gemer os prelos, confirme essa suspeita, definindo assim os seus versos:

> Singelos filhos d'alma, consagrados
> Já aos hymnos de Amor, já dos adversos
> Destinos meus, ás tristes queixas dados,
>
> Por todos elles se acharão dispersos
> Meus sentimentos, meu amor, meus fados:
> A minha historia lê, quem ler meus versos...

O pressentimento de que, mesmo no alvorecer da sua festa de amor, a Desgraça sempre a espreitava, o soberano império do afecto dedicado a Jónio, o exclusivismo impiedoso e tirânico dêsse brando despotismo, a exaltação afectiva e a necessidade de — forjando dramas de abandono e tragando voluntariamente o fel de ima-

ginários ciumes —, atiçar a combustão do fogo que consumia a sua alma enamorada, são os pormenores psico--biográficos que ressaltam, à primeira leitura, dessas poesias caracterizadas por grande irregularidade de valor emotivo ou de perfeição métrica.

Da imprecisa e invencivel tribulação da sua pobre alma, deixou Francília repetidas queixas, algumas assaz harmónicas, como as que se encontram num soneto a Jónio

> Quer a minha fatal melancolia
> Que eu appeteça a paz da sepultura,
> Ainda nos instantes de alegria !

ou numa «Epistola a Corinna»:

> Por mais, e mais que busque socegada
> Meus versos ordenar, a mente accesa,
> Confusa sempre está, sempre agitada!
>
> Sempre a idéa a mil desgostos presa,
> Outro estilo não toma, que não seja
> O magoado estylo da tristeza !
>
> Inda que Amor, o meigo Amor proteja
> Meus puros votos, que jamais regeita,
> Inda que á dor nenhuma causa veja,
>
> Sou de tal modo a prantear affeita,
> Que se vou pôr na Lyra um tom festivo,
> A mesma Lyra a minha mão engeita!

Deve crêr-se que Francília pintava aqui o seu verdadeiro estado de alma. É bom lembrar que ela não tivera ainda tempo para decorar os versos dos grandes românticos que «posaram» para a imortalidade, com a sua tristeza lívida e incomprehendida; as «olheiras à Margarida Gauthier» e a decantada «palidez de Anthony» ainda

não eram familiares às burguesas de Lisboa, no ano de 1816. Da sobranceira desventura do conde de Vigny à poetisa do palacete das Trinas vai um abismo de incompreensão, distância idêntica à que separa o túmulo bisonho onde, num rochedo de Saint-Malo, repousa o Visconde de Chateaubriand, da lousa do cemitério dos Prazeres que cobre Francília e Jónio, dormindo sob a égide tradicional de duas mãos enlaçadas, sob a tocante benção dumas palavras castas que não dão nas vistas.

A parte mais inglória do livro de D. Francisca de Paula é a ocupada pelos sonetos, elegias e odes, onde ruge uma grande fúria ciumenta, de cujo fundamento sério ha, como já se disse, motivos para duvidar, e que, perante desgraças reais, lhe seria ainda saudosa:

São dignas de apontamento, na colecção de versos da «Pastora do Tejo», algumas referências a contemporâneos ilustres, como Bocage, a quem chamou «filho de Apolo» e Curvo Semedo (Belmiro Transtagano), o qual, num soneto que encontrei entre os papeis de Francília, lhe dirige uma entusiástica saudação:

> És honra, és gloria das Poetizas Luzas:
> Vences no plectro ao Deos, que marca os dias,
> No brilho ás Graças, na cadencia ás Muzas!

Princesa no amor e burguesa na poesia, Francília voou, rasteirinha e tímida, pelas faldas do monte Ménalo, que então os nossos árcades escalavam e a cujos píncaros não chegaram.

Tentou com infelicidade o soneto épico; tentou a novela histórica e o drama romântico; traduziu, sem maior desacato, algumas obras de fama mundial. Foi quási célebre, no seu século decrépito e menino; hoje, é um nome que, merecendo mais, apenas se adita, em

nota, à página de História da nossa Literatura, onde sorrí e triunfa o nome indiscutido de Alcipe.

No entanto, talvez que a alma de Francília — alma romântica, prêsa às convenções literárias duma escola morta — julgue ainda que o mundo a escuta e que nos seus versos a Jónio se escondeu um átomo do divino segrêdo de expressão amorosa que Petrarca e Camões adivinharam.

Não me recordo se foi ela ou algum dos seus admiradores quem inscreveu, à frente dum caderno manuscrito contendo algumas das suas «Cartas a Jónio», uma citação pretenciosa, onde se descobre uma tocante ingenuidade: «Tu auras une moitié du laurier qui ombragera ma tombe».

Que Deus embale a sua alma enamorada e sã, a sua alma que partiu feliz, no cândido berço duma ilusão de glória! E que, como nas horas de terrena beatitude, ela julgue sentir a natureza suspensa, à espera de acertar o seu ritmo eterno pela descuidada cadência das suas redondilhas ternas:

> Casto Jonio, as aves baixão
> Para ouvir-me, o vôo erguido,
> Parão as fontes e o vento
> Nos ramos fica detido . . .

VISCONDESSA DE BALSEMÃO

Um ano antes de nascer Alcipe, nascia em Guimarães uma sua futura amiga, a Natércia do século XVIII, que, segundo tôda a verosimilhança, não foi musa de poetas infelizes e se contentou com merecer o amor dum conselheiro e ministro de Estado, o discutido Luís Pinto de Sousa Coutinho, que tem o seu nome ligado a um dos mais emaranhados capítulos da história da diplomacia portuguesa.

A biografia de D. Catarina Micaela de Sousa Cesar de Lencastre[81] não apresenta um vislumbre de imprevisto, comparada com a da reclusa de Chelas. No caminho da sua vida não ha perseguições nem exílios.

Casada aos vinte e dois anos, bela e talentosa, percorreu, como Leonor de Almeida, as grandes côrtes europêas, enlevada na natural prosápia de seu esposo, moço irrequieto e de largas ambições. Entre a sua personalidade e a da Condêssa de Oeynhausen ha, porém, um contraste frisante: Ao passo que D. Catarina foi a tímida aristocrata provinciana que viveu na penumbra do scenário onde seu marido representou tão teatral e complicado papel, D. Leonor de Almeida, magnífica representante dum reino pobre, foi sempre a verdadeira em-

baixatriz de Portugal, ao tempo em que Luís Augusto, conde de Oeynhausen, era apenas «o marido de Alcipe».

Contraste de outra natureza é o que respeita à circunstância de ter sido a precursora romântica uma das maiores vítimas de Pombal, e Natércia uma das mais calorosas admiradoras do grande reformador.

As amistosas relações que entre as duas poetisas sempre existiram, prova bem que a Condessa de Oeynhausen, ao contrário de seu pai, não condenou ao ostracismo os vates que queimaram incenso no altar de Pombal. D. Leonor perdoou a Natércia a sua ardente ode ao Marquês e um soneto não menos revelador do extremo apreço em que tinha o perseguidor de sua família, o qual já não se lisongeou com tais versos, pela razão fortissima de já ter entrado na morte, após uma agonia a que nenhuma humilhação faltou. Alcipe era demasiado «senhora», demasiado artista, para se julgar forçada a sacrificar a uma incompatibilidade de crenças políticas, qualquer afeição ou uma simples simpatia espiritual.

*
* *

Em 1772, D. Catarina de Lencastre saíu do seu solar de Vila Pouca, em Guimarães, casada por procuração com o governador e capitão general de Mato Grosso, o moço fidalgo da casa real e membro do conselho de Sua Majestade, Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Talvez nem conhecesse o marido que lhe destinaram e que, ha cinco anos bem contados, exercitava em fieis terras do Brazil o seu inato gôsto de mandar e de ser discutido.

Como Luís Pinto fosse obrigado por doença a regres-

sar ao reino, e aqui obtivesse o cubiçado lugar de ministro e enviado extraordinário na côrte de Londres, D. Catarina embarcou, em Lisboa e em Maio de 1774, a caminho do porto de Falmouth. Daí seguiu para a babilónica capital britânica, e em contacto com uma sociedade pragmática e ilustrada, sentiu — dizem os seus mais antigos biógrafos — um absoluto mau estar, um «dépaysement» natural mas tão invencivel que a forçou a isolar-se e afastar-se de tôda a convivência, para poder instruir-se e não deixar um rasto de insignificância e de ridículo na côrte de Jorge III.

Não admira a existência dêsse parêntese de inteligente pudor espiritual, na vida da joven esposa de Luís Pinto, rosada sécia minhota, transplantada do seu paço sonolento e em plena festa do seu meio-dia de graça, para os salões onde, em tôrno dum rei enfatuado, se reunia uma côrte de requintado cultismo.

Em Londres, assistiu D. Catarina de Lencastre aos conflitos políticos relacionados com o movimento separatista da América do Norte, e é provável que na sua alma sádia entrasse um pouco do ardor em que se inflamou, altiva e sequiosa de liberdade, a alma dos povos americanos, o sangue moço da velha humanidade. Em Londres se instruiu e aí travou conhecimento — como Alcipe — com M^{me}. de Stäel; daí trouxe o amor da liberdade, o amor das letras e o de três filhas pequeninas, nascidas entre brumas hostis.

Em 1778, seu marido, estando em Lisboa a gosar duma curta licença, é convidado a entrar num novo ministério, como secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra. Cessára a carreira diplomática de Luís Pinto; começava o seu atribulado papel político.

D. Catarina passou a ser testemunha ansiosa das in-

decisões do esposo — eterno ministro dos estrangeiros, da guerra e do reino —, dêsse político infeliz, por ter sido o irresponsável estadista da hora em que se remiram muitas culpas velhas. Como Luís Pinto foi, incontestavelmente, um homem honesto e um português quási estultamente imbuido de orgulho patriótico, D. Catarina certamente o viu tragar muitas lágrimas de humilhação e de impotente furor, atravez de amargos transes.

Viu-o chorar a vergonha do glorioso exército de que era chefe — fugindo, atabalhoado e faminto, mal entregue a dirigentes ineptos, perante um inimigo que ainda não era para temer. Viu-o, inconsciente e vaidoso, ressuscitando extemporaneamente as basófias dos velhos antepassados da conquista, atirar com a sua mão enluvada, onde brincava um «pince-nez» pretencioso, o reino triste e mesquinho para a labareda que roia a Europa, ateada com vigorosa ferocidade pelos demagogos da França.

Apóstolo da sua exaltada fé monárquica, da sua fé revoltada contra a revolta que fazia estremecer o trono secular onde já subira um santo, Luís Pinto prègou a união dos povos fieis contra a fúria iconoclasta dos «sans culottes». Desinteressado «Pedro o Eremita» duma cruzada onde o interêsse político era a suprema lei, foi alvo duma escarninha indiferença por parte dos estadistas das grandes potências, os quais do alto da sua superioridade mal avistavam o ministro que pretendia representar o papel de intermediário, mas só conseguiu falar baixinho em nome duma nação que abrira os olhos ao mundo.

Os govêrnos de Inglaterra, Espanha e Áustria concertavam e desconcertavam planos de aliança e de guerra com o Directório, sem que Portugal fosse ouvido ou con-

sultado. Luís Pinto remoia vexames, mal se satisfazendo com os recentes arminhos de visconde, que a generosa mão régia depuzera, depois de assinado o desastroso tratado de Badajoz, sôbre os hombros do corajoso servidor que ousara erguer-se contra os que mofavam dos sceptros. A seu lado, D. Catarina enxugou-lhe piedosamente as últimas lágrimas de verdadeira humilhação.

Está longe do âmbito dêste trabalho o esboçar, ainda que vagamente, a vida política do 1.º Visconde de Balsemão, e só em páginas de autorizada crítica histórica alguem poderá tentar diminuir as suas aparentes responsabilidades na hora, entre tôdas melindrosa, que Portugal atravessou, apertado em mãos rapaces, quando o seu destino era manejado pelos gabinetes europeus como simples joguete ou chamariz de inconfessáveis ambições. No presente estudo apenas cabe a leve evocação dos lancinantes momentos que viveu a talentosa companheira dêsse homem, que vergado ao pêso de honrarías e de angústias, assistiu quási à derrocada da independência nacional, e criticado por uns, adulado por outros, devia ter sentido repercutir na sua própria alma simples e confiante, o sinistro ruído dos seus passos, prêsos à simbólica «grilheta da História», duma história em cujas folhas nem sempre imaculadas ele tentou, tão inglória e desastradamente, escrever algumas límpidas palavras de dedicação patriótica.

*

* *

D. Catarina de Lencastre sobreviveu vinte anos a seu marido, e é de crêr que êsse período de reconquistada tranqùilidade fosse o mais fecundo da sua vida intelectual.

Quando já repousava, imperturbado e indiferente, o coração que junto do seu pulsara em tão repetidos instantes de incerteza, quando o seu amor era uma saudade que se ia gastando, é que D. Catarina — tão descabidamente apelidada de "Sapho portugueza" — escreveu os seus melhores versos.

Foi então que produziu os seus sonetos mais conhecidos: os que foram inspirados pela morte de Gomes Freire e pelo movimento liberal de 24 de Agosto, e ainda o que, segundo a tradição, compoz no seu leito de morte, momentos depois de ter recebido o último confôrto espiritual [85].

Como Alcipe, D. Catarina de Lencastre gozou dum grande prestígio entre a melhor sociedade do seu tempo e, quer em vida de seu marido, quer durante a viuvez, viu-se sempre rodeada pela respeitosa estima dos seus contemporâneos. A afeição que a unia à Marquesa de Alorna resistiu a todos os embates do destino, e porque tais embates foram por vezes contrários aos interêsses particulares de cada uma das poetisas, ela pode servir para testemunho de uma grande superioridade moral.

Da protecção e interêsse que D. Catarina dispensou aos famintos poetas do seu tempo, resta-nos uma eloqùente amostra nas obras de Nicolau Tolentino, que, por mais duma vez, lhe dedicou algumas das suas despreocupadas redondilhas, quási sempre envolvendo uma lamurienta pedinchice.

Quando o ministro Luís Pinto expediu aviso para que se imprimissem as obras poéticas do descontente mestre-escola, logo êste, com graciosa modéstia, declarou a D. Catarina Micaela de Sousa que Apolo lhe segredara ser ela quem devia agradecer a generosa mercê:

«Diz que esta empreza vos toca,
E que não admite escusas;
Que favor feito ao Parnasso
Hão-de agradecê-lo as musas.

Pulsai a lyra, enfreae
Bravos ventos rugidores;
Cantae agradecimentos
A quem cantastes amores».

Depois da guerra de 1801, o mesmo vate bonacheirão dirigiu-se a D. Catarina para ambos se congratularem, perante o "util talento" de seu consorte, pensando que vão colher os doces pomos da Paz, que para êle, Tolentino, consistem em ter de novo ao seu serviço o galego que foi para a guerra e os machos da sua traquitana, dos quais o exército se apropriara:

«Emquanto em sonora lyra
Lhe dais gratos tributos,
Cantando da paz dourada
Serios, vantajosos frutos;

Eu a quem já voltam costas
As fugitivas Camenas,
E que só imito a Horacio
Nas libações a Mecenas;

Levantando em limpo copo
Sumos de maduros cachos,
Brindo a mão que torna a dar-me
O meu gallego e os meus machos».

Mas não é só à veia poética da senhora ministra que Tolentino alude, porquanto tambem se encontram, nas suas "Obras Completas", duas décimas com a bem explícita dedicatória: "A D. Catharina Michaela de Souza, tendo feito a honra ao auctor de lhe offerecer uma véstia de setim; e pedindo-lhe que lembrasse o requerimento em que seu irmão pretendia o governo d'um forte". [86]

Há notícia de que a Viscondessa de Balsemão deixou amostras poéticas de vários géneros, pois que, segundo conta o seu mais remoto biógrafo [87], cultivou a ode, a elegia, o soneto e, sobretudo, o apólogo [88]. De sonetos, odes, canções, e mesmo duma fábula, temos conhecimento, graças à «Miscellanea Poetica — Jornal semanario», [89] a publicações modernas e ao coleccionador das «Poesias Ineditas dos melhores Autores Portugueses», que transcreveu as trinta fervorosas estrofes da ode ao Marquês de Pombal.

O que resta, acessível a tôda a curiosidade, parece-me insuficiente para se poder ajuizar se o lugar literário da Viscondessa de Balsemão é longe ou perto do que lhe indica o côro unísono que biógrafos e panegiristas entoaram em seu louvor. No entanto, nas escassas poesias impressas, ha vislumbres reveladores dum estro sereno, equilibrado, e mesmo dum gôsto educado: encontra-se, conforme exige o espírito do género poético empregado, a par da expressão propositadamente chã e desataviada, o ênfase altissonante que se prolonga em ecos de epopêa ou de elegia. A corrente elmanista é a que parece ter mais afinidades com a sua maneira de versejar, porquanto recorre não raras vezes aos bordões mitológicos, às repetições e antíteses. A idéa domina sôbre a forma que nem sempre é impecável, como o prova bem claramente a seguinte quadra que começa uma canção, a que melhor se chamaria um poemeto heroi-cómico:

> «Não canto a guerra de infernaes gigantes,
> Que os montes contra os ceus arremessaram,
> Nem a piedade canto, com que os filhos
> Os decrepitos paes pios salvaram».

No último verso, a repetição da mesma consoante chega a parecer intencional, o que não seria mais louvá-

vel e representa um deslise do bom gôsto, que, em regra, revelam as poesias de D. Catarina de Lencastre.

Em compensação, uma ode epitalâmica, que foi impressa em 1909, é rica de cadência e tem uma correcta estrutura clássica. Na ode ao Marquês de Pombal ha ritmos dolentes e solenes, compassos de marcha fúnebre, sóbrios e dignos.

O seu dilatado renome de poetisa de Amor não está amplamente justificado pelos versos que todos podem conhecer, o que não significa que nêles não se encontrem freqùentes alusões à idéa amorosa, que, sob um aspecto sereno, parece ser-lhe familiar. Encontra-se mesmo uma gracil côr de século XVIII, a côr de sincera frivolidade dum scenário de Watteau, nas estâncias duma canção que fica suspensa em pudibundos umbrais:

«Uma só vista, um timido suspiro,
Mal concertadas frases, brandas vozes,
Vistas que dizem mais do que as palavras,
Um susto respeitoso,
São preludios do amor mais venturoso...»

Sabe-se que D. Catarina traduziu, sôbre a versão francesa de Huber, o poema em dois cantos do barão de Cronegk, "Ñoites romanticas" ou "As Solidões», e ainda que deixou manuscritas duas tragédias originais, em verso, uma das quais seria a intitulada "Cora e Alonso" ou a "Virgem do Sol", composta em hendecassílabos rimados [90]; atribue-se-lhe tambem a "Apologia das obras novamente publicadas por Francisco Manuel, em Paris", a qual saíu impressa junto com as referidas obras.

*
* *

O contacto com o que resta do espírito senhoril e culto da que foi a Natércia de Luís Pinto e dos poetas do seu tempo, deixa uma grata recordação de serenidade.

Tem um perfil literário de reconfortante beatitude, de honesta simplicidade e de tranqùila preocupação estética, a esposa do ministro português que mais tratados de paz e carteis de guerra redigiu, do estadista que em mais alvoroçado lance deixou, involuntariamente, a pátria envolvida.

No concorrido quadro arcádico da Literatura Portuguesa, a Viscondessa de Balsemão é uma comparsa cheia de graciosidade e de vida; foi a sécia que passa, ao fundo, ouvindo galanteios e espalhando mercês e sorrisos. Mas o scenário de salão, rico de inconsciência e de futilidade, onde ela representou o seu papel secundário, foi, durante metade dum século, o canteiro precioso onde se refugiou a flor mais viva da poesia portuguesa, esbelto madeiro velhinho, que a tão ásperos embates resistiu . . .

CAPÍTULO IV

A Condessa do Vimieiro, D. Teresa de Melo Breyner, e a sua tragédia «Osmia», coroada pela Academia Real das Sciências de Lisboa.

— Um século pobre de autoras —

Dans ce genre de composition, où les femmes se sont rarement essayées, la comtesse de Vimieiro porta les qualités qui distinguent son sexe, une grande pureté de goût, une grande délicatesse de sentiments et l'intérêt de la passion plutôt que celui des circonstances.

. . . .

La pièce est écrite en vers iambes, non rimés; c'est en quelque sorte, aujourd'hui, la seule tragédie du théâtre portugais.

[*J. C. L. Sismonde de Sismondi* — *«De la Littérature du Midi de l'Europe»* — *tomo IV, ed. 1813*].

D. Teresa de Melo Breyner, 4.ª Condessa do Vimieiro pelo casamento com seu primo D. Sancho de Faro, foi a mais querida amiga de Leonor de Almeida, figurando o seu nome não só na dedicatória e no texto de muitas poesias da Marquesa de Alorna, como em vários passos da correspondência que esta trocou com seu pai, durante a reclusão de Chelas.

Foi Alcipe que baptizou com o nome poético de Tirce essa amiga com quem freqùentemente gastou o melhor da sua dialéctica, procurando convencê-la de que a sua insofrida revolta contra a tirania dos tempos em nada bulia com os seus intactos princípios religiosos.

D. Teresa Breyner, que já andava ha onze anos pelo mundo quando D. Leonor de Almeida nasceu, não teve, apezar disso, as mesmas razões para amaldiçoar as taras de facciosismo político e religioso que caracterizaram o seu século.

Não viu o pai amordaçado na treva sufocante do cárcere, nem os avós trucidados como bandoleiros de estrada. Viveu e morreu serenamente, dentro do orgulho do seu nome e na abastança da sua nobre casa. Nunca teve ensejo para duvidar da benigna presença divina.

Daí a sua incompreensão obstinada de algumas «idéas avançadas» de Alcipe, o seu rigor perante as inofensivas

«gracinhas» de Leonor, a propósito de cerimónias tão aparatosas como eram, dentro dum convento português do século XVIII, as práticas exteriores do culto [91].

*

* *

A biografia de D. Teresa Josefa de Melo Breyner, Condessa do Vimieiro, não apresenta qualquer nota imprevista que mereça fixar-se.

Sabe-se que nasceu em 1739, do fecundo matrimónio de Francisco de Melo, terceiro senhor de Ficalho, com D. Isabel Josefa Breyner de Menezes, dama de honor e camareira-mór da rainha de Portugal D. Mariana Vitória de Bourbon.

Foi seu irmão — décimo primeiro na ordem de geração — o famoso Pedro de Melo Breyner, que desempenhou os mais honrosos cargos públicos, e sendo um dos governadores do reino por ocasião das invasões francesas, tendo chegado a ministro plenipotenciário em Roma e a ministro e conselheiro de Estado, veio a morrer, com perto de oitenta anos, encarcerado na torre de S. Julião da Barra, sofrendo todos os vexames a que a ferocidade de Teles Jordão sujeitou os presos políticos.

Casada aos vinte e sete anos com o 4.º Conde do Vimieiro, D. Teresa estava viuva no ano de 1790; no dia 27 de Junho de 1794 [92] professava e tomava posse da dignidade de Comendadeira no Real Mosteiro de Santos.

Ignora-se a data da sua morte, mas guarda-se, como uma das principais datas da sua vida e aquela que lhe dá foros de escritora portuguesa, a de 13 de Maio de 1788, quando uma obra sua, a tragédia «Osmia», obteve o primeiro prémio em concurso de literatura dramática,

aberto três anos antes pela Academia Real das Sciências.

Ao citado prémio concorreram três peças: "D. Maria Teles" — de que depois se soube que era autor Luís Correia de França Amaral, "Lauso", apresentada por Henrique José de Castro, e, finalmente, "Osmia".

Examinadas as obras, "julgou a Academia dignas de louvor varias Scenas da segunda, e os rasgos poeticos, que de quando em quando nella se encontravão; mas que a terceira pela sua versificação mais igual, pela unidade da acção, e pelos caracteres das pessoas se conservarem fielmente até ao fim da catastrofe, levava ventajem ás outras, e merecia o premio".

Uma vez dada a sentença, abriu-se, em assembléa pública, o envelope que devia ocultar o nome do feliz autor, mas — certamente com magno espanto da circunspecta assistência —, achou-se apenas um bilhetinho em que se recomendava que o valor do prémio fosse dado á "memória" que melhor indicasse "hum remedio para a ferrujem que damnifica as oliveiras, fundado no conhecimento da natureza do mal, confirmado pela experiencia, e que seja ao mesmo tempo practicavel sem grave despeza, nem excessivos cuidados".

É claro que semelhante filantropia agrícola, de caracter tão acentuadamente utilitarista e prático devia ter desconcertado um pouco os sábios académicos que punham a prémio a divina coroa de Melpómene. No entanto, cumpriu-se a deliberação, que não parecerá tão estranha se nos lembrarmos que a douta Academia, nos seus inícios, procurou sempre que os seus eruditos sócios não desdenhassem preocupar-se com problemas de ordem prática, não regateando prémios e louvores a memórias sôbre agricultura e zootecnia, e incitando os lavradores, por

meio de recompensas pecuniárias, a experimentarem novos processos de fomento agrícola e a plantarem determinadas árvores que viriam a ser uma das principais fontes de riqueza para o país.

O assunto proposto pela autora foi objecto dum novo concurso, mas a história não reza se a medalha de ouro de cincoenta mil réis que estava destinada ao frágil peito dum vate apaixonado, chegou a brilhar nas mãos calosas de algum lavrador experiente.

Durante muito tempo, o recatado anonimato do vencedor deu aso a que corressem a respeito da sua identidade algumas desencontradas e até absurdas versões.

Frederico Bouterweck[93] atribui a tragédia a D. Catarina de Lencastre, Viscondessa de Balsemão, certamente induzido a êrro pelo «boato», que já começava a correr, de que a autoria da peça pertencia a uma senhora. Sismonde de Sismondi, narrando o caso — no tômo IV da sua obra «De la Littérature du midi de l'Europe» — comenta-o com infelicidade: «Boutterweck l'attribue (a «Osmia»), par erreur, à une autre femme justemente célèbre du Portugal, Catherine de Souza, celle même qui osa seule braver le terrible marquis de Pombal, et refuser d'épouser son fils. C'est de la famille de cette femme illustre que j'ai appris qu'«Osmia» n'était point son ouvrage».

Lastimável é não ter a família de D. Catarina de Sousa tambem tirado da fantasiosa imaginação de Sismonde a idéa de que fôra esta senhora a única que ousara contrariar o terrivel Marquês, o qual, por acaso, e como já se viu, tinha nela uma fervorosa admiradora. É evidente que Sismonde, ao querer desmanchar o êrro do historiador alemão, caiu noutro, confundindo a Viscondessa de Balsemão com a perseguida D. Isabel Juliana

de Sousa Coutinho Monteiro Paim, a enternecedora «Sempre Noiva» que foi mãe de D. Pedro de Sousa e Hölstein, o grande Duque de Palmela, e que tenazmente se recusou, durante longos meses e até conseguir um divórcio libertador, a consumar o seu matrimónio com o futuro Conde da Redinha, filho segundo do Marquês.

Pedro António Correia Garção e António de Araujo, o hábil e notabilissimo diplomata que foi Conde da Barca, arrostaram sucessivamente com a importuna honraria de haverem produzido a mistificadora tragédia, mas o achado do manuscrito original dissipou tôdas as dúvidas e veiu entregar a Cesar o que era de Cesar [94].

A tragédia teve três edições portuguesas — a última das quais com data de 1835 —, e uma em tradução espanhola.

Viria agora a talhe de fouce descrever o entrecho da obra e dar uma rápida indicação do movimento das scenas, mas como essa descrição teria forçosamente o aspecto anti-literário dum argumento de ópera, e como a obra é de fácil consulta e de não fatigante leitura, julgo inútil deter-me sôbre o assunto.

Bastará recordar que os cinco actos teem por campo de acção a Lusitânia, durante a conquista romana, e por scenário o átrio duma habitação de turdetanos, donde se àvista o acampamento dos legionários e um bosquête sagrado onde sobressai a ara do deus Endovélico.

O simples argumento da tragédia faria ressaltar os seus defeitos e não omitiria grandes qualidades, porquanto é em vão que se procurará um parêntese de beleza literária ou um conceito apreciável em todo o seu «mare magnum» de decassílabos impecáveis.

O juri de académicos que a premiou pela sua versificação igual, pela unidade de acção e pela constância

dos caracteres lavrou, porém, um juízo justissimo, porquanto ninguem pode negar essas três qualidades à obra da Condessa do Vimieiro. A versificação é correctissima; a unidade de acção é mantida, ainda que penosamente; os caracteres conservam sempre o seu cunho inicial, se bem que estejam distribuidos, quási simetricamente, pelas quatro figuras principais: Temos Elédia e Ríndaco — intransigentes no seu ódio a Roma e na rudeza dos seus primitivos hábitos morais — fazendo «pendant» a Osmia e ao galanteador Lélio, ambos capazes de heróicas abnegações, ambos a braços com o dilema do amor e do dever, embora este, para o guerreiro, esteja representado pelos interêsses de Roma, e para a protagonista se apresente sob a feição da fidelidade conjugal.

Temos, à moda clássica, os caracteres de contraste: em frente à turdetana amorosa e pronta a ceder como um ramo frágil, a rígida profetisa, puritana defensora dos imaculados costumes bárbaros; em frente ao capitão dos vetões, sanguinário e brutal, a tolerância hábil do general romano.

«Osmia» é bem uma tragédia do século XVIII, uma tragédia de salão, ocupando lugar numa literatura feudatária do pseudo-classicismo de Voltaire.

Já Sismonde observa que a autora «parait avoir pris pour modèle Voltaire, plutôt que Corneille ou Racine», e esta opinião do velho historiador líterário, por êle aplicada principalmente à vivacidade do diálogo, tem melhor aceitação se nos lembrarmos que em «Osmia» apenas brilham pela ausência aquêles rompantes de épica sublimidade, aquêle «panache» arrogante e ruflante — catadupa de palavras a ferver em cachão de harmonia e cadência — aquela sonora prosápia de Corneille, aquêles categóricos conceitos que Racine impoz com tão insinuante e doce voz.

A tragédia «Osmia» não deve discutir-se como valor estético, mas, até pela anecdótica história do seu triunfo na Academia, merece ser lembrada como curiosidade e como agradável recordação duma singular época em que das tragédias que as fidalgas escreviam, tiravam, ao menos, as prestáveis oliveiras um proveito indiscutivel.

D. António da Costa afirma que «esta peça, guardadas as leis da epoca, faz honra à literatura portugueza». Parece-me antes que faz apenas honra ao simples coração de mulher que, quando a guerra ia alastrar pelo mundo, derrubando tronos e decepando cabeças régias e plebeias, pensava na sorte mesquinha das arvores da paz, aquelas donde os homens tardariam tanto a vir cortar o ramo emblemático.

*

* *

O autor de «A mulher em Portugal» informa que as poesias da Condessa do Vimieiro foram principalmente bucólicas e que as salvou do esquecimento total o erudito António Ribeiro dos Santos, delas tirando cópia que arquivou na Biblioteca Nacional de Lisboa [95].

Como não consegui — rebuscando nos manuscritos de Elpino Duriense — encontrar vestígios de tais poesias, limito-me a recordar que D. António da Costa transcreve alguns versos dum «Idilio a Lilia», sustentando que pelas poesias campestres de Tirce corre «a par de certo desalinho, próprio de quem pouco emendava antes da correcção final para o publico, uma grande suavidade de expressão e doçura de sentimento, e como um espirito impregnado dos doces rumores da natureza nas suas variadas manifestações».

Na Biblioteca de Évora encontram-se, manuscritas, dezasseis cartas da Condessa do Vimieiro ao arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, as quais abrangem um período de tempo contado entre 3 de Junho de 1779 e 16 de Abril de 1798[96].

As cartas apresentam uma prosa fluente e correcta, por vezes graciosa e sempre conceituosa. Quási tôdas se referem a obras de caridade em que a benfazeja senhora procurava interessar o prelado, e nelas se patenteia um nobilissimo coração, que foge aos agradecimentos e aos louvores e, recolhido e silencioso, oferece a Deus tôda a sua imensa e sincera piedade.

Nas entrelinhas, vislumbram-se pequenos acontecimentos da côrte, que tiveram o seu eco no palácio arquiepiscopal, não sendo fácil, quási nunca, desenrolar o fio da intriga.

A grande estima que D. Teresa Breyner dedicava ao virtuoso prelado, descobre-se nas «duas regras» em que se felicita e o felicita pela recepção que lhe fizeram os seus diocesanos de Vila Viçosa, regras que são típico exemplo duma maneira de dizer sóbria, convencida e convincente.

Agradecendo ao prelado o tê-la feito »participante do pasto que dá ás suas ovelhas«, ou seja o ter-lhe facultado a leitura de qualquer pastoral sôbre preceitos da caridade cristã, D. Teresa de Melo Breyner lamenta a falta de compostura e de tacto com que eram organisadas, em algumas dioceses, as práticas religiosas:

Eu não vi nunca tão arriscada a fé, como nas ocasiões em que vejo fazer moda e capricho da Religião. Em Sacavem, quasi debaixo dos olhos do Prelado, festeja-se a Divina Presença do Espirito S.to com uma procissão em que vão diversas danças entreespaçadas com diversos andores e fechada por ultimo com o S.to Lenho. Comedias!

Entretanto, no hospital dos Leprosos, meu visinho, que tem rendas e Administração, dá-se a cada enfermo para seu sustento, a soma consideravel de 240 cada mez. Não me enganei, são doze vintens. Quatro mil pobres apareceram no cabo; a minha caridade fez-me desejar lançar mão deles, restituir a cada um a sua terra propria com ordem aos magistrados para os empregar utilmente e alistados para não se tornarem a ausentar do seu lar nativo, guardando para os leprosos e engeitados as grossas somas que inutilmente lhes foram distribuidas. Os meus desejos são estes; podem não ser os mais perfeitos, mas como não fazem mal a ninguem, não os apago e rogo a Deus nos dê do seu juizo, para não dizer da sua justiça, que pareceria muito.
Deus abençôe os Povos, em que os Prelados procuram radicar a piedade activa, pois que sempre sendo tal, será benefica e legitima [97].

São das mais afectuosas e inteligentemente sentidas as palavras que a Condessa dirige a Cenáculo, dando-lhe pezames pela morte da mãe; nelas se pressente a mão da fidalga e da cristã, distribuindo o bálsamo duma consolação que só o seria para uma alma profundamente crente, e submissa perante todos os decretos divinos.

É tambem muito curiosa a carta com data de 1 de Junho de 1787, em que D. Teresa fala ao arcebispo dum pobre rapaz «que está verdadeiramente arrependido da vida que tomou», a qual vida parece ser—ao contrário do que à primeira vista pode parecer — a de religioso secular ou regular. Na caridosa obra de sondar qual fosse a causa da desconsolação do seu protegido, a Condessa interessa seu próprio irmão Pedro, o qual era talvez o que melhor compreendia os seus escrúpulos e melhor condescendia com os seus pedidos e incumbências. É isto, pelo menos, o que se deduz das palavras com que D. Teresa comenta as queixas que o seu protegido lhe dirige:

Eu quero dar-lhe todo o socorro que a justiça e o brio permitirem, mas importa-me que V. Ex.ª não fale nisto a meus irmãos, excepto Pedro, que suponho passará nessa cidade para ter o gosto de ver a V. Ex.ª antes de partir para o Porto Ele vae encarregado de falar com o rapaz; mas não o pode fazer senão em casa de V. Ex.ª...

Outras vezes, é a Condessa oferecendo livros piedosos a Cenáculo, e envolvendo a oferta em palavras de extrema deferência.

Mas de tôdas as cartas, a que pede verdadeira atenção, pela singular notícia de ordem psicológica que sôbre a autora nos fornece, é a que vou transcrever na íntegra, ressalvando as palavras cuja caligrafia é confusa. A sua leitura evoca, bem viva e nítida, a imagem graciosa dessa juvenil «Tirce» a quem Alcipe chamava «santa» e cuja estreita e formalista educação religiosa tantas vezes combateu, no campo aberto das discussões, durante as longas tardes do convento, quando na grade de Chelas se travavam escaramuças em que duma parte estava só o entendimento desempoeirado duma leitora dos enciclopedistas, e da outra, o misticismo disciplinado dos frades e da futura comendadeira de Santos.

Na extensa missiva que Cenáculo recebeu da Condessa do Vimieiro, ver-se-ha a estranha terapêutica a que esta se propõe sujeitar a demência daquela rainha de Portugal que, na manhã dum embarque trágico, deu as suas últimas lágrimas ao povo que, chorando pelos reis, carpia a última esperança de salvação:

Ex.mo Rev.mo Snr. — Apezar do respeito que eu consagro aos preciosos momentos de um Prelado tão respeitavel como V. Ex.ª, na ocasião presente não posso poupar-lhe o incomodo de interromper as suas fadigas Pastoraes, porque o que a isso me obriga, tem por objecto, tudo o que deve ocupar um espirito nacional. Quero dizer: a Gloria de um Deus e o bem duma Nação.

Convencida, como fiquei logo que li a primeira carta de V. Ex.ª, da eminente virtude da Veneravel M.ria da Purificação, desejei desde logo procurar que a sua intercepção valesse a sua Mãe e nos alcançasse com a saude da soberana todas as mais bençãos de Paz e Religião que nos são tão necessarias neste calamitoso tempo. A prudencia fez que eu contivesse em silencio estes desejos até conseguir mais individuaes noticias do que se passara no acto da (ilegivel) *do seu cadaver e da verdade das curas instantaneas que se referiram aqui de boca em boca, atribuidas á intercepção dessa admiravel serva do Snr.e Fui pois recolhendo ambiciosamente todas as noticias e sem deixar de ver que a critica tem ainda alguns bem que debeis fundamentos para poder atribuir aos segredos e ocultas forças da natureza o que a piedade bem entendida recebe como graça especial ainda quando se não atreva a caracterisa-lo de milagre, me inclinei a julgar que era conveniente e talvez necessario entrar por uma Porta que o Céu nos abria em tão arduas circunstancias. Lembrei-me de mandar pedir ao Prelado do feliz convento que é depositario de tão grande thesouro, fizesse por dias sucessivos com a sua comunidade, rogativas a Deus Nosso Senhor afim de que para Gloria sua nos desse uma mais evidente prova da virtude da sua serva e da Gloria com que lh'a premeia restituindo a R.ª N.ª Sr.ª ao seu perfeito juizo logo que se lhe aplicasse uma fita que segurada fóra tocasse na chaga ou abertura que tem o cadaver Porem não me resolvi a fazê-lo, sem conselho de V. Ex.ª e sem positiva licença ou ao menos condescendencia e egualmente exitei na aplicação da fita sem ter uma provavel certeza de ter verdadeiramente tocado na dita abertura, do que V. Ex.ª pode se quizer assegurar-me pois que sabe se permitio que assim se fizesse a algumas. Comuniquei este pensamento ao* (ilegivel) *Mordomo-Mór, o qual viu com sumo prazer a carta de V. Ex.ª e do seu Provisor e disse-lhe tambem a resolução em que estava de escrever a V. Ex.ª pr.ª este fim, e ele aprovou muito tudo concluindo com esta expressão = «Com o conselho de um tal Prelado pode-se caminhar seguro» = Por fim acrescentei eu; e V. Ex.ª quer-se encarregar de levar a S. A. a fita e pedir-lhe que nos permita que se aplique? = ao que ele respondeu = Sim senhor. Logo que venha a resposta do Sr. Bispo, segundo o que ele resolver, se fará. =*

Agora resta-me pedir a V.ª Ex.ª que julgando conforme ás regras da egreja este meio de implorar a Deus e prestando-se a condescendencia, me queira avisar, (não me atrevo a pedir a V. Ex.ª que o mande

fazer, bem que uma tal missão ..!), para cá se fazerem ao mesmo tempo por outras comunidades religiosas, ao mesmo tempo as mesmas rogativas, acompanhadas de esmolas e outras obras de caridade que possam faze-las aceitar ao Senhor.

Perdôe V. E.ª a extensão desta carta, a qual faço no silencio de alta noite pelo receio de que os negocios do dia me embaracem.

Sua m.to respeitosa, etc., — (a) Condessa do Vimieiro.

Ao Bispo de Beja — Lx.ª 13 de Março de 1798.

Com tão demorada transcrição fica, tanto quanto possivel, completo o perfil da ilustre dama, piedosa e crédula, que se chamou D. Teresa Josefa de Melo Breyner, e foi 4.ª Condessa do Vimieiro.

Pode ainda acrescentar-se que muitos poetas do seu tempo — como Alcipe, a Viscondessa de Balsemão, António Denis da Cruz e Silva, Domingos Maximiliano Torres (Alfeno) e Nicolau Tolentino—lhe consagraram versos.

Conta-se que o Condessa — fiel aos seus hábitos de excessiva discreção —, mandara, um dia, um poema sem assinatura ao cantor do «Hissope», e que êste, reconhecendo imediatamente o estro de Tirce, se apressou a demonstrar-lhe, num soneto laudatório, a sua perspicácia, que ainda se desculpa da habilidade:

> Alta cidade sobre um monte erguida,
> como esconder-se pode à vista humana ..?

Tolentino mostra-se, na sua habitual atitude de suplicante, chorando-se aos pés de D. Teresa, em quintilhas de memorial:

> Aos pés da ilustre Vimieiro um dia
> lacrimosas quintilhas recitava,
> e o digno coração que as escutava
> da causa por que o fiz se condoia...

Ela ouvia-o com «sizuda atenção», mas é provável que não lhe fosse de todo simpática a figura do poeta que

se envergonhava de ser mestre de meninos e, solteirão impenitente e azêdo, tratava de «rebelde gado bravio» as criancinhas, os pequenitos da sua odiada escola, pobres e famintos garotos que eram tanto filhos de Deus como aquêles filhos de algo cujo nascimento a sua lira nunca se esquecia de festejar alvoroçadamente.

A actividade da Condessa do Vimieiro, durante os anos em que foi abadessa das comendadeiras de Santos ficou assinalada por notáveis reformas e melhoramentos, em que entrava a supressão de abusos e de tôda a indisciplina.

Parece que as suas irmãs de recolhimento não se felicitaram por semelhantes transformações e procuraram dar a nobre senhora como suspeita de alienação mental.

Convocaram dez médicos, dos mais afamados de Lisboa, a comparecerem à mesma hora no convento, para examinarem a Prelada, esperando que esta, perdendo a serenidade perante tão grande ofensa, parecesse, pela sua atitude, fundamentar a queixa. Enganaram-se, porém, totalmente, porquanto os clínicos apenas tiveram ocasião de ver que a irmã de Pedro de Melo Breyner sabia encarar com fidalga superioridade, as baixas intrigas das suas subordinadas. Cada médico recebeu, à saída, e da parte da abadessa, um embrulhinho contendo uma peça, como remuneração dos seus dispensáveis serviços. Nenhuma freira foi castigada.

Dos últimos tempos de vida da 4.ª Condessa do Vimieiro não restam vestígios.

A laureada da Academia morreu esquecida da sua própria e efémera glória, luz que jámais a cegou e donde sempre, teimosamente, desviou seus olhos tranqùilos de crente. O sono da morte deve ter sido, para ela, a ambicionada continuação do longo e beatífico remanso em que decorreu a sua vida sem história.

Os três primeiros quarteis do século XVIII não são, literariamente, ricos em nomes femininos.

As portuguesas do século XVIII, pelo menos as da sua segunda metade, tiveram, mais que nenhumas outras, razões para temer o ridículo que inevitavelmente lhes acarretaria o estendal dos seus méritos literários.

É certo que, em 1744, um doutor Felix José da Costa, formado em direito civil pela Universidade de Coimbra, publicava a sua «Ostentação pelo grande talento das damas», mas seria dirigir uma gratuita injúria a tôdas as contemporâneas do autor que foram medianamente inteligentes, o supor que não seriam elas as primeiras a dispensar uma tão desconchavada e inútil defeza.

Talvez lhes doessem menos os dardos que o Cavaleiro de Oliveira, o boémio e espirituoso exilado em Amsterdam, jogava às mulheres doutas em geral e às portuguesas em especial.

Norteadas, quanto a ideais pedagógicos, pelos conselhos dos confessores jesuítas ou pelas normas mais condescendentes do «frade barbadinho da congregação de Itália» — Luís António Verney — que, na carta XVI do seu «Verdadeiro Methodo de Estudar» já fala «do modo de instruir a mulher, e não só nos estudos mas na economia, com utilidade da republica», as contemporâ-

neas do Cavaleiro de Oliveira não atingiram um nível intelectual nitidamente inferior ao da numerosa falange de eruditas seiscentistas. No entanto, a caricatura teratológica do espantoso fenómeno que seria, entre nós, a mulher de letras do século XVIII e alvorecer do seguinte, contribuiu talvez para fazer diminuir a percentagem de autoras, afugentando e aniquilando tôdas as melhores intenções.

Os conventos de mulheres regurgitavam, e a graça frívola das «motistas» de outeiros e abadessados ficou, durante mais de meio século, representando a mais activa manifestação do que é agora absurdo chamar «génio feminino português».

A situação mundana de Leonor de Almeida e de Catarina de Lencastre, a festeira burguezia de Francília, permitiram, devido principalmente a acasos biográficos, que três nomes e três sorrisos de mulher surgissem em favoráveis condições para um triunfo relativo, nos anos em que se finava uma geração intelectual que ainda se cruzou, no seu dificil caminho, com os quadrilheiros e familiares da Inquisição.

Disseminados, sem sequência cronológica e sem representarem positivos valores literários, aparecem ainda uns poucos nomes de autoras e de obras, que os dicionários bibliográficos arquivaram e que, pela falta de elementos que os esclareçam, terão apenas a restricta curiosidade de deixar campo a fantasiosas divagações e hipóteses.

Em simples resenha, agruparei alguns dêsses nomes cuja única eloquência reside na imprecisão quási misteriosa das razões que lhes deram vida.

*

*　　*

Teresa Margarida da Silva e Horta — a quem Barbosa Machado se refere, como tendo vivido por volta de 1760 e sido dotada de apurado engenho — subscreveu a única obra que deixou impressa com o pseudónimo anagrâmico de Dorotea Engrassia Tavareda Dalmira. Essa obra tem, na primeira edição, de 1752, o título de *«Maximas de Virtude e Formosura com que Diofanes, Clyminea, e Hemirena, principes de Thebas, venceram os mais apertados lances da desgraça»* [98].

As *«Aventuras de Diofanes»* constituem uma espécie de novela moral, de muito indigesta leitura, a qual vem precedida dum prólogo onde transparece uma falsa modéstia, que nem sequer pode ser tomada à conta de ironia, atento o feitio sorumbático da autora. Teresa Margarida adverte o leitor de que por ela deslisarão, sem lhe causar dano, tôdas as críticas e comentários acerbos. «Não estranhes que em huma serrana coubessem «soberanos pensamentos, pois sabes que em huma Aldea» «nasceu Pyrrho, que venceo os Epirotas; em outra Sci-» «pião, que venceo os Africanos; em outra Octavio,» «que venceo os Germanos; e em outra Tito, que venceo» «os Palestinos: mas no caso que a enchente das criticas» «engrossem tanto, que cheguem a satiras, nem assim» «creias que me chegarão á noticia, porque vivo na minha» «choupana vizinha da Serra da Estrella, aonde não che-» «gão novidades da Corte; mas se houver quem se re-» «solva a maltratar-me, eu lhe respondo com Demetrio,» «quando lhe perguntou Lamia, porque estava triste, e» «não fallava? Dizendo: Deixa-me, que eu faço tão bem» «o meu officio, calando, como tu o teu, fallando; e se»

"a discrição degenerar, sendo ingrata ás intenções desta"
"obra, a infamia de ser tal terei por satisfação do meu"
"aggravo."

Pela bôca duma das suas heroinas, a desassombrada autora dá-nos ainda conta certa da sua opinião sôbre as justas pretenções intelectuais das mulheres: «Nós não»
«temos a profissão das sciencias, nem obrigação de ser-»
«mos sabias, mas tambem não fizemos voto de sermos»
«ignorantes: Ha mulheres que em acabando os primei-»
ros cumprimentos já não querem mais que dizer mal,»
«e fallar em ninherias; estas fora melhor que aprendes-»
«sem a calar, se não sabem tratar o conveniente; não»
«digo que sejam sabias como as Musas, e Sibyllas; mas»
«que conforme sua esfera, e possibilidade, se appliquem»
«ás sciencias, e ao que sirva para a boa direcção dos»
«costumes, que como não são animais, que tirem das»
«flores veneno, não podem abusar da celestial ambro-»
«sia, que nos livros se acha; porque o ignorar a gravi-»
«dade da culpa, e os preceitos da modestia, conduzem»
«para o tropeço.»

A mesma autora deixou, inédito, um poema em cinco "prantos" constituidos por mais de cem oitavas rimadas, e em cujo frontespício se liam as seguintes enigmáticas regras: "Thereza Margarida da Silva e Horta, encerrada no mosteiro de Ferreira, encaminha ao céo os seus justissimos prantos no seguinte poema epico-tragico". Inocencio conseguiu ver a obra, concluindo apenas da sua leitura que a poetisa era viuva e tinha um filho, tendo estado durante seis anos, pelo menos, encerrada no aludido mosteiro.

Com a curiosidade espicaçada pela leitura das duas primeiras estâncias do poema — que o autor do "Dicionário Bibliográfico" transcreveu — D. António da Costa não

descansou enquanto não conseguiu averiguar mais qualquer cousa sôbre a ignorada épica. Veiu a saber que o mosteiro de Ferreira era um convento de freiras benedictinas, fundado por D. Mayor Soares no século XII, na freguezia beirã de Ferreira de Aves, concelho de Satam. Por informes da última freira dêsse mosteiro, uma senhora que ainda residia em Ferreira de Aves no ano de 1889, veiu tambem a saber que era voz corrente ter estado D. Teresa da Silva Horta prisioneira no convento, onde foi mandada recolher por ordem do Marquês de Pombal e por motivos que se ignoram.

Andava ainda de mão em mão uma novena dedicada ao Patriarca S. Bento, redigida pela autora das *Aventuras de Diofanes* e precedida duma carta onde se leem vagas alusões a desgostos e intrigas, que apenas davam a entender que a freira reclusa fora despojada da sua liberdade e de todos os seus haveres por não ter querido aceitar benefícios e propostas que reputava indignas. Sôbre qual fosse a natureza dessas propostas, sôbre as causas de ordem política ou particular que lhe acarretaram a rigorosa punição do Conde de Oeiras, nada se averiguou. Apenas D. António da Costa sugere a a desconfiança de ter tido responsabilidades no sequestro um irmão da escritora, que se chamou Matias Aires Ramos da Silva d'Eça e foi mestre em Artes pela Universidade de Coimbra, formado em França nos Direitos civil e canónico, e provedor da Casa da Moeda. A ousada hipótese assenta no fundamento assaz frágil, de não haver notícia de que o aludido personagem, socialmente tão bem cotado, tivesse alguma vez tomado parte activa em favor de sua desprotegida irmã.

Seja como fôr, a verdade é que dêsse remoto drama desenrolado num convento beirão e que teve por

gonista uma pobre poetisa, amortalhada em vida no seu veu de penitência, resta apenas um eco de tal forma impreciso que apenas consegue despertar aquela tambem indefinida curiosidade que nos atrai para as lendas anónimas.

O labor poético de Teresa Margarida da Silva e Horta está hoje representado pelas duas seguintes estrofes dum dos seus «prantos», as quais Inocencio se deu ao trabalho de transcrever, talvez porque testemunham como o estilo sublime tambem já serviu para compor poemas cujo heroi é uma pobre dama perseguida, que parecendo não ter quaisquer ilusões sôbre a limpidez da sua lira, julgou, contudo, que as suas desgraças continham suficiente interêsse épico:

Portentos de valor, e mil proezas
Descreva o grego, cante o mantuano;
De seus herois as civicas emprezas
Digam outros em metro soberano:
Ociosos repitam as finezas
Desse vendado deus, Amor insano;
Enthusiasmo Apollo lhes inspire,
Todo o Parnaso a seu favor conspire.

Com rouca voz e lyra dissonante
Meus males cantarei; que injusto fado
Contra mim suscitou com mão possante
Empenho vil, rigor precipitado!
Da fortuna mortal, sempre inconstante,
Darei um exemplar nunca cantado;
Pois que a da casa, honra e liberdade
Me usurpou a maior fatalidade.

*

* *

Ha vaga notícia de que, pelos anos de 1758, nasceu em Bilrete, concelho de Salvaterra de Magos, a latinista

D. Rita Clara Freire de Andrade, terceira tradutora portuguesa da Arte Poética de Horácio[99]. A sua tradução, em versos emparelhados, gosou de certa fama de cuidada e fiel, havendo não só quem a julgasse superior às duas que a antecederam, como ainda quem a atribuisse ao marido da nomeada senhora, Bartolomeu Cordovil de Sequeira, o qual desempenhava a «suspeita» profissão de professor de gramática latina.

*

* *

Das restantes autoras muito poucos esclarecimentos é possivel e merece a pena dar.

As obras que subscreveram falam por si e deixam antever quais foram as preocupações de ordem sentimental — já que é melhor não lhes supor intenções estéticas — que as inspiraram.

«*D. Ana Bernardina Pinto Ferreira de Sousa e Noronha*, natural de Coimbra, compoz, em estrofes de oitava rima, uma «*Canção funebre às sentidissimas mortes do ser.*^{mo} *sr. D. Gabriel Antonio, infante de Hespanha, e da ser.*^{ma} *sr.*^{a} *D. Marianna Victoria, sua esposa e infante de Portugal*», a qual foi impressa em opúsculo, no ano de 1788.

«*D. Maria da Graça Fortunata* escreveu as "*Sentidas expressões de um coração magoado, articuladas na occasião do atrocissimo, sacrilego e execrando insulto commettido contra a desejada preciosissima vida e sagrada real pes-*

soa de el-rei fidelissimo nosso senhor». Estas «expressões» — que não deixam dúvidas sôbre a indignação da autora — parece que chegaram, pelo menos, a comover uma sua contemporânea e amiga, à custa de quem foram impressas num opúsculo que, tendo em vista o compridíssimo e «pretencioso» título — onde, para cúmulo, abundam os superlativos absolutos... «simples» — seria certamente um tronco raquítico para tão descomunal cabeça.

D. Maria Micaela dos Prazeres redigiu e imprimiu uns «*Parabens ao serenissimo sr. D. José, principe da Beira, nosso senhor, na occasião de seu feliz nascimento*», os quais se pode calcular que deviam ter impressionado muito o recemnascido príncipe, tanto mais que o exiguo folheto onde foram publicados se apresentava munido «de todas as licenças necessarias», como se nêle alguem se lembrasse de procurar matéria de propaganda revolucionária...

D. Helena Joseta Caetana foi tida, segundo informa Inocencio, como senhora dum verdadeiro talento poético; no entanto, tôdas as suas obras conhecidas se resumem a um romance heróico em endecassílabos rimados, que ocupa quatro páginas duma colecção de poesias publicadas em aplauso duma bemquista abadessa do Real Convento de Santa Maria de Almoster.

Uma religiosa professa da ordem seráfica, chamada *Joana Maria Angélica Medugis,* publicou uma obra mística a que deu o berrante título de «*Brados ou sylvos do*

Bom Pastor com que pretende reformar as suas esposas e attrahil-as ao seu rebanho, offerecendo-lhes as suas sacratissimas chagas para incentivo da verdadeira observancia dos seus votos».

D. Maria Tereza Cunha Torres Jovea — religiosa professa no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Beja — deixou um breve escrito cujo assunto destoa dos que habitualmente prendiam a atenção das monjas com veleidades literárias: *«Comentario sobre os adagios portuguezes ou logares communs que compilou o licenciado Antonio Delicado»* [100].

Sóror Maria Benta do Ceo, nasceu em Braga, em 1702, entrando aos dezóito anos para o convento de Nossa Senhora da Concéição, dessa cidade. Tendo vivido quási todo o século, ficou dela uma excelente memória de religiosa culta, modêlo de resignação, de devoção e de obediência às regras da sua ordem. Deixou cinco manuscritos com obras de piedade — umas originais, outras de tradução — e deixou que se imprimisse o seu *«Jardim do Céo»*, obra que, entre as suas congéneres, ocupou um lugar distinto, por não fazer alarde de excessiva crendice nas prerogativas milagrosas de veneráveis madres [101].

Sóror Maria Inácia da Visitação, natural de Évora e freira no convento de Santa Clara, desta cidade, escreveu uma *«Obra illustrada em nove epithetos da vida da mais esclarecida luz de Assis, primogenita de S. Francisco,*

fundadora da sua sagrada ordem para o exercicio da sua novena», obra que foi impressa em Lisboa, no ano de 1739.

D. Joana Rousseau de Villeneuve, de nacionalidade francesa, residiu quási sempre em Lisboa, onde consta que exerceu as funções de áia ou preceptora de meninas nobres. Escreveu, em português, o livro que ofereceu à Condessa de Oeiras e editou em Lisboa, no ano de 1768, com o título: *«A Aia vigilante, ou reflexões sobre a educação das meninas desde a infancia até á adolescencia»*.

Sóror Maria Madalena de S. Pedro — que foi, por três vezes, abadessa do convento da Conceição de Marvila, da ordem de Santa Brígida — escreveu as *«Noticias fielmente relatadas dos custosos meios por onde veiu a este reino de Portugal a religião Brigitana, e da prodigiosa fundação e prodigiosos augmentos d'este convento de N.ª S.ª da Conceição de Marvilla»; e se seguem algumas relações das virtudes e boa opinião com que n'elle falleceram algumas religiosas e bemfeitoras* (Lisboa, 1745).

*

* *

Ha ainda notícia de trabalhos firmados por nomes femininos que se suspeita serem apenas os cautos pseudónimos com que se protegeram alguns escritores muito secundários. Algumas freiras e donas contentaram-se com o inglório papel de tradutoras de obras místicas, conseguindo assim gastar os seus infindáveis ócios e não

contribuindo para tornar mais digna de atenção a sua uniforme e apática família literária.

Sob o nome de *Sóror Margarida Inácia*, religiosa no convento de Santa Mónica, de Lisboa, publicou-se uma *Apologia a favor do reverendo P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, porque se desvanece e convence o tratado, que com o nome de Crisis escreveu contra elle a reverendissima snr.ª D. Joanna Ignez da Cruz, religiosa de S. Jeronimo, da provincia do Mexico das Indias occidentais»*, etc. (Lisboa, 1724) [102]. Barbosa Machado diz que o autor dessa apologia fora o P. Luís Gonçalves Pinheiro, mas deve acrescentar-se que Francisco Xavier de Oliveira, no tômo I das suas «Memorias de Portugal», tomou ao pé da letra o nome que subscrevia a obra, e tanto assim é, que observa: «O P. Vieira foi censurado «por uma religiosa douta e extravagante, a respeito de «um sermão, cuja contrariedade intitulou sua auctora «*Crisis*. Outra religiosa escreveu contra este tratado em «defeza do dito padre que tambem desgraçadamente «cahiu em mãos de mulheres!» Luís Augusto Palmeirim leu pela mesma cartilha, e em dois velhos números da revista «A Arte» historia e comenta graciosamente essa briga de duas servas de Deus, no princípio do século XVIII.

O fim da controvérsia que se estabeleceu era provar «se maior fineza fizera Christo aos homens em morrer por elles» — como proclamara Santo Agostinho — «ou em ausentar-se d'elles» — como afirmara, do púlpito, o sagaz jesuíta.

Inocêncio faz referência a um «*Manual de Orações para assistir ao sacrificio da missa, composto e aberto*

ao boril por Thereza Angelica da Silva e dedicado a el-rei Nosso senhor D. João V, em 1732. Consta de 158 páginas abertas em chapa de metal e adornadas com vinhetas, ilustrações e estampas alegóricas. Inocêncio estranha que nem Barbosa Machado nem os autores do «Theatro Heroino» e do «Portugal Ilustrado pelo sexo feminino», nem Cirilo Volkmar Machado — na sua «Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores e escultores, architectos e gravadores portuguezes, e extrangeiros que estiverão em Portugal» — aludam à gravadora Teresa Angélica da Silva. Em suplemento ao «Dicionario Bibliografico», vem o esclarecimento, fornecido por um amigo dessa obra monumental, de que o verdadeiro autor do «*Manual de Orações*» deve ter sido Carlos Rochefort, que talvez mesmo ensaiasse então, pela vez primeira, os seus recursos artísticos. Tal afirmativa fundamenta-se no facto de se ler, em caracteres microscópicos, numa vinheta que antecede a dedicatória, a inscrição: «C. de Rochefort scu». Mais adiante, «Rochefort filius sc»... Não fica, porém, explicado (— a menos que, com prejuízo da redacção do título, se atribua a autores diferentes a parte de composição literária e a puramente artística —) o aparecimento do nome de Teresa Angélica da Silva, subscrevendo a dedicatória da obra ao rei D. João V, uma vez que não estava em uso, nem era respeitoso, um autor dirigir-se ao soberano, acobertado sob um pseudónimo que mascarava a sua verdadeira personalidade.

D. Maria Antónia de S. Boaventura e Menezes, filha de Roque Monteiro Paim e casada com Rodrigo de Sousa, filho dos primeiros condes de Redondo, traduziu do

francês, em três tômos, uma obra do jesuíta João Crasset, a qual intitulou *Historia da Igreja do Japão, em que se dá noticia da primeira entrada da fé n'aquelle imperio; dos costumes d'aquella nação, suas terras, e cousas muito curiosas e raras, para os eruditos estimaveis, e para todos gratas».*

A tradutora foi bisavó do Duque de Palmela D. Pedro e avó muito pouco carinhosa da já citada D. Isabel de Sousa Coutinho. D. Maria Antónia, uma fanática excessivamente medrosa do Marquês de Pombal — cujo filho fora repudiado por D. Isabel — desempenhou um papel bastante ingrato na questão do forçado primeiro casamento de sua neta, a quem, num memorial ao rei, chamou «indigna e perversa», pedindo que fosse recolhida num «remoto convento de apertadissima reclusão», sem falar nem comunicar, externa ou verbalmente, com ninguem. E tão rigoroso castigo correspondia à culpa de D. Isabel não querer aceitar como marido um rapaz de catorze anos que só lhe inspirava uma antipatia natural, visto o seu coração já estar prêso ao do leal fidalgo que foi D. Alexandre de Sousa e Holstëin, seu segundo e muito amado esposo.

Sóror Marta Madalena do Calvário, religiosa franciscana do convento do Crucifixo, traduziu de Fr. Leandro de Murcia uma *«Breve e clara exposição e declaração da primeira regra da gloriosa Santa Clara, confirmada pelo papa Innocencio IV de feliz memoria».*

D. Ana Joseta de Bivar verteu para português a novela *«O Pastor do Palafore e caminho real do desengano»*, impressa em 1798.

No último ano do século XVIII nasceu em Rodez, capital do departamento de Aveyron, a escritora *Paulina de Flaugergues*, cujo nome apenas pode caber na nossa história literária por ela ter vertido para francês algumas líricas de Garrett e vários trechos de Castilho, tendo sido autora de poesias laudatórias de alguns dos nossos poetas e de obras sôbre motivos de Portugal, como seja um trabalho inédito que intitulou «*Silhouettes portugaises*» e uma colecção de poesias sob a designação de «*Au bord du Tage*».

Esta senhora, fílha dum francês partidário dos girondinos e arruinado pela política, viu-se obrigada a vir exercer em Portugal o cargo de preceptora das filhas da infanta D. Ana de Jesus Maria, esposa do marquês, depois duque, de Loulé.

Veiu para Lisboa em 1835, e aquí colaborou com assiduidade num jornal redigido em francês—«*L'Abeille*»—e entreteve relações de boa camaradagem com literatos e políticos da categoria de Castilho, Herculano, Passos Manuel, Mendes Leal, e dêsse a quem chamou «du chantre de Gama, chantre melodieux».

Nas poesias de Paulina de Flaugergues predomina a nota dum mórbido saudosismo pátrio e duma inteligente simpatia pela paisagem e costumes portugueses.

Voltando a França, quatro anos mais tarde, a poetisa a quem o Amor até então poupara, tornou-se a companheira apaixonada do violento polemista Henri Latouche, já sexagenário, e com êle viveu dez breves anos, numa doce vivenda de Fontenay-aux-Roses, vivenda que, em 1871, os soldados prussianos devastaram, e onde, mais tarde, se abrigou a alma pacífica dum grande pensador, a alma de Sully Prudhomme, que foi berço do maior sonho de fraternidade humana.

Sainte-Beuve, na obra «Lundis», e Georges Sand, no «Siècle», dedicam a Paulina de Flaugergues alguns artigos encomiásticos. Garrett e Castilho tambem se lhe referem elogiosamente; A. da Fonseca Pinto, no «Parnaso Mariano», Brito Aranha no «Dicionario Bibliografico», e, recentemente, o snr. Henrique Ferreira Lima, numa separata do «Boletim da Classe de Letras» da A. das Sciencias de Lisboa, apresentam estudos biográficos sôbre a curiosa individualidade desta poetisa, que foi grande amiga dos portugueses e faleceu em 1878, num asilo de Paris[103].

Houve quem atribuisse, parece que sem fundamento, ao erudito P. Teodoro de Almeida, uma obra mística, traduzida do castelhano, e publicada em Lisboa, no ano de 1785, com a declaração de ser sua autora *Sóror Teresa Angélica Peregrina de Jesus*, e com o titulo *de «A formosura de Deus, inferida e declarada pelas suas infinitas perfeições, assim como á fragil capacidade humana é possivel.*

*

* *

Ao terminar esta incompleta resenha, lembro ainda o nome de *Leonor da Fonseca Pimentel*, filha de portugueses, mas natural de Roma.

O papel político que na épica história da república napolitana representou «La Pimentel», não cabe nas proporções duma rápida referência.

Não é por ter composto na lingua de Dante a sua obra principal, que foi o drama alegórico *«Il triunfo della Virtú»* — dedicado ao Marquês de Pombal e com

alusões à obra reformadora — que o estudo da sua actividade intelectual poderá apenas interessar à história da literatura italiana. Leonor da Fonseca viveu sempre tão afastada da sociedade portuguesa, tão fóra da sua influência e tão alheia ao ambiente nacional, que embora fizesse gala em se confessar nossa compatriota, era, pelo espírito, uma verdadeira italiana.

Leonor da Fonseca Pimentel era filha de Clemente Henrique da Fonseca Pimentel e de D. Catarina Lopes, naturais de Beja, os quais residiam em Roma por ocasião do seu nascimento[104]. Sendo ainda muito nova, partiu para Ñapoles com seus pais, que abandonaram a cidade eterna ao dar-se o rompimento de relações entre Portugal e a Santa Sé.

Começou a versejar aos dezasseis anos e era também bastante moça quando escreveu o seu já mencionado drama, cujo assunto lhe foi sugerido pelo malogrado atentado do genovês João Baptista Peele contra o primeiro ministro de D. José. O seu entusiasmo pela nação portuguesa e pelos seus progressos transparece em vários passos da obra, cuja primeira edição constitue hoje uma preciosa raridade bibliográfica.

Leonor Pimentel tomou parte preponderante no movimento político que determinou a proclamação da república partenopéa. Foi redactora do «Monitor Parthenopeu», jornal oficial; vigiou pela boa administração pública e gosou de tão grande popularidade que foi obrigada pelo povo, durante um espectáculo a que assistia, a cantar entre ruidosos aplausos a chamada «Marselhesa napolitana».

A sua acção política tendeu sempre a contrariar excessos e a aconselhar tolerâncias.

A efémera existência da república extinguiu-se quando

os exércitos russos e austríacos obrigaram os franceses — comandados por Championet e única salvaguarda da frágil nau democrática — a abandonar o território partenopeu; quando o cardeal Ruffo, à testa dos seus "lazzaroni" entrou em Ñápoles e conseguiu a capitulação do governo, a cuja frente estava o jovem patriota Gabriel Manthoné. Os republicanos, últimos defensores da cidade, entrincheirados no Castelo de Sant'Elmo, obteem de Ruffo uma honrosa e liberal capitulação, mas a chegada da esquadra inglesa de Ñelson, a bordo da qual vinham os exilados soberanos da Sicília, transformou em mártires os gloriosos vencidos.

Ema Lyons, lady Hamilton, a escandalosa embaixadora inglesa na côrte de Nápoles, amiga íntima da rainha Carolina da Sicília, vinha tambem a bordo da nau almirante. A instâncias da cruel soberana, ou simplesmente de acôrdo com esta, consegue que Ñelson, seu amante, rasgue o generoso documento subscrito por Ruffo. Dezenas de cidadãos são presos e carregados de ferros, e o mais ilustre marinheiro britânico mancha a sua glória, mandando enforcar, no laes da verga da sua fragata "Minerva", o velho Caracciolo, almirante napolitano.

Leonor Pimentel e seis companheiros de infortúnio são condenados à morte.

Entre apupos da multidão que ontem a idolatrava, sob uma chuva de impropérios e de obscenidades, a nossa compatriota que foi "poetisa italiana" — sobe ao patíbulo e, desdenhosa e serena, vítima do ódio de duas mulheres desclassificadas — uma rainha sanguinária e uma corteză que se vendeu cem vezes — morre, deixando cair sôbre a multidão uma profecia segura, expressa num verso de Vergílio:

"Forsan haec olim meminisse"...

Leonor da Fonseca Pimentel deixou testemunhos de ter bem conhecido o idioma pátrio, pois que, além de transladar para italiano a «Analyse da profissão de fé» do Padre António Pereira de Figueiredo, correspondeu-se — como a sua contemporânea D. Teresa de Melo Breyner — com o arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo, atravez de cartas que foram arquivadas na Biblioteca de Évora. Numa dessas cartas pregunta e comenta interessadamente: «Que faz entretanto a Academia instituida em «Lisboa sob os auspícios do senhor Duque de Lafões? E «pois me parece que, dirigida por tão illustre Presidente, «não deve estar ociosa, teria eu por honra d'essa minha «mãe-Patria, muito gosto de saber quaes os actos publi-«cos ou memorias particulares que tenham saido d'ella».

Esta absoluta ignorância da vida intelectual da sua «mãe-pátria», basta para dar razão aos que a consideram italiana pelo espírito, e pelo contraste que a sua alma de mulher, liberal e exaltada, combativa e ousada, oferece com o meio em que floresciam as dengosas Nerinas de Tolentino, adormecidas ao som dos «lundus» e das modinhas brasileiras.

Mas o carinho com que se refere à nação que foi berço de seus pais e que o seu olhar antevia como deliciosa terra prometida, tambem basta para justificar a inclusão do seu nome no presente estudo, ao findarem as considerações acêrca do século cujo último ano viu o corpo da republicana «signora Dianora» pender da corda infamante, na praça do Mercado de Nápoles, ao som de motejos sangrentos.

CAPITULO V

A primeira geração romântica: uma autora de memórias—, uma colectora de tradições populares—, uma educadora—, a primeira cultora da literatura infantil portuguesa—, muitas poetisas. O Almanaque de Lembranças e os nomes que não lembram.

Rosa de amor, rosa purpurea e bela,
Quem entre os goivos te esfolhou da campa...?

[*Garrett — «Camões» — canto V —*].

As fórmulas literárias rejuvenescidas pelos corifeus da Arcádia, dominaram, ainda invioláveis e intangiveis, os primeiros anos do nosso século, para cuja estreita porta as correntes «elmanista» e «filintista» — paralelas e quási gémeas, apenas distintas por subtis características — foram carreando, ao jorrar das cumeadas que os árcades galgaram, tôda a aluvião das figuras mitológicas e dos bordões estilísticos consagrados pelo uso e arruinados pelo abuso.

A preocupação política e social que estrangulou o último e o primeiro quartel de dois séculos consecutivos, reduzira a actividade literária a um lugar tão subalterno que mal se explica a possibilidade da vida miserável e equívoca que o ideal clássico ainda arrastou, até ao aparecimento das obras românticas de Garrett. A longa ameaça napoleónica, as sangrentas convulsões de 1817 e 1820, os rompantes do miguelismo e as respectivas repressões de complicada história, tôda a intriga política, foram, por suas conhecidas conseqùências de osmose intelectual, os últimos golpes vibrados sôbre o corpo decrépito dum credo já renegado nos centros europeus que até então haviam orientado a nossa produção literária.

A acção e influência dos considerados precursores românticos — como José Anastácio da Cunha, Filinto, Bocage,

D. Leonor de Almeida e Tomaz António Gonzaga — é obscura e inconsciente. Parece indiscutível, no entanto, que contribuiram para arejar a atrofiante atmosfera literária, que assimilaram e aceitaram a novidade estrangeira, e, chamando a atenção para um diverso «bom gôsto», certamente contribuiram para reeducar o estragado paladar do público, facilitando assim a vitória próxima.

A expontaneidade sincera de Gonzaga, o «purismo» de Filinto, a desassombrada lucidez de José Anastácio, a vagabundagem de Bocage e a riqueza da sua expressão, ardente e colorida como o sol e as vestes do Oriente por onde errou —, a garridice palreira da Marquesa de Alorna — reproduzindo aos intelectuais lisboetas as novidades «De l'Allemagne» que a sua amiga Staël lhe narrara em primeira mão —, são factores imprecisos mas possivelmente importantes para a compreensão de como, entre nós, o gigante clássico transpoz mansamente os humbrais da morte.

Em 1826, Garrett, soldado liberal, regressa à pátria, alimentando o grande sonho renovador que iria florir e propagar-se como semente bemdita, lançada a terra bem revolta e sacudida. A génese estética do cantor de Camões definiu-se, compreendeu-se a si própria, quando o poeta percorreu a Inglaterra meridional e se deteve perante o perfil fortemente evocador das ruinas medievas espiritualizando, «romantizando» a verdura ingénua dos parques senhoriais.

A corrente reabilitadora de velharias e de tradições envolveu-o no seu apaixonado caudal de interêsse e de crença na revivificação das não exaustas mas silenciosas fontes da verdadeira poesia nacional. Admirou-se perante a atitude inteligente dos marechais românticos, debruça-

dos sôbre a alma do povo, auscultando o ritmo do folclore, como o dum imenso coração ha muito adormecido, e começou procurando, por seu turno, o novo «substratum» poético onde, postos de lado ouropeis emprestados e já esfrangalhados e inúteis, viria assentar o edifício ideal do lirismo português, nacionalista e só igual a si mesmo.

Garrett regressa, prègando a nova cruzada, e nunca à voz dum apóstolo acorreu mais pronta e decidida multidão de fieis. Se êle clamava que convinha desprezar regras e preceitos, e arvorar o coração e o sentimento em únicos Horácios e Aristóteles conselheiros, a turba, mais radical, reclamava absoluta indisciplina, e dispersando-se, ía, paradoxalmente, dar origem aos mais desiquilibrados excessos de imitação e de subserviência literária.

O apóstolo colecciona e imita romances tradicionais, e, no poema «D. Branca», vai à história e à lenda buscar o seu tema; logo o grupo dos «medievistas» metrifica laboriosamente, e com escrupulosa fidelidade, trechos históricos de insignificante interêsse geral, sem distinguir o lado aparatoso e emocional, o lado particularmente poético, dos motivos que o mestre elegera.

Foi ainda atraz da bandeira de Garrett que seguiram os líricos do «Trovador», e à interrogação desprezada que insistentemente se repetia no seu poema—

> **Rosa de amor, rosa purpurea e bela,**
> **Quem entre os goivos te esfolhou da campa?**

à queixa interrogativa que, por simbolizar um «leitmotiv» do lirismo camoneano, envolve todo o ciclo sentimental do genuino lirismo português, responderam, durante mais de meio século, as vozes melancólicas de dezenas de bardos. Foi talvez o perfume dessa funérea

rosa de amor que entonteceu o estro doentio de Soares de Passos, poeta-símbolo da sua época pálida, que minado pela tuberculose, a doença-cartaz da sua geração intelectual, atravessou uma vida curta, amargurado do mais teimoso pessimismo, procurando, ofegante e opresso, tocar a última nota da escala emocional.

Finalmente, é ainda ao «misterioso numen da saudade», a quem Garrett, de joelho em terra, ofertou as primícias do romantismo português, que sacrificam o melhor do seu poder lírico, durante um século que não tem fim, todos os poetas, poetisas e poetastros que vão abrindo os olhos sob o céu de Portugal...

A suprema liberdade de expressão literária preconizada por todos os doutrinários da escola de Garrett, o maior cuidado com a «forma» do que com a «idéa», a tendência para não criar estilos individuais — provocada pelo falso juízo de que já fora atingida a suprema perfeição, a insistência em motivos gastos, a exagerada influência que assumiu o fenómeno literário da acção das obras sôbre as obras, foram algumas das causas que contribuiram para transformar muitos dos nossos mais fecundos autores românticos em romancistas históricos desnorteados pela quási obsecante preocupação da «côr local» e por uns cuidados de estilo e uma riqueza de imagens quási insuportáveis, em dramaturgos falhos de observação psicológica, exagerados na composição das atitudes e na descrição dos sentimentos, e, finalmente, em versejadores dum artificialismo transparente.

Á margem dos poetas românticos dignos dêsse nome, e anteriormente à sublime revolta de Antero, formigava uma legião de versistas medíocres, agentes implacáveis duma decadência que já tinha mil causas.

Absolutamente desprovidos de qualquer capacidade

auto-crítica, sem que nenhum organizado poder repressivo lhes puzesse qualquer estôrvo, êsses parasitas da decadência foram inconscientemente minando o edifício que tinham querido erguer, e transformados em guardiões da morte, em coveiros da inspiração sã e viril, enterraram em exaustivos poemas, em milhares de versos, em biliões de palavras encaixadas entre as fronteiras da rima, o corpo divino da musa que adoravam e que tão mal serviam.

*

* *

Á excepção de Mariana Alcoforado, que deve a um episódio biográfico os direitos supremos que conquistou dentro da nossa história literária, nenhuma escritora portuguesa, das até agora mencionadas, deixou de ser escrava submissa de determinada seita.

Se à mulher é grato obedecer, às escritoras, pelo menos às nossas, parece impossível a desobediência. Dentro de cada época, a sua produção apresenta-se sob um tom geral de desconcertante uniformidade, indicando que tôdas aceitaram os mesmos modêlos e se sujeitaram às mesmas influências.

Durante o período romântico surgiram inúmeras poetisas, algumas cronistas e romancistas, que, com poucas excepções, apenas conseguiram guindar-se ao nivel de secundários talentos masculinos, de imitadores mais ou menos felizes.

Num comentário irónico e improdutivo, Ramalho e Eça fizeram, nos folhetos de «As Farpas, a crítica da mentalidade feminina portuguesa, na segunda metade do século findo. Ramalho apontou à posteridade o «Almanack

das Senhoras» como a melhor bitola para medir o valor intelectual das suas contemporâneas. No «Diario da Manhã» respondeu-lhe uma pena violenta, que assinou «Irmã da Caridade», e a directora do almanaque saiu à estacada, tambem num jornal e em artigo que depois incluiu no seu livro «No Theatro e na Sala», explicando a pobreza dos produtos pela insuficiência da seiva educativa [105]. Mas de tôda a discussão só resulta a certeza de que Ramalho, se manifestou intolerantes idéas anti-feministas, foi apenas justo, ao lançar mãos cheias de ridículo sôbre tôdas essas «trovas de uma sentimentalidade de segunda mão, sem ideal, sem paixão, de uma pieguice grotesca», sôbre os «contosinhos ou novelas de amores infelizes, cujas personagens se tratam por excellencia» e parodiam com «gaucherie» uma elegância que fica deslocada no ambiente mesquinho e pobre em que se movem.

Alguns nomes merecem, no entanto, ficar apontados, mais como representantes típicos da época, do que como valores literários.

Para que se não interrompa a extensa dinastia intelectual feminina, vem a propósito uma simples referência aos nomes que mais insistentemente surgem no formigueiro de pequeninos e enfatuados jornais, revistas e almanaques com suas basófias literárias e, na sua maioria, provincianos, que pulularam durante quási todo o século. A selecção de personalidades é difícil e decerto resultará injusta. Que o embaraço da escolha e o intúito de não esboçar panegíricos mas de completar a desvaliosa unidade dêste trabalho, desculpem o êrro infalível.

As romancistas e cronistas românticas choraram as mesmas tragédias de amor incompreendido e verberaram, escabichando citações de Hugo e de outros pensadores que estavam em voga, o comum cinismo de todos

os «Lovelaces», do Jardim Público... Nos tempos áureos da «Lua de Londres», as poetisas abraçaram-se à sua «cruz funérea da saudade» e, encobertas sob pseudónimos duma modéstia procurada, enramalhetaram à vontade, em rimas fáceis, todos os «amores» e «flores» dos seus simbólicos jardins. Ouvir uma é ouvir tôdas; uma antologia dos seus versos exaltados e ôcos seria, por estranho que pareça, um ramo de matizes equilibrados e sem qualquer dissonante mancha de côr.

*
* *

Maria Antónia Pimentel Maldonado, que ainda viu morrer o século XVIII [106], e foi contemporânea e amiga de Francília, deixou produções poéticas espalhadas por mãos de amigos e parentes, por alguns números do «Portuguez Constitucional» de Pato Moniz, e do «Jornal Poetico» de Marques Leão. Inocencio menciona-a no seu «Dicionário», e Costa e Silva, nas «Poesias», transcreveu alguns dos seus versos. António Feliciano de Castilho faz-lhe elogiosa referência na «Conversação preambular do D. Jaime» e o 2.º Visconde de Castilho, nas «Memorias» de seu pai, chama-lhe poetisa «de bons quilates».

Esta escritora foi irmã do poeta João Vicente Pimentel Maldonado — autor de apólogos e fábulas que Garrett elogiou —, a quem sobreviveu dezassete anos. Numa carta que um seu sobrinho escreveu ao autor de «A Mulher em Portugal» lê-se, além de precisos dados biográficos da poetisa, a vaga informação de que esta chegou a coleccionar as suas poesias num livro manuscrito, com um prólogo feito por Curvo Semedo (Belmiro Transtagano).

Gozou de forte reputação literária e, apezar de se

confessar, num soneto infeliz, muito inferior à sua contemporânea Francília:

> Oh! quanto acima do meu estro eu vejo,
> Teu estro ameno, divinal Poetisa!

houve quem lhe dirigisse vénias poéticas de arrebatado exagêro.

O seu estro vibrou sob a impressão de próximos sucessos políticos; cantou a liberdade e alguns liberais de vulto, como Gomes Freire e Fernandes Tomaz.

As suas produções conhecidas não bastam para aquilatar dos seus méritos, que, no entanto, não devem ter excedido os de algumas damas do seu tempo, mais pródigas na difusão da sua graça literária.

Entre os manuscritos de Francília, na colecção de autógrafos com que celebridades do seu tempo a premiaram, encontrei o soneto inédito que a seguir transcrevo, assinado pelas iniciais de Mariana Antónia Pimentel Maldonado:[107].

> Amizade, Virtude, Amor, ensina
> Teu canto aos corações, Muza extremada,
> Sapho, Bocage, Desoulières, Corina,
> Comparados a ti não foram nada.
>
> Essa chama imortal, chama Divina
> Que por Febo te foi n'alma ateada,
> O lugar mais pompozo te destina,
> No templo da memoria sublimada.
>
> Mais que a de Venus scintilante estrella
> Brilha no mundo teu preclaro nome,
> Teu nome encantador, Francília bella.
>
> Por ti a inveja as negras furias dome,
> E a lira tua, por que Amor anella,
> Mudada em astro lá nos céos assome!

*

* *

Maria Cecília Aillaud viveu uma longa quadra de calamidades e lutos.

Filha de João Pedro Aillaud, negociante francês, natural de Briançon, Maria Cecília nasceu em Coimbra, em 1780, e morreu nesta mesma cidade, a 28 de Julho de 1857. Viu cair a seu lado, tocados pela mão da morte, o esposo, uma filha, e, finalmente um filho que era a sua única razão de existir [108].

Profundamente religiosa, conseguiu sobreviver mais de vinte anos a êsse filho idolatrado, cujas «memórias» redigiu, em páginas onde em vão se buscariam novas e originais fórmulas de expressão patética. Não sendo destinadas à publicidade, essas páginas poderiam, por acaso, representar preciosos pergaminhos de honra que o amor materno erguesse, em genial paralelo de paixão e de saudade, ante as páginas alucinadas onde se crucificou o sacrílego e alto amor da freira Alcoforado.

Infelizmente para a história da nossa literatura, nem sempre a sinceridade duma cruciante mágua se faz ouvir atravez dos tempos, ferindo raras notas de emoção.

Escritas sem qualquer vanglória, cheias de exponta-

neidade e repassadas de lágrimas, as «memórias» que Maria Cecília Aillaud redigiu, não conseguem, pelo menos nos trechos que nos é dado conhecer, fugir às muitas e desencontradas reminiscências literárias da autora e, por isso mesmo, não teem aquêle inimitavel cunho revelador de mágua não apenas intensa, mas ainda permanecendo no mesmo grau de intensidade, ansiando por se ver traduzida, imediata e urgentemente, em palavras que porventura ainda a pudessem adormentar.

Cecília Aillaud talvez não chegasse a adormecer um pouco a sua dor, sagrada por tôdas as injustiças dum contrário destino, escrevendo as «memórias» dum laureado estudante que, após amaríssimos meses de agonia, continuou, na morte, o remanso da sua imaculada mocidade. A saudade daquêle que foi sua «consolação de tôdas as penas, sua glória e esperança sobre a terra», sugeriu-lhe eloqùentes frases de ternura perdida, mas, atravez das palavras que o coração ditava, descobre-se a preocupação erudita, e o simples apontamento duma citação, que basta para diminuir o efeito emocional:

«A exaltação da minha ternura, e o entusiasmo que»
«ela me inspira pela sua memória, na falta da sua pre-»
«sença, chega talvez a delirio! Sem a mesma pretenção»
«de que a minha memoria se conserve no mundo depois»
«da minha morte, não posso suportar a ideia de que então»
«desapparecerá da terra a do meu caro filho. O que»
«torna a nossa vida o sonho de uma sombra, diz Chateau-»
«briand, é o não podermos viver muito tempo na lem-»
«brança dos nossos amigos, porque os seus corações, em»
«que está gravada a nossa imagem, não são tambem»
«senão barro sujeito a dissolver-se, bem como o objecto»
«de que guardam a imagem. Elle viu em Portici um»
»pedaço de cinza do Vesuvio conservar estampada a»

«figura de uma pessoa morta debaixo das cinzas de»
«Pompeia; e esta cinza desfazia-se a qualquer toque.»
«Assim se desfará o meu coração! mas só com elle se»
«desfará a sua imagem, que, como a cinza do Vesuvio,»
«conservará impressa até á sua dissolução a imagem»
«d'aquelle que morreu quasi nos meus braços, e so-»
«bre o meu coração. — Então, ambos esqueceremos no»
«mundo . . .»

Cecília Aillaud, que recebeu — sob a direcção de professores, como o celebrado Torriani, que mereceu altos louvores a D. Fr. Francisco de S. Luís —, uma esmerada educação no colégio das Ursulinas de Coimbra, coligiu e traduziu trechos de autores sagrados e profanos, como Bossuet, Massillon, La Harpe, Buffon, Chateaubriand, Metastasio, etc.

Poetou em francês, estando traduzidas algumas das suas poesias pelo Dr. Castro Freire, antigo lente e vice-reitor da Universidade de Coimbra [109].

*
* *

Maria Felicidade do Couto Brown, poetisa que se ocultou sob os pseudónimos nebulosos de *Soror Dolores* e de *"A Coruja Trovadora»*, nasceu no Porto, num dos primeiros dias do século romântico.

A simples indicação da época e lugar do seu nascimento basta para explicar o requintado escrúpulo com que esta senhora escolheu os amigos dignos de receberem os frutos do seu comedido engenho poético. Camilo, que catalogou com legendas de inimitável humorismo ou de sarcasmo desconsolado, os mais burlescos tipos e os mais notáveis trechos do Porto da sua turbulenta juventude, Camilo — em cuja tragédia biográfica, *Soror Dolores* é comparsa muito secundário — escrevia, em 1858: "Ha cincoenta anos que as senhoras não liam romances, por uma razão cujo descobrimento me custou longas vigilias: — não sabiam ler». Menina da grande roda portuense, D. Maria Felicidade, a quem um casamento rico deu apelidos britânicos, pertenceu a essa geração de donzelas quási categoricamente analfabetas, cujas tendências para o cultivo do espírito os pais casti-

gavam — como diz ainda o romancista — forçando-as «a um trabalho literário semanal: escrever, em cada segunda-feira, o rol da roupa» [110].

Os acasos da boa fortuna transformaram numa das mais abastadas damas portuenses a donzelinha burguesa de frágil cultura que foi D. Maria Felicidade, e deram ensejo a que, pela convivência com homens de letras — da categoria de Camilo, de Soares de Passos, de Arnaldo Gama, de Coelho Lousada —, ela sentisse a coragem necessária para tornar públicas algumas das suas poesias, lendo-as primeiro em «reuniões» íntimas, e depois fazendo-as imprimir em jornais, revistas e almanaques, ou mesmo em obras de escassa tiragem mas de relativa imodéstia no seu aspecto gráfico.

Em 1850, aproveitava o pseudónimo de *Soror Dolores* (destoando das excepcionais condições de bem-estar físico e moral em que sempre viveu) para título dum livro de versos, que ainda reapareceu, passados quatro anos, em nova edição subordinada à epigrafe muito menos acabrunhante de «Virações da Madrugada».

Apesar de Augusto Soromenho, crítico da «Revista Peninsular» ter afirmado, em 1856, e em letra redonda — ainda que mascarado de arabe, sob o pseudónimo de Abd-Allah! — que *Soror Dolores* era «a primeira poetisa portugueza» e um «grande genio», é absolutamente indiscutível que o valor literário da esposa do comerciante inglês Manuel de Clamouse Brown é quási nulo e que as obras que o representam só conseguem, quando muito, atestar uma certa facilidade de metrificação, prejudicada, contudo, por um pouco simpático mas inevitável esforço imitativo, que em nada atenua a carência de inspiração pessoal.

Soror Dolores, com uma visão crítica bem superior à do seu suspeito panegirista, escreve algures:

> Ah! se o genio me fadara,
> Ninguem mais alto voara ..

Quem duvidará que se trata duma condição «sine qua non»...?

Num volume de cento e quarenta e duas páginas, que tantas conta o intitulado «Soror Dolores», volume intencionalmente recheado de melancolia e no qual ha hinos a tôdas as estações — e até ao «Equinoxio do Outono» (sic!) — o leitor de hoje apenas lerá sem arrependimento uma escassa meia-duzia de quadras, dum ténue ressaibo garrettiano, perdidas na poesia «O meu Astro».

Alguns autorizados biógrafos e anotadores camilianistas — como os snrs. Alberto Pimentel (em «Amores de Camilo») e António Cabral (em «Camilo de Perfil») não rejeitam a hipótese de ter D. Felicidade Brown inspirado ao autor do «Eusebio Macario» uma viva simpatia, vagamente amorosa; o snr. Dr. Ricardo Jorge, na sua monografia sôbre «Ramalho Ortigão», deixa implicitamente entrever que alguma cousa houve, ao referir-se a um duelo entre o romancista e o «dandy» Ricardo Brown, que «pôz a espada sôbre a virtude matronal da poetisa Sóror Dolores».

O período de maior intensidade dêsse efémero entusiasmo de Camilo pela conhecida dama portuense deverá localizar-se em 1849, ano em que apareceu, no Porto, a primeira edição do drama histórico «O Marquez de Torres Novas», que é dedicada a D. Maria Felicidade, em cujo típico album de pensamentos e de poesias o autor tambem colaborou, por essa época.

Soror Dolores contava então quarenta e nove anos, e Camilo apenas vinte e quatro; não admira que a assiduidade do futuro romancista insigne junto da medíocre poetisa afrouxasse rapidamente, distraida ainda pelos encantos de Patrícia Emília — mãe da segunda filha de Camilo — ou pelos da costureira do Candal, que, por essa época, foram, quási simultaneamente, soberanas no coração sempre insatisfeito do que então era um dos mais temiveis «leões» portuenses, de entre Café Guichard e Jardim de S. Lázaro.

Como eco indiscreto das palavras apaixonadas que possivelmente se trocaram, resultou, perturbando mais a aventurosa mocidade do romancista, e dando pasto às más línguas do soalheiro, um duelo com Ricardo Brown, o susceptível filho da poetisa, do qual Camilo saiu ligeiramente ferido numa perna.

Esse duelo pôs fim a freqüentes scenas de pugilato entre os dois adversários, que eram orgulhosos representantes de dois grupos sociais estruturalmente antagónicos. Ricardo era um filho-família cheio de melindres e de preconceitos, rígido dentro do seu puritanismo britânico, que passava indiferente, quási desdenhoso, impecável de fria correcção, a guiar o seu "tilbury" de preço, pelos magotes onde pontificava o jovem Camilo. Este era então um rapazola ja discutido, que usava "cassetête" e, com o seu trajo romanticamente descuidado, com a fealdade do seu rosto lavrado a pingos de sombra, com os seus pistolões agressivos, com a sua companhia de literatos despenteados e de alvares morgados durienses, com as suas prosápias de "irresistível", conseguia irritar o pragmático Brown, que era artista a seu modo, audaz sem arrogância, culto sem alardear vaidade, que tinha a idolatria do seu nome e das atitudes dignas [111].

Os anos correram, e quís o Destino que fosse o vencido do escandaloso duelo da Afurada, o novelista fanfarronesco, o Lovelace brigão e feio, que vencesse em todos os campos, até mesmo na suprema beleza da última atitude, até mesmo pela resignada expiação duma escura e longa tragédia, o correcto filho-família que viveu e morreu dignamente, e foi exemplo de elegância moral entre os mais pundonorosos moços do seu tempo.

Antónia Gertrudes Pusich, cabo-verdeana de bemquista ascendência, conseguiu, pelas vicissitudes duma vida agitada e pelos seus trabalhos literários, que satisfaziam o gôsto então dominante, gosar de certa popularidade no meio lisboeta, pelos meados do século que quási por completo viveu [112].

Fundadora e redactora de três periódicos — "Assembleia Litteraria", "Beneficencia" e "A Cruzada" —, autora de vários dramas, comédias, poemas, elegias, etc., oradora política de verbo fácil e sincero, publicista de filantrópicos intúitos, Antónia Pusich foi apenas uma simpática trabalhadora. Da sua vasta obra coligida em volumes ou espalhada por inúmeros jornais e periódicos de vária espécie, não é fácil recortar um trecho digno de interêsse crítico [113].

Por iniciativa de alguns amigos pessoais foi colocada, numa casa da rua de S. Bento, em Lisboa, onde a popular autora habitou e faleceu, uma lápide que informa o transeunte surprêso de que "a ilustre escriptora muito honrou a patria com o seu talento".

*
* *

Maria Peregrina de Sousa e *Maria Adelaide Fernandes Prata* foram duas poetisas portuenses, de desigual valor, mas de idêntica filiação literária.

A segunda deixou um livro de versos — «O Filho de Deus» e uma tradução do poema «Fingal» de Ossian, além de inúmeras poesias avulsas [114]. Os seus versos carecem de inspiração e deixam, por vezes, descobrir uma inferior cultura mental, o que, aliás, ela parece reconhecer quando, num prefácio às suas poesias, confessa que os «afazeres domesticos» não lhe permitiam tratar mais cuidadosamente do cultivo de seu estro natural.

Maria Peregrina de Sousa merece, sem contestação, um lugar distinto entre a multidão das suas contemporâneas que procuraram renome literário.

Sob o discreto pseudónimo de «*Obscura portuense*», enviou curiosos artigos de caracter etnógrafico ou singegelas narrativas para a «Revista Universal Lisbonense», então redigida por Castilho, o qual afirmou ser excelente o português que ela escrevia e se honrou em poder apregoar o valor da nova colaboradora da sua revista. A

convite de Castilho, D. Maria Peregrina escreveu alguns apontamentos auto-biográficos, que êle ampliou, e podem ler-se num antigo número da «Revista Contemporanea de Portugal e Brazil».

A infância acidentada da escritora, chamada «Peregrina» por ter andado «peregrinando», fugida aos soldados de Soult, as melancolias e devaneios da sua adolescência, a descrição de pequenos acidentes biográficos, são narrados, nessa velha notícia, com vivacidade e ternura.

Maria Peregrina fez a sua estreia literária no «Archivo Popular», com um pequeno romance, mas a partir de 1842, a sua colaboração era parte obrigada de todo o periódico literário que se prezasse e ficou disseminada pelo «Almanaque de Lembranças», pela «Miscelanea Poetica», pelas revistas «Grinalda», «Iris» (do Rio de Janeiro), «Aurora», «Pirata», «Braz Tisana», «Lidador», e tantas outras.

As suas únicas obras impressas em volume foram dois romances: um, dedicado a A. F. de Castilho, com o título de «Retalhos do Mundo», e o outro, editado a expensas duma sociedade do Rio de Janeiro, e sujeito ao característico e hoje cómico título de «Rhadamanto ou a mana do Conde».

Maria Peregrina confessa-se autora de dezenas de poesias e de muitos pequenos romances, cujos nomes indicam, por si só, a ingenuidade da acção, apenas um pretexto para algumas páginas de linguagem vernácula e cuidada.

Como poetisa, glosou motivos sem sombra de originalidade, mas deixou provas de mais vigoroso estro e de mais sentida emoção do que a maioria das suas contemporâneas que foram dadas às musas.

A semelhança de Garrett, e pouco depois dêste ter

mostrado o valor etnológico das tradições e lendas, Maria Peregrina coleccionou varias chácaras e romances, dando uma versão sua da «Ñau-Catarineta», pouco diferente da conhecida transcrição garrettiana —, publicando na «Revista Universal Lisbonense» doze cartas sôbre tradições populares minhotas, que mereceram a honra de ser reproduzidas numa publicação moderna, dirigida pelo mais culto etnólogo português [115]. Levada por essa sua predilecção pelos estudos folclóricos, que lhe nasceu da convivência com os lavradores e velhos dos seus pátrios campos da Maia e de Leça da Palmeira — abusou um pouco, como o grupo das poetas «medievistas», da composição de longos romances rimados à toada do «D. Gaifeiros». Deixando-se ir na forte corrente romântica, conseguiu, contudo, salvar do naufrágio no mar turvo da pieguice e da convenção, onde tantas se perderam para sempre, a sua individualidade de artista da palavra e de inteligente analista da alma popular.

*

* *

Mariana Angélica de Andrade, descendente do poeta Curvo Semedo, faleceu prematuramente, em 1882, deixando, além de muitas produções inéditas ou publicadas em periódicos de Setubal, Coimbra e Porto, e duma comédia que foi representada com sucesso, dois volumes de poesias: «Murmurios do Sado» e «Reverberos do Poente», este último publicado postumamente e prefaciado, com indulgente amizade, por Francisco Gomes de Amorim.

O snr. Dr. Candido de Figueiredo escrevendo o proémio dos «Murmurios do Sado», afirma que nêsse livro se encontrarão testemunhos de «imaginação rica, sentimentalidade viva, juizo seguro, expansão forte, sentimento musical». É certo que o mesmo ilustre publicista ressalva a responsabilidade do seu juízo crítico — o qual longamente exercitou na secção de crítica literária do mais lido jornal português — confessando que lhe falece o ânimo «para afinar esses cantos pelo austero diapasão da estetica».

Os Murmurios do Sado» são a história, feita em poesias dum lirismo elegíaco, que repete velhos e exaustos

ritmos — de inocentes episódios que cortaram a infância da autora, decorrida na cidade banhada pelo Sado. Entre a monotonia de inúmeras queixas poéticas, encontra-se um ou outro calmo parêntese de terna simplicidade, claro testemunho de que Mariana Angélica de Andrade merece ser considerada como uma das menos insignificantes poetisas-satélites da «Lua de Londres»...

No livro «Figuras Literárias», o snr. Candido de Figueiredo refere-se com bem justificado carinho a esta senhora que veiu a ser sua esposa, evocando o alvorecer da afeição que a ela o uniu, e cuja história corre paralelamente à do idílio epistolar entre Gonçalves Crespo e a predestinada castelã de Pinteus.

O mesmo autor faz notar a coincidência entre o triste desfecho das duas romanescas novelas de amor, completadas apressadamente pela morte, que, com dois mezes de intervalo, arrebatou a poetisa do Sado e o autor das «Miniaturas», espíritos de distanciada potência criadora e de tão próxima craveira moral, cada um dos quais deixou em dois livros de versos o eco fiel da sua maneira de sentir.

* * *

Maria José da Silva Canuto e *Maria Rita Chiappe Cadet,* ambas professoras, jornalistas e poetisas, deixaram grande cópia de produções, a maior parte arquivada nos periódicos do seu tempo.

É de elementaríssima justiça recordar os serviços que a primeira, humilde mestra régia, prestou à educação popular, fazendo a propaganda de jornais e de sociedades de instrução, fundando e regendo uma aula nocturna gratuita, reunindo em volume as suas «Conferencias Pedagogicas». Amparada por um magro subsídio que, por proposta de Rosa Araujo, o município de Lisboa lhe concedeu, Maria José Canuto morreu numa quási miséria, entre a indiferença duma geração com quem tinha generosamente dispendido todos os recursos da sua activa existência, entusiasmada pelo mais sagrado ideal.

Não merece tambem ser esquecido o papel que, como cultora da literatura infantil, Maria Rita Cadet desempenhou entre nós, abrindo caminho a outras boas vontades que a essa difícil especialidade se teem consagrado. Como poetisa, deixou coleccionadas as produções que constituem o seu livro de «Versos», as que se encontram

em outro que intitulou «Sorrisos e Lagrimas», e poesias morais intercaladas com alguns contos nas «Flores da Infancia». Ña primeira destas obras ha uma poesia que apresenta a curiosidade de glosar, com muito relativa felicidade, um motivo de inspiração — a graça desdenhosa das «varinas» — que é hoje, entre nós, um «leit-motiv» da chamada "arte modernista".

Seria impossível continuar a enumeração das figuras femininas que mais flagrantemente representam os defeitos e qualidades da escola literária onde encontraram seus guias e mestres.

Em nota, no fim do volume, acrescento mais alguns nomes de escritoras menos categorizadas, mas que colaboraram, com grande assiduidade, em tôda a espécie de publicações onde tiveram entrada franca [116].

Por agora, limito-me a recordar ainda os nomes de *Emília Augusta de Castilho*, de boa escola métrica, mas resgatada por uma prematura morte da sua absoluta carência de individualidade; de *Maria da Assunção da Costa e Sousa*, feliz na expressão duma absorvente saudade filial; de *Adelina Amélia Lopes Vieira*, autora do livro "Margaritas" (Lisboa, 1878), que vem precedido duma carta de Tomaz Ribeiro a José Feliciano de Castilho, e é uma colecção de líricas à maneira enfática do poeta do "D. Jaime"; de *Júlia de Gusmão*, poetisa que sobreviveu à sua escola, autora dum volume de poesias sentidas a que chamou "Flores Singelas", carinhosamente prefaciado por Pinheiro Chagas. Sôbre esta autora encontram-se alguns dados biográficos na antologia de "Poetisas Portuguesas" (Lisboa, 1917), reunida pelo snr. Nuno Catharino Cardoso, obra para a qual remeto a curiosi-

dade de quem pretenda o conhecimento de notícias bic-bibliográficas e de especímenes da produçãod e outras escritoras, pertencentes ao mesmo molde literário das citadas nesta incompleta resenha, onde não cabia a multidão de flores do mesmo canteiro romântico que o autor da antologia teve a generosa e louvável paciência de reunir [117].

*
* *

Decorrida a primeira metade do século romântico, a produção poetica feminina recrudesce, arrastada pela torrente sentimental do grupo do «Trovador», pelos soluços ritmados do «Noivado do Sepulcro», pelo lirismo patriótico de Tomaz Ribeiro, intercalando grandíloquos anátemas anti-espânicos com a rima plebéa das «Flôres de Alma».

Dessa abundante produção de autoria feminina encontram-se, a partir de 1850, inúmeras amostras no «Almanack de Lembranças», túmulo garrido e mesquinho de tantos nomes que não lembram.

Juntando a êsses nomes, muitos outros encontrados em várias publicações da época — almanaques, revistas, jornaes e jornalecos de prosápia literária — organisar-se-hia uma extensa lista, onde seria injusto e dificil encontrar um valor predominante e merecedor de distinção. Os imutáveis e mais teimosos motivos são o amor, a amizade, a saudade, a ternura filial, e, sobretudo, a queixa de máguas ocultas, imprecisas.

É fácil observar que a nossa numerosa pléiada de poetisas românticas guarda sempre, melhor do que o

segrêdo da sua comum filiação literária, a reserva senhoril e pudibunda das causas que acaso explicariam os seus anseios indefinidos, as suas dores que ficaram anónimas...

Ha um desconcertante abismo de contrastes entre o protocolar, recatado e uniforme subjectivismo das musas do Jardim Público e a «maneira» literária das poetisas de hoje, que não hesitam em descobrir estranhos segrêdos sôbre as suas causas de emoção e em experimentarem novos malabarismos na arte de se confessarem. Se a ausência de instinto artístico e de senso auto-crítico, hoje muito mais educados, coincidisse — o que, felizmente, só raras vezes acontece — com êsse dificil sacrifício, a bem discutiveis critérios estéticos, de algumas preciosas parcelas de recato, seria caso para olharmos com mais indulgência as nossas esquecidas versificadoras românticas, que nas suas rimas faceis, nas suas redondilhas apressadas e vazias de subtilezas ou de sínteses conceituosas, retrataram a sua ingénua e visivel preocupação de deixarem só «adivinhar» o que sentiam..

CAPÍTULO VI

Duas romancistas e uma poetisa: — Ana Augusta Plácido, Guiomar Torrezão e Amélia Janny.

Tirem da vida de Camilo o seu romance de amor, o seu romance de lagrimas em que o pecado se transformou, pela expiação, em uma virtude, e em que a paixão se fez, pelò sacrificio, um culto ideal, — e não terão na litteratura portugueza esse artista pessoal, esse artista soberbo, ante o poder de estylo, a soberba ironia, o riso caustico, a eloquencia apaixonada e flammejante de quem se curvam ainda hoje os mais novos, os mais irreverentes, os mais iconoclastas!

[*Maria Amália Vaz de Carvalho* — «*Em Portugal e no Estrangeiro* (*Ensaios Criticos*)»].

ANA PLÁCIDO

Ana Augusta Plácido merece ocupar, entre as autoras do seu tempo, uma situação excepcional, não por méritos distintos, mas por conseguir levar-nos a evocar, atravez da simples leitura das suas obras, o intenso drama do seu destino que teve tambem por intérprete a amargurada existência de Camilo Castelo Branco.

O conhecimento dêsse drama, hoje esmiuçado nos seus mais íntimos pormenores, permite aceitar a certeza de que no labor literário de Ana Plácido, tão exteriorizado em angustiosos brados de revolta como em lágrimas resignadas, ha uma grande dose de sinceridade. Já isto bastaria para colocar a autora da «Luz coada por ferros» em lugar bem separado do que ocupam tantas das lamurientas escritoras suas contemporâneas.

A biografia de Ana Augusta Plácido anda tão estreitamente ligada à de Camilo que seria espantoso encontrar nela algum ponto obscuro, sabendo-se que a vida do romancista é já uma quási exausta mina não só de investigações com muito louváveis intúitos histórico-literários, como até de censurável especulação comercial.

Á primeira categoria destas obras de assunto camiliano pertence o copioso volume que o snr. Alberto Pimentel publicou em 1913, sob o título de «Memorias do tempo de Camilo», com a sub-epígrafe «A. A.», e que é

tão somente uma cuidada e quasi prolixa monografia sôbre Ana Augusta Plácido, viscondessa de Correia Botelho.

Nêsse volume e em quási tôdas as inúmeras obras que de longe ou de perto se ocupam da vida de Camilo — fazendo menção especial da «plaquette» em que o snr. Afonso A. Nunes Branco reuniu cinco «Cartas Inéditas da segunda mulher de Camilo Castelo Branco» (Lisboa, 1916) e três retratos da mesma senhora — se encontrarão elementos já suficientes para conhecer, até à mais recôndita e indiscreta intimidade, o doloroso calvário da juvenil esposa de Manuel Pinheiro Alves, comerciante de fartos haveres, da quinquagenária segunda mulher de Camilo, romancista de fecundos recursos.

A sua história é curta e angustiosa. Sacrificada ao interêsse da família, vendeu os seus dezanove anos de decantada formosura a um velho negociante da praça portuense. Sete anos depois, quando já nascera um filho dêsse matrimónio que D. Francisco Manuel chamaria «da morte», Ana Augusta abandona, depois de se confessar culpada, o seu lar só materialmente confortável. Ia unir-se a um poeta de trinta anos, romancista incipiente, que ha muito sofria do mal de romanticamente a haver escolhido para sua «mulher fatal», durante um baile que precedeu de dois anos o pouco auspicioso casamento. Por parte do romancista que viria a ser o maior do seu país, póde dizer-se que tambem dois anos apenas durou essa exaltação amorosa de tão extenso preâmbulo.

Apoz retumbante escândalo público e várias peripécias judiciais, Ana Augusta, acusada por seu marido de ré de adultério, ingressa, a 6 de Junho de 1860, numa cadeia do Porto, à espera de julgamento. Quatro mezes depois, o seu cúmplice, talvez impelido por um elementar

rasgo de cavalheirismo, entrega-se voluntariamente à prisão.

No cárcere escreveu Camilo algumas das suas melhores obras e nêle Ana Plácido compoz as páginas mais sentidas da «Luz coada por ferros», série de pequenas novelas e de apontamentos auto-biográficos que — depois de já haverem sido publicados na «Revista Contemporanea de Portugal e Brazil», nos jornais portuenses «O Nacional» e «Amigo do Povo», na revista fluminense «Futuro» e na revista conibricense «Atheneo» — sairam a lume, em 1862, reunidos em volume e com uma introdução escrita por Júlio Cesar Machado [118]. Meses depois de serem presos, um «veredictum» absolutório, precedido de audiência pública de julgamento, restituia à liberdade os dois réus, com excessivo azedume dos amigos de Pinheiro Alves e da moralidade ofendida e com supremo regosijo de todos os amorosos e românticos letrados do tempo. O já notável renome literário de Camilo e principalmente a atmosfera da época em que decorreu êste segundo acto de tragédia burguesa, atmosfera saturada de gôsto pela espectaculosidade, de entusiasmos fáceis, de sentimentalismo denso e de excessos apaixonados, exigiam que fosse vencido o desejo de «revanche» que devia dominar no espírito dos homens bons do Porto que constituiam o júri, e, como naturais vingadores da ultrajada instituição da família, não estariam predispostos para a benevolência.

Foi a liberdade que trouxe a Ana Plácido a sua pena de escravidão pérpetua. Diante dos seus olhos abria-se um cruciante caminho de expiação.

O excesso de trabalho a que Camilo teve de entregar-se para sustentar a família ilegítima, provocando as primeiras manifestações das suas taras nevróticas, o faleci-

mento de Pinheiro Alves, seguindo de perto o reconhemento legal da impunidade para quem tão gravemente o ofendera — acontecimento que doeu ao escritor como um castigo merecido —, a saciedade que o materialismo duns "Anos de prosa" que foram apenas "meses", trouxe à sua paixão morbidamente exaltada e cujo ideal objecto descera a um nível por demais humano —, são as causas que até certo ponto explicam e as atenuantes que diminuem um pouco a crueza com que o romancista historiador das maiores máguas amorosas se impoz o papel de punidor da sua culpa e da mulher que o seguira.

Amigos e camaradas leais, prontos às maiores dedicações, sentindo que a vida de qualquer dêles seria impossivel sem a presença do outro, condenados por um crime de amor a penarem trinta anos de remorsos e de azedume, Ana Plácido e Camilo, trabalhando lado a lado, alimentando-se do mesmo pão do espírito, adoptando os mesmos ideais, sofrendo as mesmas amarguras e sorrindo à mesma esperança de morte breve e libertadora, deixaram que entre ambos se erguesse uma imprecisa nuvem de desencanto, nuvem faminta que embebeu rios de lágrimas e toldou horizontes de luz.

Compreende-se bem o que poderia ter sido a vida em comum que durante trinta anos levaram êsses amantes que, decorridos meses sôbre a hora de supremo desvario, davam e aceitavam como favor uma escassa esmola da ternura que julgaram eterna. A miséria de Ana Plácido, a «mulher fatal», mendigando em público [119] o interêsse de Camilo, sentindo que para êle se transformara de anjo «em vulgaridade custosa de suportar» [120], trazendo à luz, em «tiradas» sentidas das protagonistas dos seus pobres romancezinhos, a sua imensa desolação de abandonada moral, poderá revestir-se, por vezes, dum

ligeiro toque de impudor, se não se evocar a pesada pena de sofrimento de que essas queixas eram a mais humana reacção e, sobretudo, se não se levarem em conta as condições especiais em que já se encontrava a autora, que fora a heroina dum episódio escandaloso que ainda todos lembravam e que tivera por teatro uma cidade de soalheiro e por espectadores mais atentos um pequeno número de intelectuais, aptos a compreenderem todos os melindres amorosos e a matarem e morrerem, como o apaixonado algoz de Fanny Owen, por um mal entendido, pela tenue suspeita dum leve desaire de amor.

O ambiente que rodeou algumas scenas do grande drama sentimental de Camilo, igual ao que envolve a sua obra dramática, apresenta-se-nos hoje como irrespirável e duma tonalidade de tal forma deslocada, que muitas fases capitais nos parecem irrisórias, logo depois de nos fazerem chorar. O equilíbrio das situações está totalmente destruido pela diversa concepção do ridículo e do sublime.

Só a evocação do longo rosário de penas que teve origem nêsse drama que «fatalmente» havia de torturar a maturidade do genial romancista, só o conhecimento do diapasão sentimental por que estava afinada a época, pode impedir-nos de sorrir perante a atitude de Camilo, quando no decantado baile da Assembléa Portuense em que pela primeira vez viu Ana Plácido, se encostou, vencido pelo Destino, aos humbrais da porta do salão, e, apontando tragicamente para uma jovem de dezassete anos, vestida de branco, afirmou convicto: «Encontrei a minha mulher fatal» !

E como igualmente hoje sôa falso, e duma teatralidade balofa, a voz dessa jovem a quem «em uma sala de baile, uns olhos disseram *vive*», acusando-se publicamente depois da culpa, de possuir um «sestro maldito» e de

condenada ao ingrato papel de «mulher fatal», se ver sujeita pela sorte a quebrar as «grandes dedicações e as fortes impressões» que soube provocar. Camilo teve tempo de se redimir da faceta ridícula do seu «ver-te e amar-te», e de si próprio sorriu, quando o desencanto de amor veiu contribuir para o transformar em rei da ironia:

> Quando te vi n'um baile, ó flor aberta às auras,
> qual donzel medieval, pudibundo córei.
> Eu, vago scismador de legendarias Lauras,
> erguer a ti o olhar só mal e a furto ousei!

*

*   *

Todos os leitores conscienciosos das novelas e do teatro de Camilo sabem que a figura de Ana Plácido atravessa, sob a máscara de heroinas lacrimosas, sempre vítimas de maridos tiranos e cómicos, quási sempre «brazileiros» caricaturais, as páginas de várias dessas obras, daquelas cuja época de factura está mais próxima da hora de escândalo que romanticamente ressoou através de tôda a vida do romancista.

Ana Plácido é a *Raquel* dos "Anos de Prosa", figura episódica que em lisongeiro contraste com a protagonista, abre o seu sorriso torturado sôbre os últimos capítulos da novela, nas páginas onde o poder sarcástico de Camilo se excede em remoques ferozes, que teem por alvo indefezo o nariz fenomenal do *Brazileiro Pereira*, nariz que é apenas um «ex-libris» do prosaismo plebeu a contrastar com as olheiras poéticas do galã e da jovem sacrificada.

Ana Plácido é a dorida *Angela* de "Os Brilhantes do Brasileiro", a esposa-martir que atraiçoa espiritualmente

o marido boçal e materialão, amando em silêncio a lembrança dum namorado pobre e perseguido.

Ana Plácido é a protagonista de dramalhões irrepresentaveis em que Camilo exteriorizou uma incompatibilidade de seu feitio literário [121], assim como é a visão de consoladora nitidez que anima as noites torturantes do prisioneiro, dando-lhe motivo para um capítulo de ternissima emoção que, como um irreprimivel soluço, corta as páginas dissimuladamente calmas das «Memorias do Carcere». Ñêste livro descobre-se o inconfundível reflexo que a lembrança duma só mulher e duma grande paixão fixara no espírito do autor que até retratando do natural personagens observados entre a escumalha da prisão, os apresenta quási sempre envolvidos numa auréola de predestinados para infernais martírios de amor.

Para se compreender como deve ter decorrido cheia de lancinante mágua a existência da Viscondessa de Correia Botelho, basta pensar que foram as mesmas mãos que tão piedosa e inteligentemente procuraram santificar quási a sua culpa—as mãos daquêle a quem ela, estruturalmente burguesa, sacrificou a sua reputação de mulher e de esposa honesta —, as mesmas que redigiram, no seu psalmo de agonia, palavras escritas com tamanha crueza que nem a côr forte da sinceridade nem o tom de sentença de morte arrancada a custo a um supremo e cruciante desmoronar de ilusões, podem fazer perdoar a revoltante sanha de ingratidão que nelas se surpreende:

«A mulher da paixão, que eu, no pavor da minha so-
«ledade, pedira ao Senhor; — A mulher que me acorren-
«tou a um cadafalso de supplicios ignominiosos; — A mu-
«lher que me levou as virtudes da alma e o pudor do
«coração, quando eu já não tinha lagrimas que me ella
«pedisse; — A mulher a quem a Providencia divina, em

"sua ira justiceira, atirara aos gryphos do dragão do "mundo, contra o qual eu puzera o peito, emquanto o "coração teve sangue que expedir; — A mulher que me "fez odiar a justiça de Deus e insultar a providencia dos "homens; — *Essa mulher morreu*".

Essa mulher era a pobre novelista da «Luz coada por ferros», a tradutora cuidada de mediocres romances franceses, a proletária das letras que ajudou o companheiro a suportar as despezas da casa e as diversas loucuras dos filhos, a desvairada mocinha que lera Dumas e Musset e, armando à pressa em fatal instrumento do Destino, se deixou arrastar para uma aventura sem beleza, amontoando desencantos na sua alma ferida, procurando couraçar-se de desdem postiço, a ponto de fumar charuto à janela da cadeia, sob a incrédula surpreza dos burgueses e dos «incroyables» de provincia...

*

* *

Na «Luz coada por ferros», obra saida a lume em Lisboa, no ano de 1863[122], Ana Plácido reuniu, como já se disse, alguns pequeninos romances e algumas páginas de reflexões, compostos durante o seu cativeiro e quási todos já publicados em jornais e revistas. O título dessa colectânea encontrou-o a autora nas «Memorias do Carcere»[123] de Camilo, onde, de resto, já se lhe deparara um outro — o de «Horas de luz nas trevas dum carcere» — que esteve quási a preferir.

A obra foi prefaciada com amizade e inteligência por Júlio Cezar Machado, que procura rebater a atoarda de ter Camilo colaborado nas primícias literárias de Ana Plácido, e que define o livro como o resumo talvez das

angústias, desilusões, torturas, que atravessou na terra a pobre alma da autora. Apresenta-nos a viuva de Pinheiro Alves como uma mulher culta, dada a leituras clássicas, senhora dum talento onde o instinto literário sobreleva. Entende que a obra deve ser lida «com o respeito sagrado que a desgraça suscita», pois dentro dela vive uma dor nobre, serena e digna, igual à que viveu dentro da existência de que o mesmo livro é historiador.

O interêsse da obra como subsídio biográfico é realmente tão grande que faz esquecer a sua muito relativa beleza literária. Os diálogos dum sentimentalismo exaustivo — em que os interlocutores ora se apelidam de «anjos», ora se tratam por «vossa senhoria» —, os pensamentos de album das «Meditações», as ironias duma amargura sem sabor que perdure, algumas frases dum cómico preciosismo, um protocolar hino aos confortos da religião, as reflexões sem nexo, a espectaculosa exteriorização da dor, os infindáveis anátemas contra a sociedade, os invariáveis temas do abandono ou dos amores contrariados, os inverosímeis dramas de sacrifício e de perdão, tôdas as incoerências e todo o inconsciente pretenciosismo dessas páginas esquecidas, são amplamente resgatados pelas lágrimas que elas viram chorar, na penumbra do cárcere, aos primeiros olhos que as leram.

A «Luz coada por ferros» é uma veemente estrofe de sofrimento que não teve uma voz linda para a cantar; é o primeiro verso dum poema que não teve poeta para o completar; é a moldura onde não coube uma tela genial.

Das restantes obras de Ana Plácido — como traduções de livros franceses [124], que assinou sob o pseudónimo de *Lopo de Souza*, a adaptação teatral do romance «Les damnés de l'Inde» de Méry, etc. — apenas mereceriam referência especial os romances originais, «Regina»

e «Herança de Lágrimas», o primeiro subscrito por *Gastão Vidal de Negreiros* e o segundo por outro pseudónimo [125]; alguns artigos críticos que saíram anónimos, publicados na «Gazeta Literaria» do Porto, sôbre obras de contemporâneos—como «Sons que passam» de Tomaz Ribeiro, «Quadros cambiantes» do snr. Cândido de Figueiredo e «Vozes sem Echo» de Guerra Junqueiro —; e, finalmente, poucas poesias dispersas.

O romance «Regina» ficou incompleto, por se ter suspendido a publicação da «Gazeta Literaria» onde saíram apenas alguns capítulos, precedidos dum comentário de Camilo, que denunciava como falso o nome do autor confesso.

Êsses capítulos bastam, no entanto, para mostrar que a obra é mais uma interpretação do romance que a autora viveu. O mesmo acontece com a «Herança de Lagrimas», devendo observar-se que Ana Plácido até para as traduções do francês escolheu romances em que havia situações paralelas à sua.

Dir-se-hia que o estudo de todos os segrêdos dessa incognita sentimental que envolve as causas do abandono e do súbito desamor, contribuia para aligeirar um pouco a sua pesada cruz.

Maria Amália Vaz de Carvalho, escrevendo numa época em que a sua sensibilidade crítica não atingira ainda a penetrante clarividência que fez dela uma grande profetisa e uma lúcida e exigente conselheira —, escrevendo sob a impressão da morte recente de Ana Plácido, de quem foi amiga, com quem assiduamente se correspondeu e de cuja dolorosa agonia, junto de Camilo cego, foi angustiada espectadora, deixou a propósito das qualidades literárias da segunda mulher do romancista, palavras que só com muitas restrições podem ser aceites:

"D. Ana escrevia admiravelmente. A longa intimidade "do seu espirito com o espirito de Camilo, isolados "ambos de todo o contacto social, tinha feito com que "o seu estylo se parecesse com o do marido de uma "maneira quási inconfundivel.

"Já se vê que elle pensava melhor e sentia mais *pes-"soalmente*; quanto à forma, à expressão, eram pareci-"dissimos ambos.

"A phrase d'ella sahia fundida n'este cunho de lei, "que a posteridade hade chamar *camilliana*, como chama "*horaciana* a uma certa forma de perfeição classica.

"Esta semelhança extraordinaria entre as duas manei-"ras de escrever, levou muita gente a duvidar da auten-"ticidade de escriptos que pertenciam unicamente á mu-"lher.

"D. Ana Placido escreveu, além da «Luz coada por "ferros», varios romancezinhos e numerosos artigos jor-"nalisticos, todos muito notaveis e de uma belleza de "estylo incontestavel.

"Publicou além d'isto traducções vernaculas que va-"lem bem mais que muitas obras *originais* que vemos "por ahi admiradas. Pelo menos a phrase d'esses originais "é bem mais franceza, que a versão d'estes livros es-"trangeiros»[126].

Maria Amália, levada pela sua boa vontade de amiga, arrisca mesmo uma hipótese que o caracter de efémero entusiasmo da maior paixão de Camilo derruba por completo:

"Seria talvez a sympathia pre-existente entre os dous "espiritos, um tão grande, outro tão distinto, e o parecido "molde do seu pensamento, que os approximara, e os "levara a tantos extremos de paixão».

Porque arrefeceriam então rapidamente esses extre-

mos, quando a vida em comum só devia consolidar cada vez mais semelhante união dos espíritos, dando ensejo a mais íntima convivência intelectual?

Por uma indicação dada por Vieira de Castro na primeira biografia de Camilo, sabe-se que Ana Plácido fez tenção de publicar um livro de versos. Esse intento, se fosse realizado, facilitaria a classificação do seu mérito como poetisa, que hoje apenas se pode aquilatar por uma escassa meia duzia de poesias onde se notam quási todos os defeitos e raras qualidades do mais puro lirismo romântico.

*

*   *

Quando Ana Plácido houvesse sido uma escritora de primeira categoria, a sua glória de intelectual teria que vencer o reflexo daquela que iluminou meio século da nossa história literária e foi o único enlêvo da sua vida sombria.

Ana Plácido foi a cronista incolor e ingénua de factos que já tinham um historiador genial. Usou do «logar comum» para contar o que outrem descreveu com a côr inédita e insatisfeita de quem se julga a vítima escolhida duma dor velha, que para ser bem narrada precisava duma expressão nova.

Ana Plácido, mísera novelista da «Luz coada por ferros», não podia vencer o gigante que a venceu e a levou por caminhos trágicos até ao máximo calvário de expiação. A mulher que mais amou, e talvez a única que chorou Camilo Castelo Branco, não podia ser recordada apenas por um renome fácil de geitosa versificadora ou de romancista de fértil inventiva.

GUIOMAR TORREZÃO

A escritora Guiomar Delfina de Noronha Torrezão que usou, literariamente, uma meia dúzia de pseudónimos — como os de *Gabriel Claudio, Scentelha, Sith, Tom Pouce, Delfina de Noronha*, etc. —, foi discutida e apreciada no seu tempo com um interêsse cujo desiquilibrado exagêro só tem igual no do imerecido comentário de silêncio ou de desdém que hoje desperta a evocação do seu nome.

Ainda bastante moça, e senhora apenas duma educação incompleta, viu-se obrigada pela necessidade a explorar como recurso económico a sua inegável vocação literária, já comprovada por tímidos testemunhos. Começando, como tôdas, pelos versos sentimentais, dum lirismo tão pobre de emoção quanto era cheio de arrebicadas imagens, foi depois contista, romancista, dramaturga, directora do «Almanack das Senhoras», cronista, crítica, traductora [127], tudo, enfim, quanto lhe garantisse o favor do público que lhe comprava os livros ou dos directores dos jornais que lhe pagavam.

Estimada como autora recreativa, mas posta à margem da sociedade burguesa pela sua situação de mulher independente e de chefe da sua família, acossada pelo ridículo com que a visava e se entretinha o impertinente

mau gôsto de noticiaristas burlescos e de caricaturistas demolidores, que não tiveram a generosidade de respeitar o seu esforço de trabalhadora e a sua justa reputação de filha e de irmã extremosissima. Guiomar Torrezão teve que se identificar com o *meio;* escreveu para agradar, fingiu não ouvir o murmúrio satírico que a seguia, e vivendo sob a luz da mais alvejada celebridade, morreu quási definitivamente para o mundo literário na tarde de outono em que desceu à terra o seu corpo, já abandonado, já desinteressante [128].

A sua linguagem é o espelho do que tinha de muito afectado a sociedade «fim de século»; a sua prosa parece fugir, propositadamente, à singeleza, e ter a preocupação de manifestar um vigor másculo, uma ironia contundente e superior.

A necessidade de se adaptar ao gôsto da época e a impossibilidade de completar a sua educação, desde que o labor de todos os dias a prendeu à mesa das redacções e à leitura superficial de «magazines» e de jornais de modas, justificam a ausência, entre a sua produção dispersa mas vasta, duma obra capaz de resistir ao tempo, da obra que a sua inteligência brilhante e lúcida, o seu valor combativo e a sua honestidade profissional podiam bem ter ambicionado. Por desígnio das circunstâncias, tudo o que deixou é ténue, frágil, descontinuo, tão leve que nem se deixa pesar, tão uniforme que não merece destrinça.

Quem se der ao trabalho, hoje penoso, de percorrer a dezena de volumes que contem os seus romances originais, os seus contos e algumas das suas melhores crónicas, ficará com a impressão de que esta escritora desdenhada entrou, rica de ilusões justificadas e de pueril vaidade no caminho onde tantos salteadores se embusca-

vam, mas que depressa se desenganou, perdendo-se a simpática arrogância dos seus primeiros passos na desiludida mornice de quási tôdas as suas páginas, já não ditadas pelo desejo de vencer, mas apenas pelo de poder viver, pelo temor da miséria ou, quando a situação era mais desafogada, pela fôrça da inércia, que a prendia aos mesmos bordões de estilo, à mesma cadeia de adjectivos fáceis, aos mesmos verbos «de encher».

Tomaz Ribeiro, Júlio Cezar Machado e Camilo, prefaciando-lhe três obras — «Rosas Palidas» (contos), «Uma alma de mulher» (romance) e «No Theatro e na Sala» (teatro e crónicas) – subscreveram palavras elogiosas para a escritora e para a mulher, as quais tambem não escasseam nas cartas particulares que muitos intelectuais de nomeada, como Herculano, Castilho, Fialho, João de Deus e tantos outros, lhe dirigiram e que foram publicadas, em 1910, num opúsculo precedido dum panegírico ditado pela saudosa amizade do snr. Dr. Armelim Junior.

Camilo é mais exagerado que nenhum dos confessos admiradores da escritora e, levado por razões de cortezia ou por errada visão crítica, pregunta, num dos aludidos prefácios: «Quantos escriptores de primeira ordem «escrevem em Portugal como v. ex.ª? Quem lhe pode «dar exemplos de elegancia de estylo, de profundeza e «variedade de idéas indicativas de leitura vasta e metho«dica?»

Fialho de Almeida, que considerou Guiomar Torrezão como uma das «Figuras de Destaque» dignas da sua observação, contraria o juízo de Camilo, ao asseverar que as labutas da imprensa diária não deixaram à autora de novelas sentimentais tempo para «leituras profundas e contemplações demoradas». A prosa colorida e quente de Fialho enterneceu-se e esbracejou castigos, ao falar

dessa operária das letras, que fugiu talvez da Fama por a ter visto lado a lado com a Fome.

Fialho escreveu:

«Guiomar Torrezão, que acaba de morrer cardiaca do «pavoroso esforço de reagir contra a mesquinharia do «espirito (ou antes da falta de espirito) do tempo, era «uma creatura fadada para menos obscuros destinos do que «esse que a amesendou em Lisboa, a arreglar almanachs, e «a escrever chronicas elegantes. Grandemente talhada, «forte, e dum caracter autonomo d'onde sahem as iniciati-«vas fecundas que individualisam na vida as naturezas de «commando, esta mulher só teve, para ser verdadeira-«mente alguem, um obstaculo — o meio onde appareceu « e se fez gente. Em Londres, em Paris, teria sido ilustre «em Lisboa quasi que a quiseram tornar comica».

. . . .

«Guiomar Torrezão não tinha pae nem irmão que «exigissem contas aos desrespeitadores emeritos de mu-«lheres sós; e não tendo constituido familia, nem tendo «fortuna propria, achou-se na condição de ter que ganhar «ella mesma o seu prato e os seus vestidos—isto é, cosendo «á penna, em vez de coser á machina, e não tirando «deste esgotante martyrio sequer talvez o que as pobres «costureiras auferem nos armazens onde trabalham».

. . . .

«O que a Guiomar Torrezão faltava para ter sido «uma escriptora de folego, não é coisa que se refira «tanto á capacidade do cerebro, como ás deficiencias do «trabalho e da educação, que em Portugal preparam mal «a mulher para fazer d'ella um espirito superior.

. . . .

«Ainda assim, dos varios livros, artigos e dispersos «que constituem a obra escrita de Guiomar Torrezão, se «pouco ou nada se pode dizer d'envergadura resistente, «comtudo, no inventario da actual geração não poderá «deixar de ser mencionado o seu nome como o duma das «mais laboriosas cultôras da prosa ligeira e das mais «bem dotadas organisações litterarias femininas do paiz. «O estylo é facil, sonoro, de instrumentação nem sempre «castiça, mas procurando impressionar pela extravagancia «ou intensidade da pintura; uma ou outra vez, a ironia «traz um cunho de maldade borboleteadora, ou arrancos «de colera viril onde se sente um pulso musculoso, com«batividades de pamphletaria, e uma audacia capaz de «batalhar.»

¿A apreciação crítica de Fialho seria levada a tanta benignidade pela gratidão a numerosas provas de estima de que, ainda em vida da escritora, êle se lhe confessou devedor, em cartas particulares que tenho à vista? A morte teria exacerbado, trazendo uma compassiva saudade pela lutadora vencida, êsse sentimento de reconhecido afecto e de revoltada censura contra a grosseria, a que a alma vibratil do genial lapidário da palavra oferecia tão generoso campo de expansão?

Seja como for, nas palavras de Fialho transparece uma sinceridade e uma veemência que as valorizam, não só por revelarem uma opinião de mestre, mas ainda como síntese do movimento geral de repulsa que no mundo verdadeiramente culto e intelectual mereceu a perseguição de calunias e doestos que a ociosidade ou a falta de assunto desentranharam contra uma mulher indefesa.

*

*　　*

Entre a vasta produção desta autora merecem uma menção especial, por motivos diferentes, a já citada obra no «Theatro e na Sala» — onde estão reunidas algumas das suas melhores crónicas — e o livro «Paris», com impressões duma visita de dois meses ao Paris do ano em que morreu Victor Hugo, ao Paris de Dumas filho, do apogeu de Juliette Adam e da revolta de Lecomte de Lisle, a êsse Paris em que a mesquinha romancista portuguesa conviveu com tôdas as princesas das letras, estrelas que entraram já no ocaso — como Georges de Peyrebrune, que foi sua amiga íntima, Camille Delaville, a revolucionária M.me Gagneur, a contista Jeanne Thilda, — onde avistou de passagem a adolescência «*gauche*» de Rachilde, princesa de hoje, que parasitava em tôrno à aura da Peyrebrune, depois de ter entrado no mundo literário graças a audazes golpes de escândalo.

Esse ambiente de intenso cosmopolitismo intelectual empresta ao livro de Guiomar Torrezão certo colorido de actualidade, tão escasso nas suas restantes obras. O convulso mundo parasiense, palpitante de indecisas aspirações a tantos novos ideais, mundo que vivia sentindo-se viver, onde a conduziu a protecção da Princesa Rattazi, nêsse tempo M.me de Rute — daquela princesa que tão levianamente percorreu «Á vol d'oiseau» a vida portuguesa —, devia ter causado na directora do casto «Almanach das Senhoras» uma impressão desconcertante e perturbadora.

A maneira feliz como traduziu essa impressão resgata-a de muitas páginas desiquilibradas e prolixas onde

retratou a vida sonsa da burguezia lisboeta, da mesma que, dez anos depois da vertigem de Paris, a viu morrer com a mais imperturbável indiferença, sem recordar as horas em que enchera os serões pacatos ou festejara os regosijos familiares com a leitura dumas novelas lânguidas ou com o espectáculo de certas comédias «finas», que sempre acabavam bem, ao contrário da vida da sua autora...

AMÉLIA JANNY

Amélia Janny, falecida ha dez anos, na última primavera de paz que, antes da maior guerra, o mundo disfrutou, viveu meio século a cantar.

Filha dos amores dum estudante que veiu a ter justo renome na vida política, descendente dum frade virtuoso que chegou a cardeal, sobrinha dum poeta, que só não foi grande por culpa da morte [129], a poetisa que abriu os olhos ouvindo chorar o Mondego, deve ser um dos mais completos testemunhos de que algo de verdade existe nessas dificeis teorias críticas que tudo explicam pelas influências atávicas e pela acção do meio. Filha dum pecadilho amoroso, morreu, septuagenária, ainda a cantar de amor; sobrinha-bisneta dum diplomata que foi tambem um monge de benedictina erudição, notabilizou-se pela fidalga distinção do seu trato e adorou o ócio contemplativo; dum seu mais próximo ascendente herdou o talento poético e quem sabe mesmo se uma potência intelectual que as circumstâncias contrariaram e seria apta para emprezas mais úteis e audazes que a de publicar redondilhas no «Almanach de Lembranças».

É mansa como as águas que a embalaram, a vida desta poetisa, que teve as maiores qualidades da sua escola e a quem o pontífice Castilho coroou de louros e

murta, chamando-lhe «Ñova Sapho» perante uma assemblêa moça e suspensa, num decantado sarau do Teatro Académico de Coimbra em que Junqueiro e Antero foram vencidos, no aplauso público, pela sua voz cantante e tímida [130].

Amélia Janny viveu e morreu em Coimbra, numa casa clara, em frente à mancha alva do bairro de Santa Clara. Nos seus longos anos de poesia casta predomina a nota clara. Viveu num scenário de lenda, numa encosta que faz sombra ao Mondego — entre a Lapa dos Esteios, onde os poetas do «Trovador» descobriram tesouros que dia a dia se desvalorizam — e a Fonte dos Amores, onde Camões deixou as ninfas chorando a morte escura de Inês...

Na Couraça de Lisboa ha de morar sempre um poeta, porque anda no ar uma poesia que todas as almas podem receber. Na segunda metade do século findo, lá esteve uma poetisa, recolhendo alguns perdidos grãos da sementeira divina...

É como de Deus os recebera — grãos perdidos, que qualquer podia achar — assim os quís transmitir em versos dispersos, espalhados a um vento que os não levou para longe e lhes deu um fim inglório, escondendo-os nas folhas acanhadas dos almanaques da província, dos «albuns de pensamentos» e dos jornais de estudantes [131].

Amélia Janny não teve tempo para satisfazer o desejo dos amigos que lhe pediram para coligir em volume—em volumes, com certeza — aquêles dos seus versos que reputasse mais felizes. Seria talvez uma providencial traição do Destino. Não porque os versos de Janny não merecessem a banal homenagem de viverem, presos e juntos, entre as paredes duma estante, mas porque não seria a poetisa nem os seus admiradores mais próximos no tempo, aquêles que foram adeptos da mesma seita literária, os mais indicados

para saber descobrir em produção de tão irregular valia alguns exemplos mais reveladores e típicos do que conseguiu êsse estro exaltado e mesmo algumas raras amostras de beleza eterna.

A personalidade literária da «poetisa do Mondego» é das que se eximem facilmente a comentários de crítica exigente, não por ocuparem com direitos indiscutíveis o lugar de destaque em que se deixam ver, mas pelo ambiente de superioridade moral de que souberam rodear-se e que atenua e esbate muitas insuficiências.

Esta senhora, que foi moça no tempo em que Antero e Junqueiro passearam pelas sombras do Choupal, que viu alvorecer o primeiro sorriso resignado de António Nobre, que viveu irmãmente com os maiores poetas duma época em que havia tantos e tamanhos, que elevou ao rubro o entusiasmo pródigo dum estudante veterano, que foi o grande lírico João de Deus:

> Oh Janny! teus ais me exaltam;
> Partem d'alma e n'alma echôam;
> Filhos de alma, á alma vôam,
> Sim, Janny!
> E se as lagrimas te esmaltam,
> Te aljofáram, te matizam,
> Pelas faces me deslizam,
> Como a ti.

. . . .

> Tu, Janny, nas azas tuas,
> Do teu genio, tens anhelos,
> Que pediam sonhos bellos
> E de amor!
> Sonhas inda? tu fluctuas,
> Já nas aguas do diluvio,
> Viva imagem, sôpro, effluvio
> Do Senhor!

— esta poetisa que foi do nosso tempo e foi do Passado, que transportou para a luz inquietante de hoje a penum-

bra mansa duma tarde gloriosa, que conservou até à morte o seu geito de cantar os anos das amigas e as «galas da Primavera», que soube não temer o ridículo e soube ser o que era, não se ajustando a moldes que não lhe serviam, não se contrafazendo, e sentindo-se bem, dentro da sua moldura de antepassada —, Amélia Janny, em quem se reflectiram auréolas alheias e que até nós conduziu a graça pudibunda da sua escola poética, mereceria mais do que esta citação apressada, porque de direito lhe pertenceria mesmo um lugar em evidência numa scena em que fosse mais selecta a concorrência de figurantes.

CAPITULO VII

Maria Amália Vaz de Carvalho — a poetisa, a crítica literária, a historiógrafa, a educadora.

Maria Amália Vaz de Carvalho

Se o publico a conhecesse, como a conhecem os seus amigos, o publico adoral-a-hia, porque V. é verdadeiramente, nas letras, de nós todos o melhor. Nenhum padeceu com mais orgulho, nenhum resistiu com mais valor, nenhum trabalhou com mais alegria, nenhum triumphou com mais modestia.

(*Ramalho Ortigão — carta-prólogo das «Chronicas de Valentina» de Maria Amália Vaz de Carvalho*).

A grande escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho nasceu ao findar a primeira metade do século XIX, precisamente quando a vida intelectual feminina era, em Portugal, qualquer cousa de irrisório e de artificial. Graças a extraordinários dotes de inteligência e de vontade, ela conseguiu amplamente reabilitar a sua geração literária, elevando-a comsigo a lugar mais digno do nosso respeito e atenção.

Ramalho Ortigão, numa carta que serve de prólogo as "*Chronicas de Valentina*", aponta como determinante das primeiras tentativas literárias de Maria Amália, a necessidade de, por meio de intensas preocupações intelectuais, esquecer ou remediar de algum modo a precária situação financeira a que a prodigalidade de seu pai havia reduzido a família.

Aproveitando o convívio com escritores eminentes que frequentavam a sua casa, recolhendo incansavelmente nos melhores livros a lição dos melhores mestres — lição que a sua potente memória lhe permitia fixar para sempre —, aprendendo a admirar, a sentir e a sofrer, junto da palavra brilhante dos literatos e no exemplo e conselhos duma inteligente mãe, Maria Amália passou a sua primeira juventude num meio muito favorável ao desenvolvimento das suas raras faculdades.

Em 1867, sai a lume o seu poema em quatro cantos a que Castilho deu o título de «*Uma Primavera de Mulher*», escrito aos dezanove anos, publicado com uma carta de Maria Amália a Tomaz Ribeiro e um prefácio dêste poeta, que tinha animado e até sugerido a realização da obra [132]. A crítica e o mundo literário recebem a poetisa com excepcional carinho; Castilho, Mendes Leal, Bulhão Pato, Tomaz Ribeiro e outros de igual nomeada saúdam-na em versos ruflantes; o seu nome é apontado como o de alguem que já venceu; a sua colaboração é insistentemente procurada por jornais e revistas literárias.

Decorridos sete anos sôbre o primeiro triunfo, quando o pseudónimo de *Valentina de Lucena*, com que assinava os folhetins do "*Diario Popular*", começava a ser discutido entre a intelectualidade e a «*jeunesse dorée*» do tempo, consorciou-se com o poeta parnasiano António Cândido Gonçalves Crespo, que ainda era estudante em Coimbra quando os versos de «*Uma Primavera de Mulher*» vieram para sempre unir à alma da graciosa musa de Pinteus o seu espírito gentil, que depressa abandonou o mundo.

Além de duas traduções do francês, Maria Amália publicou até 1883, ano em que morreu o poeta dos «*Nocturnos*», as obras "*Serões no Campo*", "*Arabescos*", "*Contos e Phantasías*", e "*Contos para os nossos filhos*" (de colaboração com Gonçalves Crespo). Viuva aos trinta e sete anos, as suas condições de fortuna e o confôrto moral e espiritual que a actividade literária lhe proporcionava, levam-na a intensificar a sua produção, que de ano para ano se valoriza, testemunhando uma extensa cultura e a posse plena dum juízo crítico maravilhosamente justo, preciso, quási profético. Em jornais e revistas de Portugal e Brazil — como «*Diario Popular*», «*Jornal do*

Comercio», «*Reporter*», «*Artes e letras*», «*Diario de Noticias*», «*Novidades*» e «*Ocidente*» (de Lisboa), «*Comercio do Porto*» e «*Novidades*» (do Porto), «*País*» e «*Jornal do Comercio*» (do Rio de Janeiro), publica com assiduidade crónicas e artigos de crítica, a maior parte dos quais foram depois reunidos em volumes.

Não contando as traduções, publica, de 1885 a 1920, duas dezenas de obras originais, focando problemas educativos ou de crítica social e literária, traçando perfis de artistas, de sábios, de pensadores, fazendo reconstituições históricas e evocando personagens que vivem na História. De 1898 a 1903 publica a sua obra prima — «*Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*» —, monumento de discreta erudição mas de sólida beleza estilística, modêlo de raras qualidades literárias e de intenso poder de evocação, que muito contribuiu para facultar o ingresso da sua eminente autora na Academia das Sciências de Lisboa, honra que não sendo jámais concedida a alguma mulher portuguesa, foi lembrada, em 1912, pelo académico sr. Henrique Lopes de Mendonça, dela compartilhando tambêm, por essa mesma época, a Senhora D. Carolina Michaëlis.

Em 1918, por iniciativa da Senhora D. Branca de Gonta Colaço, é comemorado brilhantemente o quinquagésimo aniversário da estreia literária de Maria Amália, dedicando-lhe a Academia das Sciências, em 17 de Março, uma sessão solene onde tomaram a palavra, em caloroso elogio, alguns dos mais eminentes membros dessa corporação. Pela sua casa da travessa de Santa Catarina, que foi, durante anos, um dilecto ponto de reunião de muitos intelectuais — como Oliveira Martins, Sousa Monteiro, Carlos Lobo de Avila, Sousa Martins, António Cândido, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão,

Conde de Sabugosa e tantos outros — passaram, em respeitosa peregrinação, tôdas as figuras marcantes da sociedade portuguesa, todos os continuadores da missão de beleza que aos antigos hóspedes competiu, e todos os que da obra da escritora tiraram estímulo e conselho.

Maria Amália Vaz de Carvalho faleceu em Lisboa, em Março de 1921, depois de setenta e cinco anos de vida intensa e gloriosa. Á sua morte se apropriaram bem as palavras que dedicou à memória da escritora brazileira Carmen Dolores, que, como ela, escreveu para viver e viveu para escrever, que foi sua «companheira nas galés do trabalho forçado e necessario»:

«Encheram-lhe a casa de flôres, cobriram-lhe de flôres «o corpo que o trabalho exhaurio; a sua morte foi cho- «rada pelo seu país, com palavras de sentida e profunda «tristeza».

. . . .

«Foi pois feliz o seu destino»! [133]

*

* *

É dificil dividir a obra vasta e dispersa de Maria Amália Vaz de Carvalho, de forma a agrupar as suas partes em secções distintas de *historiografia, critica literária ou artistica, artigos de caracter educativo, politico, social e filosófico*, etc.

Dos característicos gerais dessa obra um dos que se destacam com maior nitidez é precisamente o duma intencional indiferença pelas leis que regem as diversas especialidades literárias e lhes concedem situações autónomas. Maria Amália educou, fazendo história e crítica; discorrendo sôbre problemas educativos, sociais, literá-

rios ou artísticos, não raramente pediu argumentos à eloqùência da História e ao exemplo das biografias. Nunca fez só crítica literária, como nunca divagou apenas sôbre questões sociológicas: a propósito duma obra, discreteia sôbre o problema que nela se debate, e a propósito do problema, lembra e discute as obras em que êle é posto e estudado. A circunstância de serem quási todos os seus escritos destinados ao grande público dos jornais explica êsse aspecto da sua orientação literária, que foi o mais fecundo em proveito moral e social e muito contribuiu para o rápido incremento da popularidade e justa reputação gloriosa que para sempre aureolaram o seu nome.

Em todo o seu intenso labor, Maria Amália parece nunca ter esquecido uma intenção suprema: criando beleza, ensinar onde a Beleza é mais verdadeira; falando verdade, procurar onde a Verdade é mais bela. E porque o seu espírito nunca se separou de tão alto ideal ético — que teve a persegui-lo, com exemplar constância, a insistência de uma rara fôrça de vontade, a generosidade dum grande coração e a força criadora duma inteligência ultra-lúcida — é que esta escritora foi principalmente uma eloqùente e incansavel moralista.

Para tornar mais desejado o Bem, alindou-o, disfarçou-o, deixando-o antever num apontamento rápido, ao dar o último traço dum perfil histórico, ao rematar uma divagação crítica.

Será, portanto, só para facilitar esta breve exposição do que foi a sua bela actividade intelectual, que considerarei na sua obra as seguintes modalidades distintas: a) *poesia* — b) *critica literária e artistica* — c) *critica histórica e perfis de personagens históricos, sábios e pensadores* — d) *problemas educativos e critica social* — e) *diversos escritos; contos; literatura infantil.*

Poesia

A obra poética de Maria Amália Vaz de Carvalho está quási circunscrita ao já citado poema e a um volume de poesias, publicado nove anos depois, sob o título de «*Vozes do Ermo*».

Facilmente se reconhece que o poema foi concebido e composto sob a influência dos nossos maiores poetas ultra-românticos, mas que, se se ressente de todos os excessos que amesquinharam a escola literária em que se filia, se apresenta uma contextura ilógica e ingenuamente fantasista, se é prolixo e exuberante como um genuino produto da mocidade, guardou em si um segrêdo de graça e de delicadeza, que consiste talvez em ter conservado um intenso sabor ao seu tempo e viver cercado duma atmosfera evocativa tão intensa que nos leva a compreender a admiração que conseguiu provocar.

Para sempre ficou a perfumá-lo um puro aroma de infantilidade. Como brinquedo de rimas e de imagens, é engenhoso, quási modelar. Vale mais do que a grande maioria dos versos femininos da sua hora, porque foi censurado pelo gôsto exigente da sua autora.

Fruto do seu tempo, ha muito estaria esquecido e desfeito, se não houvesse caído sôbre o chão assombreado pela magnífica árvore que o gerou, árvore que se desdobrou em cem ramos gigantes, numa radiosa atitude de bondade e de beleza.

As «*Vozes do Ermo*» foram compostas já sob um diverso signo. O poder absoluto de Castilho começava a

ser discutido pela escola coimbrã, e o parnasianismo de Gonçalves Crespo vivia lado a lado com aquela primavera de mulher que fôra pupila literária de Tomaz Ribeiro; Junqueiro publicava os seus versos pródigos de sonoridade e de admiravel facilidade rímica.

A simpatia pelo poeta que a encantou e pelo autor da "*Morte de D. João*" ressalta de modo flagrante à primeira leitura das "*Vozes do Ermo*", onde há poesias que devem ter sido escritas no ano em que o volume gracioso das "*Miniaturas*" de Gonçalves Crespo foi surpreender a vibratilidade ainda meio adormecida de uma "creança de alma ardente, de sonhadora phantasia, de indomita imaginação, vizionaria juvenil", daquela que viria a receber, treze anos depois, o último suspiro dêsse poeta requintado, artista lavrante dum ouro puríssimo e maleavel. Como testemunho de fogosidade lírica, de correcção métrica e de expressão altamente melódica, as "*Vozes do Ermo*" valem mais, incontestavelmente, que o poema com que Maria Amália se estreou.

A riqueza do vocabulário, a lucidez da exposição e a eloqüência serena, que são atributos inerentes a tôdas as obras desta escritora, transparecem e impõem-se já nêste segundo e último livro de versos.

São, até certo ponto, tais qualidades que remotamente aparentam essa colecção de versos com a musa de Junqueiro, o qual, ao satirizar o postiço sentimentalismo dos líricos do tempo, ergue a sua voz límpida e cristalina para evocar a graça duma "sublime crença", "amazona gentil" que, expontaneamente, "sem fazer o mais pequeno esforço", monta, de manhã, o Pégaso selvagem...

Pelas "*Vozes do Ermo*", Maria Amália já se estremaria, por maior potência criadora, da debil geração intelectual feminina a que pertence. Mas essa fácil glória não

podia bastar-lhe. No seu coração nascera uma ambição mais pura e a vida encarregou-se de lhe mostrar outro caminho mais rude, caminho que as mulheres portuguesas ainda não tinham ousado trilhar e onde era preciso, para prosseguir, ir olhando o poente do Passado e nêle adivinhar a madrugada de Ámanhã, ir deitando à terra inculta das almas a semente do Bem, ir falando sempre e caminhando sempre, até cair, exausto, na derradeira encruzilhada.

Crítica literária e artística

Maria Amália reuniu, em muitos dos seus livros, os seus mais notáveis artigos de crítica literária, género que sempre cultivou e em que foi insigne mestra.

A sua crítica foi francamente impressionista e se nem sempre desprezou métodos rigoristas, se das teorias de Taine aproveitou o processo scientífico, herdou apenas do espírito límpido e da grandeza moral da escritora o poder de persuasão e a clarividência que a caracterizam, a autoridade que a valoriza.

Depois de ler e de escalpelizar as obras, sob todos os seus aspectos de significado estético e social, Maria Amália, para poder senti-las e convictamente poder defender e interpretar a intenção delas, integrava-se na alma dos autores, recorrendo aos mil tesouros de emoção e de apurada sensibilidade de que a sua própria alma era pródiga. Na sua receptividade, nunca embaciada por facciosismos de credos ou de escolas, mas escrava confessa de algumas predilecções, reuniam-se, numa síntese maravilhosa de compreensão e de simplicidade, todos os valores que a sua análise discriminara e a que havia a atender na classificação final da obra.

Por simpatia instintiva, a sua alma debruçou-se sôbre tudo o que restava dos grandes espíritos que nobilitaram o seu século e a sua pátria e procurou ser a intérprete generosa, junto do desconhecimento público, de tantos sonhos e ideais que nêles floriram.

Admirou o mais inteligentemente possivel, porque soube traduzir, em palavras transparentes e acessiveis,

tôdas as razões por que admirava. Fazendo crítica de autores contemporâneos, focou as obras e as personalidades de alguns dos seus melhores amigos, que foram, nas letras e na sciência, os grandes homens do seu tempo, conseguindo, com um poder de visão onde ha qualquer cousa de miraculoso, descobrir nelas o seu valor eterno, o seu papel representativo dentro do significado civilizador da Literatura. Foi mais longe: achou o elo entre as obras e as personalidades, estudando e observando estas de perto, para nelas escolher não só os caracteres que tiveram reflexo na respectiva criação estética, mas tambem os que, podendo aureolar o escritor duma determinada superioridade moral, tinham o condão de acrescentar beleza a muitos obscurecidos perfis de «imortais» que o grande público mal divisava.

A nossa história literária dos últimos cincoenta anos não pode ser conscientemente escrita sem um convívio demorado com as páginas onde Maria Amália esboçou as linhas dominantes dêsses perfis, quando falou da prosa saudável de Ramalho e da expressão scintilante que nasceu só para a pena de Eça de Queiroz, quando evocou a alma diáfana de Gonçalves Crespo e os paineis históricos de Oliveira Martins, quando discutiu o trágico problema de Antero e a agonia irónica de Camilo, quando admirou a figura insinuante de António Cândido e a sua palavra de épica ressonância.

Apezar duma maneira muito pessoal de fazer crítica, Maria Amália não foi vencida, nêsse dificil campo da sua actividade, por nenhum escritor do seu tempo, e apenas Fialho de Almeida, Silva Pinto e António Pedro Lopes de Mendonça igualaram, na sinceridade bem intencionada e nunca na serena fidalguia de expressão, as suas páginas, virgens de exagêros e de entusiasmo postiço,

onde se foi tão longe quanto possivel na interpretação psicológica e no apontamento impressionista.

Foi em 1877 que Maria Amália publicou em volume, nos "*Serões do Campo*", os seus primeiros estudos de crítica literária, discreteando sôbre as vidas e as obras de duas escritoras francesas — M.^me^ de Sevigné e Georges Sand—, e sôbre a personalidade literária de Castilho, que justamente considera como um lapidário dos diamantes que outros descobriam, e cujo papel de mentor da intelectualidade do seu tempo não deixa de lhe merecer um comentário judicioso.

O artigo sôbre a morte de Georges Sand é o primeiro duma série de estudos que a personalidade dessa escritora lhe sugeriu e que se encontram incluidos nos livros que intitulou "*Alguns homens do meu tempo*", "*Figuras de Hoje e de Hontem*" e "*Ao correr do tempo*". De M.^me^ de Sevigné tambem torna a ocupar-se em algumas páginas da obra "*Pelo Mundo Fóra*", quando regista as impressões duma visita ao Museu Carnavalet, instalado no palácio que pertenceu à célebre epistológrafa.

No volume "*Arabescos*" (1880) ha, entre outros capítulos, três consagrados a estudos crítico-literários:—"Miguel Angelo e Victoria Colonna", "Um episodio da vida de Goëthe", «Renan e a Academia Francesa». O primeiro é um pretexto para nos dar uma visão pessoal da época do Renascimento italiano, estudando a influência do meio sôbre o caracter do homem e a inspiração do artista que respeitosa e doridamente amou a erudita Marquesa de Pescara.

O episódio da vida de Goëthe qua interessou Maria Amália foi a paixão que o criador do «*Werther*» inspirou, já no ocaso da vida, à juvenil Bettina Brentano, a autora dumas «*Cartas a Goëthe*» que entusiasmaram não só a Alemanha como tôda a Europa.

O breve estudo sôbre Renan foi escrito a propósito do ingresso na Academia Francesa do autor da «*Vida de Jesus*», o qual mereceu a Maria Amália — não sob a sua feição de sábio hebraïzante e de erudito epigrafista, mas como historiador de intuição e potência evocativa raras —, dois belos trabalhos de análise psicológica e literária, incluidos nas obras que se intitulam «*Em Portugal e no Estrangeiro*» e «*Pelo Mundo Fóra*».

Na segunda parte do livro «*Contos e Phantasias*», saido a lume em 1880, no mesmo ano dos «*Arabescos*», Maria Amália reuniu uma opinião acêrca do romance «*Journal d'une Femme*» de Feuillet e curiosas sínteses críticas das obras de Balzac e de Zola.

No capítulo «Madame de Balzac» ocupa-se da complexa individualidade do autor de «*A Comédia Humana*», que sempre atraiu a sua mais demorada atenção, talvez mesmo pela série de causas, de dificil destrinça, que explicam a florescência exuberante do seu génio. Nas «*Cartas a Luiza*», Maria Amália explica um caracter dominante das heroinas de Balzac, que na sua qualidade de meros instrumentos de gôso para o homem moderno, ambicioso e egoista, são, em geral, mulheres corrompidas, fracas ou preversas. Na obra «*Em Portugal e no Estrangeiro*», dedica um longo comentário a uma obra francesa intitulada «*As Amigas de Balzac*», evocando tôdas as inspiradoras do romancista, desde sua

irmã Laura a Georges Sand, à Duqueza de Castries e à aristocrata russa M.^me^ Hanscka, que veio a ser M.^me^ de Balzac, graças a um casamento que a morte interrompeu, depois duns seis mezes bonançosos, único prémio dum amor que durara anos. Nas *«Figuras de Hoje e de Hontem»* veem umas breves considerações sugeridas pelo centenário de Balzac; no livro que intitulou *«No Meu Cantinho...»* encontra-se uma crítica à famosa obra de Brunnetière sôbre *«Honoré de Balzac»*, e a transcrição duma longa carta que Maria Amália diz ser escrita por uma desconhecida sua amiga, que pretende dar-lhe conta da influência que o romancista francês teve sôbre a formação do mundo de imagens, sensações e sonhos que cercou a mocidade triste duma rapariga que vivia «intelectualmente só, no palacio deserto de uma deserta quinta».

«Nos *Contos e Fhantasias*» se inclue tambem o capítulo sôbre as *«Filhas de Víctor Hugo»*, as filhas do génio que as criou, as figuras feminis que ilustram com seus perfis ardentes ou angélicos, mas sempre vagos e irreais, as obras de teatro e os romances do maior romântico.

Duas das *«Cartas a Luiza»* (1886) versam problemas morais que se relacionam com aspectos da Literatura. Numa, censuram-se os excessos do naturalismo à Zola e à Flaubert, criador dum tipo de mulher que, sendo pouco para imitar, teve nefasta e dilatada influência. Noutra, verberam-se «os reabilitadores literários» do género de Dumas e Sardou, que exploraram o tema do perdão merecido — ou imerecido! — por tôdas as Madalenas arrependidas...

Em «*Alguns homens do meu tempo*» (1889) estão arquivadas algumas páginas de crítica contemporânea de autores, que bastariam para apontar Maria Amália como o mais subtil psicólogo da nossa literatura moderna. Na primeira parte da obra estão reunidos estudos sôbre Gonçalves Crespo, Ramalho e Eça, Antero de Quental, António Cândido e Teixeira de Queiroz. A segunda parte é constituida por um rápido esboço da obra dos irmãos Goncourt, além de dois capítulos a que já fiz referência.

Maria Amália ocupou-se ainda de Antero num longo estudo incluído na obra «*Pelo Mundo Fóra*». A Eça dedica as melhores páginas dos livros «*Figuras de Hoje e de Hontem*» e «*No Meu Cantinho...*».

As «*Chronicas de Valentina*» (1890) ocupam-se quási exclusivamente de crítica literária e abrem com algumas páginas inspiradas, onde é mais uma vez escalpelizado, a propósito do livro de Luciano Cordeiro, o drama sentimental de Sóror Mariana, posto em paralelo com o de M.^lle^ de Lespinasse. Este valioso estudo de literatura comparativa é completado por outro sôbre o mesmo assunto, que faz parte do volume «*No Meu Cantinho...*»

Segue-se a história, em linhas rápidas, da evolução literária de Daudet, estacionária nêsse panfleto contra a Academia que é o romance «*Immortel*», e assombrosa de seiva emotiva no sentimental quadro de costumes que é «*Le Petit Chose*».

O moderno romance russo, atravez dos seus maiores representantes — Tolstoï e Dostoievsky — dá-lhe assunto para duas crónicas, assim como a referência a um romance de George Eliot, escritora inglesa de benéfica influência social, lhe dá ensejo para expor algumas idéas justas sôbre a funcção moralizadora da Literatura.

Depois de rápidas linhas evocativas da figura enternecedora de Jane Carlyle, esposa do grande escritor inglês, dedica algumas páginas à obra prima de Loti, *"O Pescador da Islândia"*, que ela traduziu carinhosamente.

Recorda, em seguida, a individualidade de Henri Martin, o historiador celtomano, e a sua estada em Portugal, por ocasião do congresso antropológico.

"Francillon", uma comédia de Dumas que ainda hoje tem actualidade, provoca um extenso comentário sôbre a Literatura do Amor, isto é, sôbre a literatura considerada como espelho onde se reflectem, deturpadas pela moda literária, tôdas as eternas scenas de violência e de ternura que o Amor sabe delinear.

Ñum só artigo, comenta, com ironia triste, três acontecimentos parisienses que tiveram repercussão mundial: a morte do espiritualista Caro, um repelente processo criminal e a publicação das cartas de amor de Gustavo Flaubert, cartas que são levemente cómicas por retratarem a repugnância burguesa do autor de *"M.me Bovary"* pelas complicações sentimentais.

Numa crónica, que impropriamente se intitula *"A Imprensa para o Sr. de Bismark"*, traça o perfil crítico dos maiores jornalistas franceses da época: Fouquier, Lemaitre, Rochefort e Anatole France. Anatole foi autor da sua predilecção, testemunhada nos comentários a duas das melhores obras dêle—*"Thaïs"* e *"Barba Azul"*—que respectivamente incluiu nos livros *"Pelo Mundo Fóra"* e *"Impressões de História"*.

Alexandre Herculano — não o historiador genial nem o poeta enfático, mas o homem de rija têmpera moral que foi severo juíz de si próprio, que preferiu a obscuridade à transigência e acreditou inabalavelmente em si e

na verdade dos credos que professou—, inspira-lhe algumas páginas de enlevada admiração.

O comentário a um relatório de Pinheiro Chagas acêrca da atribuição dum prémio de literatura concedido pela Academia das Sciências, é uma página de subtil ironia, onde Maria Amália frisa, com intencional estranheza, a liberalidade com que o historiador popular apreciou uma obra poética que não merecia tanto entusiasmo, e a reserva com que, depois, se referiu àquela para que pediu o prémio e que era um drama histórico do sr. Lopes de Mendonça. Dezasseis anos depois, a mesma pena comentava, em artigo que faz parte da obra «*Ao correr do tempo*», uma outra sessão da Academia, onde o sr. Lopes de Mendonça fez o elogio de Pinheiro Chagas, então falecido.

Falando de dois volumes de Bardoux que focam as personalidades de Paulina de Beaumont e da Marquesa de Custine, ambas sobreviventes à guilhotina revolucionária, ambas apaixonadas por Chateaubriand, refere-se, em rápido apontamento, à feição moral do autor de «*René*», que foi, mais tarde, objecto dum seu demorado e admiravel estudo crítico, publicado em «*Coisas de Agora*».

Nêsse estudo, Maria Amália, já em plena maturação das suas raras faculdades críticas, analisa a alma e a obra dêsse escritor que foi soldado e homem de Estado, que soube exprimir como ninguem o tédio de viver, que foi orgulhoso até na morte e que gozou e padeceu no scenário em que se movimentam os protagonistas das suas obras.

A última crónica de Valentina é uma alusão apressada ao romance «*Le Rêve*» de Zola, autor que foi objecto dum seu magistral estudo incluido no volume «*Cerebros e Corações*».

No livro *«Pelo Mundo Fóra»* (1896), coligiu Maria Amália algumas impressões de crítica artística e literária, sendo notável, nesta última especialidade, o perfil de Oliveira Martins, com a análise do seu feitio literário e de tôdas as influências atávicas que nas suas obras se revelam.

Sob o nome de *«Em Portugal e no Estrangeiro — ensaios críticos —»* (1899) publicou uma série de crónicas retratando individualidades portuguesas e estrangeiras, que se celebrizaram nas letras e na sciência, páginas tão ricas de expressão feliz e facil como de assombrosa justiça de conceitos e de valiosa mas discreta amostra de conhecimentos.

Dessa colectânea faz parte um rápido estudo sôbre a a obra de João de Deus, indicando-se o justo lugar onde, perante a crítica, deve colocar-se o fecundo lírico que foi para o «Panteon» dos Jerónimos, apesar de ter sido um poeta do povo, «flor silvestre cujo corpo descansaria bem na terra dum jardim».

Dão-lhe assunto para três crónicas de superior interêsse, a obra e a vida de Ana Plácido e de Camilo, apreciando, sobretudo, como pródigo benemérito da lingua, o romancista, de quem volta a ocupar-se no livro *«Cerebros e Corações»* — a propósito da edição popular das suas obras — e em *«Ao Correr do Tempo»*, aludindo a uma auto-biografia do escritor, extraida dos seus romances.

Uma obra dramática de Sousa Monteiro — O *«Auto dos Esquecidos»* — premiada num concurso literário, proporciona-lhe uma inteligente avaliação do alto mérito dêste escritor que tão depressa esqueceu.

Algumas páginas adiante, preocupa-se com a psicolo-

gia e o papel literário e político de Benjamim Constant, o apaixonado de M.^{me} de Stäel, caracter de dúbia estrutura moral cuja análise a vendeu por mais duma vez e sempre que focou a estranha individualidade da filha de Necker.

Volvidas mais umas páginas, a simpatia crítica de Maria Amália é atraída para a figura delicada de M.^{me} de Lafayette, a doce amorosa de Larochefoucauld, grande amiga de Henriqueta de Inglaterra, que, nos saraus régios, foi dama de preciosa futilidade, e, no gabinete de trabalho, foi a criadora do romance psicológico.

O volume fecha com um longo estudo que é não só a síntese admirável do sentido oculto das obras de Ibsen, principalmente dos seus poemas filosóficos — *"Brant"* e *"Peer Gint"* — como tambem pode servir de excelente guia a quem pretenda, sem uma preparação especial, compreender o espírito de intransigente pessimismo que domina tôda a obra dramática do ilustre norueguês.

Nas *"Figuras de Hoje e de Hontem"* (1902), Maria Amália evoca, além de personalidades já consideradas em outras obras a que aludi, as figuras de Tomaz Ribeiro, o nosso mais popular bardo romântico, de António Enes, nome que é um glorioso marco miliário na história do jornalismo português, do culto jornalista brazileiro Eduardo Prado, seu guia na visita a París e grande amigo da escritora, que pranteou a sua morte com enternecida saudade.

Alguns acontecimentos que se prendem com a biografia de eminentes figuras da literatura mundial preenchem quási toda a segunda parte desta obra que é das mais enriquecidas por verdadeiros modêlos de crítica serena

e cheia de ensinamentos. Entre os melhores estudos, destacam-se os que se referem à excomunhão de Tolstoi, à vida de Matilde Serao, escritora napolitana, de Carlota Bronte — suave figura de intelectual que viveu os dramas das suas heroinas resignadas, e, finalmente, ao «*Cyrano*» de Rostand.

No livro «*Cérebros e Corações*» (1903) estão compiladas, entre artigos de diversa índole, algumas críticas a obras que iam sendo publicadas em Portugal e no estrangeiro, enriquecendo Maria Amália a sua galeria de perfis de intelectuais com as crónicas sôbre o filólogo Gaston Paris, a sábia Clemence Royer, o erudito Conde de Ficalho, o poeta brasileiro Magalhães de Azeredo e o sr. António Corrêa de Oliveira.

O problema do divórcio e o notável papel das mulheres na moderna literatura francesa, dão assunto para os restantes artigos, que contam entre os melhores da sua obra crítica.

No volume "*Ao Correr do Tempo*" (1906) destacam-se, além de estudos já citados, as páginas que tratam da poetisa francesa Condessa de Ñoailles, cujo sincero panteísmo fez vibrar a admiração da nossa escritora; o estudo sôbre André Chénier e Aimée de Coigny, duqueza de Fleury, a curiosa figura de mulher associada ao nome do poeta decapitado e que, longe de ser a virgem martir criada pela nossa imaginação, ante as estrofes da «Jeune Captive», foi uma representante típica da sua época frívola em que a ânsia de viver era aumentada pelo quotidiano espectáculo da guilhotina faminta; sôbre a "*Ca-*

tedral» de Blasco Ibañez, obra então recentemente publicada e cujo valor Maria Amália sentiu a ponto de logo sugerir a sua tradução em português; sôbre a vida e a obra de Sainte-Beuve, por ela apontado como seu mentor espiritual, pondo de parte as imperfeições morais do homem para louvar o alcance da orientação crítica de que êle foi o iniciador.

Sob o título «D. Quixote (A colaboração de três séculos na obra de Cervantes)», enumera as diferentes interpretações do significado filosófico do herói cervantino, variáveis segundo o espírito das gerações que o admiraram e dos autores que o comentaram.

E' curioso o passo duma crítica, nesta obra incluida, sôbre o «*Paço de Cintra*» do Conde de Sabugosa, onde, em contraste com o justo elogio do artista da palavra que foi o autor dessa completa monografia, é feito o retrato do erudito de profissão, que era, «de todos os animais da creação», aquele que a alma de Maria Amália mais fundamentalmente evitava.

A falta de interêsse que tem despertado a criança como motivo literário sugere-lhe uma série de considerações criteriosas, em que aponta as literaturas saxónias, e mormente a inglesa, como as únicas que teem sabido explorar êsse filão, riquíssimo de emotividade.

Dois artigos de pura crítica literária — sôbre Gabriel d'Annunzio e sôbre Michelet — completam a feição que se vai estudando, dentro da obra «*Ao Correr do Tempo*».

O livro «*No Meu Cantinho...*» (1909) abre com duas crónicas que teem por tema as «cartas de amôr» e foram escritas a propósito da publicação dum romance de Teixeira de Queiroz e da segunda edição da obra de Lu-

ciano Cordeiro acêrca da freira de Beja. A «literatura epistolar» mereceu ainda a Maria Amália novas considerações, insertas no livro *Impressões de História*.

No mesmo volume, há copiosas crónicas, versando assuntos vários: a publicação dum romance de Hall Cain, autor de quem tambem se ocupa o livro «*Figuras de Hoje e de Hontem*»; o monumento erguido em Paris à memória de Alfredo de Musset, um dos poetas que mais encantaram a sua estudiosa mocidade; os modernos dramaturgos franceses; a vantagem moral e social de se traduzirem para português algumas obras primas da literatura inglesa, quási desconhecida do Brasil e de Portugal; o romantismo de Garrett, a propósito duma edição modêlo do poema «Camões»; a obra de três brasileiros ilustres — Coelho Neto, Olavo Bilac e Sylvio Romero; o centenário de Gil Vicente, pouco inteligentemente festejado em Lisboa, etc.

O livro «*Impressões de História*» (1910), apesar do seu título, inclue uma crítica altamente encomiástica do volume de versos «Alma Religiosa», do sr. António Corrêa de Oliveira, recomendado como merecedor da mais exaltada admiração. No mesmo livro, encontra-se uma referência á última obra de Joaquim Nabuco, o grande apóstolo anti-esclavista, que foi amigo particular da nossa escritora e de Gonçalves Crespo.

Em 1903, o «Boletim da Segunda Classe» da Academia das Sciências de Lisboa publicava um estudo de Maria Amália, intitulado «*A Marqueza de Alorna*» — *A sociedade e a literatura do seu tempo*», trabalho que, mais

tarde, em 1921, vem a constituir o volume *"Scenas do Século XVIII em Portugal»*. Trata-se da biografia incompleta de *"Alcipe»*, a que fiz, por vezes, referência, quando me ocupei desta poetisa. Será mais uma obra de historiografia ou de crítica social do que de crítica literária, mas é, sobretudo, um quadro fidelíssimo e empolgante do Portugal do século XVIII, quadro onde o vigor da pormenorização é justamente equilibrado pela amplidão da paisagem social nêle retratado e cujo môrno ambiente foi magistralmente sentido.

No último livro de Maria Amália, intitulado *"Coisas de Agora»*, estão incluídos uns breves estudos sôbre Lord Byron e Carlos Dickens e umas páginas belas acêrca dum livro de viagens de Miguel Unamuno — *«Por tierras de Portugal y España* — em que é admiravelmente pintado o caracter português, considerado através da melancolia do povo, do lirismo elegíaco dos poetas, da apatia resignada da gente dos campos e da tristeza irrequieta e ansiosa da gente das cidades.

*

* *

Maria Amália Vaz de Carvalho raramente fez «crítica de arte», no sentido mais restricto da expressão. No entanto, o seu bom gôsto inato e o seu alto sentido crítico não raro se conjugaram para emitir uma opinião, ante obras-primas de artistas nacionais e estrangeiros. E' muito notável o seu estudo de crítica artística e psicológica sôbre o caricaturista Bordalo Pinheiro, a quem estudou como intérprete quási genial do espírito dominante na sociedade do seu tempo e como um valioso auxiliar da História, no capítulo da crítica social.

A arte portuguesa primitiva tambem lhe sugeriu criteriosas observações provocadas pela publicação da tão discutida monografia do Dr. José de Figueiredo sôbre «O Pintor Nuno Gonçalves». O papel das chamadas «artes menores» durante o Renascimento italiano, quando não se havia estabelecido qualquer hierarquia nas artes, — quando uma joia de Cellini valia um quadro de Rafael —, tambem lhe mereceu um estudo criterioso, incluído no volume *«Coisas de Agora»*.

Demasiado artista para que uma grande manifestação de arte não fizesse vibrar a sua emoção, Maria Amália era, contudo, mais sensível à beleza do espírito que à beleza das cousas, e na sua crítica artística é visível a tendência romântica para não se demorar sôbre a realização plástica e antes procurar sempre descobrir o «quid» de sentimento e de emoção que nela se contem.

Crítica Histórica

Como historiógrafa, Maria Amália deixaria uma obra igualmente dispersa, se não tivesse levado a cabo a monumental monografia sôbre a vida e o papel político do 1.º Duque de Palmela.

Para assunto de muitas das suas crónicas e artigos jornalísticos escolheu as biografias de personagens que tiveram significado histórico ou foram tipos bem representativos de determinadas épocas.

E' vasta a sua galeria de figuras aureoladas pelo nimbo da glória ou dum nome epicamente altivo, e desde o primeiro ao último dos seus livros de prosa poucas vezes deixou de incluir ensáios de crítica histórica entre as suas páginas de educadora e entre crónicas literárias.

O seu «sentido histórico», a faculdade de conseguir uma nítida visão das eras remotas, podendo assim reproduzir-lhes o ambiente e as paixões, é talvez o mais apreciável entre todos os privilégios da sua forte intelectualidade. Talvez ainda mais auxiliada pelo seu temperamento de idealista, moldado pela impetuosa corrente do Romantismo, do que pela sua cultura, conseguiu adivinhar e reproduzir o espírito das épocas e dos personagens, sendo superior no poder de evocação, na habilidade de traduzir em palavras o eco extinto das grandes horas mortas. Foi um admirável «medium» entre os fantasmas da História e a emoção dos seus contemporâneos.

Nas *«Crónicas de Valentina»*, encontra-se um dos primeiros e melhores testemunhos do seu poder de evocação. A referência à princêsa Matilde, que teve

aberto o seu «salon» literário, em Paris, durante o segundo império, é um pretexto para pintar esta época e falar do simpático papel da princesa, como defensora dos escritores e sábios que contrariavam a política de Ñapoleão III. Volta a ocupar-se da mesma figura e da sua época, no volume «*Ao Correr do Tempo*».

Dois artigos das «*Cartas a uma Noiva*», referentes á publicação do livro «*Figures de femmes*» de Paul Deschanel, pódem agrupar-se tanto sob a designação de «crítica literária», como sob a de «crítica histórica ou social». Nêles se fala do espírito *voltaireano* de M.me Du Deffant; do sentimentalismo de M.me d'Epinay; do estranho puritanismo de M.me Necker, que recebeu, nos seus salões, os maiores scépticos e amorais da época; de M.me de Beaumont, poupada pela guilhotina e detentora duma «empreza» que é um verdadeiro retrato psicológico de quem foi tão frágil ante as embuscadas da Vida como stóica ante a sombra da Morte: — «*un soufle m'agite et rien ne m'ébranle*»; finalmente, de M.me Recamier, a «coquette» por excelência, que Maria Amália julga antipática, vista à luz da moral eterna.

Na obra «*Em Portugal e no Estrangeiro*», ao falar da Rainha Senhora D. Amélia e do sábio Doutcr Sousa Martins, traça magistralmente os perfís dêsses dois personagens enquadrados na história de Portugal e na história da civilisação. O aspecto anecdótico da vida de Sousa Martins é assunto duma das melhores crónicas do volume «*No Meu Cantinho* ...».

Ñas «*Figuras de Hoje e de Hontem*», evoca sentida-

mente a figura insinuante da Condessa da Ponte, tipo completo de aristocrata.

Ocupa-se da obra «*Estados Unidos*» de Oliveira Lima, discutindo problemas de história colonial com um profundo conhecimento de causa.

Um livro de Lord Rosebery — estranha figura de intelectual, que foi criador de cavalos, reitor duma Universidade e político liberal — sôbre *The last phase of Napoleon*, serve-lhe de pretexto para manifestar uma visão muito pessoal da obra e vida do grande imperador dos franceses. Num rápido estudo, defende — como na «*Vida do Duque de Palmela*» —, a opinião de que a influência da América na Espanha e em todo o restante mundo europeu tem sido incalculável.

Na obra «*Cérebros e Corações*» destacam-se, dentro da crítica política e histórica, os artigos sôbre «O Imperalismo» — em que se verbera a ânsia usurpadora das maiores potências modernas — e a magistral crónica acêrca de «O Messianismo em Portugal» — «O Maior Portugal», sincero hino de amor pátrio e de confiança no alto destino da raça, confiança que diminuiu, mais tarde, quando a doença e os desgostos encheram de scepticismo a sua alma, apesar de tudo saudável e menina, até aos humbrais da velhice.

Em «*Ao Correr do Tempo*», publica longos comentários a uma obra anónima sôbre a vida da Imperatriz Isabel da Austria, mulher de Francisco José, cuja história é um longo calvário —, e a um livro de Ernesto Daudet, intitulado «*Une vie d'ambassatrice au siècle dernier*». A

figura histórica de que se ocupa esta obra é a da Princesa de Lieven, embaixatriz da Rússia em Londres durante longos anos, que foi amada por Metternich e por Guizot, e exerceu uma acção política decisiva em certos momentos do século passado, marcantes na vida das maiores potências europêas.

Na mesma obra, salienta-se ainda um artigo estudando as personalidades de Eduardo VII e do Imperador Guilherme II, traçando dêste um retrato psicológico cuja falta de semelhança os factos se encarregaram de mostrar. «Eduardo VII, o Pacificador do Mundo», foi tambem objecto da sua atenção, num artigo incluido nas «*Impressões de História*».

Em «*No Meu Cantinho*...» sobressai, além dum breve perfil da Duquesa de Palmela, um estudo sugerido pela publicação dumas cartas de D. Pedro V, no qual é delineada a biografia do rei que foi pupilo de Herculano e cujo valor intelectual e moral é imparcialmente apreciado à luz duma análise liberta de sentimentalismos e firmada num profundo conhecimento do ambiente político e social onde floresceu a doce mocidade dêsse príncipe «esperançoso», o «desejado» da sua dinastia.

A morte de Leão XIII e a eleição do novo papa são o ponto de partida para dois artigos que constituem duas proficientes lições sôbre a história da Igreja.

A fúnebre existência da Imperatriz Frederico, filha da rainha Vitória de Inglaterra, é o assunto dum pequeno quadro histórico fortemente evocativo.

Num comentário à obra que Pierre Coulevain intitulou «*A Ilha Incognita*», Maria Amália insurge-se contra o perigoso desinterêsse manifestado pelos portugueses acêrca das cousas de Inglaterra.

A publicação de três volumes com cartas da Rainha Vitória mereceu a melhor curiosidade da historiadora, que, depois de definir nitidamente a «chamada era vitoriana», época de profunda e progressiva transformação social, segue, através das cartas da primeira imperatriz das Indias e dos seus correspondentes, a vida e a obra política da soberana, desde o tempo da sua desprotegida infância, até ao momento da subida ao trono, até à hora em que o seu amor pelo príncipe Alberto e os bons conselhos dêste a transformaram numa grande rainha, liberta de gastos preconceitos, senhora de tôda a meada diplomática, apta para resolver superiormente e para escolher o caminho mais certo e oportuno.

As «*Impressões de História*», começam por uma série de sínteses evocativas da fisionomia política e social de extensos períodos históricos, vincando os acontecimentos mais notáveis de que êles foram teatro, desde os fins da Idade Média até ao nosso tempo, passando pela época áurea da hegemonia ibérica, pelo movimento da Reforma, pela revolução inglesa, pelo apogeu da monarquia absoluta em França, pelo movimento filosófico do século XVIII e sua repercussão em Portugal.

Na segunda parte da obra, destacam-se o comentário ao livro que Lúcio de Azevedo escreveu sôbre «*O Marquez de Pombal e a sua época*», — as «Palavras ao Brasil» em que, a propósito da morte do presidente Afonso Pena, Maria Amália se confessa «quási brasileira» — ; a série de estudos sôbre políticos ingleses e sôbre a civilisação brasileira — ; e, finalmente, um artigo crítico da obra «*D. João VI no Brazil*», do historiador Oliveira Lima.

No livro *«Coisas de Agora»* veem incluídas as páginas onde retrata a nobre figura de mulher e de soberana que foi a Senhora D. Maria Pia de Saboya, rainha de Portugal —, páginas que não devem passar despercebidas a quem procure compreender como subiu alto o poder de emoção com que suavizou, tantas vezes, as linhas certas e eloqüentes dos seus perfis históricos. No mesmo livro, recorda sentidamente o Barão do Rio Branco, bela individualidade de estadista, com quem conviveu durante a sua estada em Paris, no tempo em que nem a historiadora nem o político brasileiro eram célebres.

A *«Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein»* é geralmente considerada, com razão, como a obra-prima de Maria Amália Vaz de Carvalho. Constituída por três grossos volumes, onde se segue, passo a passo, a vida dum homem que desempenhou um papel importantíssimo em todos os grandes acontecimentos políticos que assinalaram, entre nós, a primeira metade do século passado, essa obra é, por diversos motivos, notável e digna do maior louvor. Pela documentação inédita em que se baseia, recolhida no arquivo da casa Palmela, constitui um depoimento valiosíssimo para aclarar a quadra histórica de muito confuso ambiente em que decorreu a existência de D. Pedro de Sousa. Pela serena e pura beleza literária das suas páginas, pela agudeza de raciocínio de que é testemunho, representa um alto título de glória para o nome que a firmou.

Pelo poder de atrair a simpatia do leitor para o seu biografado, pela sinceridade com que lhe exalta a obra e o caracter, pelo desprendimento de complexos e especiais processos de crítica, pela manifestação de raríssimas e inatas qualidades de intuição e sentido histórico, Maria Amália deixou, na sua maior obra, a mais vigorosa

expressão da sua potência intelectual. Nenhum dos mais eminentes historiadores modernos, desde Macauley, Mommsen e Carlyle, a Guizot, a Taine e a Herculano, deixaria de se honrar com a autoria dêsse magistral estudo, obra duma mulher que, sendo leitora atenta dêsses grandes autores, não teve, como êles, preocupações de adquirir profunda erudição nem de comprimir, dentro de apertadas teorias e métodos de investigação e análise, a sua exuberante emotividade.

Ao ler essa extensa monografia, sente-se que Maria Amália, depois de porventura vencer algum natural receio ante a dificuldade da empreza, se lançou de alma e coração ao trabalho, transplantando-se para a época e para o meio onde o seu heroi agiu, apaixonando-se, com êle, pelo mesmo ideal político, familiarizando-se com os estadistas e diplomatas que foram íntimos amigos de D. Pedro, compreendendo o interêsse vagamente amoroso que êle sentiu pela Staël, sofrendo as humilhações que a política lhe inflingiu, penando os desgostos que a sorte distribuiu ao seu herói.

Dentro do campo político da época que retratou, Maria Amália militou no partido «palmelista» e defendeu com a sua palavra, esculpida com infinita delicadeza num metal de tão doce maleabilidade, aquele que foi o chefe da mais equilibrada facção liberal, aquele de cujo nascimento e agitada existência ela se julgaria quási testemunha de vista, graças à sua imaginação de rara potência evocativa.

Ao iniciar a biografia de D. Pedro, a autora, confessando-se, mais uma vez, discípula de Taine, estuda os antecedentes atávicos e as condições de «meio», de «raça» e de «momento», que poderiam, *a priori*, indicar no futuro estadista um homem de carac-

ter resoluto, um liberal moderado e um verdadeiro diplomata.

Desde que D. Pedro nasce, em Turim, no castelo de Sanfré, até morrer, em Lisboa, no ano de 1852, a sua biógrafa ilustre não o abandona nem por um momento. Sob a curiosidade da sua pena pouco apressada, passam as movimentadas horas da infância de D. Pedro, desde o instante em que, aos onze anos de idade, se viu, perante o cadaver da mãe, com três irmãs pequeninas, numa cidade desconhecida, até ao momento em que, depois de vaguear pela Europa, perseguido pelo tufão revolucionário da França, chega enfim á terra pátria, que pisa pela primeira vez com catorze anos feitos, já com idade suficiente para medir o abismo de contrastes entre os grandes centros intelectuais, onde até então vivera, e a Lisboa do século XVIII, cidade semi--bárbara, inculta e licenciosa. Estudando os preparativos da Universidade com um frade oratoriano, convivendo com a boémia literária da época, sorrindo com as quintilhas de Tolentino, bocejando com as odes de Alcipe, tomando parte, como oficial de cavalaria, em inglórias expedições militares, D. Pedro vive, então, em Portugal, os únicos anos desinteressantes de tôda a sua existência.

Acompanhando, como conselheiro de embaixada, seu pai, nomeado nosso representante em Roma, volta a Itália, e é aí que a ilustre biógrafa surpreende as suas primeiras aventuras galantes, o primeiro triunfo duma inata graça pessoal, êsse indiscreto segrêdo da sua arte de vencer. A chegada a Roma da baroneza de Staël, que arrasta, atraz de si, um mundo de satélites, e vem sedenta de amor e de galanteios, o seu «*flirt*» com D. Pedro — que deu origem ao mais belo livro da grande precursora romântica —, a identificação do diplomata português com

«Oswald, Lord Nelvil», principal personagem masculino do romance «*Corina*», são motivos superiormente aproveitados por Maria Amália para, através dêles, nos familiarizar com o seu heroi e nos levar a admiti-lo, tal como êle foi, a amá-lo, a perdoar-lhe as leves fraquezas que, longe de lhe diminuirem a inteireza de caracter, emprestam humanidade e espiritualidade ao seu perfil sereno de homem de salões e de chancelarias, acordando um sorriso de mocidade na frieza dêsses olhos verdes que se habituaram, de tão cêdo, a passear pelo mundo a sua lealdade fidalga, e a prever todos os desaires que haviam de amesquinhar a pátria.

Depois das horas dos amores e do convívio com estadistas e sábios, a odisseia duma viagem de Roma para Lisboa, em tempo de guerra, com uma paragem de dois meses em Coppet, em casa da Staël — onde D. Pedro representa uma tragédia de Racine —, com sete meses de Paris e dois minutos de conversa com Napoleão, com alguns dias na côrte de Madrid e um encontro com o Príncipe da Paz, que causou ao futuro diplomata uma desagradável impressão.

A estada de D. Pedro em Portugal, nas vésperas da ocupação francesa e durante esta, permitem à sua biógrafa discretear sôbre um dos mais emaranhados momentos da nossa história. Não esquecendo o papel brilhante que D. Pedro desempenhou, como ajudante general dum pequeno corpo de tropas e como intérprete, junto de Wellington, durante a invasão de Soult, Maria Amália acompanha-o até à sua entrada em Sevilha, onde estava a junta central que então governava a Espanha e para onde êle foi como ministro, com demora de alguns anos. Para Espanha, leva a sua juvenil esposa, D. Eugénia Xavier Teles da Gama, vinte anos mais nova do que êle, e

aí acaricia o seu primeiro grande sonho de grande diplomata: conseguir a restituição de Olivença e o reconhecimento de D. Carlota Joaquina como sucessora da coroa espanhola e regente durante a ausência de seu irmão, Fernando VII. Apesar de criticar alguns romanescos projectos que D. Pedro acalenta, Maria Amália tem aqui o primeiro ensejo de fazer sobressair o talento diplomático do seu biografado e de o apresentar como em última análise o considera, como um político nem conservador nem radical, amigo do progresso gradual e das transformações pacíficas.

Quando a Península respirou, liberta do pesadelo francês, D. Pedro é nomeado ministro em Londres, onde estuda a fundo a política europêa e sente bem a incompatibilidade entre a Espanha liberal donde vinha e a Inglaterra dessa hora de reacção anti-napoleónica, cada vez mais aferrada às suas tradições, reservada, hostil a inovações, como uma senhora de idade que vive bem sòsinha e não gosta de ver entrar, pela porta dentro, qualquer sôpro de mocidade.

A acção notável de D. Pedro, durante o congresso da Paz, e a energia serena com que conseguiu evitar humilhações ao seu país e obter certas compensações materiais e morais, acrescentam algumas páginas elogiosas à biografia do Duque de Palmela, páginas infelizmente precedidas de perto por aquelas outras, únicas, em que êle, fidalgo de sangue e de alma, nos aparece um pouco diminuído, a instar pela demora na abolição do tráfico dos escravos, abolição que considera como «a ruina do Brasil». As razões de Estado sufocavam a voz do coração, aos ouvidos dêsse estadista inato, que, como a sua panegirista confessa, não quís nunca trocar o tumulto das intrigas políticas pela calma vida familiar.

D. Pedro figura, como representante de Portugal, no Congresso de Viena, lado a lado com Talleyrand e Metternich, com imperadores e reis; a crítica à sua acção é feita benignamente por Maria Amália que, para explicar a improficuidade do seu papel, faz o seguinte comentário, inaceitável por contradizer o que ela própria escreveu, ao aludir à perda de Olivença, «essa chaga sempre aberta do patriotismo português»: "Directamente, nós não tinhamos ali grandes interesses a salvaguardar nem fomos lesados em pretensão alguma que no Congresso esperassemos ver resolvida".

Nomeado embaixador em Londres, onde já era ministro, D. Pedro demora-se aí alguns anos, visitando freqùentemente Paris e tardando a ir exercer, de facto, no Rio de Janeiro, as suas funções de ministro dos negócios estrangeiros, lugar para que fora nomeado por D. João VI, três anos antes. Foi durante as suas estadas em Paris que escreveu a sua mulher algumas cartas onde se descobre o aspecto mais afectivo do seu coração, tantas vezes apodado de scéptico e frio. Em Lisboa, de passagem para o Brasil, D. Pedro assiste aos inícios da revolução liberal e, depois de ver regeitada a sua proposta para serem as côrtes convocadas pelo Rei, à maneira antiga, decide-se a partir para o Rio de Janeiro, com o intúito de convencer o soberano a vir pôr-se à frente do movimento constitucional, o que seria a única certeza de salvação do trono.

Pode dizer-se que só nêste momento começa a vida exclusivamente política do 1.º Duque de Palmela, vida de tão exuberante agitação, tão cortada de desgostos e de preocupações de tôda a espécie, tão intimamente ligada aos mais complexos problemas da história do liberalismo português, que, para a seguir passo a passo, Maria Amá-

lia foi levada a escrever três laboriosos volumes de centenas de páginas.

E' desinteressante resumir o conteúdo dêsses volumes e bastará salientar que algumas das páginas mais notáveis do primeiro são: aquelas onde consegue definir, apresentando provas inegáveis e lúcidas deduções, o lugar certo que, dentro do turvo quadro político, ocupou Palmela, — mal visto pelos absolutistas, por ser um homem moderno e tolerante, — acusado ferozmente pelos liberais, que desejavam ver completamente realizado o sonho revolucionário, de cujos exagêros de radicalismo, Palmela discordava; as páginas onde é traçado o perfil de D. Miguel — caracter de extrêma plasticidade — péssimo entre os maus, bom entre os bons, perfil completado pelas passagens do segundo volume onde se descrevem as modificações para melhor que o Infante sofreu, depois do primeiro exílio em Viena; aquelas onde historía aspectos pavorosos da sociedade portuguesa, depois da primeira reacção anti-liberal; as que explicam inteligentemente a filiação dos acontecimentos portugueses, indo procurar a génese e razão do revigoramento da idéa liberal ao tempo da Reforma, na Inglaterra, e ao sentimento de consciência do próprio valor que os povos tiveram, ao sacudir a garra napoleónica.

Nêste primeiro volume, encontra-se claramente expressa uma opinião de Maria Amália, que tem apenas o interêsse de servir como elemento elucidativo das tendências políticas da historiadora, tendências que um moderno publicista, o snr. António Ferrão, recentemente estudou[144].

No segundo volume, salienta-se o primeiro capítulo, onde é delineada, a vigorosos traços, a paisagem social e política da Europa, na época em que Palmela foi no-

meado, pela segunda vez, embaixador em Londres [135]. Destacam-se também as páginas em que é interpretada a discutida atitude do infante D. Miguel, quando se recusou a cumprir a sua jura de acatamento à carta outorgada, dizendo Maria Amália que êle não jurou por estar coacto — como afirmam os seus amigos —, nem foi um simples traidor — como opinam os seus inimigos: com talvez excessiva boa fé, julga que o Infante veiu para Portugal, cheio das melhores intenções de respeitar a sua palavra, mas que tão sensato projecto foi contrariado pela inevitável intervenção da camarilha cortezã. São ainda notáveis os passos onde se descreve a situação angustiosa de Palmela, quando enviou ao govêrno do rei absoluto a sua demissão de embaixador, e quando, impelido pelas circunstâncias, se viu arvorado em chefe da emigração portuguesa, presidindo ao destino dum núcleo de homens bravos e cultos, distintos pela sua resistência perante os maiores revezes, pela firmeza da sua fé, pela abnegação —, grupo de patriotas a que Portugal deveu a sua redenção política e ao qual pertenceram Garrett, Herculano e Mousinho da Silveira.

Seria impossivel fazer referência a tôdas as páginas cheias de interêsse ainda vibrante, que constituem os capítulos do segundo volume, romance sempre tumultuoso e verdadeiro, por vezes tão doloroso, decalcado sôbre a vida de Palmela, desde a scena decisiva e teatral que representa os emigrados, em Londres, a beijarem a mão infantil da sua rainha, sentada sôbre um trono emprestado, até à manhã áurea de 24 de Julho de 1833, quando D. Pedro, lugar-tenente do Imperador, entrou em Lisboa, lado a lado com o Duque da Terceira, depois do avanço triunfal dos exércitos liberais, desde terras do Algarve. Trágicas e sublimes de abnegação, perpas-

sam as grandes horas dessa vida rubra: a fuga para os Açores, perseguido pelos crèdores da Rainha de Portugal, os alucinados sete meses da Terceira, o encontro — em Paris — com o Imperador, a doença e morte do filho primogénito.

O terceiro volume poderia ter por título a epígrafe do seu primeiro capítulo — «O acordar de um sonho» —, porque é nêle que se assiste ao despertar imerecidamente sombrio dessa lúgubre noite duma dezena de anos em que Palmela sofreu e combateu por uma causa cuja vitória lhe trouxe a compreensão de que, dentro do seu papel moderador, êle iria ocupar apenas um lugar secundário na scena política, onde se debatiam duas facções extremistas: a de Costa Cabral, o absolutismo disfarçado sob fórmulas liberais —, e a de Passos Manuel, a democracia mais pura, prestes a esfarrapar os princípios monárquicos.

Os vinte últimos anos da vida de Palmela, vividos à margem ou na intimidade de graves acontecimentos políticos — como a revolução de Setembro, a revolta dos marechais, a tirania de Costa Cabral, o grito plebeu da Maria da Fonte, a insurreição da patuleia —, preenchem bem o último volume, quadro eloqùente, elegia grave duma época turva e triste, em que a agitação do exército e o mau humor do povo eram o pão nosso de cada dia, e em que o ânimo intrépido duma simples mulher salvou uma dinastia e foi a única flâmula sempre adorada e imaculada, que sobrenadou nêsse imenso oceano de desordem.

Quem apreender o significado de repercussão europeia reflectido no conturbado período da nossa história a que chamamos «constitucional»; quem já houver sentido a dificuldade de desemmaranhar a apertada teia de mil nós

que simboliza a marcha do liberalismo em Portugal; quem recordar como as personalidades marcantes nêsse movimento são das mais dignas de estudo — ou pela sua elevada mentalidade, ou pela audácia e intrepidez, ou apenas pela sua estranha psicologia — ; quem, numa palavra, tiver pesado bem a árdua tarefa tão gloriosamente realizada por uma frágil mão de mulher, não deixará de admirar convictamente o valioso monumento historiográfico que é a «*Vida do Duque de Palmela*», pondo de parte quaisquer restrições que a tal admiração possam ser opostas pela certeza de que essa obra não deve ser considerada como exaustiva, nem se recomenda como um modêlo de aparatosa erudição.

Problemas educativos e crítica social

Maria Amália foi uma educadora, no sentido mais elevado da palavra. Não foi a doutrinária apóstola de métodos ou de seitas pedagógicas; olhou, frente a frente, não só todos os males sociais como todos os vícios de educação, e, justamente confiada no seu bom senso, procurou estudar-lhes as causas e alvitrar os possíveis meios de cura. O seu ideal ético não tem qualquer cunho de originalidade; foi o que mais trivialmente ocorreu a todos os moralistas bem intencionados. Mas sente-se que êsse ideal teve a ingénua e tocante vaidade de se julgar erguido por si próprio, à custa de muita reflexão e de porfiada análise. E o que melhor distingue a serena eloqüência de Maria Amália - educadora, da banalidade de muitos conceituosos e doutorais moralistas, é precisamente êsse subtil cunho de convicção e de saudável confiança no próprio juízo, que anima as páginas calmas onde pôs a sua alma a ditar conselhos e a apontar exemplos.

A' excepção das obras intituladas «*Arabescos*», «*Contos e Phantasias*», «*Vida do Duque de Palmela*» e «*Duqueza de Palmela* (*in memoriam*)», em tôda a vasta bibliografia firmada pelo nome de Maria Amália Vaz de Carvalho, se inclui, mais ou menos, qualquer intúito educativo ou de crítica social.

Algumas obras tratam mesmo exclusivamente de assuntos de sociologia ou de educação, como sejam as

que se intitulam «*Mulheres e Creanças*», «*Cartas a Luiza*», «*Cartas a uma noiva*» e «*As nossas Filhas (cartas às mães)*». Nêstes volumes, encaram-se quási todos os problemas interessando à educação das raparigas, problemas que, se hoje não são estudados com a merecida assiduidade, pouco ou nada detinham, há alguns anos, a atenção dos pensadores. Maria Amália, educadora por instinto, sentiu essa grave deficiência social, que, entre nós, tinha profundas raizes, e não hesitou em pôr a sua palavra persuasiva ao serviço duma causa tão eminentemente justa.

No livro «*Mulheres e Creanças (notas sobre educação)*, encara, sob todos os prismas, o perfil da mulher na sociedade moderna, antevendo as responsabilidades em que ela pode incorrer, se a sua educação não seguir diverso rumo, elevando-a a um superior nível mental e compenetrando-a da grandeza da sua missão.

Pelo simples facto de ter composto um tipo ideal de mulher socialmente útil e moralmente perfeita, Maria Amália viu-se forçada a atacar com implacável energia todos os falsos princípios em que se baseava a educação da «menina prendada» do seu tempo, atribuindo a êsses princípios a responsabilidade de muitas misérias domésticas.

Pelos conselhos e indicações que preenchem a última parte da obra, mostra-se ainda uma profunda observadora da psicologia infantil e indica minuciosamente todos os cuidados que, sôbre alimentação, vestuário, higiene e educação física da criança, as mães devem ter sempre presentes.

Nas "*Cartas a Luísa* (*Moral, Educação e Costumes*)", apresenta e defende as suas idéas sôbre os direitos da mulher, que não aceita como política ou sábia, mas a quem pretende incutir o dever de agir com consciência e de se aperfeiçoar, moral e intelectualmente, para poder erguer mais alto o último ideal de Beleza e de Bondade, para tirar maior rendimento das suas múltiplas possibilidades.

Mais adiante, prova a confrangedora incompatibilidade entre o velho ideal feminino e as sociedades modernas.

Comentando a criação dos liceus femininos franceses, entusiasma-se com essa vitória do espírito novo sôbre a rotina, fazendo votos por que Portugal imite o exemplo da França, chamando também a si o direito de conceder á mulher a "carta de alforria" que ela vai poder conquistar com a inteligência e com o estudo.

Faz o paralelo entre o ideal colectivo e o egoismo individual, reconhecendo que a sociedade tem, por exemplo o justo conceito da função moral e civilizadora da família, mas que poucos sabem, na prática, honrar êsse conceito.

Analisa o desequilíbrio do seu momento social, onde se debatiam idéas contrárias, instituíções opostas, noções que se contradizem, credos filosóficos que se anulam, métodos educativos de inverosímil incoerência. Atribúi ao conflito entre a sciência e a fé a maior parte das perturbações que agitam a consciência moderna. O scepticismo do homem propagou-se à mulher que só por "snobismo" cumpre os deveres do culto e, dum instante para o outro e sem nenhuma compensação, se pode ver afastada do benéfico ideal religioso.

Ataca francamente o divórcio, "essa solução violenta ao problema do casamento, — solução tão antipática às

raças latinas», julgando-o inadaptável aos países católicos, de costumes e de tradições, ainda que de crenças já frágeis.

Mostra as condições favoráveis em que a mulher culta se encontra, em relação á ignorante, em face dos revezes da fortuna e da necessidade de compreender e perdoar a traição ou a ingratidão do homem.

Completa quási todo o resto do volume a análise de alguns casos de interêsse educativo ou social, como sejam os seguintes—: A vantagem de deixar a criança ir para o colégio, pequeno mundo onde aprende a conhecer o Mundo; a distinção entre o romantismo nefasto — que criou o tipo do «D. João» — e o que ensina a pisar sempre o caminho do dever, por vezes árido; a conveniência de aconselhar a mocidade, ainda ignorante do mal e isenta de apreensões, a que aproveite e goze a sua curta hora; a necessidade de combater o pessimismo e a melancolia, que não são só atributo duma geração, mas galés perpétuas do homem, o qual, ao começar a viver, logo começa a desejar e a sentir a dificuldade de matar todos os desejos; o erro de se procurar a emancipação da mulher de raças neo-latinas na obtenção de regalias políticas de que ela não se serviria com discrição.

E' digna de menção especial a décima carta a Luísa, onde — discreteando sôbre o tema «Caridade», Maria Amália deixou a mais concludente prova da potência do seu profético instinto, aliado à inteligente atitude de mera espectadora com que olhou o ainda refreado alvorôço do seu momento social.

As «*Cartas a uma Noiva*» são o melhor e o mais fértil guia de educação moral escrito em língua portu-

guesa. Se não frutificou a semente que essas páginas pretendem espalhar, é porque só em terra ingrata ela caiu. Folheado por mães previdentes, pode ser, ainda hoje, o verbo luminoso que em si conduz a graça de abrir ao Bem tôdas as almas e de encaminhar para a Verdade tôdas as boas intenções.

Há nêste grande livro algumas páginas que deveriam ser lidas e comentadas, todos os dias, nas escolas de raparigas, para serem sempre recordadas, para servirem de guia e de conselho aos que não levam da escola nada que ensine a resolver qualquer simples problema moral.

Pena é que em outras páginas dêsse breviário, ao mesmo tempo austero e dôce, transpareça o amargo sabor de muitas desilusões, deixando a insigne educadora que alguma dura lição da sua experiência da vida contribua para atrofiar nos corações juvenis a sagrada necessidade de confiar e o dôce encanto de crêr. Se da experiência só pudesse nascer a desconfiança, bendita fosse a cegueira da inexperiência que não ensina a ver nos outros a maldade que em nós não cabe ¡E como essa amargura que transborda é desmentida por sublimes palavras de crença, sincera confissão duma idealista impenitente prègando à mocidade a obrigação de deixar a alma erguer-se a tôdas as alturas onde não chega o pó dos áridos caminhos da terra: — «Antes sofrer a imensa» «tristeza de um sonho frustrado, do que deixar de so-» «nhar; antes medir com o olhar a distância incomensu-» «ravel que vai das coisas praticas às coisas ideais,» «do que renunciar ao eternamente inacessivel *au de là !*»

Nesta obra, Maria Amália começa por manifestar uma superior compreensão do justo equilíbrio de supremacia e de dependência em que a mulher deve conservar-se dentro do lar; expressa, em seguida, a sua con-

vicção de que a vida mundana é incompatível com a mediania de haveres e com o culto doméstico bem entendido e bem praticado; evocando talvez reminiscências da sua feliz vida conjugal, descreve o que seria a família-tipo; aponta a necessidade da mulher casada se interessar pelo que interessa ao marido, cujas exigências de espírito deve estudar, submetendo-se a elas no caso de não as entender; partindo dum exemplo, mostra a conveniência de considerar o casamento por outro lado que não seja o puramente sentimental e permita averiguar se não serão irredutíveis os temperamentos que vão associar-se para sempre; analisa as catástrofes geradas por um mau casamento e frisa o papel benéfico da literatura, pondo-as em relêvo; aponta os inconvenientes de haver conformidade na educação, de não se adaptar esta aos diversos tipos sociais; critica a chamada «educação brilhante», de nenhumas vantagens práticas, e quere a felicidade conquistada palmo a palmo, sem se esperar, romanticamente, que ela nos venha bater à porta.

Na segunda parte, versa o problema da instrução feminina, e, sem apresentar qualquer plano geral de educação, critica irónica e asperamente os monstruosos programas oficiais que hipertrofiam os cérebros infantis. Expressa o seu ardoroso desejo de vêr triunfar, na sociedade moderna, um espírito cristão puríssimo e a fé na recompensa divina, e observando maior fervor religioso no seu século do que no anterior, reconhece haver entre os intelectuais — «os que pensam mais e melhor» — um grande respeito por essa tendência mística, ao passo que entre as classes populares e nos espíritos medíocres impera um vivo sentimento iconoclasta.

Ñum belo artigo de combate, acentua a situação favorável, no tocante à desigualdade social, da população

rústica em relação à citadina, a qual «vive de fome», cousa ainda peor do que morrer de fome.

Nas vinte e uma «cartas às mães», constituindo o volume *"As Nossas Filhas"*, são versados os mais complexos problemas que directa ou indirectamente se relacionam com a educação e a instrução feminina, desde o que estuda a urgência de profundas modificações no ideal educativo — impostas, sob o ponto de vista intelectual, pela diferença entre o meio social do Passado e o da Actualidade —, até ao que, tratando da criação de institutos profissionais, nos leva à conclusão de que a possibilidade de instruir a mulher era ainda, em Portugal, nos princípios do século, um caso para discutir.

Numa síntese de maravilhoso poder evocativo, historia, em duas cartas, o papel da Mulher, desde os primeiros tempos do Cristianismo — quando a sua influência social era nula — até à grande hora contemporânea em que todos os caminhos parecem estreitos para a sua ânsia de liberdade; depois da mulher medieva, ingénuo perfil de vitral ou agressiva inspiradora de requintes crueis, evoca a dama erudita e política que inspirou os génios do Renascimento, a preciosa «molièresca», a *sage demoiselle* de Saint-Cyr, e, finalmente, as aristocratas cabeças de mulher decepadas pelo Terror e que, ao sucumbirem em nome dum ideal, conseguiram para o seu sexo a primeira regalia política, ou seja precisamente a liberdade de morrer por uma causa.

Descreve, noutra carta de maior serenidade, os velhos solares da província e a «ociosa actividade» que, dentro dum ambiente parado e môrno, competia à mulher exercer, reconhecendo chegado o momento de aceitar o tra-

balho feminino, mas o verdadeiro trabalho, o que não consiste em fazer doce de compota e bordar chinelinhas de lã, — como sagrada fonte de dignidade e de valor cívico.

Mostra-se paladina da *educação* em família, o que apenas significa a sua incompatibilidade com os internatos — no seu tempo, quási restrictos apenas aos conventos das ordens ensinantes, — admitindo muito bem, no entanto, que a *instrução* seja ministrada em colégios. Defende calorosamente a criação dos liceus femininos, que o Estado português acabava de decretar. Aponta os prós e os contras da educação de raparigas feita por mestras estrangeiras.

A segunda parte da obra são comentários, conselhos e opiniões tendentes a defender o seu ideal educativo: conta o que foi a vida cristã duma sua velha amiga, cuja alma aparentemente vulgar era, por isso mesmo, um daqueles grandes espelhos de claridade de que fala Ruskin; aponta o culto pela Verdade como base de tôda a educação e, citando versos de Shakspeare, sustenta que quem for verdadeiro comsigo não será falso com os outros; refere-se à simpática apologia das enfermeiras inglesas, ou seja, da caridade exercida por seculares, feita por uma freira portuguesa que foi superiora das religiosas do Hospital Pasteur de Paris; prèga a necessidade das mães educarem pelo exemplo e não só pela palavra; revolta-se — depois de ter escrito dezenas de volumes reveladores de tão superior cultura — contra a hora de velocidade em que vive e que não permite dispôr de tempo para leituras saudáveis...

A publicação das cartas de Wagner a Matilde Wesendonk, por esta ordenada em testamento, sugere-lhe justas

reflexões sôbre as diferenças entre a mulher latina--que tem o culto da família, do lar, da sua vida íntima, interior,— e a mulher do norte, com preocupações intelectuais superiores, e que, como Matilde, sacrifica a sua auréola de puritanismo à glória de ser conhecida como a inspiradora dum génio.

Discutindo os três elementos que constituem a base da moral, segundo Schopenhauer, Maria Amália escreve na 18.ª carta, o seu acto de fé na eficácia da educação, crença duma sinceridade mais que provada pela simples existência da sua obra.

Numa das últimas cartas, afirma nunca ter defendido, por não se julgar habilitada a fazê-lo, qualquer sistema pedagógico, limitando-se a transcrever o seu sentir no que respeita à educação moral das raparigas, e, defendendo os melhores princípios que em tôdas as doutrinas se encontram e se enquadram perfeitamente dentro da educação religiosa, cristã, sendo esta bem entendida, prèga a reabilitação e o enobrecimento das faculdades afectivas, o culto da Verdade e a boa aceitação dos mais ásperos deveres.

Finalmente, comenta o progresso da idéa feminista no estrangeiro e o seu atrazo em Portugal, mostrando-se partidária dum feminismo moderado que, sem defender a igualdade entre os sexos, exigia o apretrechamento moral e intelectual da mulher para os combates da vida. Já num artigo do livro *No Meu Cantinho*, Maria Amália tivera ensejo para expor as suas assisadas reflexões sôbre o assunto, sintetizando admiravelmente o que deve ser o ideal feminista e qual o mínimo de direitos que ninguem pode negar à mulher: «Nós queremos ser protegidas, «mas não queremos ser escravas, queremos ser iguais «ao homem embora sejam diferentes as aptidões e facul-

«dades; queremos prendê-lo ao nosso lado sem abdi-
«carmos das virtudes que possuimos, queremos lugar
«que não seja tão alto que nos furte á sombra dôce e
«querida do lar doméstico, nem tão subalterno que nos
«agrilhôe para sempre a esse lar simbólico, transfor-
«mado em chaminé.» Também mais tarde, nas «*Impres-sões de História*», foca ainda o mesmo problema feminista, que, em última análise, considera ser, dentro da actualidade, um mero problema económico, a defeza do pão de cada dia iniciada pela mulher pobre e honesta que se vê repudiada pelo egoismo do homem. Ainda na mesma obra, define, pela última vez, a sua atitude imparcial perante o mesmo problema, a propósito do papel político da mulher. Essas páginas, datadas de 1909, reflectem o alto grau de tolerância e mesmo de vincada simpatia a que ascendeu o impreciso aplauso que o movimento de emancipação da mulher inspirou a tão alta representante da intelectualidade feminina portuguesa. Apenas renitente em reconhecer a legitimidade do direito de voto, assustada talvez pelos excessos das sufragistas inglesas, Maria Amália chegou a reconhecer, contudo, o direito, que assistia à mulher, de adquirir jurídicamente amplas garantias, e bendisse o nome daquelas que primeiro ousaram pedir justiça contra a escravidão «parcial ou disfarçada». Na obra intitulada «*Coisas de Agora*», reuniu ainda alguns artigos onde é versada a questão feminista, e em dois dêles — «A mulher na Democracia» e «Evolução do feminismo», a grande escritora marca uma atitude de retraimento em relação às importantes conquistas já obtidas pela idéa triunfante. Deve observar-se, contudo, que essas páginas datam da época que imediatamente se seguiu à forte perturbação política de 1910, e foram escritas num momento de bem

justificado receio pelas conseqüências de desequilíbrio social e de deselegância moral que deveria arrastar a corrente de facciosismo e de intolerâncias que sempre vem turvar as mais puras marés revolucionárias.

Nos «*Serões do Campo*», há apenas um capítulo com certo caracter de crítica social: um estudo sôbre a situação da mulher atravez da Antiguidade.

Na segunda parte do livro que intitulou «*Pelo mundo fóra*», encontra-se, a propósito da obra «O Fim do Paganismo» de Gastão Boissier, uma curiosa profecia — semelhante à que se inclui na décima «carta a Luísa», demonstrando a clarividência com que Maria Amália perscrutava os horisontes sociais que a envolviam. Depois de vincar a surpreza que certamente causaria na Roma da decadência a ante-visão da conquista bárbara, e nos salões franceses do tempo de Voltaire a visão da guilhotina, pregunta: «Tambem hoje, um século depois da Revolução, "quando, feitas todas as conquistas políticas, a alma in"quieta, e nunca satisfeita, do homem, reclama imperio"samente a solução prompta, radical, do terrivel pro"blema da miseria — quem é que percebe nos salões de "Paris, de Londres, de Nova-York e de Berlim, que a "terrivel liquidação está a chegar, e que uma era tene"brosa de anarchia e de lagrimas, de ruinas e sangue, "espera porventura os que teimarem em viver muito".

Entre outros artigos de caracter social, o volume "*Figuras de hoje e de hontem*" contém um belo estudo sôbre

«o drama da vida contemporânea», donde se evola uma crença inabalável e muito cristã nas «melhoras» da humanidade, tão gravemente atingida pelo choque das mais desvairadas paixões.

Na obra *«Ao Correr do Tempo»*, estuda o problema sociológico do casamento, o qual foca por mais duma vez, escrevendo sôbre êle algumas das mais criteriosas páginas das *«Figuras de hoje e de hontem»*. No último capítulo dessa mesma obra (*«Ao Correr do Tempo»*) cita, para as mães a decorarem, a fórmula que Le Bon encontrou para definir a educação: «a arte de fazer passar o consciente para o inconsciente», isto é, de fazer com que os hábitos morais sejam a conseqùência duma acção reflexa, inconsciente, e adquiridos por intermédio da imitação, da sugestão, do prestígio e do exemplo.

Nas *«Impressões de História»*, há que salientar o primoroso estudo àcêrca de «A mulher francesa e a portuguesa no século XVIII», onde, antecedendo três linhas dedicadas a delinear os «seres inferiores» que eram as Nizes e Nerinas de Bocage e Tolentino, perpassa, numa evocação de intenso colorido, o momento áureo da hegemonia feminina sôbre o mundo artístico, intelectual e político que viu florir a graça leve de Watteau e o espírito de Voltaire.

Ainda no mesmo volume se encontra, a propósito duma obra de Wells, um quadro onde, em côres fortes e, como sempre, muito pessoais, se retrata a paisagem social da Inglaterra moderna, no momento em que o exemplo da América, grande mundo em elaboração, põe frente a frente, prontas para a luta, as castas priveligiadas — o fulcro secular da sociedade inglesa — e as clas-

ses produtoras, apaixonadas por novos processos agrícolas e industriais, «americanizadas», ricas de energia.

«O Brazil no século XX» é o título duma obra que sugere a Maria Amália outro notável capítulo das «*Impressões de História*», umas seis ou sete páginas em que faz um paralelo muito verdadeiro e inteligente entre a civilização brasileira e a dos Estados Unidos, entre a sociedade que tem o respeito pela tradição — porque tem raizes sentimentais seguras a um passado de esfôrço, e porque fez a sua própria raça, lenta e harmoniosamente — e as multidões norte-americanas, amálgama ainda fresco de raças, de classes, de castas e mentalidades tão diversas, apressadamente confundidas na mesma vertigem de vencer.

Em «*Coisas de Agora*» há a salientar, pelo seu caracter de crítica social, os artigos intitulados «Prègadores e Jornalistas», curiosa opinião sôbre a acção sugestionadora da imprensa, e «O sentimento religioso», protesto veemente contra a tentativa de descristianização do povo, iniciada após a mudança de regimen, em Portugal. Nestas últimas páginas, Maria Amália sintetiza, de modo elevado, o seu conceito de Religião, e mostra como na fórmula cristã se encontra precisamente o mais alto ideal de igualdade e fraternidade.

Entre as suas obras de caracter educativo, poderá talvez incluir-se uma espécie de manual de boas maneiras, intitulado «*Arte de viver na sociedade*», livro muito vulgarizado e onde, com surpreza, encontramos algumas páginas de caracter menos utilitário do que literário e filosófico.

Diversos escritos; contos; literatura infantil

Escrevendo com regularidade para vários jornais portugueses e brasileiros, Maria Amália foi forçada, por vezes, a escolher para tema das suas crónicas o comentário a qualquer facto corrente ou grande assunto de visível interêsse geral. Comentou sempre com elevação e com elegância, e, tirando um superior conceito dos factos, nunca fez «reportagem», no sentido anti-literário do têrmo. Mas, nem por isso, haverá qualquer vantagem em remexer nos velhos papeis de jornal que excluiu dos seus volumes e nada acrescentam ao corpo de idéas que nêstes se contém.

Dos artigos impossíveis de incluir sob qualquer das modalidades em que considerei dividida a sua obra, apontarei apenas os seguintes, por me parecerem os mais ricos de pensamento e de maior valor literário: «O Riso» (em «*Arabescos*»), — «O Ciume» (em «*Cartas a uma Noiva*»), — «A eterna questão do Amor» (em *Crónicas de Valentina*»), e «O Bezerro do Ouro» e «Ano que vai, Ano que vem» (em «*Impressões de História*»).

Maria Amália traduziu algumas obras célebres, principalmente romances, estando muito vulgarizada a sua bela versão do «*Pescador da Islandia*», de Loti. Prefaciou vários trabalhos de outros escritores, sendo dignos de menção especial os antelóquios das «*Obras completas de Gonçalves Crespo*» (1.ª e 2.ª edições), do «*Romance dum Rapaz Pobre*» (2.ª edição da tradução de Camilo) e ainda uma carta que escreveu para a 3.ª edição do «*Fumo do meu cigarro*», do sr. Augusto de Castro.

Nas últimas páginas do opúsculo intitulado "*Bodas literárias da eminente escritora D. Maria Amália Vaz de Carvalho*" (Coimbra, 1918), encontra-se, numa resenha bibliográfica, referência a mais alguns escritos dispersos.

As primeiras partes dos "*Serões no Campo*" e "*Contos e Fantasias*" são constituidas por pequenas novelas de caracter acentuadamente romântico, com entrechos inocentes, escolhidos ao gôsto da época.

No conto intitulado "O Romance de Adelina", Maria Amália dá uma curiosa definição do que entende por romantismo; noutro, chamado "A Tia Izabel", faz, com enlevada ternura, o retrato duma "tia", o perfil doce e apagado dessa tão segura padroeira de tantos lares, símbolo do desinterêsse, sempre prestável, vivendo da alegria dos outros e chamando sua felicidade ao calor que irradia da felicidade alheia. No conto «A Preceptora», que é ainda dos seus primeiros tempos de vida literária, faz como que a sua auto-biografia espiritual, pois não é dificil descobrir quem lhe serviu de modêlo para o tipo da protagonista: uma rapariga que aprendera "a raciocinar, a pensar, a estudar a fundo todos os problemas em que as outras mulheres tocam somente ao de leve", que tinha a natural curiosidade feminina, mas "bem "dirigida, disciplinada com tal mestria que se tornara em "fonte dos mais puros gozos do seu espírito; que era des-"pretenciosa e simples, julgando-se a mais ignorante das "creaturas do bom Deus, não sabendo que era artista, "que era inteligente, que tinha alma capaz de entender "todas as grandes cousas".

Em 1885, Maria Amália publicou um pequenino opúsculo intitulado "*Um Conto*"—"*Carta a Luiza*", onde

esboça o drama duma mulher de talento, o drama da vida que ela própria iniciava, ao fazer da pena o seu ganha-pão de todos os dias. Pressentem-se angústias de rara ansiedade nas linhas em que fala da pobre mulher de talento que «terá a consciência de tudo que lhe falta, e a iluminação interior, à luz da qual percebe tudo que não é». «A terrivel, a crua, a anti-feminina faculdade critica», a lucidez medonha, que são atributos do talento, roubar-lhe-hão tudo o que no primeiro momento lhe apareça como alegria e encanto...

De colaboração com Gonçalves Crespo, Maria Amália publicou o volume de «*Contos para os nossos Filhos*», colecção de narrativas infantis, adaptadas ao nosso meio e escolhidas, entre as de maior alcance educativo, na obra dos grandes mestres da literatura infantil romanesca, como Andresen e os irmãos Grimm.

*
* *

Agrupei os escritos de Maria Amália em secções distintas, incluindo-os, por vezes um pouco arbitrariamente, sob determinadas modalidades literárias. Tarefa agradável, que exigiu apenas uma íntima familiaridade com a sua obra tão vasta, a selecção e o agrupamento dos géneros que a escritora abordou, facilitará o trabalho a quem pretenda conhecê-la melhor sob qualquer dos referidos aspectos literários, e porventura abrirá caminho a quem procure mais alto objectivo: extrair de tão dispersa produção um corpo de doutrinas e de idéas gerais a que tivesse obedecido, durante cincoenta anos de labor intelectual, o espírito curioso e apaixonado da eminente polígrafa.

A ausência de disciplina mental e de fidelidade a um determinado «credo» filosófico seriam os dois característicos menos lisongeiros da imensa obra literária de Maria Amália Vaz de Carvalho, se não fossem as qualidades que maior cunho pessoal e sugestivo emprestam a essa mesma obra. A sua dilatada cultura foi adquirida ao sabor das circunstâncias e de predilecções, e nunca sujeita a um preconcebido plano de estudos e a um voluntário desprendimento de paixões e futilidades.

Maria Amália, que — honra lhe seja! — nunca se envergonhou de ser uma profissional das letras, não se preparou, em longa aprendizagem, para o honroso mister que exerceu. Não leu muito, antes de escrever uma

linha; escreveu muito, ao mesmo tempo que ia lendo muito; deixou falar o coração e a inteligência com o poder de simpatia, a eloqüência e a lucidez que lhes eram próprios, e assim, sem maior esfôrço, transportando, sempre latente e vibrante, dentro da sua alma, a revoada de sonho da sua "*Primavera de Mulher*", a dos primeiros versos e a do idílio novelesco, deixou uma obra que bastaria para glorificar um crítico eminente, um arguto historiador e um moralista de superior conceito.

Nessa obra ficou sempre alguma coisa de muito feminil, muito dificil de precisar: talvez um mixto de vago diletantismo com certa superficialidade procurada, certa volubilidade de opiniões e inconstância de processos. Das suas páginas mais profundas e graves exala-se um perfume de ternura e um sorriso de boas vindas, e entra-se na sua obra como numa casa amiga onde há sempre um bom conselho a ouvir, onde se encontra uma indulgente compreensão para tôdas as misérias.

Só a própria escritora, que perscrutou com tão intensa curiosidade e interpretou com tão clarividente intenção as grandes almas criadoras dos artistas do seu tempo, poderia achar a fórmula ideal para definir o anseio de beleza, de bondade e de fé, que trouxe à sua obra êsse "quid" de graça e de imortalidade, disperso sôbre a fronte de tão raros eleitos.

Nestas páginas, fixou-se apenas a feição mais material da sua forte individualidade literária: tudo o que foi trabalho, sacrifício, esfôrço.. O mobil espiritual de todo o seu labor ficou mal delineado, porque subiu alto demais para que o apreenda, em tôda a sua generosa sêde de amôr e de perfeição, quem não pôde, por infelicidade, seguir de perto o traço de gloriosa formosura que, na terra, foi marcando a passagem da sua alma gentil.

CAPÍTULO VIII

O movimento contemporâneo. — Escritoras de hontem. — Maria da Cunha. — Carolina Michaëlis de Vasconcelos, primeira entre as primeiras. — Prosadoras e poetisas de hoje. — Considerações finais

Aqui me cae a pena das mãos: o estadio livre para a crítica imparcial acabou. Nem posso continuar a exercê-la sem temor, nem o faria ainda assim, pois não quizera ver revogadas minhas presumidas sentenças pela severa posteridade, quasi sempre anuladora de juizos contemporaneos.

(Almeida Garrett — «Bosquejo da História da Poesia e Língua Portugueza»).

Para não deixar incompleto o quadro que tentei delinear — para não quebrar o fio desta história que amanhã outros recomeçarão,—conviria, sem dúvida, deixar expressa, na última página dêste livro, notícia dos últimos nomes femininos que conseguiram impôr-se como positivos valores literários. Assim se completaria a já tão longa tarefa e se cumpriria, escrupulosamente, a promessa do título.

Reconhecendo bem qual seria o fecho legítimo do meu trabalho, desisto, porém, de o realizar, por motivos de fácil enumeração.

Em primeiro lugar, sinto que a despreocupada sem-cerimónia com que despertei tantas páginas velhas e gastas, assim como tantas outras onde só recentemente a mão da Morte escreveu a palavra «fim», me abandonaria no instante em que me propuzesse traçar uma resenha, por muito rápida que fosse, da actividade literária feminina que, em Portugal, hoje se vem manifestando. Os testemunhos literários, que todos os dias surgem, do indiscutível progresso intelectual da mulher portuguesa, são de tal forma abundantes que se imporia logo a necessidade duma selecção de nomes e de obras. Ora o princípio da escolha, aplicado a valores equivalentes e baseado apenas em exigências puramente materiais, im-

plica o uso da mais arbitrária faculdade crítica. E, assim, quem tentou evitar pretenciosas atitudes de analista precoce, viria a cair no ingrato papel de crítico contemporâneo dos autores, redigindo algumas páginas onde, inevitávelmente, se reflectiria incompetência e se incluiriam juizos instáveis, porventura nascidos ao sabor de efémeras simpatias e encarados, amanhã, como écos indiscretos dum entusiasmo descabido e exagerado.

Não deve ser de nomeação própria o lugar de crítico contemporâneo das obras, do que não espera pelo cadinho do Tempo para joeirar o mérito da insignificância, do que tem por obrigação procurar quais sejam as razões de vida ou de morte da obra que é o primeiro a folhear. A existência da chamada «crítica jornalística», da que se exerce, atravez do jornalismo, sôbre obras de recente publicação, justifica-se como simples elemento de informação e deveria, tanto quanto possivel, assumir um caracter meramente noticioso e impressionista, a não se dar o caso de ser exercida por quem já tenha dado provas duma grande intuição natural e, pelo convívio com as obras que à lei da morte escaparam, tenha nelas aprendido em que consiste essa «qualquer cousa» capaz de obrigar a inconstante humanidade a admirá-las constantemente, durante centenas de anos.

Outro motivo que justifica a minha repugnância em me referir a escritoras de hoje é a persuasão de que o principal intúito dêste trabalho está, apesar de tudo, virtualmente cumprido, uma vez que nêle procurei, principalmente, evocar as tradições literárias do génio feminino português. Quem ler a introdução a êste meu estudo, reconhecerá que o presente capítulo, méta dificil e inevitável da rota que percorri, não tem responsabilidades nem compromissos. Não prometi redigir um índice

de nomes, nem organizar um catálogo de obras; dentro de remotas épocas ocupei-me das poucas autoras e obras sôbre que havia dados suficientes para qualquer comentário; dentro da hora presente, nem ouso, com receio de omissões, lembrar apenas todos os nomes que reconheço bem merecedores de atenção crítica.

Mas quando outros motivos não me desobrigassem da intenção de dedicar estas últimas páginas a um demorado estudo das individualidades femininas que estão, actualmente, ilustrando o seu nome e as letras portuguesas, um havia, suficientemente forte, por si só, para me tirar quaisquer hesitações. Quero já indicá-lo.

Para chegar a essas individualidades, seria necessário cometer quasi um sacrilégio: o de me referir às páginas sagradas de Carolina Michaëlis, a primeira entre as primeiras escritoras de Portugal. Essas páginas não são apenas para serem lidas; devem ser sentidas, não como fontes de emoção, mas como sagrado exemplo de trabalho. Nessas páginas só me seria lícito tocar timidamente, enlevadamente, com a religiosidade dum crente, com o reconhecimento de quem delas recebeu tanta generosa esmola de saber e de verdade.

Nos livros onde tanto se aprende, aprende-se também a admirar e a saber agradecer. Nas obras onde tôdas as afirmações se justificam e tôdas as hipóteses se fundamentam solidamente, onde tudo é proporcionado e profundo, lê-se uma eloqùente lição de humildade, um sempre necessário conselho sôbre a justa noção das distâncias e sôbre a insensatez de procurar vencê-las, apenas à custa de ousadia e de arrogância. Essas obras, que tão bem se fazem respeitar, colocam-se, por isso

mesmo, àparte de tôda a balbúrdia de discussões e conservam-se indemnes e superiores — pelo simples e belo exemplo de trabalho e de honesto poder construtivo que representam — a todo o comentário, seja êle lisongeiro ou malévolo, tenha êle pretensões a criticar scientificamente.

Os justos melindres de discrição crítica, que surgem perante a análise de obras contemporâneas, não se entendem, porém, é bom frisá-lo, com os livros da Senhora D. Carolina Michaëlis, ou, pelo menos, teem uma bem diversa razão de existir.

Analisando as obras de outras escritoras contemporâneas pode haver o justo receio de que o Futuro desminta os juizos hoje expendidos, mas quando essas obras estejam — como as da insigne professora — superiores a tôda a discussão, (— não porque a consagração lhes garantisse a inviolabilidade, mas porque não há quem, conscientemente, possa, armado de intúitos críticos, elevar-se à altura da sua perene majestade —), deve apenas temer-se o ridículo.

*

*   *

Pelos motivos apontados, desisti de traçar uma resenha completa e minuciosa do que tem sido a acção feminina no nosso movimento literário contemporâneo, e apenas me referirei, sem quaisquer delongas e salvaguardando já as inevitáveis omissões, aos nomes de algumas escritoras falecidas nos últimos anos e aos de outras, felizmente vivas, cuja obra, pelo seu indiscutível valor, unanimemente reconhecido, mereceria uma atenção crítica muito mais demorada do que a possivel dentro dêste capítulo final.

*

* *

Claudia de Campos, falecida em 1916, estreou-se, em 1892, com um livro de contos intitulado «*Rindo*», que publicou sob o pseudónimo de *Colette.* Essa obra foi prefaciada por Bulhão Pato, que a aceita como testemunho de aptidões literárias invulgares e revelação duma alta cultura intelectual e apurada educação artística. Pelo assunto dos contos, um pouco menos ingénuo do que o escolhido habitualmente pelas penas femininas da época, o livro testemunha igualmente o espírito de independência e de irreverência que, até certo ponto, caracterizou a autora, assim como o reflexo duma educação recebida no estrangeiro, bem longe do acanhado meio onde, dentro do romance e da novela, dominavam os peores exemplos do romantismo popular francês [136].

Os trabalhos mais notáveis de Claudia de Campos são os que intitulou "*Mulheres*" (Lisboa, 1895) e "*A Baroneza de Staël e o Duque de Palmela*" (Lisboa, 1901) [137].

O primeiro é uma série de ensaios de psicologia feminina. Os tipos estudados são os de Carlota Brontë; da Condessa de La Fayette, a frágil e irónica amiga de M.me de Sevigné; da Baroneza de Staël, masculinizada e voluvel; de Josefina Neuville, a autora dumas escan-

dalosas "*memórias*" redigidas num péssimo português[138]; de Carmen Sylva, escritora e rainha da Romania; e, finalmente, de Ester Stanhope, a fria sobrinha de Pitt, que levcu vida errante e teve morte excêntrica, num longínquo castelo do Oriente.

Escreveu, além de versos espalhados por várias publicações e de artigos publicados em jornais, dois romances de secundário interêsse e valor: "*O Ultimo Amor*" e "*A Esfinge*", êste último dedicado a Juliette Adam e analisando um conflito entre o amor e o orgulho, travado no espírito de qualquer mundana histérica. Publicou depois o romance «*Ele*» e parece que chegou ainda a editar um estudo crítico sôbre Shelley.

As personagens dos romances e contos de Claudia de Campos são ilógicas, inverosímeis, de temperamento desequilibrado; são bem filhas duma alma de mulher romântica, que não consegue vencer as suas qualidades ingénitas: anseios de indefinido e excessos de sensibilidade. Quanto à forma, tôdas as obras se resentem da educação que a autora recebeu em Inglaterra e que, como ela própria confessou, numa carta dirigida ao dr. Candido de Figueiredo — desnacionalizou completamente a sua prosa[139].

*

* *

Maria da Cunha, falecida na cidade brasileira de S. Paulo, a 10 de Janeiro de 1917, foi, além de jornalista e conferencista muito culta, uma poetisa de invulgaríssimo mérito.

A sua prematura morte não lhe permitiu deixar mais do que um livro de versos admiráveis. Esse livro, a que deu o nome de *"Trindades"*, foi publicado em 1909, com prefácios do Conde de Monsaraz e do sr. Dr. Júlio Dantas, ambos incondicionalmente elogiosos. Toda a imprensa saudou o aparecimento da notável poetisa, senhora dum altíssimo talento valorizado por vasta cultura literária. O sr. Dr. Candido de Figueiredo viu nela a maior poetisa portuguesa da actualidade, e o crítico brasileiro Sílvio de Almeida prestou-lhe as mais rendidas homenagens, consagrando-lhe um artigo editorial no jornal *Estado de S. Paulo*.

No dizer dum dos prefaciadores das «*Trindades*», nas poesias de Maria da Cunha encontra-se «simplicidade, expontaneidade, sentimento musical e plástico do verso, técnica perfeita, conhecimento perfeito da língua, movimento, côr, e, muitas vezes, imprevisto.» E' indis-

cutível que ha nêles qualquer cousa que os separa nítidamente de tôda a enfática versalhada ultra-romântica, mesmo da que maior cotação obteve. Sente-se bem que o lirismo simples e expontâneo de João de Deus, as rimas fáceis e despreocupadas de António Nobre, o naturalismo intenso de Cesário, tinham ha muito desterrado para longe os derradeiros écos das «*Flores de Alma*» e do «*Noivado do Sepulcro*». Maria da Cunha, apesar de ter escrito um quarto de século depois da morte dos nossos mais típicos cultores da poesia realista, pode apontar-se como sendo a primeira poetisa de real mérito que deixou produções libertas de moldes mais vincadamente românticos.

Transcrevo, a seguir, uma das últimas poesias de Maria da Cunha, que não vem incluida nas "*Trindades*":

Ponho-me a olhar a estrada percorrida,
(Um carreiro apertado entre pendores,
Que enchi de cantos e junquei de flores),
E scismo: «A vida! Como é pouco, a vida!»

O que eu já tenho andado! Quanta lida,
Quanto desejo em vão e quantas dores!
Dois terços do caminho — um «film» a côres,
Com um perfume de ilusão perdida!

E à flor dos labios um sorriso passa,
Ténue, qual nuvem pelo ar se esgaça...
Sonhos, que a alma levanta em aurea torre,

São asas brancas, debandando aos pares,
São como o fumo que se esvae nos ares,
São como o som que nasce, e foge e morre...

Obrigada a afastar-se da pátria, Maria da Cunha foi viver no Brasíl, onde o seu nome já era querido, e onde realizou algumas conferências.[140] Ao tempo da sua morte, tinha em preparação um outro volume de versos, a que chamaria "*O Livro da Noite*", do qual já teem sido publicados alguns trechos.

*

* *

Beatriz Pinheiro de Lemos foi, atravez de artigos publicados em vários jornais, uma esforçada propagandista da emancipação da mulher. Publicou uma curiosa novela intitulada "*Duas Almas*" e, numa revista de Vizeu, alguns dos seus versos, sempre de impecável correcção métrica e límpido conceito. Um dos seus poemas, "*Os três cavaleiros*", foi vertido para francês em prosa ritmada, pelo conhecido publicista Phileas Lebesgue. As suas obras foram apreciadas no estrangeiro, em revistas da especialidade, por alguns críticos de nomeada. René d'Yvemont, crítico do "*Mercure de France*", chamou-lhe "*l'Ada Negri du Portugal*".

*

* *

Maria da Conceição Pereira da Cunha, falecida aos desassete anos, em 1910, deixou uma pequena colecção de versos mandada editar depois da sua morte e distribuida apenas por pessoas amigas. Pertence a êsse livro póstumo a seguinte quadra, ingénua e resignada:

Avé-Marias são dores...
Padre-Nossos, alegrias...
Que estranho rosário o meu,
Só feito de *Avé-Marias*... !

Aos nomes destas senhoras, mortas antes de terem ensejo para firmar ainda melhor a sua reputação literária, acho inutil acrescentar outros que me obrigariam a desprezar até certo ponto o conceito de relativa superioridade intelectual e de sensibilidade e emotividade excepcionais que se contem nas palavras «escritora» e «poetisa». No entanto, acrescento, em nota, algumas referências a outras autoras que seria injusto esquecer completamente [141].

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

Para se compreender como seria pretenciosa e quási risível a intenção de focar, nas últimas páginas apressadas dêste trabalho, só bem compenetrado da sua pequenez, a individualidade eminente da Senhora D. Carolina Michaëlis, basta recordar que Guilherme Storck e outros literatos da Alemanha — a pátria da erudição —, a consideraram «como a mulher mais erudita do nosso tempo».

Tôdas as palavras parecem mesquinhas para exaltar a grande escritora que em bemdita hora prendeu o seu coração ao dum português, e durante meio século acendeu, dentro do seu lar, perdido numa rua tranquila da cidade do Porto, o mais fecundo e glorioso clarão de verdade que jámais iluminara a infância nebulosa da literatura portuguesa. Muitas palavras seriam precisas para historiar apenas o que foi o seu labor pertinaz, incansável, na ânsia de conseguir, nêsse árido campo da investigação literária, conquistar ao desconhecido e à ignorância algumas compensadoras certezas.

A Senhora D. Carolina Michaëlis principiou de muito nova a dedicar-se ao estudo das línguas e literaturas românicas, reconhecendo e aproveitando a sua tão invulgar predisposição para esta especialidade erudita, inte-

grando-se completamente nos rudes métodos de trabalho e de disciplina mental em que os seus mais doutos compatriotas são insignes mestres. Aos desasseis anos, já publicava artigos admiráveis pela assombrosa erudição que revelavam, e, pouco depois, Gaston Paris, uma das grandes autoridades da filologia românica, preguntava-lhe, em carta datada de 1871: «Où donc avez-vous appris à dix-neuf ans ce que nous autres, après douze ou quinze ans de travail, nous ne savons pas encore?»

Do curiosíssimo artigo com que a professora Luísa Ey, grande amiga de Carolina Michaëlis e das letras portuguesas, colaborou, em 1911, no Boletim da Academia das Sciências destinado a homenagear a recem-eleita académica, transcrevo as referências biográficas alusivas aos anos que precederam a vinda para Portugal da escritora que maior título de honra alcançou para a nossa literatura.

«Carolina Michaëlis, filha do professor de mathemá-»
«tica Dr. Gustavo Michaëlis, atrahiu desde os seus pri-»
«meiros annos escolares a attenção dos seus professores»
«pela sua intelligência e pela sua índole amável e ajui-»
«zada. Quando, com 16 annos de idade, saíu da escola,»
«já se ocupava de problemas linguisticos. Influenciada»
«pelo seu professor, Dr. Carlos Goldbeck, dedicara-se à»
«lingua hespanhola. Este professor dera-lhe um dia um»
«livro que ela com surpresa viu ser um «nuevo testa-»
«mento», em castelhano. Como ainda desconhecesse»
«esse idioma, quiz devolver-lh'o, suppondo ser engano.»
«Mas elle insistiu. «Estude, estude!» Então, estudou...»
«e o resultado das leituras ofereceu-lho, passado algum»
«tempo, em forma de uma pequena grammatica hespa-»
«nhola, manuscrita».

«Na universidade de Berlim procurou freqüentar cur-»

«sos de lingua arabe, mas como o movimento feminista»
«ainda estava em princípio e ainda não estavam venci-»
«dos certos preconceitos, não obteve licença. Encontrou,»
«porém, no professor Wetzstein um mestre e amigo»
«altruista e liberal que a iniciou nos mistérios do arabe,»
«até lhe declarar, um dia, que ella lhe passava já adiante.

«Entretanto, não tinha posto de parte o hespanhol.»
«Pelo contrário, juntara-lhe o português; e tanta fama»
«tinham já obtido os seus conhecimentos d'estas linguas,»
que foi nomeada interprete official dos tribunaes e do»
«ministério do Interior, e como tal teve de ir numerosas»
«vezes à repartição do *Referendar Von Bülow*, mais»
«tarde chanceller do Império Allemão.

«Uma edição do «Cid» (Herder) feita pelo professor»
«Julian Schmidt, acompanhou-a a intelligente menina de»
«explicações históricas, estudo êste que constituiu a sua»
«primeira publicação maior. — Com a segunda (*Studien*»
«*zur romanischen Wortschöpfung*), publicada pela afa-»
«mada casa editorial de *F. A. Brockhaus*, deu entrada»
«na exímia congregação dos Romanistas encartados.

«Alguns artigos que publicou sobre litteratura por-»
«tuguesa foram attraindo a attenção de um grupo de»
«jovens patriotas que, em caloroso enthusiasmo, expri-»
«miram a sua admiração e gratidão à novel auctora.»
«Fazia parte deste grupo Joaquim de Vasconcellos com»
«quem entrou em correspondencia litteraria, a qual»
«pouco a pouco foi ligando os corações dos dois, como»
«já lhes ligara os espiritos.

«E foi assim que D. Carolina Michaëlis de Vascon-»
«cellos ficou pertencendo a Portugal e ás letras por-»
«tuguesas».

Vindo residir para o nosso país, em 1876, é natural
que o seu gôsto e curiosidade pelos mais difíceis pro-

blemas de interpretação crítica dos primitivos textos românicos derivasse mais particularmente para o estudo da paleografia peninsular de caracter literário e para os problemas de investigação biográfica e bibliográfica que se prendem à história da literatura portuguesa. Graças a esse interêsse, depois de já nos ter dado valiosos estudos sôbre o «*Romancero del Cid*», sôbre poesia e teatro italiano e espanhol, publica a sua maravilhosa edição crítica das «*Poesias de Sá de Miranda*», que se pode apontar como o primeiro exemplo, entre nós, do método scientífico aplicado à leitura definitiva de textos literários. Nessa obra, a Senhora D. Carolina Michaëlis mostra o bom caminho a seguir em trabalhos de igual natureza: confrontou os cinco manuscritos de Sá de Miranda existentes em Evora e em Lisboa e ainda tôdas as edições impressas das obras do mesmo poeta e, pondo à prova as suas qualidades de investigadora, a sua penetração interpretativa, o seu consciencioso escrúpulo, realizou uma obra notável e, até à data, única em Portugal [142]. Acêrca de tão completo trabalho, escreveu Ferdinand Denis, o célebre lusitanófilo francês, dirigindo-se à autora, estas sóbrias linhas de elogio, transparentes de sinceridade: «Madame, je ne saurais trop vous féliciter sur la réussite de votre travail si ardu et si constant à la fois, au milieu des innombrables petits détails dont se compose une édition bien faite, telle que celle-ci; de la multiplicité de mille faits, dont le moindre aura exigé souvent plusieurs heures de préocupation».

A Senhora D. Carolina tem publicado, quer em volumes isolados, quer em revistas nacionais e estrangeiras, tantos estudos valiosíssimos sôbre múltiplas especialidades da filologia românica e da história literária, que impossível seria dar apenas a simples lista completa dessas obras.

Depois dos estudos sôbre Sá de Miranda, veem dezenas de produções em que as mesmas superiores qualidades parecem exceder-se a si próprias.

Seria amesquinhar os inestimáveis favores que a sábia *hispanizante* prestou a todos os estudiosos da literatura luso-castelhana, apontar, passo a passo, todos os erros que ela destruiu e tôdas as conclusões a que chegou. Recorde-se apenas, em conjunto, numa ampla visão panorâmica, o que tem sido o labor dessa erudita «beneditina», que durante meio século gastou os seus dias anotando Camões, explicando etimologias confusas, embrenhando-se em problemas de história literária, estudando os velhos líricos castelhanos e portugueses, evocando a grande era dos serões manuelinos, desbravando caminho na floresta virgem dos cancioneiros medievais, recolhendo trechos do romanceiro peninsular, dando a sua contribuição para o definitivo monumento que seria o dicionário etimológico das línguas hispânicas, discutindo a *Alveitaria* de mestre Giraldo, redigindo copiosas notas vicentinas, divagando filológica e historicamente sôbre a palavra «saudade».

E' evidente que em tão vastíssimos domínios de pura erudição não deve procurar-se um corpo de doutrinas, mas um glorioso exemplo do que podem conseguir o método scientífico e a intuição, postos ao serviço da Verdade, combatendo mil erros lendários.

As obras de crítica camoniana firmadas por Carolina Michaëlis são das mais apreciadas entre as dos mais categorizados cultores da especialidade, e difícil, senão impossível, é apontar quais sejam as que revelam maior proficiência e capacidade investigadora ou exigiram su-

periores requisitos de férrea disciplina mental. Desde as anotações aos *"Lusiadas"* e aos estudos de Guilherme Storck, cujo célebre trabalho sôbre a *"Vida e Obras de Luís de Camões"* ela traduziu e ampliou, até à sua decisiva contribuição para um índice expurgatório da lírica camoniana, isto é, para a definitiva selecção dos apócrifos — principalmente sonetos, redondilhas e églogas — atribuidos ao poeta, [113] contam-se dezenas de artigos sôbre assuntos camonianos, todos sempre reveladores de como foi conscientemente carinhoso o culto que lhe mereceu o maior poeta de Portugal.

No trabalho que intitulou *"Uma obra inédita do Condestável D. Pedro"* prestou mais um inestimável serviço à literatura peninsular, dando a lume a *"Tragedia de la insigne reyna doña Isabel"*, que se encontrava inédita e que ela provou ter sido atribuida erroneamente ao regente D. Pedro, duque de Coimbra, visto ser da autoria dum filho dêste, que foi o 4.º condestável de Portugal. Ao Condestável igualmente atribuiu o *"Poema del Menosprezo del Mundo"*, que desde Garcia de Rezende — que o incluiu no seu Cancioneiro — até Oliveira Martins, todos os historiógrafos consideravam uma obra do ilustre filho de D. João I.

As *"Observações a alguns trechos líricos da antiga poesia peninsular"*, publicadas na *"Revista Lusitana"* e em separata, constituem um completo e extenso comentário ao célebre *"Romance de Lopo de Moros*, curiosíssimo monumento arcáico, de imenso valor linguístico e de certo interêsse artístico, que fôra estudado por

vários hispanistas estrangeiros, como Morel-Fatio, Menendez y Pelayo, Ernesto Monaci, Gottfried Baist e, finalmente, por Giuseppe Petraglione, autor duma reconstituïção dos vários textos do romance, à qual a Senhora D. Carolina fez uma minuciosa revisão crítica.

Ao estudo sôbre «*A Infanta D. Maria de Portugal e as damas da sua côrte*» já tive ensejo de aludir, ao iniciar o presente trabalho. Basta acrescentar que é talvez a obra em que a insigne romanista deixou mais expresso testemunho do intenso brilho literário de que sabia revestir a sua prosa, geralmente concisa e sêca, em harmonia com o caracter exclusivamente erudito de quási todas as suas obras. Á falta de documentos e de informações directas sôbre as damas da côrte, só atravez dos acontecimentos e do ambiente coevo a Senhora D. Carolina poderia delinear, ainda que apenas a grandes traços, o espírito e a mentalidade das figuras que pretendia focar. Foi a carência de elementos históricos o que a levou a evocar, numa felicíssima junção de pormenores eruditos e de esfôrço imaginativo, a hora luminosa em que floresceu a douta Infanta-Minerva, a hora da epopéa e do vilancete adulador, a hora em que aos ouvidos dos poetas era tão doce o tanger das violas como o som da tuba canora e belicosa...

A monumental edição crítica e comentada do «*Cancioneiro da Ajuda*» é, no seu género, a mais copiosa obra de erudição que tem sido escrita em língua portuguesa. Planeada e iniciada em 1877, essa obra, vinda a lume em 1904, é o producto de quási trinta anos de

perseverante estudo, e uma perfeita, uma impecável reconstituïção do alvorecer da vida intelectual portuguesa. O primeiro volume contém o texto com resumos em alemão, notas e esquemas métricos; no segundo, reunem-se tôdas as investigações bibliográficas — concernentes a cancioneiros galego-portugueses —, as paleográficas — a respeito do códice da Ajuda —, e, finalmente, as biográficas, históricas e literárias que podem lançar alguma luz sôbre os vultos longínquos e obscuros dos poetas do Cancioneiro. Cada uma das três partes em que se divide o segundo volume reune vários capítulos onde a sábia filóloga chega, após a mais lúcida e inteligente exposição e argumentação, a algumas conclusões de indestructivel e admirável certeza.

Assim, no capítulo IV dêste volume, estabelece as relações do Cancioneiro da Ajuda com os apógrafos italianos, para concluir que os três cancioneiros hoje existentes se completam e são, por assim dizer, trechos dum grande cancioneiro geral da primeira época lírica peninsular, o qual devia ser constituido por cantigas de amor, um livro de cantares de amigo e um cancioneiro de burlas. No capítulo V, conclui que a coleccionação das cantigas do códice da Ajuda principiou logo depois da arte lírica ter atingido o seu máximo esplendor, isto é, durante a juventude do rei Denís, ainda em vida de Afonso IV — e foi completada pelo conde de Barcelos.

Mas qualquer dos restantes capítulos — sobressaindo o que é sujeito à epígrafe de «Noções gerais àcêrca dos trovadores» — seria, por si só, um alto título de glória para quem o subscrevesse. Em todos é verdadeiramente assombrosa a cópia de notícias e pormenores relativos à vida dos trovadores, aos géneros que cultivaram, às côrtes onde floresceram, aos idiomas que

empregaram, às camadas sociais a que pertenceram, às diferenças que separaram os peninsulares dos provençais, às relações políticas e militares do nosso país com a França, ao papel da Galiza como centro da cultura peninsular, à maneira como em Santiago de Compostela alvoreceu o doce lirismo popular galego-português, e, finalmente, à sobrevivência da poesia lírica medieval de caracter popular. [144]

O *Cancioneiro da Ajuda* de Carolina Michaëlis é, ao mesmo tempo, o mais eloqùente protesto contra a negação do alto grau de potência que consegue atingir a intelectualidade feminina, e o mais sublime resgate de tôdas as pueris ocupações espirituais que desde sempre teem entretido as mulheres-escritoras de Portugal.

Em 1905, publicou o seu curioso estudo sôbre *As Capellas imperfeitas e a lenda das divisas gregas*, no qual interpreta, de maneira nova e original, o lema *tãyas erey* que cobre, de alto a baixo, quatro cordões exteriores da portada dessas célebres capelas do Mosteiro da Batalha. Invocando razões de ordem filológica, estética e geral, D. Carolina aclara o difícil problema, que já atraira a atenção de eruditos estrangeiros, e pondo de parte a leitura tradicional («*tangas e rey*») e a leitura grega («*buscai regiões*»), conclui que a obscura divisa deve ler-se: «*tanaz serey*».

Os *Estudos sobre o romanceiro peninsular* — uma das obras que foram título da sua candidatura a membro da Academia de Sciências — apareceram, pela primeira vez, publicados na revista «Cultura Española», a convite do

eminente polígrafo D. Ramon Menéndez Pidal. Esse documentadíssimo e longo trabalho inclui tudo quanto o assunto pode sugerir, fazendo-se nêle referência a romances em geral e aos de caracter histórico e artístico, e apresentando-se uma lista dos autores, alguns seiscentistas, que, em suas obras, aludem a romances populares. Finalmente, estuda o problema musical e linguístico que se relaciona com o romanceiro peninsular.

Nas *Contribuições para o futuro Diccionário Etimológico das linguas hispanicas*, cuja primeira série foi publicada em 1908 e a segunda em 1911 (ambas em separatas da Revista Lusitana, e a última publicada juntamente com o estudo sôbre *Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria)* resume tôdas as suas longas e eruditas investigações àcêrca de vários vocábulos portugueses e espanhois. [115]

As Investigações sobre Sonetos e Sonetistas Portugueses e Castelhanos constituem um dos maiores monumentos de saber que a grande romanista pacientemente ergueu. Por si só, esta incontestável afirmação permite calcular o que representa, como testemunho das mais invulgares aptidões literárias e eruditas, o profundo estudo a que a modesta epígrafe de «notas aos 237 sonetos impressos no volume XVIII da Revue Hispanique» parece dar maior realce. A publicação dos aludidos sonetos sugeriu à douta senhora a idéa de espalhar alguma luz sôbre as relações entre os quinhentistas e seiscentistas espanhoes e portugueses e de estudar a autoria de muitos sonetos da aludida colecção, dados como anóni-

mos. Seguindo a esteira de outros sapientes investigadores, como Foulché Delbosc, Menéndez y Pelayo e Rodrigues Marín, aproveitando os materiais descobertos e preparados pelos raros portugueses e estrangeiros que se dedicaram ao exame da poesia em Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, apresenta, no seu estudo, notas aos referidos 237 sonetos, alguns castelhanos — na sua maioria atribuidos a Camões —, e outros luso-castelhanos, a sonetos portugueses de autor duvidoso e, finalmente, a versos atribuidos a Filipe II. Ñas páginas que antecedem o estudo propriamente dito, alude ao costume de os portugueses poetarem em castelhano e de se contentarem com ver as suas obras, a que não davam redacção definitiva, andarem manuscritas, de mão em mão, assim como ao hábito de omitirem ou abreviarem os seus nomes, de todos imitarem Petrarca e desenvolverem os mesmos motivos, o que tudo junto constitui outras tantas dificuldades para as investigações de hoje.

Notas Vicentinas — preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente é o título do trabalho a que a Senhora D. Carolina dedicou, ultimamente, o melhor da sua atenção. Ña «Revista da Universidade de Coimbra» e em separatas, sairam notas respeitantes a vários problemas de interpretação da obra vicentina ou da biografia de Gil Vicente. A primeira intitula-se «*Gil Vicente em Bruxelas ou o Jubileu de Amor*», e nela, como em outras que se lhe seguiram — *A Rainha Velha e o monólogo do Vaqueiro*» (1918), «*Romances á morte de D. Manuel e entronamento de D. João III*» (1919), «*História do problema relativo á Didascália inicial das obras de Gil Vicente*» — a autora, sem fazer apreciações gerais

da obra nem síntese da vida de Gil Vicente, tenta averiguar factos, remontando, sempre que é possível, ás fontes, utilizando indicações avulsas, ponderando antigas hipóteses, aplicando a luz fria da crítica à tradição e à lenda e, no seu próprio dizer, procurando «extirpar erros velhos, ratificar concepções mal cimentadas, e substituir suposições vãs por verdades autenticadas».

Na primeira nota, a Senhora D. Carolina faz observações algo severas ao estado de atrazo em que se encontra ainda a exagese vicentina, declarando que tanto a biografia como a bibliografia do grande fazedor de autos estão replectas de pontos obscuros, estando ainda quási por fazer a crítica dos textos, ignorando-se as fontes da veia popular e do incomparável lirismo de Gil Vicente, nada se sabendo dos seus estudos e pouquíssimo da sua cultura literária. Na aludida nota, averigua qual foi o auto vicentino a cuja representação em Bruxelas assistiu o humanista mestre Lúcio André de Rezende, [146] auto que êste elogiou, poeticamente, em latim, e tem a superior importância de ter sido o único representado fora da Península, ainda em vida do autor, perante os espíritos cultos que então formavam a opinião européa.

Esse auto foi o «Jubileu de Amor», violenta sátira anti-clerical, que se perdeu por completo. A Senhora D. Carolina rebate a velha tradição de ter Erasmo aprendido português só para ler as obras de Gil Vicente, deduzindo que o grande humanista só por intermédio dos versos de André de Rezende ou de conversas com Damião de Goes poderia ter conhecimento da existência e dos méritos do poeta histrião.

Tôdas as notas vicentinas são ricas de beleza literária que em nada prejudica a exuberância do seu cunho erudito e proficiente. [147]

A Saudade Portuguesa — divagações filológicas e literar-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho "Saudade minha — Quando te veria?" é o título dum pequeno volume onde a Senhora D. Carolina tem ocasião, mais uma vez, de revelar os seus inexgotáveis tesouros de paciência crítica e o seu vastíssimo saber. A pretexto de responder a um erudito espanhol que a consultou sôbre um pormenor relativo a um drama do século XVII, a douta académica espraia-se em considerações que teem o interêsse especial de girar em tôrno da palavra mais linda da língua portuguesa.

Os seus dois *Estudos sôbre D. Francisco Manoel de Melo*, apesar de rápidos, abrem novos e longos horizontes sôbre a personalidade e a obra do poeta-fidalgo que ainda não foi objecto duma cuidada monografia, subordinada aos modernos princípios de investigação crítica.

Em "Uriel da Costa. Notas relativas à sua vida e suas obras" (1921 - Separata da "Revista da Universidade de Coimbra") apresenta apreciações e documentos acêrca do ilustre livre pensador portuense, completando êste trabalho com um dos seus últimos escritos, publicado na "Lusitânia" (Vol. I), no qual expõe o que há de novo num livro de Carl Gebhart, vindo a lume posteriormente ao seu e tratando da mesma curiosa individualidade. Para essa moderna revista, "Lusitânia", escreveu ainda outros dois estudos, intitulados «Em volta de Sancho I» e «Pedro, Inês e a Fonte dos Amores».

Mas é tarefa inglória e superior aos limites dêste trabalho, continuar a enumeração apenas das obras-primas com que a Senhora D. Carolina Michaëlis se impôs à mais rendida gratidão de quantos portugueses teem a consciência das riquezas literárias, vivas e inexploradas, que constituem o património nacional.

Poucos meses decorrem sem que, no seu decurso, a sábia professora da Universidade de Coimbra dê ao seu público pouco numeroso, mas reconhecido e fidelíssimo, alguma nova ocasião de a admirar, bemdizendo a hora em que a «fada benéfica» voou desde as brumas germânicas até ao pequeno jardim da Europa, ao jardim encantado cuja primeira aurora espiritual, adormecida entre mistério e lenda, só ela conseguiu despertar, deixando o seu bom condão quebrar o mau encantamento.

Na impossibilidade de ir mais longe nesta tranquila digressão, tão cheia de belos ensinamentos, sou forçada a ultimar, sem quási as ter iniciado, quaisquer considerações sugeridas por tão digno exemplo de quanto pode a perseverança e a completa submissão a um escrupuloso método de trabalho.

Para terminar, bastará apenas não passar em silêncio o papel que, como paladina feminista e como educadora, a Senhora D. Carolina Michaëlis ainda desempenhou, em nossa atrazada sociedade e acanhado meio pedagógico. Os seus artigos do «Comercio do Porto» (1896) e «Primeiro de Janeiro» (1902) sôbre o congresso feminista de Berlim e sôbre o movimento feminista em Portugal — êstes últimos escritos em alemão e traduzidos pelo sr. Dr. Duarte Leite — marcaram pela sua justa observação dos males a que sucumbia a nossa educação feminina e pelas inteligentes e lógicas considerações acêrca da atávica herança, de natureza étnica e histórica, que es-

maga a condição social da mulher portuguesa. Esses artigos, como tudo quanto sai de tão excelsa pena, são cheios de valiosa documentação.

São inúmeros os escritos que, em revistas e jornais, tem dedicado ao problema da educação infantil, ao problema supremo. A questão da literatura para crianças interessou-a altamente, sendo com pezar que registou a nossa deficiência, nessa especialidade.

Com a indiscutível autoridade que lhe dá a sua grande cultura linguística, analisou detidamente, numa série de artigos publicados na revista «O Ensino» (Porto, 1877) as virtudes e defeitos da «Cartilha Maternal» de João de Deus.

Colaboradora assídua da «Revista Lusitana», do «Circulo Camoniano», do «Arquivo Histórico», da «Lusitânia» (de sua direcção), de muitas outras revistas nacionais e estrangeiras — como a «Romania», a «Revue Historique», a «Revista crítica de Historia y Literatura» e muitas publicações alemãs — , tem disseminado tão prodigamente, em pequenos estudos e monografias, o seu exaustivo labor, que seria dificil apresentar uma simples resenha de todos os seus estudos avulsos. [148]

Tambem não é breve a série dos prefácios com que tem valorizado livros alheios e dos artigos com que contribuiu para obras comemorativas e «in memoriam» de escritores e artistas. E' notável o prefácio que escreveu para a obra «Autobiographia e Cartas de Trindade Coelho», e é cheia de curiosas informações e profunda reflexão crítica a sua contribuição para o livro «In memoriam», de Antero de Quental. Nêste ultimo trabalho, publicado em 1895, recorda a sua convivência com Antero, de quem foi atenta e dedicada confidente, estudando o germanismo do autor dos «Sonetos», as afinidades lite-

rárias que o prenderam à Alemanha e o estado psíquico do poeta no momento da sua máxima produção.

Aceitando Antero como «um discípulo da Alemanha filosófica e porta-estandarte da revolução germanística em Portugal», a eminente professora interessa-se imenso pela tradução alemã de alguns sonetos anterianos, da qual se encarregaram os eruditos Carlos Goldbeck — em Berlim — e Guilherme Storck — em Münster.

*

* *

Incluindo o nome da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos nestas páginas onde aparecem tantos nomes de mulher tão distanciados do seu, no que respeita a títulos de nobreza literária, tenho a tranquilizadora certeza de não poder maguar a susceptibilidade da ilustre professora. Tenho a certeza de que nunca lhe seria penoso encontrar o seu nome lado a lado com o de tantas suas obscuras companheiras, de tantas que ficaram muito para traz no extenso e difícil caminho de glória que ela percorreu até ao fim. E' penhor desta minha convicção, a bondade e a acolhedora confiança que a sábia romanista sempre dispensou a todos — desde os mais cotados mestres aos mais humildes discípulos — que teem solicitado o seu conselho e a sua lição.

Recordar, seja a que pretexto fôr e ainda que superficialmente, o que representa a sua vida de contínuo e esforçado labor, é proporcionar a essa vida mais um ensejo de ser útil a uma causa sagrada, a causa do aperfeiçoamento moral pelo trabalho e pela vontade de vencer. A Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que transformou a sua existência num eloqùente exemplo

e num grande ensinamento, não quereria, portanto, medir a desproporção que existe entre estas pobres páginas e a luz imensa e forte — luz calma e doce que Deus fizesse brilhar para todo o sempre! — projectada pelo seu meio século de trabalho sôbre o nosso pequeno mundo intelectual.

*

* *

Prosadoras e Poetisas de hoje

Estas páginas, iluminadas por raros nomes gloriosos, replectas de tantos nomes obscuros, fecham-se, contra vontade, antes que as invada a multidão contemporânea.

Já foram expostos os motivos de não incluirem alusões às obras de muitas escritoras de hoje.

Os nomes a seguir citados não são, portanto, todos os que recordo e aprecio. São apenas os que me parecem representar melhor quaisquer razões — porventura discutíveis — de orgulho para as últimas gerações. No entanto, todos êles, tanto os que admiro incondicionalmente como os que julgo dignos da melhor atenção crítica, talvez venham a enfileirar entre os que merecem não apenas ser lembrados em páginas despreocupadas como estas, mas aparecerem inscritos noutras que serão eternas por arquivarem todos os nomes, obras e atitudes onde a beleza eterna se reflecte.

*

* *

A Senhora D. *Alice Pestana*, que, literáriamente usa o anagrama de *Caiel*, tem uma obra vastíssima, reveladora de superiores qualidades de inteligência. Durante bastante tempo colaborou em vários jornais, principalmente no «Diário de Notícias», para onde enviava as suas «*Cartas de Madrid*», versando inúmeras questões de ordem educativa, social e política, nelas tendo ensejo para manifestar bom gôsto literário, elegância de estilo e conceituoso espírito crítico.

Muito considerada em Espanha, onde se dedicou ao estudo de problemas que se relacionam com o ensino e com a criminalidade infantil, tem sabido representar brilhantemente, no estrangeiro, a intelectualidade feminina portuguesa.

As suas obras em espanhol e, principalmente, o minucioso estudo, que publicou em 1915, sôbre «*La Educacion en Portugal*», do qual foi encarregada pela «Junta para Ampliación de Estudos», conquistaram-lhe, no mundo intelectual do país visinho, o mais lisonjeiro renome.

A sua primeira obra, com três edições, foi um livro de contos intitulado «*A's mães e ás filhas*», pequenas

narrativas de relativo interêsse anecdótico, em linguagem simples e clara. Publicou alguns romances e livros de contos, onde se notam invulgares qualidades de observação, certa potência imaginativa e profundo conhecimento da tradicional técnica do género; os personagens teem unidade psicológica e perfeita humanidade; a acção decorre lentamente e o desenlace é verosímil e bem preparado.

«*Genoveva Montanha*» (1898), romance em cartas, foi traduzido para espanhol, em 1901, e publicado com um estudo biográfico da autora, assinado por Teófilo Braga.

«*Comentários à Vida*» é o título do volume onde compilou artigos dispersos por jornais portugueses e onde expõe as suas opiniões e judiciosas doutrinas sôbre questões educativas e sociais.

«*De Longe*» (1904) e «*Retalhos da Verdade*» (1904) são duas series de contos dum realismo perfeito, embora levemente perturbado pela visão enternecida que a distância e a saudade impõem a livros escritos longe da pátria, quando nêles se retratem ambientes e scenários bem nacionais. Essas narrativas são mesmo pedaços da genuina vida da burguezia lisboeta e provinciana, com suas virtudes e ridículos.

Num dos seus trabalhos mais modernos — *Tendencias actuales en la tutela correccional de los menores* (1918), estuda com pormenorização, clareza e notável conhecimento de causa, que o seu lugar de secretária do «Protetorado del Niño Delicuente» lhe permitiu adquirir, os mais graves problemas relacionados com a repressão da criminalidade infantil. O trabalho de *Caiel* é uma contribuíção de inapreciável valor para a melhor resolução de tão instante problema, expondo o direito novo que sôbre a questão foi criado e hoje vigora em vários países.

*

* *

A Senhora D. *Ana de Castro Osório* usa um dos nomes mais justamente consagrados, do nosso mundo literário feminino A sua grande obra é rica de intenção social ou educativa. Pressente-se que nela tudo obedece a uma só directriz, a um único desejo de aperfeiçoamento moral, e que é, principalmente, uma tentativa para alcançar ideais cuja simplicidade permanece, atravez de tudo, a mais bela certeza de harmonia social.

E' muito raro que um escritor, tendo, durante longos anos, prodigalizado a sua atividade e experimentado muitos géneros, se conserve sempre na estricta obediência a um mesmo e único sentido espiritual, condenando-se ao belo mas ingrato papel de apóstolo dum só credo. Para isso, é preciso conseguir uma inabalável crença na pureza da verdade que se defende e ter idéas bem firmes sôbre a função apologética da arte literária.

A Senhora D. Ana de Castro Osório é, sem contestação, a escritora portuguesa que mais fielmente combateu pela verdade que primeiro lhe sorriu, não apresentando, nos seus trabalhos, o menor vestígio daquelas crises de

descrença e desânimo que obscurecem, por vezes, o esfôrço dos maiores propagandistas.

A obra da Senhora D. Ana de Castro Osório é constituida por trabalhos de literatura infantil, romances, novelas e escritos doutrinários. Na impossibilidade de fazer referência a todos os momentos mais notáveis de tão fecundo labor, recordo algumas das suas mais curiosas manifestações.

E' digna de admiração a perfeita felicidade com que a Senhora D. Ana de Castro Osório renovou a forma de alguns contos maravilhosos que pertencem à tradição popular, assim como é notável a sua compreensão da mentalidade e dos interêsses infantis, de que se encontra claro testemunho na série das «*Viagens aventurosas de Felício e Felizarda*», com o seu visível intúito de educar a vontade e disciplinar o desenvolvimento da fantasia, tantas vezes nocivo à educação moral e prejudicado por mal orientadas leituras.

A ternura e o sentimento de que impregnou o seu romance «*Dias de Festa*», o qual, na sua própria definição, é "tôda a sensibilidade duma creança naturalmente racionalista interpretada por cincoenta anos de saudade, um pouco irónica, do Vida", [119] fazem desta obra um dos melhores documentos do seu valor — que não é meramente literário —, apezar dêste romance ser talvez aquele onde a preocupação doutrinária aparece mais esbatida.

O «Diário duma criança», incluido no livro «*Quatro Novelas*», é uma curiosíssima e carinhosa tentativa de interpretação duma alma de criança, ou antes, de adolescente, tentativa que resultou brilhante, devido aos profundos conhecimentos práticos de psicologia infantil tão amplamente comprovados por tôda a grande biblioteca que os pequenos portugueses devem a esta sua incansável amiga.

A novela «Isolados», do livro «*O Direito das Mães*», é um estudo duma alma feminina bem actual, já liberta do humilhante jugo imposto por uma visão social que, embora já decrépita, é ainda, sôbre as frágeis cabeças femininas, como uma implacável espada dum só gume, incapaz de distribuir justiça imparcial. Nessa novela, concretizam-se bem as aspirações e sentimentos da mulher contemporânea, os quais sempre encontraram a melhor compreensão e entusiástico acolhimento no espírito desempoeirado e sempre moço da infatigável publicista.

Como paladina do mais alto dos ideais que interessam às mulheres — o do seu resgate social —, a Senhora D. Ana de Castro Osório é crèdora de respeito e gratidão por parte de tôdas as suas compatriotas; como escritora de prosa límpida e serena, merece a admiração de todos os que vèlam pelo bom nome literário da nossa pátria e veem em cada profissional das letras, consciencioso e fiel aos seus princípios de orientação artística ou moral, uma garantia tranquilizadora.

*

* *

A Senhora D. *Emília de Sousa Costa,* conseguiu, pelo seu honesto e incansável labor, como educadora e socióloga, impôr o seu nome, hoje muito considerado, em Portugal e no Brazil.

E' já longa a lista das suas obras de literatura infantil, onde se esconde o difícil segrêdo de prender à magia de ingénuas histórias de bruxas, o espírito deleitado das crianças. Os seus contos infantis, tantas vezes baseados em lendas e tradições provincianas, sabem, como nenhuns outros — e talvez mesmo por interpretarem atitudes psíquicas comuns à nossa raça, interessarem os pequenos leitores que os repetem e decoram. São escritos com pacientes delongas e simplicidade pouco forçada. São escritos a sorrir, e as crianças adivinham, atravez das palavras pequeninas que tão bem entendem, uma boa alma que entendeu bem as suas predilecções, alma de mãe a florir no riso das suas bôcas inocentes.

E' inutil citar a vasta bibliografia subscrita pela Senhora D. Emília de Sousa Costa. Referência especial, entendo que a merecem principalmente as seguintes obras: o livro de biografias intitulado *"Êstes sim... venceram"*,

escrito segundo a moderna orientação pedagógica, que exalta a lição dos exemplos; o livro de crónicas *"Idéas antigas de mulher moderna"*, onde são focados, com notável bom-senso, inúmeros problemas de sociologia; e, finalmente, as memórias de viagem que intitulou *"Como eu vi o Brasil"*, onde, com certo brilho literário, revela exuberantemente um invulgar poder de observação e um alto e independente espírito crítico.

Reflexo duma crença absoluta na função educativa da literatura, e espelho da mais benéfica e humanitária inteligência — a inteligência do coração, — a obra da Senhora D. Emília de Sousa Costa é das que ilustram a intelectualidade feminina, porque é das que melhor testemunham qualidades que são genuinamente femininas e por nenhuns méritos exclusivamente literários podem ser igualadas.

Aproveito o ensejo de aludir á obra da Senhora D. Emília de Sousa Costa, notável cultora da literatura infantil, para — ressalvando omissões injustas — arquivar apenas os nomes de outras senhoras que teem dedicado a sua atenção, de preferência, a tão inglória especialidade, publicando livros onde se reflectem não só qualidades de imaginação como, sobretudo, o mais carinhoso disvelo pelos interêsses infantis. Quero referir-me ás Senhoras D. Maria Amália Luazes — grande propagandista da educação popular, — D. Maria Paula de Azevedo — que tentou o teatro infantil, — D. Maria Sofia de Santo Tirso e D. Irene Lisboa — que introduziram espírito moderno nos seus contos em prosa desconexa e titubeante como a própria linguagem das crianças, — D. Maria O'Neil, D. Jane Bensaude e D. Maria João Coelho e Campos (*Tio João da Selva*), — a que sabe mais lindas histórias de mouras encantadas.

*

* *

Luzia é o pseudónimo literário duma ilustre madeirense, a Senhora D. *Luísa Grande*, que rapidamente conquistou a justíssima nomeada de ser um dos mais completos escritores portugueses da actualidade.

Estreou-se, há uns cinco ou seis anos, com o livro intitulado «*Os que se divertem*», longa série de diálogos escritos numa linguagem pura, e cheios de espírito, de observação, de ironia leve e enternecida, de simples humorismo, de imaginação discreta mas original. Essa primeira obra de *Luzia*, onde se adoptava uma forma quási desprezada em nossa literatura contemporânea, constituiu uma revelação tão inesperada como feliz. A hora em que apareceu êsse livro marcou um momento aureo na história da nossa literatura feminina. Acabava de se revelar um dos mais curiosos temperamentos de escritor moderno, com tôdas as qualidades necessárias para uma rápida consagração.

Atravéz duma sensibilidade bem nossa, bem portuguesa, scintilava aquele subtil e perfumado espírito gaulês, aquela futilidade graciosa e a malícia discreta dos dialogadores franceses modernos.

Recortando caricaturas mundanas, fixando aspectos ridículos da sociedade lisboeta — sobretudo da chamada «alta sociedade» — e suavizando a crueza da verdade com um sôpro de emoção e de ternura, *Luzia* vencera.

Em 1922, publica o seu segundo livro — «*Rindo e Chorando*», continuando a adoptar a mesma forma dialogada, tão a caracter com os seus temas duma expontaneidade e despretenção admiráveis. Tira ainda melhor partido, sob o ponto de vista literário, do seu espírito penetrante, duma subtileza rara, e da sua maneira de ser, moral e afectiva.

Em *Luzia*, é impossível separar a personalidade literária da personalidade real. A escritora que mais discretamente surge e melhor se ocultou sob um pseudónimo esfíngico, é a que mais deixa adivinhar de tôdas as suas preferências espirituais, de tôda a sua vida do espírito, do seu temperamento e do seu caracter. Revela-se-nos como uma desiludida, uma insaciada, já quási exausta de esperar, arrastando pelo mundo uma alma tôda claridade, um coração nostálgico e uma sensibilidade de hiper-civilizada. Precisamente por essa feliz incapacidade de ocultar completamente o roteiro do seu destino e a côr da sua alma, *Luzia* tem o condão de irradiar um irresistível fluido de simpatia, que a torna uma escritora inolvidável.

No penúltimo livro que publicou, as «*Cartas do Campo e da Cidade*», põe de parte a forma dialogada e, abandonando um pouco a feição mordaz e irónica do seu poder de observação, adoptando o estilo epistolar tão ajustado à sua prosa de tão natural e bela simplicidade, — escreve algumas páginas encantadoras, repassadas de ternura, onde há vestígios duma melancolia cristã e resignada.

Em traços rápidos, descreve paisagens dos Pirineus e da Madeira, aspectos de cidades, aspectos de almas, ridículos tristes e amarguras ridículas, sem nunca descer à crítica mordaz nem à ironia cortante e azêda.

A última obra de *Luzia* — «*Cartas duma Vagabunda*», que alcançou um justificadíssimo triunfo de crítica e de acolhimento público, representa uma definitiva consagração. Nela atingem o ponto culminante tôdas as virtudes literárias da escritora, que em boa hora apareceu, com a sua presença graciosa, a espiritualizar um pouco o horizonte onde se pavoneia, quási sempre muito pesada, a chamada «prosa leve», por muitos confundida com prosa ôca. [150]

Conseguindo um equilíbrio perfeito entre o espírito das suas obras e a sua expressão literária, mantendo o seu maravilhoso poder de simpatia, tirando o melhor rendimento estético duma vida um pouco nómada, e revelando, atravez de tudo e superior a tudo, um bom gôsto e um bom senso inatos e flagrantes, *Luzia* é hoje um dos nossos prosadores de mais glorioso destino, um prosador que se lê sempre com supremo encanto, mesmo depois de recordar as melhores páginas epistolares de Eça de Queiroz e de Maria Amália Vaz de Carvalho

*
* *

A Senhora D. *Virgínia de Castro e Almeida* tem revelado, atravez duma obra constituida por quási duas dezenas de volumes originais, um esplêndido e vigoroso temperamento de escritor doutrinário. Cada um dos seus livros representa, em última análise, uma nova afirmação da sua crença firme numa diferente e mais equitativa ordem social.

Querendo contribuir, quanto em suas fôrças cabia, para apressar a hora em que no coração dos homens floresça um mais completo sentimento de fraternidade, recorreu ao romance de tese social, variedade que, quási sempre, possui escassas condições de agrado. Tais predicados literários pôs ao serviço da sua benemérita causa, que cada um dêsses romances representa mais um feliz passo da sua carreira, deixando-nos a convicção de que a autora é não apenas um eloqüente apóstolo de sempre moços ideais, mas, principalmente, uma escritora que possui, em plena florescência, os mais raros segrêdos da sua arte.

Na prosa da Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida não se descobre o mais leve cunho feminil, o im-

preciso caracter de emotividade irreprimível que muitos consideram como um estigma de inferioridade. A sua prosa é quente, profunda, inteiramente liberta de sugestões e de pretenciosismo.

Os personagens que pouco se movimentam nas páginas dos seus romances sociais, são meros porta-vozes de comentários brilhantes e apaixonados, são simples pretextos para controvérsias tendentes a revelar melhor a força duma idéa ou a justiça duma profecia.

Sentem-se muito bem, atravez dos livros desta escritora que progride sempre, os admiráveis efeitos literários que se pode tirar dum estudo atento e dum incessante esfôrço intelectual, quando unidos a notáveis dons naturais.

A obra da Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida, apezar de tão vasta, apresenta certo cunho de uniformidade que torna fácil a sua análise. Exceptuando dois livros de caracter quási didáctico, versando problemas de educação e economia doméstica — um dos quais é adaptação do italiano —, tôdas as suas obras podem agrupar-se em três categorias: romances de tese social; contos, crónicas e reflexões; literatura infantil.

Como obras características da primeira categoria, os romances «*Terra Bemdita*», «*Trabalho Bemdito*» e «*Capital Bemdito*» são os de mais forte amplitude filosófica. Tendo-se dedicado a estudos de economia política e social, e conhecendo a fundo a vida das populações rurais, a Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida procura demonstrar como seria fácil tirar maior rendimento de ordem moral e material, de determinados instrumentos de riqueza pública, que teve ocasião de vêr superiormente aproveitados em diversos países. Os seus romances teem, portanto, além do seu alcance filosófico, um louvável cunho de utilidade e de ensinamento prático.

A primeira parte do livro *«Terra Bemdita»* é constituida por quadros da vida ribatejana copiados do natural, ainda que tocados por certos laivos românticos. Nela se descrevem caçadas, novilhadas, fainas da cultura rural e castas paisagens da terra e das almas. Na segunda parte, focam-se as maravilhas da sciência aplicada ao amanho do solo, e a maneira como da charneca bravia podem sair os prados de húmida verdura, onde cada palmo de terra é uma mão-cheia de ouro. Êste livro — onde se faz a apologia de algumas iniciativas com grande éxito postas em prática, no estrangeiro, entre as populações rurais —, encerra-se por uma forte alegoria cristã e pagã, enquadrando a figura de Cristo a abençoar a festa da terra e dos que por ela e para ela vivem.

Em *«Trabalho Bemdito»* defende-se uma superior moral social. Destacando-se sôbre a majestosa paisagem alentejana, de mato rasteiro e poentes rôxos, os personagens, todos irreais, tipos de iluminados, são frases vivas de grandes doutrinários, frases aladas de Henri Georges e de tantos outros que prègaram complexas teorias sôbre a repartição equitativa do solo.

Em *«Capital Bemdito»* é focada a vida difícil do pequeno lavrador, em contraste com a existência do comerciante citadino, por êle enriquecido. Nêsse romance, há um quadro perfeito do meio comercial duma cidade portuguesa, que deve ser o Porto. A obra data do ano em que se proclamou a república e nela se vislumbra já o movimento político que se avizinhava. Em paralelo com a figura de Cristiano, um apóstolo da revolução violenta, surge a dum paladino da revolução lenta, que, sem sobressaltos bruscos, levaria o país para um destino redentor. Dum modo geral, o romance defende a tese do capital poder ser uma fonte de riqueza comum, utilizado

cómo simples instrumento da inteligência e da vontade, postas ao serviço do bem-estar colectivo.

O romance *«Fé»* é ainda uma obra de tese, mas superior às outras em poder emotivo, perfeição de forma, interêsse da acção — que é duma harmonia e equilíbrio notáveis —, verdade e beleza dos personagens secundários.

A' segunda categoria que há a considerar no labor intelectual da Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida, pertencem os livros intitulados *«Coisas que eu penso»* e *«Cartas de Fabrício»*. Este último, o mais completo, é uma série de cartas simples, dum estilo corrente, em que o filho duma família nobre evoca, perante um velho amigo, certas recordações de infância onde perpassam uma funda ternura e uma natural emoção. O interêsse narrativo é gradual e sempre crescente. Pressente-se que a autora, para falar sentidamente sôbre velhos costumes fidalgos, a dedicação dos criados antigos, a mutua estima entre patrões e servos, se limitou a chamar recordações prêsas à sua própria infância, que decorreu num elevado meio aristocrático.

«Inocente» é o título dum volume constituido por três contos. O primeiro, o que dá o nome ao livro, é um testemunho valioso das belas qualidades de dramatização da autora, já em plena posse das suas qualidades de estilista sóbria, modelando a expressão e colorindo-a sem esfôrço, revelando sempre um apurado sentido pictural, que sabe encontrar nas pessoas e nas cousas os seus caracteres mais reveladores. O último conto do livro, que se intitula «Decameron» é uma controvérsia sôbre estética e moralidade, disseminada em parábolas cheias de fantasia.

Como obras de literatura infantil, a Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida subscreveu os volumes intitulados «*Ceu Aberto*», «*Em pleno Azul*», «*Pela Terra e pelo Ar*» e «*As Lições do André*», todos sujeitos à mesma orientação e à mesma maneira de vêr àcêrca do caracter que deve assumir a leitura destinada a crianças. Muito nova, a mesma senhora publicou um livro de contos infantis, prefaciado por Maria Amália Vaz de Carvalho, onde seguia a rota conhecida dos que narram às crianças cousas e aventuras maravilhosas. Arrependida de seguir por tal caminho, entendendo que não é divertir nem educar as crianças o levá-las ao mundo da fantasia, onde se cruzam personagens fantásticos de complicadas atitudes morais, resolveu chamar antes as atenções infantis para as maravilhas da natureza e da sciência, ministrando conhecimentos úteis da maneira mais agradável, atravez de «livros que as instruissem sem elas darem por isso».

Da maneira brilhante como exemplificou êsse pensamento são testemunho os livros já citados, onde se tira o máximo proveito pedagógico da curiosidade infantil e onde as lições de coisas são habilmente envolvidas no movimento das peripécias e no tumulto da acção. Se alguma discordância podem levantar êsses trabalhos é no que respeita à maneira decidida como a autora opta francamente pela educação estrangeira, mostrando-nos sempre os seus pequenos herois — crianças portuguesas — a caminho de terras estranhas, onde vão freqüentar escolas que tudo lhes ensinariam menos o incondicional amor da pátria, orgulho e indulgência para as suas glórias e fraquezas.

Modernamente, a Senhora D. Virgínia de Castro e Almeida tem tido ocasião de revelar mais um curioso

aspecto da sua bela individualidade literária, colaborando assiduamente em jornais onde assina algumas crónicas de comentário a assuntos de política mundial. Pelas funções que desempenha junto do Instituto de Cooperação Intelectual e pelo seu íntimo conhecimento dos trabalhos da Sociedade das Nações, que tem seguido de perto, a brilhante publicista encontra-se habilitada a poder fixar e comentar todos os mais vibrantes problemas que hoje interessam à intelectualidade e à política europêas.

*

*   *

A Senhora D. *Branca de Gonta Colaço* fez a sua estreia, em 1907, com um livro de versos — *«Matinas»* — que justificadamente ergueu em volta do seu nome uma auréola de simpatia, sempre viva e sempre bem merecida.

Filha do impetuoso bardo romântico que foi Tomaz Ribeiro, a poetisa das *«Matinas»* revelava, a par duma inspiração fácil, leve, e tocada de emoção sincera e juvenil, tôdas as qualidades de brilho e de grandiloquência que tornaram popular a poesia fogosa do autor da «Judia». Na poetisa das *«Matinas»* encontravam-se reunidas as melhores características da poética do romantismo. A multiplicidade dos seus temas, com predomínio do motivo amoroso e da saudade, a impecável correcção métrica e perfeita sonoridade, a facilidade rímica, a riqueza de ritmos, são qualidades que se encontram já no seu primeiro livro, acentuando-se atravéz de todos os outros.

O volume a que chamou *«Canções do Meio-Dia»*, livro que é a sua obra-prima, não deve ser esquecido ao rever-se todo o nosso panorama literário, durante o pri-

meiro quartel dêste século; nêle revela tanta expontaneidade na forma, como pureza e graça na inspiração, e nêle se espelham com nitidez dois sentimentos de que a alma da poetisa é voluntariamente escrava: a Caridade e o Amor. Para comprovar a potência emocional que o primeiro sentimento atinge, é suficiente recordar uma quadra perdida numa página feliz:

> Ele é tão triste ser criança abandonada!
> Ser anjo e não ter ceu... Não ter luz, sendo aurora!
> Só por haver no mundo infância desgraçada,
> merece a humanidade as lágrimas que chora.

Para mostrar a ternura bem feminil que impregna os seus motivos amorosos, recorde-se apenas o fecho dum soneto:

> Vive, para que eu possa descobrir
> na ventura infinita de te amar,
> os extremos limites do sentir!...
>
> Mas se o teu fim antes que o meu chegar,
> estes olhos que te amam a sorrir,
> continuarão amando-te a chorar...

Nêsse mesmo livro, destacam-se ainda as poesias parafraseando alguns versos de Tomaz Ribeiro e celebrando as belezas da paisagem beirã.

No volume *"Hora da Sesta"*, continua a mesma artista do ritmo seguindo na mesma directriz de vibrante entusiasmo lírico, em volta dos velhos temas amorosos, ferindo levemente, uma vez por outra, a nota filosófica e a nota melancólica, como quem vai encontrando na Vida outros sentidos menos deslumbrantes do que aquele que refrescava suavemente o ar, quando o Amor tocou matinas na sua alma virginal.

No *«Auto dos Pharoleiros»*, representado no Teatro

Nacional, acentua-se essa nota de filosófico e ameno comentário à Vida, ao mesmo tempo que, na sátira aos costumes, se vinca uma nova modalidade da sua potente inspiração. O auto contem alguns trechos de admirável lirismo e deve aceitar-se como uma das raras obras poéticas de grande amplitude lírica que a literatura feminina pode apresentar. O quadro do auto que se desenrola na «Quinta dos Amores» tem momentos de luminosa eloquência, sendo notáveis as paráfrases ao estilo de vários personagens de alta estirpe literária, que vão sucessivamente aparecendo; o soneto que constitui a fala pronunciada pela "Sombra de Sóror Mariana" é perfeito como interpretação psicológica.

Mais recentemente, a Senhora D. Branca da Gonta Colaço publicou uma nova colecção de poesias, sob o título de "*Ultimas Canções*". E' dêsse volume o seguinte trecho de tocante emoção:

> ...E silenciosamente
> morri, de morte humilde, humildemente,
> numa longínqua torre,
> num triste anoitecer...

....

> Não é quando se acaba que se morre;
> é quando acaba o gôsto de viver.

E' inútil procurar mais pretextos que justifiquem a admiração quási instintiva que a Senhora D. Branca de Gonta Colaço tem o condão de provocar, não só em muitos intelectuais seus contemporâneos como nos seus leitores. A superioridade do seu temperamento poético é de tal maneira flagrante que, mesmo quando as provas literárias apresentadas não fôssem de real valor, ainda assim se imporia, pela simples razão de existir e de ninguem poder negá-la.

O seu temperamento poético é dos que se adivinham a distância, dos que se manifestam em mil pequenas coisas e menos no campo das atitudes intelectuais do que em expressões morais ou sociais. A maneira generosa e indulgente como a poetisa acolhe e guia todos os principiantes que recorrem ao seu conselho autorizado, é uma das mais simpáticas revelações da sua maneira de ser, estruturalmente sentimental.

Onde há talento, sentimento e vibração emotiva, há terreno eleito para que a poesia mais pura e mais natural floresça esplendidamente. E', portanto, da máxima justiça que a Senhora D. Branca de Gonta Colaço conserve em seu poder, não tanto por direito de conquista mas por direito de graça e de bondade, o sceptro da poesia feminina portuguesa, sceptro que outras mãos de mulher se recusarão, decerto, a receber, enquanto em suas fidalgas mãos descansar.

*

* *

A Senhora D. *Cândida Aires de Magalhães* é a poetisa em quem a maravilhosa visão crítica de Maria Amália Vaz de Carvalho descobriu raríssimos predicados literários. O seu único livro, o poema *"Trevas Luminosas"*, obra íntegra, harmoniosa e forte, comprova a justeza dessa afirmação.

A Senhora D. Cândida Aires revelou-se uma admirável poetisa descritiva, não abusando de imagens empoladas e gastas, antes procurando, dentro da maior simplicidade, evitar os bordões oratórios e cair nos lugares-comuns onde a melhor emoção naufraga. Pela serenidade do seu lirismo todo expontaneidade, pela subtileza do pensamento, pela comedida mas fecunda intervenção da fantasia, afasta-se bastante da corrente romântica, a cuja cadência enfática foi embalada a sua infância, enquadrada no intenso ambiente intelectual onde pontificava sua tia, a precoce poetisa de *"Uma Primavera de Mulher"*.

A Senhora D. Cândida Aires de Magalhães é talvez a mais portuguesa das poetisas de Portugal, porque nos seus versos há tôdas as imprecisas quantidades de fatalismo, de melancolia e de resignação que tanto contri-

buem para imprimir uma distinta fisionomia sentimental ao nosso tipo rácico.

Senhora duma técnica segura, a autora das *"Trevas Luminosas"* usa, no seu poema e em diversas poesias, dos mais variados ritmos, harmonizando-os magistralmente com os motivos que desenvolvem. O seu característico mais pessoal é a união perfeita entre a emoção e o pensamento; a sua inspiração obedece tanto à inteligência como ao coração, e mantem-se no mais difícil equilíbrio entre os dois tipos extremos de poesia intelectual e emotiva.

A seguinte poesia, duma beleza grave e enternecida, dum lirismo recolhido e calmo, testemunha o melhor característico dêsse estro privilegiado:

> Não há na terra lágrimas mais santas,
> nem mais abençoadas,
> do que essas tristes lágrimas piedosas
> que choraram por nós olhos amigos...
> Por isso é que os Antigos
> — almas videntes, almas religiosas
> que por divinó instinto se guiavam,
> depunham com fervor e com ternura
> dentro da sepultura,
> que ia esconder aos sôfregos olhares
> êsse alguem que partia,
> um vaso de cristal que recolhia
> as lágrimas em fio
> dos que ficavam na desolação...
> E a dôce fé deixava-lhes supor
> que essas lágrimas, símbolo e expressão
> da saudade e do amor,
> iam servir de eterna companhia
> na eterna solidão...

"Ave das Alturas", chamou Maria Amália Vaz de Carvalho à alma eleita desta poetisa, a quem nem sempre, com certeza, as palavras acompanham em seu anseio ascensional.

*

* *

A Senhora D. *Domitila de Carvalho,* formada e premiada por três faculdades universitárias, pela sua alta intelectualidade, mais que pelo real valor das suas composições poéticas, tem, por direito de conquista, um lugar proeminente entre as mais lídimas representantes da nossa literatura feminina.

Já no seu primeiro livro, "*Primeiros Versos*", esta ilustre senhora revelara todos os recursos duma sensibilidade não embotada pelo forçado contacto com tantas misérias, e antes vibrando sempre intensamente ao sabor das mais subtís impressões e reflectindo fundos sentimentos de ternura, piedade e crença. Dos versos dêsse livro disse, sem lisonja, o eminente poeta Afonso Lopes Vieira, seu prefaciador, que eram "dos mais sinceramente compostos e interessantes que mulheres portuguesas teem publicado".

No seu segundo volume de poesias, que, por descrever paisagens e aspectos de Coimbra, se intitulou «*Terra de Amores*»—, a Senhora D. Domitila de Carvalho ascende a maior perfeição técnica, sem contudo perder qualquer dos cambiantes de sensibilidade que tão nítidamente ca-

racterizam a sua inspiração. E' dêsse volume o seguinte soneto, súplica ardorosa e trémula:

Meu Deus e meu Senhor, pelos tormentos
Que por amor de nós haveis sofrido,
Volvei para mim o Vosso olhar dorido,
Ouvi os meus tristíssimos lamentos.

Pelo bem que espalhais compadecido,
Na agonia dos ultimos momentos,
Dai um fim, ó meu Deus, aos sofrimentos
De quem, só para sofrê-los, tem vivido.

Quero fugir para sempre dêste horror.
Há depois desta vida outra melhor,
Em que as tristes lembranças se dissolvem.

Levai-me para Vós, ó Deus bemdito,
Tenho ânsia de luz e de Infinito,
Tenho mêdo das sombras que me envolvem....

Como êste sonêto, os versos da Senhora D. Domitila de Carvalho são quási sempre a paráfrase de vagos sobressaltos emotivos, e quási nunca se apresentam fortemente objectivos nem procuram ser altas expressões de idéas ou modêlos de rígida serenidade lírica.

*

* *

A Senhora D. *Fernanda de Castro*, a mais nova das poetisas que verdadeiramente contam no mundo literário português, estreou-se, em 1919, com um livro chamado «*Ante-Manhã*», que mereceu unânimes elogios da crítica jornalística e de quási tôdas as figuras marcantes em nosso retraido meio intelectual. Êsse livro é uma colecção de bucólicas e sonetos, cujo segrêdo de graça e de agrado reside na transparente expontaneidade da sua inspiração, e até na pueril preocupação imitativa que, por vezes, revelam. Nêle se patenteiam já as mais brilhantes qualidades poéticas — entre as quais sobressai um forte poder evocativo —, só prejudicadas por certa sugestibilidade, que imprime extremas e desencontradas modalidades às diversas formas de expressão lírica.

Nos dois livros que se seguiram à publicação de «*Ante-Manhã*», e que intitulou «*Danças de Roda*» e «*Cidade em Flor*», mas sobretudo nêste último, a Senhora D. Fernanda de Castro cria definitiva e gloriosamente uma bela individualidade, que é, sem possivel discussão, a mais original e, por isso mesmo, a mais valiosa, intelectualmente, de tôda a nossa literatura poé-

tica feminina. O seu lirismo contemplativo, já bem liberto dêsse caracter de quási exclusiva preocupação amorosa que predomina durante a crise romântica, é inexcedível no apontamento impressionista, na evocação de ambientes, na variedade do seu colorido forte.

Perante a sua visão poética, o amor não é a realidade mais interessante, e a sua lírica está bem isenta daquele pessimismo criado por via literária e filho de hipotéticos desaires amorosos.

Os caracteres artísticos da sua produção são dos que menos se uniformizam com a côr geral, com a tonalidade predominante na poesia do seu tempo, especialmente na poesia feminina.

A Senhora D. Fernanda de Castro comenta a natureza e muitos eternos temas, mas comenta-os sem devaneios, só discretamente associando a sua espiritualidade á espiritualidade que é própria das cousas e naturalmente ressalta duma descrição feita já com um intúito que não é de cópia mas de interpretação poética. A natureza que a inspira não é, tambem, uma natureza escolhida para uso dos poetas; é a natureza dos realistas, a natureza bela ou irregular, feia ou apenas típica. A autora da «*Cidade em Flor*» não canta só o luar e os poentes, e vê tanta poesia numa giga a transbordar de fruta sã do que num lago parado, com cisnes aristocráticos a destacarem-se num fundo de paisagem mórbida.

A intensidade pictural do pormenor e da côr, nas suas descrições poéticas, substitue vantajosamente a tradicional correspondência de efeitos líricos entre aspectos idênticos da natureza e da alma. A Senhora D. Fernanda de Castro não costuma recorrer a um simbolismo já banalizado, e quando nos dá quadros da vida citadina, quando fala da quietitude burgueza do seu jardim, da

calma do seu lar, limita-se a descrever, a descrever sempre, embora com palavras que já trazem em si a melhor certeza de encanto. Exemplo bem típico da sua poesia de exuberante sinceridade é o belo poema com que abre um novo livro em preparação; é dêsse poema o seguinte trecho:

O' meu jardim perdido na distância,
embruxado jardim da minha infância,
eras tu a alegria dos meus olhos!...
Onde estará meu bibe azul de folhos?
E a fita que prendia os meus cabelos?
E o meu chapeu de laços amarelos?
Foi-se a alegria sem os teus afagos...
Talvez ande a boiar sôbre êstes lagos...
O meu bibe rasgou-se nos espinhos
e anda agora espalhado pelos ninhos.
A fita do cabelo era vermelha,
tomou-a com certeza alguma abelha
por uma flor estranha e tropical...
E o meu chapeu de palha de tagal
trouxe nos flancos a ninhada inteira
duma gata faminta de goteira...

*

* *

O' meu jardim, conta-me os teus segrêdos...
Já não entendo a voz dos arvoredos,
não sei onde os pardais fizeram ninho,
nem talvez já me lembre do caminho
que terminava num palácio aquático,
onde vivia um cisne branco e extático.
Tinha o cisne a leveza singular
duma pluma, dum sonho a flutuar...

E onde estarás, ó minha gruta obscura,
onde eu ía esconder-me na ternura
dos teus braços rugosos de granito,
onde cabia dantes o infinito?
Que histórias me contavas, que bruxedos,
quando o vento açoitava os arvoredos
e arrastava o perfume das magnólias,
em frémitos sensuais de harpas eólias!
Tinha a lua o clarão rubro e divino
da lâmpada escarlate de Aladino...

Intelectualmente brilhante, com uma individualidade já tão bem definida, a Senhora D. Fernanda de Castro, embora não obedecendo a uma preconcebida directriz estética, quís afastar-se das tradições do nosso lirismo e, não procurando chegar a altas curiosidades filosóficas nem seguir caminhos de bizarra virgindade, destaca-se em absoluto da multidão e está isolada no seu lugar, que é o mais raro e o mais difícil de obter. O seu lirismo pode não encontrar eco entusiástico nas almas onde o *substratum* sentimental da raça tem mais entranhadas raízes, mas, visto à luz da crítica, é o mais puro, o mais original, o mais só igual a si mesmo, e, intelectualmente considerado, não só o mais valioso, como vantajosamente distanciado de tôda a poesia feminina portuguesa.

A Senhora D. Fernanda de Castro tambem se tem dedicado à literatura infantil, subscrevendo já um livro de contos e um romance para crianças, intitulado *"Mariazinha em África"* — espécie de retrospectivo excerpto biográfico da sua infância —, o qual obteve um agrado extraordinário entre o público especial a que se destina.

Tentou, com notável exito, a literatura dramática, sendo autora dum drama regional — *"Naufragos"* —, cuja acção decorre numa aldeia da costa algarvia. Esta peça subiu à scena no Teatro Nacional, obtendo o mais justo louvor. É digno de registo o rigor com que a autora reproduz os hábitos dialectais da linguagem algarvia, bem como o vigor, a nitidez e a humanidade com que estão desenhados os rudes caracteres dos personagens. Há ainda a ter em linha de conta que o drama *"Naufragos"* foi escrito aos desassete anos, precisamente numa idade em que, longe de se saber pôr vida no teatro, ainda mal sabemos extasiar-nos ante os aspectos mais teatrais da vida.

*

*   *

A Senhora D. *Florbela Espanca* publicou apenas duas colecções de sonetos, melancolicamente intitulados *"Livro de Magoas"* e *"Livro de Soror Saudade"*, mas, apesar do frio acolhimento que obtiveram essas obras, parece-me merecer bem que se destaque o seu nome estranho, dentre a aluvião de nomes femininos que, nos últimos anos, teem firmado livros de versos.

As suas composições, dum exagerado subjectivismo elegíaco, manifestando certa complacência pelos motivos que o último figurino puzera em voga, e patenteando um egocentrismo por vezes fatigante, possuem, apesar de tão evidentes "senões", qualquer cousa, difícil de definir, que lhes imprime rara amplitude e elevação lírica.

A "tortura da forma" é um dos seus motivos mais favoritos, desde que se estreia com a confissão de ter sonhado ser "a Poetisa eleita", a "que reune num verso a imensidade", até, na sua segunda obra, tomar o sonho quási por realidade, afirmando não saber compôr outro livro "mais santamente triste, mais perfeito".

Nos seus versos amorosos transparece uma resignada

desolação, que imprime a esta sua modalidade poética um encanto especial:

> Beija-me as mãos, amor, devagarinho,
> como se os dois nascessemos irmãos,
> aves cantando ao sol, no mesmo ninho...
>
> Beija-mas bem!... Que fantasia louca:
> guardar assim, fechados nestas mãos,
> os beijos que sonhei p'rá minha boca..!

E, noutro soneto mais amargurado:

> Oh, tanta cinzà morta!... O vento a leve!
> Vou sendo agora em ti a sombra leve
> de alguem que dobra a curva duma estrada...

Uma vez liberta da sua ansiedade de atingir os serenos modelos parnasianos — pouco adaptáveis ao alvorôço da sua mocidade —, uma vez desprendida do convencionalismo de efémeras modas poéticas cujos mais notáveis observantes a cada hora emigram para os eternos domínios da Beleza —, logo que deixe a retina da emoção impressionar-se com o espectáculo de tôdas as paisagens, logo que abandone o turvo horisonte de desolação onde o seu estro se sentiu tanto à vontade, a Senhora D. Florbela Espanca será, sem sombra de dúvida, um dos mais radiosos valores da última geração literária.

*

* *

A Senhora D. *Maria de Carvalho,* sendo essencialmente uma intelectual e não uma emotiva, consegue, no entanto — porque possui bem o seu *"métier de poésie"* e porque tem o segrêdo de ritmos graves e sonoros — prender a nossa admiração tanto pelo lado do sentimento como pelo da inteligência.

Em seis livros de versos, revela-se, no tocante à «forma», uma poetisa do mais puro classicismo; no que respeita ao pensamento, um espírito analista de invulgar acuidade.

Nos seus versos de amor, o coração faz-se ouvir pela voz da razão, e mesmo quando não foge às incoerências próprias da paixão, manifesta-as ainda dentro de certa lógica, de certa serenidade, impostas pela inteligência.

A Senhora D. Maria de Carvalho colhe os seus melhores louros, quando, respeitando a tendência analista do seu espírito, evita focar acidentes sentimentais de cunho individual, e entra abertamente no campo das generalizações. E' por isso que o livro de versos intitulado «*Pensamentos*», não sendo a sua obra-prima, é a sua obra mais pessoal e representativa.

Na poesia descritiva da Senhora D. Maria de Carvalho há freqùentes paralelismos entre o ambiente descrito e um estado de alma.

Na sua lira, não há pessimismo nem alvorôços juvenis; há apenas resignação, bom senso, um murmúrio todo harmonia, que tem a unção piedosa duma prece reconhecida, deposta aos pés de Quem tudo harmoniza e ordena.

No volume *"Folhas"*, encontram-se alguns «Quadros Rusticos» de singular colorido, — e o belo soneto «Mortos», muito característico da feição profundamente conceituosa de quasi tôda a obra desta poetisa:

Chorar um morto é triste, se quem chora
não deseja afinal ser consolado...
Chorar sem trégua um morto bem-amado
é fazê-lo viver a tôda a hora.

E' caminhar, por êste mundo fora,
procurando outro mundo imaculado,
em que a noite da morte e do passado
tenha tambem a luz da sua aurora.

Chorar um morto... é vêr na soledade
uma sombra de amor, a que a saudade
empresta côr, sorriso, olhar e voz...

Chorar os mortos... que tristeza infinda!...
Mas não será talvez mais triste ainda
chorar os vivos, mortos para nós?

No seu livro mais recente, — «*Atravez da Bruma*», a Senhora D. Maria de Carvalho atinge a plenitude da sua potência lírica e da sua ansiosa intelectualidade, dando-nos algumas composições em que a justeza do conceito e nitidez do raciocínio são com felicidade equilibradas por uma sincera vibração emotiva.

*

* *

A Senhora D. *Virgínia Victorino* conquistou rapidamente a mais justa celebridade literária, com um livro de sonetos, que, no dizer dum crítico eminente, [151] veiu revelar uma condigna detentora do mesmo sceptro do lirismo amoroso que já descansara nas predestinadas mãos de Camões, de Soares de Passos e de João de Deus.

O segrêdo do exito de popularidade obtido pelo livro «*Namorados*», explica-se não tanto pelas suas indiscutíveis virtudes literárias — como linguagem cristalina e tôda simplicidade, expontaneidade e pureza de inspiração, perfeição rítmica, ausência de retórica — como pelo facto dêle conter uma feliz adaptação do lirismo amoroso às ansiedades emotivas mais actuais. O scenário dessa vintena de poesias amorosas já não é a paisagem: é a sala ou o gabinete de trabalho; o personagem que monologa já não é um pastorinho desiludido nem um sonhador olheirento: é uma rapariga moderna, feita à imagem e semelhança de tôdas as raparigas do seu tempo. Cada poesia já não é uma intérmina queixa: é um sóbrio diálogo, em que um dos interlocutores diz apenas o neces-

sário para impressionar o outro, que, mudo e interessado, ouve, mal esboça um gesto, e deixa que se desenrole tôda a acção duma intriga amorosa, que, de verso para verso, cresce em intensidade, vindo a resolver-se numa frase-girandola final, uma frase das que ficam bem, ao fechar do pano. Cada soneto do livro "*Namorados*" é um «*lever-de-rideau*» num estilo de harmoniosa concisão; por vezes, a intriga não chega a esboçar-se, e então o soneto é apenas a rubrica rápida e eloqùente duma comédia dramática que vai começar.

Ao mesmo tempo, ler um soneto dêsse livro tão justificadamente popularizado, é viver na intimidade de dois corações do nosso tempo; é sorrir com um trocadilho inevitável; é reconhecer, mais uma vez, que são tristemente verdadeiras muitas verdades velhas, surgindo no decorrer da conversa; é ouvir falar de amor numa lingua que todos entendemos, com palavras que todos empregamos, exprimindo conceitos que a todos ocorrem, interpretando emoções que todos experimentamos; é, em resumo, a nossa alma sentir a gostosa vaidade de se reconhecer igual ao que parece ser a alma dessa poetisa celebrizada.

Como Paul Géraldy no seu «*Toi et Moi*», a Senhora D. Virgínia Victorino comenta a paixão amorosa enquadrando-a num ambiente mundano, focando-a sob um aspecto honesto e quási casto, sob as suas relações mais triviais, quási prosaicas, com a vida, em versos que são especímenes de impecável virtuosismo, e se ajustam bem a tôdas as almas, ficando bem em tôdas as bôcas.

A poesia dêsse livro feliz surpreendeu, principalmente as pessoas cultas, pela absoluta harmonia entre a forma e o pensamento, que intimamente se abraçam com ideal serenidade. A idéa, que não é rebuscada, que

é quási banal — mas sempre repassada de emoção intensa, e profundamente feminina — encontra, sem esfôrço, uma expressão lírica de absoluta simplicidade, recorrendo apenas, inconscientemente, a artifícios estilísticos — como a antítese e o constraste — que estão dentro das tradições da lingua e constituem já um domínio muito acessível à sensibilidade popular.

Nos dois livros que se seguiram a «*Namorados*» — intitulados «*Apaixonadamente*» (1923) e «*Renúncia*» (1926), há sonetos de absoluta perfeição plástica. O sabor gongórico acentua-se mais; o emprêgo dos artifícios é com certeza menos inconsciente, mas os conceitos, tendo a mesma clareza, são de menos corrente vulgaridade. O soneto que serve de dedicatória ao livro «*Renúncia*» comprova bem em favor destas afirmações:

Pelo sagrado amor que vem de ti,
amor que eu amo com amor sagrado;
pelo Ideal descoberto e realizado,
— bemdita seja a hora em que te vi!

Pelas malditas horas que vivi
no desejo de amor tão desejado;
pelas horas bemditas ao teu lado,
— bemdita seja a hora em que nasci!

Pelo triunfo enorme, pelo encanto
que me trouxeste, é que eu bemdigo tanto
a hora suave que te viu nascer...

Amor do meu amor! Amor tão forte,
que se um dia sentir a tua morte,
será bemdita a hora em que eu morrer!

Nos seus últimos livros, a poetisa já não apresenta apenas sonetos, o que lhe permite aproveitar melhor certos temas de mais frágil contextura.

Nesta poetisa de amor — que, de resto, tem poesias do mais vincado parnasianismo, do que mais fielmente guarda a memória dos pormenores —, a manifesta falta de imaginação é compensada pelo excesso de sentimento, pelo meticuloso respeito da forma. O seu lirismo subjectivo tem um grande poder de simpatia e, apezar de abranger um campo limitado de motivos — que, fatalmente, se repetem e exgotam — foi êle quem lhe atraíu a fervorosa admiração dum numeroso público, já mais retraido perante as suas recentes composições, de muito maior cunho intelectual. A poetisa perdeu em popularidade, não se mantendo absolutamente fiel à sua aparente crença de que o Amor, por ser a cúpula da Vida, era o único tema verdadeiro de poesia. Se essa crença brotou expontaneamente na sua alma de privilegiada criadora de beleza, abandoná-la foi como desagradecer um favor divino, pois que é de elementar justiça reconhecer, sobretudo, na sua obra, bela revelação da graça de Deus, um claro milagre do instinto e o testemunho duma vocação poetica que trouxe à nossa literatura um dos poetas mais representativos da nossa sensibilidade. [152]

*
* *

Não é possível fazer ainda uma justa e especial menção às poetisas *Laura Chaves, Marta de Mesquita da Câmara, Oliva Guerra, Cândida Parreira e Alice Moderno*, que teem subscrito alguns trechos do mais inspirado e puro lirismo.

O campo lírico da Senhora D. *Laura Chaves*, que segue um pouco na luminosa esteira da poetisa Virgínia Victorino, é quási exclusivamente amoroso; ultimamente, porém, tem acolhido outros diversos motivos, que uma bela inspiração soube comentar de forma admirável.

A Senhora D. *Oliva Guerra*, musicógrafa muito culta, sobressai pela alta amplitude do seu lirismo descritivo, que sendo dum forte poder pictural, é particularmente emotivo, por atingir uma funda e religiosa espiritualidade.

A Senhora D. *Marta de Mesquita da Câmara* conseguiu — com o seu último livro humildemente intitulado "*Pó do teu caminho*" — reunir o aplauso unânime de todos os seus leitores. Êsse livro contém, de facto, uma ou outra poesia que, por si só, concede pergaminhos da melhor nobreza literária ao nome que a subscreve.

A Senhora D. *Cândida Parreira* é a cultora despretenciosa da redondilha popular, e o seu livro de glosas — "*Cantigas, leva-as o vento*" — é a inegável demonstração dum estro gracioso que pouco deve invejar o gracioso estro do povo.

A Senhora D. *Alice Moderno*, que tem uma obra vastíssima, pertence a uma pleiade ilustre de poetisas açoreanas, tendo composto inúmeras poesias de gôsto vincadamente romântico, mas tão ricas de inspiração e de conceito, que mereceram ser traduzidas em vários idiomas.

*
* *

Para terminar, uma simples saudação às menos literárias e às mais legítimas representantes líricas da alma feminina portuguesa, isto é, a tôdas as anónimas cantadeiras populares, desinteressadas e inglórias autoras de tantas joias sem dono.

Um escritor galego do século XVIII, o Padre Sarmiento, muito citado pela Senhora D. Carolina Michaëlis no seu "*Cancioneiro da Ajuda*", louva as faculdades artísticas das nossas mulheres do povo, atribuindo-lhes forças criadoras, e afirmando: «En Portugal es tan natural la poesia que cada pastor es poeta *y cada moza de cantaro poetisa.* Esto, comum en toda España, es más particular en Portugal y Galicia». E, mais adiante, atribue ainda às nossas mulheres do campo o costume de dar a conhecer os seus sentimentos por meio de coplas.

Os cantadores populares teem já sido estudados proficientemente, bastando recordar as palavras que mereceram ao sábio etnólogo Dr. José Leite de Vasconcelos, em a "*Poesia Amorosa do Povo Português*".

No seu "*Cancioneiro da Ajuda*", a Senhora D. Carolina Michaëlis diz: «Além de poetisas cultas, há numero-

sas dilettantes que *deitam coplas* quando qualquer sensação violenta — alacridade exuberante, rancor, ciumes ou paixão amorosa — as exalta e põe em brio. Mas também há verdadeiras poetisas profissionais do povo: lavradeiras, pastoras, costureiras, que exibem a sua arte em público, em festas e romarias, quer independentes, quer *em desafio* com outra cantadeira ou com qualquer cantador».

A existência de cantadeiras do povo tem longínquas tradições, e desde velhas eras há documentos comprovativos da indispensável presença das lavradeiras e pastoras com boa reputação de talento poético, em festas, romarias e grandes solenidades. Fernão Lopes, ao falar-nos das festas realizadas no Porto, por ocasião da primeira visita de D. João I, alude às muitas cantigas com que as mulheres acompanhavam os jogos, não sendo muito ousado calcu'ar que algumas dessas trovas seriam feitas por quem as cantava.

Se a parte tomada pelas mulheres dentro das manifestações líricas só é verdadeiramente apreciável, sob o ponto de vista do valor artístico, nos tempos modernos, não deixa de ser verdade que o papel da mulher, como criadora de expressões poéticas, é bem vísivel, desde as desprezadas jogralezas de profissão — quási sempre mouras, judias, ciganas, — desde as prestáveis benzedeiras — as que rezavam salmos benéficos contra bruxedos e doenças, — até às abadessas e freiras dos motes jogados e glosados nos «outeiros».

As cantadeiras do povo dão sinais de existência quási desde a data dos primeiros textos completos em idioma galeco-português, encontrando-se num documento galego do ano de 1228, a assinatura duma tal *Maior Peres, cantatrix*, que seria assim a primeira ascendente — de que temos notícia — de tôdas as mulheres do povo

que, há seculos, versejam nos dois idiomas distintos em que se desmembrou a rude fala dessa remota cantadeira. O arcebispo de Fita, em 1304, tambem faz referência às cantadeiras do povo.

Entre essas mulheres, na sua grande maioria analfabetas, houve sempre algumas verdadeiramente artistas, que, no meio dos aplausos ou invectivas do seu público tumultuoso, conseguem forjar pequenas obras-primas, com imagens expressivas e novas, perdidas entre inúmeras quadras duma vulgaridade absoluta, que frequentemente são simples variantes de outras muito divulgadas e tomadas como padrão.

A quadra popular composta ao desafio, improvisada, abusa do artifício da *leixa-pren*, que remonta à poesia trovadoresca e consiste em começar a quadra nova com o último verso de outra. Mas, quando é apenas a factura que deixa a desejar, o povo, aproveitando o mesmo pensamento feliz, atravez de gerações, encarrega-se de lhe imprimir melhor ritmo e certa musicalidade, característica em quási tôdas as quadras populares que valem pela idéa.

Em Lisboa, houve cantadeiras e algumas fadistas célebres, a quem talvez pertença a autoria de belas quadras anónimas que hoje andam de bôca em bôca. [153]

A Senhora D. Carolina Michaëlis, ao terminar um dos mais documentados e curiosos capítulos do seu "*Cancioneiro da Ajuda*", chega a esta conclusão de todo o ponto favorável a quem defenda calorosamente a tese da existência de fundas raizes ancestrais nas manifestações mais brilhantes do lirismo feminino português:

«Enfim, de todos os informadores consultados, histo-»
«riadores do Fado ou da Poesia Popular em geral, colec-»
«cionadores de cantigas, poetas cultos e cantadores»

«indoutos, nenhum põe a menor dúvida em que o Cancio-»
«neiro Popular é obra em parte de autores anónimos e»
«analfabetos, em parte de poetas cultos; mas que nume-»
«rosíssimas exalações expontâneas de almas moças,»
«entre as que aparentam ser obra feminina e pelo con-»
«teúdo são apropriadas só para lábios femininos, são»
«de facto produções de cantadeiras rústicas e de in-»
«génuas namoradas do campo. As trovas que estão»
«nêste caso constituem mais de um terço do Cancioneiro»
«do Povo. Mesmo sem distintivo exterior, quantas não»
«serão expansões dêsses entes de sensibilidade extrema»
«que na sua insciência e inconsciência, sem vaidades de»
«pensamento, comunicam intimamente com as vozes da»
«natureza e com a alma misteriosa do universo.»

Por outro lado, os snrs. Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira, no prefácio às «*Mil Trovas*» que tão criteriosamente coligiram, tambem asseveram: «E' sobretudo nas mulheres que se encontra mais vezes a agudeza de inspiração e a veia improvisadora: sinal, para juntar a tantos outros, de que o espírito e o coração delas são mais refractários que os dos homens à banalidade, e mais acessíveis à poesia das cousas».

Nada mais há a acrescentar a tão autorizados depoïmentos. A êsses «entes de sensibilidade extrema» que são as nossas mulheres do povo, pertence a autoria de centenas de quadras, cheias de conceitos profundos ou leves, e de imagens sempre graciosas. Nessas cantadeiras analfabetas encontra-se, como um diamante de pura água ainda em estado bruto, o lirismo mais puro e suave, o mesmo que vem florescer na alma das poetisas cultas e que estas irão pacientemente lapidando, até lhe darem formas mais raras, mais perfeitas e extravagantes, mas nunca mais naturalmente simples e originais do que as

preferidas pelas cantadeiras. A arte poética popular, porque é um produto natural, expontâneo, porque tem a humilde graça de tudo o que nasce por favor divino, quasi sem intervenção do menor esfôrço humano, é o mais transparente testemunho dos recursos de emoção que em si conteem as almas bem enraizadas no solo étnico da nossa pátria. E que a poesia feminina deve ser a de mais agradável nacionalismo prova-o o próprio facto de serem as «Cantigas de Amigo», as que constituem o «Livro das Donas» (parte dos cancioneiros medievais), aquelas onde os trovadores, procurando traduzir sentimentos e expressões feminis, atingiram um mais puro e feliz lirismo.

As mulheres cultas a quem fiz alusão nestas últimas páginas, não devem sentir diminuidos os seus nomes—que em penumbra de crepúsculos matutinos ou em meio dias radiosos já quási receberam a luminosa benção da glória —ao vê-los surgir, lado a lado, com uma referência apressada às suas mais sérias competidoras, às cantadeiras sem nome que deixaram tantas quadras sem mãe, às inúmeras Marias que por todo êsse Portugal fora, uma vez, ao menos, souberam cantar de amor, em versos pobres mas coloridos e berrantes como os seus aventais domingueiros.

A poetisa culta que mais se aproximasse da verdadeira poetisa rústica, da que encontrou na sua própria alma todo o segrêdo de simplicidade e todo o poder de síntese que é o velo de oiro de quantos argonautas se aventuram no turvado mar das letras, essa seria a maior, a mais integrada no ideal lírico da sua raça, a mais integrada na própria vida universal, que tanto palpita no instinto poético duma cantadeira do povo como na seiva das plantas expontâneas, das ervas que teimam em

crescer. Ñas quadras populares de evidente autoria feminina, onde a afectação só brilha pela ausência e onde não há vestígios de cultura literária, encontra-se um óptimo subsídio para bem delinear o génio lírico da raça, com suas vincadas tendências amorosas, saudosistas, resignadamente melancólicas, com seus repentes amargos, irónicos, maliciosos, com seu bom-senso conceituoso e seu bom humor jocoso, tomando a vida pelo seu lado menos negro. Ñão é esta uma conclusão que se possa rapidamente documentar, nas últimas páginas dum trabalho de tão diversos intúitos; aqui, apenas cabem alguns exemplos dessa ingénua e forte expressão lírica. Limito-me, portanto, a transcrever algumas quadras populares de provável autoria feminina, incluidas nas melhores antologias do género:

O' meu amor, não embarques,
Não vás por terras alheias;
O amor é como o sangue
Que corre tôdas as veias.

O meu amor foi-se, foi-se,
Sem se despedir de mim;
Do mar se lhe façam rosas
E do navio um jardim.

O' meu amor, se tu fores,
Leva-me na tua alminha;
Eu sou como a borboleta
Que onde quer vai metidinha.

Eu vesti-me, eu aceei-me,
Não sei se aceada venho;
Venho-me ver nos teus olhos,
Já que outro espelho não tenho.

Minha saia de refegos,
Tem pespontos nas bainhas;
Inda espero de ajuntar
As tuas mãos com as minhas.

O meu coração fechou-se,
Fechou-se, e já se não abre;
O ladrão que mo fechou
Fugiu, e levou a chave.

Anda cá, meu todo preto,
Meu torradinho do sol;
Quanto mais preto, mais firme,
Quanto mais firme, melhor.

Minha mãe, case-me cêdo,
Emquanto sou rapariga;
Que o milho sachado tarde,
Não dá palha nem espiga.

Andas morto por chegar
Ao meu coletinho preto;
Ao corpete chegarás,
Ao corpinho, não prometo.

Anda cá, colchete de oiro,
Aperta o meu coletinho;
Coração que é de nós ambos,
Deve andar conchegadinho.

Eu culpada, tu culpado,
Venham as culpas á meza;
Eu culpada por ser firme,
Tu pela pouca firmeza.

Pediste a meu pai um dote,
Meu dote são trinta reis;
Se lhe não sabes a conta,
E' um vintem com dé'reis.

Chamaste-me trigueirinha,
Não o tenho de nação;
Sou trigueirinha do rosto,
Branquinha do coração.

Chamaste-me trigueirinha,
Mas era do pó da eira;
Tu me verás no domingo,
Como a rosa na roseira.

Chamaste-me bexigosa,
Deu-me Deus êstes sinais;
Nunca vi missal sem letras
Nem altar sem castiçais.

Meu lenço de cercadura,
Toda me vejo cercada;
Só da vista dos teus olhos,
Me vejo desamparada.

O meu amor era António,
Mudei-o para João;
Tambem o vento se muda
Do norte para o suão.

Deixaste-me a mim por outra,
Eu bem sei que me deixaste;
Manda-me dizer, amor,
Na troca quanto ganhaste.

Os homens comparo eu
Com a poeira da rua;
Quanto mais mentem, mais juram
Por alma que não é sua.

Oh Senhora da Saude,
Venha abaixo, dê-me a mão;
Que eu sou romeirinha nova,
Canso do meu coração.

Eu tenho três coletinhos,
Um de linho e dois pintados;
Tambem tenho três amores,
Um firme, e dois enganados.

Se quereis, rosa, ser rosa,
Fugi do cravo, fugi;
No tempo em que eu era rosa,
Por um cravo me perdi.

Encostei-me ao pecegueiro
E tôda me enchi de flores;
Vejo-me tão pequenina,
E já me falam de amores...

Deixaste-me a mim por pobre,
E eu a ti por judeu;
Olha a diferença que vai
Do teu sangue para o meu.

Coitadinho de quem nasce
No mundo p'ra ser mulher;
Se é bonita, tem seu erro,
Se é feia, ninguem na quer.

Eu não tenho pai nem mãe,
Nem nesta terra parentes ;
Sou filha das tristes ervas,
Neta das águas correntes.

Ai quem me dera ter mãe,
Inda que fosse uma silva ;
Inda que ela me arranhasse,
Sempre eu era a sua filha...

Se passares pelo adro,
No dia do meu entêrro,
Dize à terra que não coma
As tranças do meu cabelo.

No coração da mulher,
Por muito frio que faça,
Há sempre calor bastante
Para aquecer a desgraça.

Eu fui a mais triste filha
Que nasceu ao pé da vinha ;
Nada se faz nêste mundo
Que a culpa não seja minha.

Minha mãe chamou-me Rosa,
Tinha de ser desgraçada ;
Pois não há nenhuma rosa,
Que não seja desfolhada.

Mal haja quem inventou
No mar andarem navios,
Que foi êle o causador
Dos meus olhos serem rios.

*

*   *

Quem observar, dum alto mirante isolado, o nosso panorama literário contemporâneo, de tão diversos e desvairados aspectos, nota um fenómeno que, não sendo capital, tem seu enigma desconcertante: o aparecimento dum grande número de inegáveis vocações poéticas, manifestadas principalmente em mulheres. Como nessa abundante produção poética não se encontram apenas vestígios de inspiração, mas um elevado anseio espiritual e cuidados de forma, que exigem esfôrço intelectual, — como a poesia de hoje está bem distante da musicalidade palavrosa do romantismo, — como há um abismo entre as poetisas do *Almanach de Lembranças* e os verdadeiros poetas femininos da actualidade, — será erro encontrar no fenómeno apontado apenas mais um testemunho de que a mulher é levada naturalmente, quási instintivamente, ao cultivo da poesia, por esta forma literária não lhe exigir um grande trabalho cerebral. O cultivo intenso da poesia será antes uma manifestação de intelectualidade por parte de quem já sabe compreender que na sua condição natural se encontram sempre, em embrião, os germens necessários para a eclosão dum grande poeta.

Não afirmo que seja com intenção preconcebida, com a plena consciência de todos os seus recursos naturais, que a mulher se resolve a dar largas à inspiração; mas creio que nessa multidão de poetisas são mais fundamentalmente artistas as que teem o instinto ou a inteligência necessários para saberem encontrar as fontes líricas, bem nacionais, que para elas correm com especial exuberância, e, fugindo de concepções filosóficas onde sem dificuldade se elevariam, aproveitam os seus inatos tesouros para continuarem as nossas tradições poeticas de comentário emotivo.

As poetisas portuguesas, àparte excepções que nem contam, teem, por assim dizer, "explorado" apenas o inexgotável filão sentimental, que é património rácico. Não temos uma poetisa vincadamente sensual, não temos talentos quási exclusivamente evocativos de distantes visões ou apaixonados idolatras da plasticidade verbal. Mas, por invejável privilégio, temos poesia da mais doce e tocante feminilidade, da que escorre tão naturalmente dos lábios como dos olhos, tanto em versos tristes como em lágrimas felizes. A nossa poesia feminina de hoje tem, em geral, um vago cunho de humildade e uma toada de prece; tem a religiosidade das orações que não veem nos catecismos e sobem directamente do coração à bôca, sem que a inteligência e a cultura queiram vesti-las de deslumbrantes ouropeis palavrosos. A emoção, a penetração psicológica e amorosa florescem, nessa poesia, como puras rosas de milagre, cuja expressão lírica é apenas um simples pormenor na sua formosíssima eclosão.

E' verdade que por cada grande página de emoção, por cada página bemdita que prodigamente atira mão--cheias de espiritualidade para a paisagem agreste da

Vida, há dez brochuras irrisórias de poetisas que todos os invernos aparecem, em efígie, sôbre o inamovível pedestal da sua própria obra, nas montras das livrarias elegantes. E' certo que há bandos dessas pobres andorinhas fugidas à erma invernia dos seus espíritos, sobretudo ricos de ambições prematuras. Mas, excluindo as «negações» declaradas, interpretemos benignamente o aparecimento dêsse intérmino cortejo de versejadoras. Vejamos a sua razão de ser na necessidade, inconsciente mas poderosa, que a mulher sente, de revelar, em plena luz, a sua grande ou pequena vitalidade intelectual e artística; vejamos nêle a expressão dum direito tão sagrado como tantos outros que tambem lhe são contestados: o direito de soltar um apagado ou luminoso grito de vida. E não julguemos temerário descobrir nêsse orgulhoso grito de vida que é a nossa tímida poesia feminina, um dos ecos de mais prolongada sobrevivência que, desde o princípio do século, se terá ouvido dentro dos muros apertados onde se reflecte o vulto impreciso da literatura nacional.

NOTAS

CAPÍTULO I

1 — O P.e Teodoro de Almeida («Oração inaugural da A. das Sciências de Lisboa») pintou, a côres bem vivas, a situação do nosso país, sob o ponto de vista intelectual, perante a opinião pública estrangeira.

2 — António Denís da Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão foram os fundadores da Arcádia Lusitana.

3 — Luís António Verney (nas suas cartas de Roma), Ribeiro Sanches, erudito pedagogo refugiado em França, o Cavaleiro de Oliveira — que vagueou pela Europa —, foram os escritores que, longe do perigo inquisitorial, melhor escalpelizaram a feição portuguesa do seu século.

CAPÍTULO II

4 — Catorze cartas de Alcipe a seu pai foram publicadas na obra «*Marqueza de Alorna* (*algumas notícias autênticas, etc.*)» do Marquês de Avila e Bolama, obra só valiosa pela sua parte documental.

5 — Costigan — «*Sketches of Society and Manners*», obra muito citada por M. A. Vaz de Carvalho, nas «*Scenas do Seculo XVIII em Portugal*». Para avaliar o valor, como elemento de informação, dêste livro, tão aproveitado por Maria Amália, por Teófilo Braga e por outros descritores do século XVIII português, convem conhecer-se o cerrado ataque contra êle dirigido na obra duma senhora, Maria Luísa de Valleré (sec. XVIII-XIX), a quem se refere o «Dicionário» de Inocêncio e a quem o Dr. António Ribeiro dos Santos (Elpino Duriense) endereçou epístolas incluidas no tômo I das suas poesias. Maria Luísa de Valleré, filha única dum conhecido oficial

francês em serviço no nosso exército, mandou editar um livro (escrito em francês, com a tradução portuguesa), de grande interêsse na parte anecdótica, e intitulado «*Éloge historique de Guillaume Louis Antoine de Valleré, lu à la séance publique de l'Academie Royale des Sciences de Lisbonne, le 20 janvier 1798, par..., etc*». Refutando um artigo da «*Biblioteca Britanica*» com referências a Guillaume de Valleré, a filha dêste oficial diz quem é e como deve ser considerado o autor da obra «*Sketches of Society and Manners in Portugal in a series of letters from Arthur William Costigan, Esq. late a captain of the irish brigade in the service of Spain, to his brother in London*». Maria Luísa de Valleré diz que o nome de Costigan é suposto e oculta o dum brigadeiro, comandante dum regimento de artilharia no Minho, o qual, sendo obrigado a sair do nosso país, começou a dizer mal de tudo e de todos, ridicularizando sobretudo o exército que havia dispensado os seus serviços. M. Luísa de Valleré refuta, uma a uma, as principais passagens da obra, declarando categoricamente: «Provada huma vez a falsidade dos factos já citados, e a má fé do brigadeiro F..., com razão deverão desconfiar de tudo quanto escreveu a sua penna, muito principalmente as pessoas que tiverem conhecimento do seu caracter, e souberem que elle era mal visto dos seus mesmos compatriotas». Parece que nem Maria Amália nem Teófilo Braga — que chamaram ao suposto Costigan «um espirituoso observador irlandês», e um «malicioso viajante», seguiram o prudente conselho da senhora que desmascarou o despeitado brigadeiro.

6 — Antepassada de Alcipe foi D. Joana de Portugal, filha de Madalena de Vilhena, imortalizada por Garrett no «*Frei Luiz de Souza*».

7 — Ao Marquês de Alorna, pai de Alcipe, pertence a paternidade da célebre resposta atribuida ao Marquês de Pombal e dada ao rei, quando êste não sabia que providências tomar depois do grande terremoto de 1755: «Enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos» (Vd. «*Perfil do Marquês de Pombal*» — C. C. Branco). Numa narrativa da conjuração dos Tavoras, publicada em inglês, em 1759, diz-se que o pai de Alcipe «Is studious, and has one of the best capacities of any of the Nobility of the kingdom».

8 — «*Breve Relação do Forte da Junqueira e do que nêle se tem passado, feita Pello Ill.*^mo^ *Ex.*^mo^ *Sr. Marquez d'Alorna*». Camilo serviu-se dêste trabalho para o seu «*Perfil do Marquês de Pombal*», o que está

comprovado por um exemplar das «*Prisões da Junqueira*» que lhe pertenceu e que êle anotou, e pelo paralelo entre as duas obras. [Vd. a revista «A. B. C.» de 1 de Maio de 1924, artigo de R. M. (Rocha Martins): «O livro que serviu a Camilo para escrever o *Perfil do Marquês de Pombal*»].

9 — Os bens da casa de Alorna foram sequestrados, por sentença talvez imposta pelo Marquês de Pombal.

10 — «*Arcades*» (pag. 311) e «*Filinto Elysio e os Dissidentes da Arcadia*» (pag. 191 a 219) de Teófilo Braga.

11 — As cartas do pai de Alcipe eram escritas com uma tinta encarnada, que êle obtinha esfregando com vinagre os pés das cadeiras da sua cela; daí a tradição de que eram escritas a sangue.

12 — O Marquês de Alorna foi um dos perseguidores de Filinto, na sua triste hora de exílio. Não lhe perdoara o ter composto uma ode em louvor do Marquês de Pombal, onde havia uma alusão capaz de acordar tôdas as lembranças de horror que se prendiam com a desgraça dos Tavoras. Costa e Silva julga que talvez Alorna se sentisse ferido no seu orgulho, ao saber dos socorros pecuniários que Filinto prestara a sua família.

13 — Pela expontânea despretenção, é notável o soneto «A El-rei, estando eu muito doente em Chelas».

14 — Foi, no cativeiro, dedicada enfermeira da mãe, solícita mestra da irmã, um ano mais nova e tambem revelando aptidões para as letras, música e pintura.

15 — Ode que tambem contribuiu para o desfavor em que, junto do Marquês de Pombal, caiu o infeliz presidente da Arcádia Lusitana.

16 — E' muito duvidoso que tenha existido uma simpatia amorosa entre Albano (Sebastião José Ferreira Barrôco) e Alcipe, como aventa Teófilo Braga, que chega a relacionar uma doença grave da poetisa com o abalo produzido pela partida de Barrôco para a Baía, partida que apenas lhe sugeriu uma serena ode. A maneira como Filinto respondeu a Alcipe, quando ela lhe preguntou se Albano já partira, indica que êste não era mais querido do que os outros frequentadores de Chelas:

> «Tu tens, Alcipe, o teu Alceste e Almeno
> Com que abrandes os golpes da saudade.
> Ái do triste Filinto se o seu pranto
> Lho não enxuga Daphne!»

A loura Daphne, D. Maria de Almeida, futura Condessa da Ribeira Grande, é que devia ter prendido amorosamente Filinto, que lhe faz alusão em inúmeras poesias.

17 — O contraste entre o espírito retrógrado e o caracter avançado das opiniões políticas e dos ideais literários de Alcipe, comprova-o até um passo das «*Memórias Inéditas*» (Parte Sexta — 1834 a 1842) de seu neto, o Marquês de Fronteira, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto: «Tanto eu, como minha mulher, admiravamos como minha avó fôra perseguida no princípio do século pelas suas opiniões políticas. Ninguem melhor do que ela compreendia o progresso literário do século, e as suas produções literárias o provam; mas o progresso político nunca o compreendeu, ou não quís compreender».

18 — Descreve, numa dessas cartas, o feitio de Filinto: «Filinto é de um caracter original para a nossa terra». A biografia de Francisco Manuel bem confirma êste juizo.

19 — Na já citada obra inédita de Luís Augusto Palmeirim, comenta-se graciosamente esta scena, supondo o poeta romântico que o Arcebispo de Lacedemonia puzesse ponto à discussão, um pouco vexado, ao ouvir referência a Corneille, «um intruso que não era do seu conhecimento».

20 — Não parece justa a suspeita de Teófilo Braga: «foi correspondendo aos galanteios do cadete taful, talvez como recurso para pôr termo à sua clausura». Deve ter sido um verdadeiro amor o que a prendeu ao oficial alemão. Comprova-o o não ter contraido segundas nupcias, apesar de viuva na «fresca idade de quarenta e três anos» — como diz Teófilo — e de ser tradicional a sua formosura. Numa das suas cantigas (t. II das «*Obras Poeticas*» — cant. XXIV) parece justificar-se perante os seus inúmeros admiradores, de se manter fiel ao seu primeiro amor.

> «Perdôa, Amor, se não quero
> Aceitar novo grilhão;
> Quando quebraste o primeiro,
> Quebraste-me o coração!

21 — O último volume que deu à publicidade (em 1921).

22 — Em Viena, pintou um quadro alegórico — «Soledade» —, mandando-o a seu pai, para atenuar as dissenções que então os separavam.

23 — Vd. «*Obras Poéticas*»-II, onde veem uns versos italianos sob a epígrafe: «Despedindo-me do abade Metastasio, fês-me ou repetiu-me esta quadra (elle tinha já 83 anos)».

«I momenti sanno eternei
Si lontan tu sei da mei;
Sanno instanti i giorni miei,
Idol mio, vicino a te».

Camilo («*Apreciações Literárias*») aceita a tradição de ter Alcipe aprendido italiano com Pedro Metastásio, em Viena.

24 — Carlos, morto em tenra idade.

25 — Futura dama de D. Maria II.

26 — No leito de morte, recebendo a visita dum delegado régio, recusou todos os oferecimentos da Rainha, dizendo que, como última graça, só esperava a misericórdia de Deus. Pediu depois desculpa à mulher e às filhas de não ter querido, à hora da morte, aproveitar--se de qualquer magnanimidade.

27 — O conde João Ulrico tinha 14 mêses, quando seu pai morreu.

28 — O anónimo autor da notícia biográfica que antecede as suas «*Obras Poeticas*» fala da imensa dor da sua viuvez, mas comenta: «a magua de uma pessoa de espirito superior tem muita diferença da que afecta as pessoas de espirito ordinario».

29 — Nem doutos aristocratas, nem tranqüilos sábios e pensadores, como o Duque de Lafões, os padres Correia da Serra e Teodoro de Almeida, escaparam às suspeitas do Intendente.

30 — A «Sociedade da Rosa», que Alcipe fundou, destinava-se, como informa seu neto, a combater as ideias da revolução francesa e as sociedades secretas. Nela se filiaram muitos literatos, entre os quais Bocage, que sofreram perseguições. O cêrco ao palácio de Alorna, em Bemfica, no qual interveiu o próprio Manique, teve aspectos cómicos. O desembargador do Paço que examinou os estatutos da «Sociedade da Rosa», lançou o parecer de que, «pela extravagância, eram mais obra de poetas do que de conspiradores».

31 — As filhas mais velhas, D. Leonor e D. Juliana, já casadas com o Marquês da Fronteira e o Conde da Ega.

32 — Lord Beauclerk foi o mesmo que, mais tarde, em 1828, comandando a estação naval inglêsa surta no Tejo, recebeu a bordo

da nau almirante o Marquês da Fronteira, sua mulher e filha, emigrados políticos.

33 — O Marquês de Alorna era comandante em chefe da Legião Portuguesa e, com Gomes Freire de Andrade e o brigadeiro Pamplona, da mesma legião, foram afastados do reino por Junot, que os sabia contrários ao domínio francês.

34 — Os netos da Casa da Fronteira, que o govêrno proibiu que Alcipe levasse comsigo, eram o marquês da Fronteira D. José, seu irmão D. Carlos de Mascarenhas, e sua irmã D. Leonor, que foi condessa de Alva. No *Diario das Cartas dos Governadores do Reino a S. A. Real* (1808-1809), vem a história do segundo exílio de Alcipe.

35 — Traduziu só a parte «Primavera» do poema «*As Estações*» de Tompson.

36 — Vd. «*Vida do Duque de Palmela*» (cap. III e IV) de M. A. Vaz de Carvalho e «*A Baroneza de Staël e o Duque de Palmela*», de Claudia de Campos.

37 — Provou-se que só coagido o Marquês de Alorna acompanhou Massena, na invasão de Junho de 1810. D. Pedro foi exautorado de todos os títulos, honras e dignidades, e privado do nome de português, sendo a sua cabeça posta a prémio.

38 — D. Leonor conseguiu que, por sentença de 16 de Agosto de 1823, ficassem limpas «a memoria e fama» de seu irmão.

39 — As suas obras poéticas, publicadas particularmente em 1844, trazem uma longa notícia biográfica, que deve ser da autoria de sua filha D. Henriqueta, tambem dada ás letras, como o provam os seus sonetos à morte da rainha D. Estefânia, de quem foi dama de honor, publicados no «*Almanach de Lembranças*». A 2.ª Condessa de Oeynhausen escreveu à Castilho uma carta, publicada na tradução dos «*Fastos*» de Ovídio (III, 539-nota «coroa»), onde se leem referências a sua mãe, o mesmo acontecendo noutra carta vinda a lume no «*Almanach de Lembranças*» para 1861.

40 — Elpino Duriense, escrevendo ao confessor de Alcipe, Fr. Alexandre da Silva, diz que não gostava de freqùentar a grade de Chelas porque Alcipe «apresenta-se com um livro de Poesias, lê-as, e a cada verso espera os meus aplausos; eu não os posso dar a todos; canso-me quando os louvo, canso-me quando os não gabo; e no fim de tudo saio mais moido que salada, e venho para minha casa doente para dois mezes». «Escapar das causticações de Leonor e do livro dos seus versos» era uma das preocupações do severo Elpino.

41 — São imprecisas as palavras com que Castilho («*Vivos e Mortos*»), se refere à próxima publicação das «*Obras Poeticas*» de Alcipe. Diz que, só após a publicação, apresentará um «juizo seguro e fundamentado» àcêrca do seu mérito, por todos confessado, mas ainda não definido.

42 — A «sua discípula Mariana» é decerto a pequenita a quem se refere numa carta a seu pai, e de cuja educação se encarregou no convento. Talvez por intrigas das freiras, a discípula foi muito ingrata para com ela.

43 — Antes de ser Alcipe, nome que Filinto lhe deu, foi Lilia, Lize e Laura.

44 — D. Maria de Almeida foi mais conhecida por Daphne.

45 — Na epístola ao conde de Sabugal, põe em foco «o genio luminoso» de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, cujas aulas freqùentou.

46 — Sobressai a égloga para «Holstenio» (D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmela).

47 — São inúmeros os sonetos com têmas de caracter familiar: «Ás minhas filhas, estando eu longe delas e muito doente, em Inglaterra»; «Aos meus netos, quando assentaram praça», etc.

48 — Há um hino, datado de 1832, «a uma madeixa de cabelos da Senhora D. Maria II que minha sobrinha D. Leonor da Camara me mandou de Paris».

49 — A Natércia dirige um remoque, decerto provocado por importunos conselhos de casamento.

50 — Alcipe só poderia ter recorrido à influência e relações políticas da Viscondessa de Balsemão, quando esta já enviuvara, pois a demanda da Casa de Alorna com o Estado durou de 1813 (morte de D. Pedro de Almeida) a 1823 (reabilitação do mesmo) e Luís Pinto de Sousa Coutinho faleceu em 1804.

51 — A Alcipe ofereceu Bocage o terceiro tômo das suas «*Rimas*», em retumbante dedicatória, justificada pela gratidão, pois a Marquesa recolhera em casa uma sua irmã, D. Maria Francisca de Barbosa du Bocage, que foi a fiel depositária dos seus manuscritos e, seguindo as tradições da família, tambem foi dada às musas. Alcipe, suas filhas D. Frederica e D. Henriqueta, e a irmã de Bocage, habitaram, de 1828 a 1829, a casa da rua da Escola Politécnica conhecida por «Palácio dos Morgados da Alagôa».

52 — E' o soneto que principia: «Para o monte da Arcadia um bosque havia».

53 — Inspirou-se, flagrantemente, numa epístola de Bocage a Filinto, agradecendo elogios aos seus versos

54 — E' ainda notável a ode dirigida a Filinto, em que Alcipe louva e inveja a sorte dos poetas a quem o vate exilado «imortalizou» em seus versos.

55 — Os quatro primeiros cantos foram traduzidos para ganhar uma aposta feita com um alemão chamado Müller, sôbre a possibilidade de expressar bem, em português, os conceitos de Wieland.

56 — Vd. «*Historia do Romantismo em Portugal*» (pag. 460) – Th. Braga.

57 — O autógrafo vem, em zincogravura, na citada obra do Marquês de Avila e Bolama.

58 — Vem a tradução da XIV «Meditação» de Lamartine («A Gloria»), que é a conhecida ode apologética onde o romântico francês exaltou o maltratado génio de Filinto Elysio.

59 — As traduções ou imitações são sempre acompanhadas pelo texto original.

60 — Foi o título com que essas obras sairam a lume, em Londres, 1812.

61 — Eis a deslocada amabilidade: *Si lusitane Raptum Proserpinae Claudianus redderet haud mirifice elegantiusve Muserumque honor Alcippe, cognomine Arcadiae dicta*».

62 — Vd. «*Esboços de Apreciações Literárias*» (cap. «A Marqueza de Alorna») — C. C. Branco.

63 — E' muito graciosa a interpretação do psalmo 54.

64 — A ortografia e pontuação das cartas – observa-o M. A. Vaz de Carvalho – são bastante incorrectas.

65 — Sôbre as condições de liberdade, nessa época, é explícito o seguinte período: «Dizer que os Príncipes são protectores das leis; que o seu poder é restricto para eles; que a justiça não consiste em oprimir mas em manter e conservar os direitos de cada indivíduo, que compõe a sociedade, são blasfêmias, e o filosofo que as pronunciar deverá ocultar o seu nome, para abrigar-se das iras do Ministerio».

66 — Trechos dessas cartas, que foram encontradas em rascunho e talvez nunca chegassem a França — veem na citada obra de M. A. Vaz de Carvalho.

67 — Alcipe é a autora da tradução «*De Bonaparte e dos Bourbons, e da Necessidade de nos unirmos aos nossos legítimos Príncipes*» *para a felicidade da França e da Europa. Por F. A. de Chateaubriand, traduzido em linguagem por uma Senhora portuguesa.*

68 — Em «*A Marqueza de Alorna*», por Olga M. Sarmento, citam-se 52 obras de bibliografia Alorniana, mas a maioria não merece consulta.

69 — Entre os grandes nomes e os «assaz modestos», há os que subscrevem trabalhos onde só incidentalmente há referências a Alcipe, ou onde a consideram mais como valor social do que literário.

70 — Refiro me à citada scena da recusa em ser apresentada a Garrett, por êste, no poema «D. Branca», ter «maltratado uma infanta portuguesa».

71 — Vd. «Ode à morte de Filinto» (Liv. I da «*Lírica de João Mínimo*»).

72 — Vd. «*Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*».

73 — Quando já se imprimia êste trabalho, saiu o 3.º volume da «*História da Literatura Clássica*», por Fidelino de Figueiredo. Alcipe é ai colocada em lugar proeminente e algumas opiniões aqui timidamente expostas valorizam-se pela identidade que, até certo ponto, oferecem com as de tão categorizado historiador da literatura portuguesa.

CAPÍTULO III

74 — A mesma «Notícia» vem na tradução da «*Conversação sôbre a pluralidade dos mundos*», de Fontenelle, feita por Francília, e dela foram extraídos os dados para um artigo do «Panorama» (1823 — 2.ª série), cuja autoria deve pertencer a Herculano, e saiu acompanhado dum retrato em gravura péssima.

75 — Nas «*Memórias de Castilho*» — I-cap. XXVIII — por Júlio de Castilho, historiam-se as relações entre o poeta cego e Francília. Entre os papeis desta, encontrei duas longas cartas poéticas de Castilho, que julgo inéditas, com referências a trabalhos literários do autor.

76 — A casa das Trinas tem hoje o n.º 108, e parece que ainda pertence aos descendentes de Francília.

77 — Nas «*Memórias de Castilho*» vem a lista dos freqùentadores da casa das Trinas. Entre os mais assíduos, encontravam-se Joaquim António de Aguiar, Filipe Folque, o poeta Curvo Semedo,

Garrett, Domingos Borges de Barros (futuro Visconde de Pedra Branca), etc.

78 — Pela epístola duma amiga de Francília, com data de 24 de Outubro de 1831, vê-se que esta pensou a sério no suicídio.

79 — Castilho defende a poetisa contra as censuras de quem estranhou que a dor da sua viuvez se desentranhasse em cantos.

80 — Um ano depois da morte de Jónio, Francília enviava a Castilho um adeus que julgava ser o último:

«o derradeiro adeus Francília grata
envia ao caro irmão...»

81 — O epitáfio, redigido por Castilho, é do seguinte teor:

Perpetua
Fidelidade
Conjugal
Aqui Jazem
João Baptista Angelo da Costa
Nascido em Lisboa aos 2 de Agosto de 1781
Fallecido aos 16 de Novembro de 1830;
e D. Franscisca de Paula Possolo da Costa
Nascida na mesma cidade
Aos 4 de Outubro de 1783
E Fallecida aos 19 de Junho de 1838,
A morte d'elle, os separou pela primeira vez;
A Saudade d'ella
Os tornou a reunir para sempre n'este sítio.
Dae-lhes um suffragio, mas não lagrimas.

82 — Francília, em epístola a uma amiga, queixa-se dos invejosos, isto é — como lhe disse Castilho — dos «motejos e grosseiros apodos d'aquelles que ou não creem no talento, ou, pelo menos, não dão ás mulheres licença para que o tenham ou, tendo-o, para o mostrar». Queixa-se Francília do «maligno bando de zoilos», e de que, embora «só para divertir-se ao Pindo vôe», não escape aos seus furores.

83 — Eis a humilde estrofe de homenagem à foragida Carlota Joaquina.

«Sim! Oh! Princeza!
Minha amada Princeza, eu me abalanço
A escrever teu nome sempre Augusto
Na pobre frente de meus toscos versos!»

84 — A Viscondessa de Balsemão, D. Catarina Micaela de Sousa Cesar e Lencastre, dama da ordem de S. João de Jerusalem, nasceu em Guimarães, a 29 de Setembro de 1749 e faleceu no Porto, a 4 de Janeiro de 1824. Em quási tôdas as suas biografias, vem, erradamente, a data de 4 de Janeiro de 1821, como sendo a da sua morte. Em 1822, ainda a poetisa vivia, apezar de «cega, surda e muda, mas não rabugenta», como ela própria diz, numa carta que, nêsse ano, escreveu ao Dr Vicente José Cardoso Ferreira da Costa e foi publicada na secção «*Epistolário*» do «Diário de Lisboa».

85 — Diz-se que exalou o último suspiro ouvindo um sacerdote ler o seu soneto «Misericórdia». Na antologia de «*Poetisas Portuguesas*» de Nuno C. Cardoso vem êsse soneto, numa transcrição errada, o que verifiquei perante uma cópia que me cedeu a Senhora Condessa de Tarouca. A transcrição correcta do último terceto é a seguinte:

> Não me negues, Senhor, tua piedade!
> Tiraste-me do abysmo da impudencia,
> Dá-me uma venturosa eternidade...

86 — E' notável o desplante com que Tolentino, agradecendo uma véstia de setim que lhe deu a Viscondessa, pede logo novo favor para um irmão, fazendo o seu trocadilho:

> ....
> Triste irmão tem já no fim
> Farda rôta e chamuscada;
> Tem má côr e é mal fadada;
> Quer que a mão piedosa e franca
> Que a mim me deu vestia branca
> Lhe dê casaca encarnada.

A casaca encarnada pertencia ao fardamento dos governadores de fortalezas...

87 — José Osório, autor da biografiia (com retrato) publicada em «A Ilustração, jornal universal», I, 127, ano de 1845.

88 — Há versos da Viscondessa de Balsemão na «*Colecção das Poesias ineditas dos melhores Authores Portugueses*» (Óde ao Marquez de Pombal), no «*Sonho, Poema Erotico*» de Luiz Raphael Soyé e em «*A Mulher em Portugal*», de D. António da Costa. Cf. o soneto «Uma Paixão», publicado na antologia do sr. Nuno C. Cardoso (tambem

publicado no «*Almanach de Lembranças*» para 1908) com uma canção transcrita por D. António da Costa. Por amável cedência do sr. Dr. Vicente Rodrigues Monteiro, tambem tive conhecimento duma *plaquette* com uma ode epitalâmica em seis estâncias, impressa em 1909, por ocasião do casamento duma trineta da poetisa, e só distribuida pela família dos noivos. No «*Primeiro Ensaio sobre a Historia Literaria de Portugal*», de Francisco Freire de Carvalho, alude-se a uma sua colecção de apólogos e louva-se-lhe a linguagem e engenho.

89 — Na «Miscellanea Poetica — Jornal Semanario», do ano de 1851, há várias poesias da Viscondessa de Balsemão. Aí encontrei as melhores e as menos conhecidas das suas produções publicadas.

90 — Inocêncio leu o manuscrito do drama «*Cora e Alonso*», *ou a Virgem do Sol*», que diz ter um argumento semelhante ao duma tragédia de Vicente Pedro Nolasco.

CAPÍTULO IV

91 — Numa carta, D. Leonor de Almeida historia, a seu pai, um conflito que houve entre ela e Tirce, por esta se manifestar inquieta perante a sua indocilidade aos conselhos da Igreja.

92 — Por acaso, consegui averiguar a data certa em que D. Tereza de Melo Breyner professou no convento de Santos, onde — diz Inocêncio da Silva — «consta que afinal se recolheu». No tômo 3.º duma obra manuscrita, intitulada «*Miscellaneas curiosas e interessantes*», de José Manuel de Carvalho Negreiros, vem uma «Copia do Aviso com que aprovou Sua Majestade a tudo quanto tinha obrado a Condessa de Vimieiro como Comendadeira de Santos». Esse documento é datado do dia seguinte àquele em que D. Tereza Breyner professou, ou seja, de 28 de Junho de 1794.

93 — Frederico Bouterweck, filósofo e poeta alemão, discípulo de Kant (1766-1828) foi autor duma História da Literatura Portuguesa, que, apesar dos seus erros de informação, era ainda, há anos, uma das mais completas que estrangeiros tinham escrito.

94 — Sismonde de Sismondi, em 1813, já atribue à Condessa de Vimieiro a tragédia «*Osmia*». Apesar disso, em 1837, Aimé Martin, no seu «*Plan d'une Bibliothèque Universelle*», atribui-a a Corrêa Garção, falecido em 1772, treze anos antes da Academia propôr o prémio. Costa e Silva e Inocêncio julgaram que o seu autor era António de Araujo de Azevedo, Conde da Barca.

95 — A colecção compunha-se de idílios, uma epístola, sonetos e um madrigal, ao todo umas desassete poesias.

96 — Essas cartas abrangem datas que vão de 3 de Junho de 1779 a 16 de Abril de 1798. Uma não tem data. Apenas uma é escrita do Vimieiro; as outras são de Lisboa.

97 — Cf. em «*A Mulher em Portugal*» de D. António da Costa, o mesmo passo, com emendas e omissões.

98 — Na 2.ª edição, intitula-se «*Aventuras de Diofanes, imitando o sapientissimo Fenelon na sua viagem de Telemaco*». Na 3.ª edição, com título igual a êste, o editor declara, sem qualquer fundamento, que o verdadeiro autor é Alexandre de Gusmão.

99 — A primeira tradução foi a de «Cândido Lusitano»; a segunda, a de Miguel do Couto Guerreiro.

100 — A obra de António Delicado, que saiu em 1661, é um valioso subsídio para o estudo do folclore português. O Prof. Dr. Leite de Vasconcelos («*Ensaios Etnograficos*», I) considera-a a primeira obra portuguesa consagrada exclusivamente a colecção de provérbios. Em 1924, o snr. Luís Chaves publicou e prefaciou uma nova edição dos «*Adágios Portugueses*». A obra da autora citada no texto auxilia, decerto, a interpretação dos adágios de mais obscura significação moral.

101 — Parece que ainda publicou outra obra sôbre regras religiosas e deixou vários trabalhos inéditos, sendo o mais notável aquele onde dá antigas notícias sôbre o seu convento.

102 — Sóror Juana Inés de la Cruz, a contendora de Margarida Inácia, poetou, em espanhol, com certo brilho, e deixou várias comédias de assuntos sacros. Foi conhecida pelo epíteto de a «religiosa do México». Em 1703, foi impresso, em Lisboa, o «*Tercer tomo de las obras, y fama postuma de sor Juana Inés de la Cruz*».

103 — Vd. «*Pauline de Flaugergues — Um livro francês para portugueses*» — Castilho («Revista Universal Lisbonense» — Janeiro, 1842) — «*Vivos e Mortos*», II, 133, 1904); «*Arquivo Literário*», IV, 319-322 — Delfim Guimarães; «*Epicurismos*» (Lisboa, 1924) — Fidelino de Figueiredo; «*Une Muse Romantique — Pauline de Flaugergues et son œuvre*» — B. Combes de Patris (obra recente, muito completa, com uma lista bibliográfica).

104 — Em «*As duas flores de sangue*», Pinheiro Chagas indica as razões por que aparece em Roma o pai de Leonor da Fonseca Pimentel: «fora viver para Roma, porque era tão amavel a nossa

inquisição que um livre pensador estava mais seguro na capital do catholicismo, do que nas terras portuguesas, e encontrava mais tolerancia ao pé do Vaticano do que numa cidade ainda meio arabe do Alentejo». Sôbre a revolucionária de Napoles, vêr: «Artes e Letras» (jornal — Nov. e Dez. de 1872, e Jan. de 1873 — artigos de A. Filipe Simões ; «*Il Trionfo della Virtu*» (reedição — 1900 — com gravuras e notícia biográfica de Joaquim de Araujo). «*A San Felice* — romance de Alexandre Dumas; «*Revista de História* (1914 e 1916 — estudo de Benedetto Croce); «*Eleonora Pimentel Fonseca, Ossia l'Amor Patrio*» (Genova, 1900), por Luigi Cicchero.

CAPÍTULO V

105 — Camilo comentou êsse artigo, em carta particular: «O artigo de V. Ex.ª em resposta ao Ramalho é optimo, e muito *masculino*. Eu admiro-a sempre, especialmente nestas manifestações que exorbitam do círculo traçado *à orientação* das senhoras portuguezas».

106 — Há divergência sôbre o ano do nascimento de Mariana Antónia Pimentel Maldonado. Opto pelo indicado por um sobrinho da poetisa, isto é, 9 de Dezembro de 1771. Nos «*Subsídios para um Diccionario de Pseudonymos*» de Martinho A. da Fonseca, vem o ano de 1777 e a indicação de que usou o anagrama de *Armania*.

107 — Tem emendas na ortografia. M.me Deshoulières (equiparada a poetisas da velha Grécia e a Bocage!) foi uma das mil décimas musas seiscentistas.

108 — Enviuvou, em 1833, do Dr. Manuel Vieira Fialho de Mendonça, conceituado latinista, traductor de Ovídio, Horácio e Vergílio.

109 — Vd. «*Poetisas Portuguesas*» (pag. 7, sgs.) — Nuno C. Cardoso.

110 — Discurso proemial do romance «*Anos de Prosa*».

111 — Vd. «*Notas bibliographicas dos Villarinhos de S. Romão e dos Clamowse Browne*», por Júlio Ferreira Girão (neto da poetisa).

112 — Nasceu em 1805, na Ilha de S. Nicolau (Cabo Verde) e faleceu em 1883, em Lisboa.

113 — A lista das suas obras pode vêr-se em: «*Dicionário Bibliográfico*», «*Catálogo Alfabético dos anotadores dos Fastos de Ovídio* (*tradução de Castilho*)» e «*Poetisas Portuguesas*» de Nuno C. Cardoso.

114 — «*O Filho de Deus*» é uma longa paráfrase, em endecassílabos soltos, de passos dos Evangelhos. A tradução de Ossian, já tentada por Bocage, traz cartas de Pinto Ribeiro e Sousa Viterbo e foi elogiada por Pinheiro Chagas («*Panorama*» — 1869).

115 — Vd. «*Revista Lusitana*, VI — artigo do Prof. Dr. Leite de Vasconcelos, com referências elogiosas a doze cartas de Maria Peregrina de Sousa, publicadas na «*Revista Universal Lisbonense*, IV — 1844-1845, dirigidas a Castilho e assinadas por uma «Obscura Portuense» As cartas referem-se a tradições populares minhotas e — diz Leite de Vasconcelos — «embora escritas ao correr da pena, singelamente, sem pretenções scientíficas, foram dos primeiros trabalhos que entre nós se publicaram sôbre o assunto, depois que Garrett mostrou o valor ethnologico das tradições populares». O mesmo autor ainda se refere a esta escritora nos «*Ensaios Ethnographicos*» (pag. 228-240). No «*Almanach de Lembranças*» (anos de 1854 e de 1856 a 1861) deixou vestígios da sua actividade no campo etnográfico. Compôs várias poesias sôbre contos populares, o que estava em moda; deixou uma versão de «A Nau Cathrineta». A convite de Castilho, escreveu onze notas aos «*Fastos*» de Ovídio, tôdas de caracter etnográfico, e a convite de Leite de Vasconcelos colaborou no «*Anuario das Tradições populares portuguesas*» (1882) com o estudo «Costumes Populares da Maia».

Junto ao nome de Maria Peregrina de Sousa é de justiça lembrar o de Cecília Schmidt Branco, autora do estudo «*A rosa na vida dos povos*» (com proémio de Adolfo Coelho), e que, na «*Revista Lusitana*», publicou vários artigos etnográficos. Faleceu ainda nova, a 26 de Dezembro de 1898. O Dr. Leite de Vasconcelos disse, na «*Revista Lusitana*», «que, pelos seus altos dotes de espirito e pelo seu vasto e solido saber, lhe estava reservado um lugar proeminente na nossa literatura». Sôbre esta escritora, leia-se um artigo na «*Revista de Educação e Ensino*», XIV, ano de 1899.

116 — Merecem rápida citação, além de outros, os nomes das seguintes escritoras:

Francisca de Assis Martins Wood, redactora principal do jornal «Voz Feminina» (mais tarde «Progresso»), cuja publicação foi interrompida em 1870. Deixou um romance, «*Maria Severn*» (Lisboa, 1870).

Henriqueta Elisa Pereira de Sousa, a quem D. António da Costa dedica o cap. XIII de «*A Mulher em Portugal*», onde se lê que foi uma das poetisas do seu tempo que menos contribuiram para a decadência do lirismo romântico, escolhendo temas de alcance social de preferência aos de feição subjectiva. O seu livro de poesias «*Lagrimas e Saudades*» (Coimbra, 1864) parece desmentir esta afirmação. Escreveu varios romances, publicados na colecção «Scenas Roman-

ticas» e no jornal «Hymnos e Flôres», de Coimbra, de que foi a principal redactora.

Josefine Neuville, natural do Rio de Janeiro, publicou em Lisboa, em 1864, uma obra em 2 tômos, que, «por conter materia de escandalo» — diz Inocêncio — constituiu um grande sucesso de livraria: «*Memorias da minha vida. Recordações de minhas viagens. Dedicadas a minhas filhas. Offerecidas a XXX*». Teixeira de Vasconcellos («Gazeta de Portugal» — 17 de Agosto de 1864) publicou um juízo crítico desta obra. Claudia de Campos (em «*Mulheres*») dedica à autora algumas páginas de crítica imerecida e muito severa.

Margarida Iriarte e Somallo Aymerick Bioslada de Cocio, natural de Buenos Aires, mas portuguesa pelo seu casamento, em 1821, com o barão e conde do Casal, José de Barros e Abreu Sousa Alvim, compôs um «*Poema epico dedicado à nação portuguesa*» (2 edições — em 1842 e 1849) e uma obra, impressa no Porto, em cujo frontespício se lia: «*Branca, drama em quatro actos e oito quadros. Produção e engenho da Condessa do Casal*». Ferida em sua problemática modéstia, a autora mandou riscar a palavra «engenho», o que foi motivo para farta zombaria, nos jornais do tempo.

Maria Soares de Albergaria, condessa de Montemerli, tornou-se conhecida, no mundo literário, pela sua «*Lettera di una vera cattolica a Sua Santitá Pio IX*», datada de Paris, 5 de Janeiro de 1860. Escreveu «*Algumas palavras ao clero italiano*» (tradução portuguesa de Agostinho Albano) e «*Les sensations d'une morte*», romance (trad. port. de Ant. Rodrigues de Sousa e Silva).

Ainda citarei apenas os nomes de *Ana do Carmo Pessoa, Ana Leite do Canto Biardo, Antónia Luisa Cabral e Teive, Eufrosina Paes de Noronha, Eugénia Infante da Câmara, Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo, Maria Francisca Avondano, Maria Leopoldina Furtado de Mendonça, Leopoldina de Jesus Paes Mamede, Maria Margarida Pereira Cambiaxi, Maria Margarida Stockler, Sofia de Rourc Auffdiener Pimentel — viscondessa de Vila-Maior* — e *Teodolinda Amélia Cristina Leça da Veiga,* escritoras de méritos pouco apreciáveis, que não conseguem deter a curiosidade sôbre as produções em que os exteriorizam.

117 — A' arbitrária selecção de cento e três poetisas portuguesas dos séculos XIX e XX, feita pelo snr. Nuno C. Cardoso, seria de justiça aditar outros nomes que não tiveram menor reputação do que a de muitos sôbre que recaiu a simpatia do compilador.

A pesquiza dêsses nomes é desinteressante e fácil, apezar de demorada. Sôbre muitos dêles demorei a atenção, na malograda esperança de encontrar um que aguardasse justiça merecida. Das poetisas enumeradas na antología do snr. Nuno C. Cardoso faço aqui referência apenas às que se filiam no lirismo puramente romântico e que, embora algumas possam ainda cultivar as letras, decerto já não renegam a corrente poética que ilustraram:

Ana Amália Moreira de Sá, autora do livro de versos «*Murmurios do Vizella*» (Porto, 1861), a quem se refere F. Gomes de Amorim nos seus «*Cantos Matutinos*».

Catarina Máxima de Figueiredo Abreu Castelo Branco, que publicou um livro de «*Poesias*» e as obras em prosa «*Amor de Mãe*», «*Fragmentos de Prosa e Verso*» e «*A Ultima Estância*».

Emília Eduarda, actriz que disfructou de invejável renome e publicou, no Porto, o livro «*Contos Simples*», com prefácio de D. João da Câmara. Diz-se que foi a autora da primeira poesia que o grande actor António Cândido recitou.

Emília Adelaide Moniz da Maia, autora das obras «*Fleurs*», «*Penas*» (1912) e «*As sete palavras de Jesus Christo*» (1916), onde revelou invulgares dons literários.

Maria José Furtado de Mendonça, autora do «*Auto da vida de S. Sebastião*» (Porto, 1862) e «*Flores de Inverno*» (1898), êste último livro de versos com prefácio de Cândido de Figueiredo, que lhe faz uma crítica muito benigna.

As senhoras *D. Maria Manuela de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa, marqueza de Pomares*, e *D. Helena Jervis de Atouguia*, (que usou o pseudónimo de *Berta de Ataíde*), notáveis cultoras da poesia romântica. A primeira publicou dois livros de versos, que não entraram no mercado: «*O Livro da Avózinha*» e «*Os Pobres e os ricos*». A segunda é autora do livro de poesias intitulado «*Mosaicos*», com mais de uma edição, e prefaciado pelo cónego Sena Freitas.

A Senhora D. Maria Ribeiro Artur, escritora muito culta e poetisa de invulgar rigor métrico e de cadências tipicamente românticas. A sua obra está dispersa por almanaques, revistas e jornaes.

Matilde Isabel de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, viscondessa das Nogueiras, falecida no Funchal, em 1888, publicou, sob as iniciais M. S. A. V. alguns romances históricos, um dos quais (inédito) tinha o característico título de «*D. Branca ou a*

meza de prata d'el-rei D. Denís». E' autora duma obra didáctica sob a forma de diálogo, fez traduções do francês e redigiu uma nota dos «*Fastos*» de Ovídio, de Castilho. Dela escreveu Bulhão Pato: «Compunha versos admiráveis de mimo e sentimento. Escrevia prosa adorável. Num meio mais largo teria sido uma escriptora de primeira ordem» (*Memórias*, II, 279).

CAPÍTULO VI

118 — «*Luz coada por ferros*» (1.ª ed. 1836 – com retrato da A.). O titulo foi sugerido por Camilo, que usa dessa expressão nas «*Memorias do Carcere*» e no «*Amor de Perdição*», onde, em nota, se lê: «Êste romance foi escripto n'um dos cubiculos-carceres da Relação do Porto, a uma *luz coada por ferros*, e abafada pelas sombras das abobadas».

119 — Ana Plácido, escrevendo a história duma mulher abandonada, diz: «Para que me enganaste? Para que aceitaste o meu amor tão exclusivo e apaixonado, se presentias a queda do teu coração infiel? Porque me illudiste com chimeras até ao momento em que te vi a face toldada e desfigurada pela indifferença que ahi estava escripta»? («*Luz coada por ferros*» – 2.ª ed. pag. 187).

120 — «*Luz coada por ferros*» (2.ª ed pag. 57).

121 — A personagem «Henriqueta» do drama «*Poesia ou dinheiro*» é inspirada em Ana Plácido, como quàsi é confessado na dedicatória. O personagem «Julio Corrêa, literato», é Camilo; «Manuel Alves, brazileiro», é Manuel Pinheiro Alves, primeiro marido de Ana Plácido. Nem nesta peça nem em «*O último acto*», Camilo torna odioso o papel do marido. O galã de «*O último acto*» – «Jorge de Valadares» tem um papel idêntico ao que Camilo se propunha desempenhar no drama da sua existência. E' duma austeridade que contrasta com a petulância de Julio Corrêa. Jorge soluciona o seu problema fazendo-se padre; Julio mata o irmão da sua apaixonada, o símbolo da família tirana. A primeira solução sabe-se que esteve quási a ser adoptada por Camilo? Tambem pensaria, alguma vez, em recorrer à segunda?

122 — Teve segunda edição (Lisboa, 1904).

123 — Vd. nota 118. Também nas «*Memorias do Carcere*» vem a expressão que serviu de título ao episódio «Martírios Obscuros», da «*Luz coada por ferros*».

124 — Traduziu o «*Mez de Maria*» do padre Gratry (Porto, 1865).

A tradução saiu anónima, com um prefácio tambem anónimo, de Camilo. Sob o pseudónimo de Lopo de Sousa traduziu duas obras de Amédée Achard («*Como as mulheres se perdem*» — 1874, e «*A vergonha que mata*» — 1874), o «*Adolphe*» de Benjamim Constant («*Aprender na desgraça alheia*» — 1875), «*Meta Holdenis*» de Victor Cherbuliez («*Feitiços da mulher feia*»). Parece que tambem traduziu a obra «*Pio IX*», de Villefranche.

125 — Vd. «*Memorias do tempo de Camilo — A. A.*» de Alberto Pimentel (caps. VI e VII) e «Os pseudónimos de Ana Plácido e os nomes de suas personagens» (artigo da revista «*A. B. C.*» de 11 de Setembro de 1924).

126 — Vd. «*Em Portugal e no Estrangeiro*» de M. A. Vaz de Carvalho (pag. 61 e sgs.).

127 — Principais obras originais: «*Uma alma de mulher*» (1869), «*Rosas Palidas*» (1873), «*Familia Albergaria*» (1874), «*Meteoros*» (1874), «*Paris*» (1888), «*A comédia do amor*», «*Flavia*» e «*Batalhas da Vida*». Traduziu muitos romances e, entre outras, as seguintes peças de teatro: «*Dionísia*», «*Martir*» e «*Os dois garotos*». Colaborou em quási todos os jornais, revistas e almanaques portugueses do seu tempo.

Nas «*Rosas Palidas*», vem uma narrativa oferecida, numa terna dedicatória, a M. Amália Vaz de Carvalho. No «*Almanach de Lembranças*», para o ano de 1869, já Guiomar Torrezão fizera publicar uma poesia louvando, com exagerado entusiasmo, o poema «*Uma primavera de mulher*». Mais tarde, as relações entre as duas escritoras devem ter esfriado, visto que Maria Amália nem deu autorização para que, depois do falecimento de Guiomar Torrezão, a irmã desta publicasse algumas cartas suas, num opúsculo que organisou.

128 — Faleceu a 22 de Outubro de 1898. Os jornais dedicaram-lhe apressadas referências e o seu enterro, realizado num domingo de sol, às duas horas da tarde, foi muito pouco concorrido. Guiomar Torrezão morria pobríssima. Lisboa, que delirara com os seus dramas e com os seus romances, desinteressou-se da sua doença e da sua morte.

129 — Era filha de António Corrêa Caldeira, doutor em direito pela Univ. de Coimbra, lente substituto, secretário do Conselho de Estado, várias vezes deputado e, depois, par do reino. Seu tio foi o poeta Luís Corrêa Caldeira, morto em 1859, com 32 anos, o qual pertenceu ao grupo do *Trovador*, que abandonou para se dedicar à poe-

sia bíblica, deixando produções de elevada inspiração religiosa. A mãe de António e de Luís Corrêa Caldeira, natural — como seus filhos — da vila de Ponte de Lima, era sobrinha de Frei Francisco de S. Luís, o grande liberal de 1820, bispo-conde de Coimbra, ministro de Estado, reitor da Universidade, patriarca de Lisboa e cardeal.

130 — Foi no Teatro Académico de Coimbra, em 1880, por ocasião das festas camonianas, que recitou a poesia «A Camões» (Vd. «*Figuras do Passado*» de Pedro Eurico — pag. 225).

131 — Colaborou em quási todos os jornais e revistas de Coimbra, alguns de tão efémera existência. Os seus últimos versos entregues à publicidade foram os dum soneto dedicado à Senhora D. Constança Teles da Gama.

CAPÍTULO VII

132 — Vd. «Conversa ao Reposteiro», prefácio de Tomaz Ribeiro ao poema «*Uma Primavera de Mulher*».

133 — Vd. «*Coisas d'Agora*» (cap. «Carmen Dolores»).

134 — Narrando a viagem de regresso de D. João VI, escreve: «Na viagem occorreu um incidente em que Palmela tentou ainda salvaguardar a dignidade da monarchia, que elle queria limitada, legalista, mas de pé, *pois lhe parecia e justamente, que a monarchia é a condição indeclinavel da independência d'este pequeno torrão appetecido...*» No artigo que intitulou «Porque não há salões» (em «*Cartas a uma noiva*»), aponta como filhos legítimos, e mais ou menos queridos, da Democracia, «o jornal que matou o livro, o gôso pleno de todas as liberdades que matou a eflorescencia de grandes individualidades, a industria que matou a grande Arte, a politica de negocios que matou a politica de idéas e de principios».

O Sr. António Ferrão (em «*Maria Amália Vaz de Carvalho*» — discurso proferido na Academia das Sciências — Lisboa, 1923) apresenta a autora da «*Vida do Duque de Palmela*» como paladina dos princípios democráticos e liberais; se o foi, isso não a incompatibilizou com a sua fidelidade à causa monárquica nacional, que sempre desassombradamente defendeu.

135 — Foi nomeado ministro em Londres, em 1812, depois da invasão de Marmont. Mas só quatro anos depois tomou posse do cargo, passando, quási em seguida, a embaixador.

CAPÍTULO VIII

136 — Claudia de Campos, natural de Sines, falecida em Dezembro de 1916, era filha de Francisco António de Campos, o qual, admirando a vida inglesa, mandou educar suas filhas em Inglaterra. No seu estudo sôbre Carlota Brontë, a escritora diz: «sendo portuguesa pelo nascimento, fizeram-me, pela orientação intelectual, inglesa».

137 — A identificação do Duque de Palmela com «Oswald, Lord Nelvil», brilhantemente feita por M. A. Vaz de Carvalho, foi refutada por Claudia de Campos, no livro «*A Baroneza de Staël e o Duque de Palmela*» (Lisboa, 1901). Apontando ligeiros êrros de informação, Claudia de Campos aproveita muitos esclarecimentos biográficos dados por M. Amália, a quem não dirige uma só palavra de louvor, parecendo que o objectivo do seu livro era só destruir as conclusões dum capítulo da «*Vida do Duque de Palmela*» que destoavam dum hediondo retrato psicológico da Baroneza de Staël por ela apresentado, na sua obra «*Mulheres*» (Lisboa 1905).

138 — Vd. nota 116.

139 — Vd. «*Figuras Literarias*» (Lisboa, 1897) — Cândido de Figueiredo; e «*Le Portugal*» (obra redigida em francês por vários escritores nacionais e estrangeiros).

140 — Fez conferências no Rio de Janeiro, S. Paulo, Ribeirão Preto e Campinas, sem grande éxito material. Escreveu uma peça para um benefício da actriz Adelina Abranches, em S Paulo. O livro «*Trindades*» teve, em 1911, uma 2.ª edição, com poesias novas. Traduziu vários romances franceses Vd. artigos de Cândido de Figueiredo, no «Diário de Notícias», (14 de Novembro de 1910 e 25 de Janeiro de 1917).

141 — São ainda dignos de menção, entre outros, os nomes das seguintes escritoras, falecidas nos últimos anos:

Angelina Vidal, falecida a 1 de Agosto de 1917. Poetisa, jornalista e professora. Incansável propagandista de ideais socialistas. Além de trabalhos dispersos, deixou dez poemas — um dos quais, intitulado «*A morte do Espírito*», foi premiado num concurso internacional, — dois volumes de contos, seis peças de teatro. Morreu em precárias circunstâncias, quási na miséria, apezar de subscrições abertas em seu favor, nas colunas do «Diário de Notícias» e por iniciativa do poeta Gomes Leal.

Júlia Escórcio, tradutora da tragédia «*Malquerida*», de Benavente, poetisa de correcta versificação.

Marqueza de Rio Maior, falecida em Dezembro de 1920, autora de contos e comédias para as educandas do colégio de S. Domingos de Bemfica, e das memórias da sua vida (com o título de «*Antes que a luz se apague*»). Creio que os seus trabalhos literários se conservam inéditos, à excepção de trechos das suas memórias, publicados em vários números dos jornais «O Dia» e «Diário de Noticias», do ano de 1917. A Senhora D. Branca da Gonta Colaço fez, sôbre esta curiosa figura de aristocrata e de escritora, duas conferências, em Lisboa e no Porto, em Abril de 1923.

Maurícia C. de Figueiredo, falecida a 1 de Julho de 1923, autora de vários romances («*O Exilado*», «*O Conde de S. Paulo*» e «*Leonor Teles*»), onde se pode admirar a habilidade de «saber contar», de saber desfiar uma longa meada de intrigas engenhosas.

Clotilde de Bataglia Ramos, filha do poeta João de Deus; — *Virgínia da Silva Agoas* (com um livro de versos — «*Outrora*» — prefaciado por Cândido de Figueiredo, e um livro de contos — «*Silvas*» — com prefácio do sr. Malheiro Dias); *Palmira Ferraz Gonçalves* e *Maria da Silva Vieira*, que mal tiveram tempo de revelar as suas predisposições literárias.

142 — Vd. «*Novos Estudos sôbre Sá de Miranda*» (no «*Boletim da Segunda Classe da Academia*», V, 9-230, 1912 — e em separata), e o estudo «*Gracian e Sá de Miranda*» (na «*Revista Critica de Historia y Literatura*»; II, 212 - 213, 1896).

143 — Um dos mais importantes subsídios com que contribuiu para o estudo do problema dos apócrifos camonianos, é «*O Cancioneiro de Fernandes Tomaz*» (vol. I dos «*Estudos Camonianos*»).

144 — Dezoito anos depois de vir a lume a edição crítica do «*Cancioneiro da Ajuda*», saiu, em separata da «*Revista Lusitana*», XXIII, o «*Glossário do Cancioneiro da Ajuda*» (Lisboa, 1922).

145 — A segunda série intitula-se «*Contribuições para o futuro Dicionário Etimológico das linguas romanicas peninsulares*» Cf. ainda os «*Fragmentos Etymológicos, estudo etymológico de 51 vocábulos hespanhoes e portugueses*» (separata da «*Revista Lusitana*»).

146 — Ocupou-se de Lúcio André de Rezende, nos seguintes estudos: «*Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra Lusiadas*» (Coimbra, 1905) — separata do «*Instituto*», LII — e «*Lucius Andreas Resendius Lusitanus*» (Lisboa, 1905) — separata do «*Archivo His-*

tórico», III. — Ao primeiro estudo respondeu A. F. Barata, no opúsculo intitulado «*Ultima verba — André de Rezende, Lucio?*» (Evora, 1905)

147 — Além das notas vicentinas (em separatas da «*Revista da Universidade de Coimbra*», I, IV e VI), a mesma escritora publicou os seguintes estudos vicentinos: «Cartas sobre um verso de Gil Vicente» (em vários números do «Diário de Noticias», de 1923), um pequenino tratado sôbre a canção árabe «Calbi o rabi», e «*Autos portugueses de Gil Vicente e da escola vicentina*» (Introdução à edição facsimilada do Centro de Estudos Históricos — Madrid, 1922).

148 — Vd. uma completa lista bibliográfica dos trabalhos de Carolina Michaëlis, organisada pelo Prof. Dr. Leite de Vasconcelos, no «*Boletim da Segunda Classe da Academia*», V, 1911.

149 — Duma carta que me foi dirigida, com data de 3 de Janeiro de 1926.

150 — Vd. «Diário de Lisboa» de 21 de Abril de 1926, onde fiz uma larga referência crítica a essa obra.

151 — O Sr. Dr. Agostinho de Campos, na introdução da obra «*Camões Lírico — I Volume — Redondilhas*» (pag. XXII).

152 — Sôbre os livros desta poetisa, subscreveram apreciações críticas, além de outros, os escritores Júlio Brandão (em «*Poetas e Prosadores*»), Júlio Dantas (em «*Abelhas Douradas*»), Camara Reys, João de Barros, Sousa Costa, Trindade Coelho, Matos Sequeira, Hernani Cidade, M. de Sousa Pinto, Fernando de Sousa, Norberto de Araujo, Augusto de Lacerda, Philéas Lebesgue, Lucie Delarue-Mardrus, etc, em jornais e revistas portugueses e estrangeiros.

153 — Vd. «*História do Fado*» de Carvalho Pinto.

FIM DO SEGUNDO VOLUME

Conclusam

Ho caminho fica aberto
a quem mais quizer dizer:
. . . .
non pude mais escrever
por non ter mais descuberto;
sem letras, e sem saber,
me fuy naquisto meter,
por fazer a quem mais sabe,
que o que minguar acabe;
pois eu mais non sei fazer.

(Garcia de Rezende—«*Miscellania e variedade de histórias, costumes, casos e cousas que em seu tempo acontecerão*»).

ÍNDICE

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VIII

ERRATAS MAIS IMPORTANTES

Pag.	Linha	Onde está:	Devia estar:
17	26	«rei... soleil	«roi... soleil
19	21	século XVIII	século XVII
36	2	octagéssimo ano	octagéssimo nono ano
50	27	faustuosa	fastuosa
64	2	nifas	ninfas
68	8	sob	sôbre
79	20	de rebuço»	de rebuço em um capote»
165	1	Maria	Mariana
187	2	produçãod e	produção de
210	14	ilustre	ilustre;
225	3	«*Novidades*»	«*Actualidades*»
229	28	crença	criança
239	12	justiça	justeza
240	3	vendeu	prendeu
263	19	exemplo	exemplo,

Esta obra foi composta e impressa (com excepção do último capítulo e das notas do 2.º volume), durante o ano de 1924, em Lisboa, na Tipografia de Antonio O. Artur, R. Coelho da Rocha, 5-C., na da Imprensa Lucas & C.ª, Rua do Diário de Notícias, 57 e 61, e na da Papelaria Fernandes & C.ª, Ld.ª, Rua do Salitre, 173. Embora vinda a público **NÊSTE ANO DE 1927**, a data que figura no frontespício dos seus dois volumes, é aquela em que foi impressa. A falta de unidade no seu aspecto gráfico, bem como na ortografia adoptada em cada um dos tômos, explicar-se-hia com a resenha do que foi a sua acidentada «história tipográfica». Mas isso não interessa ao leitor, que benevolamente encontrará qualquer desculpa.